

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA

CURSO DE DOUTORAMENTO EM TEOLOGIA (2º grau canónico)
Especialização: Teologia Sistemática

MANUEL ANTÓNIO DA SILVA

Reconciliação Social das Memórias Angolanas

Perspectivas histórico-teológicas restaurativas das memórias de
1948 até a actualidade.

Dissertação Final

sob orientação de:

Prof. Dr. João José Marques Eleutério

Lisboa

2023

Bem-aventurados os que promovem a paz, porque serão chamados filhos de Deus. (Cf. Mt 5, 3-12).

DEDICATÓRIA

Ao filantropo

AGRADECIMENTOS

À Arquidiocese de Malanje; à Paróquia do Sagrado Coração de Jesus (Basílica da Estrela) de Lisboa e ao Cónego António Marim, prior da Basílica da Estrela; ao Rev. Pe. Dr. João Eleutério, assessor e orientador deste trabalho; ao Rev. Pe. Vitorino Sawandy, Lubango; aos colegas e companheiros de viagem académica; à Paróquia de S. Nicolau e o Pároco, Pe. Mário Rui; aos meus familiares: irmãos; mãe; pai, de feliz memória, primos-irmãos e tios, especialmente, João Alexandre da Silva e Valentim António Manuel (Jacinto), ambos de feliz memória.

Índice

DEDICATÓRIA	II
AGRADECIMENTOS	III
ÍNDICE	IV
RESUMO	VI
ABSTRACT	VII
SIGLAS, ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS	VIII
DOCUMENTOS MAGISTERIAIS	VIII
OUTRAS ABREVIATURAS	VIII
INTRODUÇÃO GERAL	12
ORAÇÃO PELA PAZ	16
CAPÍTULO 1: CONCEPTUALIZAÇÃO E SITUAÇÃO HISTÓRICA DE ANGOLA	17
INTRODUÇÃO	18
1.1 MISSÃO DA IGREJA EM ÁFRICA.....	19
1.1.1 <i>A Igreja, farol de paz e humanização da pessoa</i>	20
1.1.2 <i>Anunciar o Reino de Deus e a sua justiça</i>	22
1.2 PORQUÊ MEMÓRIAS ANGOLANAS A PARTIR DE 1948?.....	25
1.2.1 <i>A memória na história</i>	28
1.2.1.1 O que é a memória?	29
1.2.1.2 A memória no sentido psicológico.....	29
1.2.1.3 Outros tipos de memórias	30
1.2.2 <i>O direito à memória</i>	32
1.2.2.1 Memória e esquecimento.....	34
1.3 RECONCILIAÇÃO SOCIAL.....	39
1.3.1 <i>A origem da reconciliação</i>	40
1.3.2 <i>A reconciliação é um facto Teológico</i>	41
1.3.3 <i>O conceito filosófico da reconciliação</i>	48
1.3.4 <i>A reconciliação é um Caminho e processo</i>	50
1.4 VIOLÊNCIA E FORMAS DE VIOLÊNCIA	54
CONCLUSÃO	56
CAPÍTULO 2: SITUAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DE ANGOLA	59
INTRODUÇÃO	59
2.1 OS MOTIVOS DOS CONFLITOS ARMADOS EM ANGOLA	60
2.2 ANGOLA, POVOS E LÍNGUAS.....	67
2.2.1 <i>Os principais grupos etnolinguísticos de Angola</i>	72
2.2.2 <i>Os desafios da tradição ante a novidade</i>	73
2.2.3 <i>Etnismos no sistema sociopolítico angolano?</i>	76
2.3 EIXOS PARADIGMÁTICOS DA HISTÓRIA ANGOLANA.....	78

2.3.1 A província de Angola no seu apogeu	83
2.3.1.1 Os primeiros intelectuais angolanos (1948-1961)	87
2.3.1.2 O nacionalismo angolano	90
CONCLUSÃO	93
CAPÍTULO 3: SITUAÇÃO HISTÓRICO-POLÍTICA DE ANGOLA.....	94
INTRODUÇÃO	95
3.1 A “LUTA” A PARTIR DE POESIA DE NETO	96
3.1.1 Agostinho Neto.....	97
3.1.2 <i>Hermenêutica theopoética de “Luta” em “sagrada esperança”</i>	97
3.1.2.1 Uma <i>theopoética</i> para a cultura irénica	99
3.1.2.2 Um humanismo pacifista (irénico).....	102
3.1.2.3 A <i>theopoética</i> , arte que reconcilia.....	102
3.2 OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA	105
3.2.1 O nascimento de FNLA (1954)	106
3.2.2 O nascimento do MPLA (1956)	107
3.2.3 O nascimento de UNITA (1966)	109
3.3 TENTATIVAS DE UNIFICAÇÃO DO MPLA E A FNLA	109
3.4 O PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO DE ANGOLA	111
3.4.1 A <i>Cimeira de Mombaça (janeiro de 1975)</i>	116
3.4.2 O <i>Acordo de Alvor (janeiro de 1975)</i>	118
3.4.3 A <i>Cimeira de Nakuru (junho de 1975)</i>	119
3.4.4 <i>Independência confusa de Angola</i>	120
3.4.5 O 27 de Maio de 1977, uma complexa história	125
3.4.6.1 As 13 Teses de Nito Alves	129
3.4.7 <i>Ecos de algumas testemunhas do 27 de Maio</i>	130
3.4.8 <i>Estimativas das consequências do 27 de Maio</i>	132
CONCLUSÃO	137
CAPÍTULO 4: PROCESSOS E ACORDOS DE PAZ: DE GBADOLITE (1989) AO LUENA (2002)	139
INTRODUÇÃO	140
4.1 A CONFERÊNCIA DE GBADOLITE (JUNHO DE 1989)	141
4.2 ACORDOS DE BICESSE (MAIO DE 1991)	143
4.2.1 <i>Aspectos positivos dos acordos de Bicesse</i>	143
4.3 A DECLARAÇÃO DO NAMIBE (DEZEMBRO DE 1992)	145
4.4 PROTOCOLO DE LUSAKA (NOVEMBRO DE 1994).....	146
4.5 O MEMORANDO DE ENTENDIMENTO DO LUENA (ABRIL DE 2002)	149
CONCLUSÃO	151
CAPÍTULO 5: VISÃO HISTÓRICO-RELIGIOSA DO CONTEXTO ANGOLANO	153
INTRODUÇÃO	154
5.1 DIÁLOGO ENTRE O CRISTIANISMO E A TRADIÇÃO BANTU.....	155
5.1.1 <i>O acolhimento do Cristianismo em Angola</i>	161
5.1.2 <i>O nome de Deus nas línguas Bantu angolanas</i>	163
5.2 OS APELOS PARA A PAZ FEITOS PELOS PAPAS DOS ÚLTIMOS SÉCULOS.....	164
5.3 DESTAQUE SINTÉTICO DE ALGUNS DOS APELOS DA CEAST	171
CONCLUSÃO	179
CAPÍTULO 6: OS PILARES DA RECONCILIAÇÃO	181

INTRODUÇÃO	182
6.1 OS PILARES DA RECONCILIAÇÃO SOCIAL	183
6.1.1 Deus.....	183
6.1.1.1 Deus conduz os homens à reconciliação	184
6.1.2 O homem.....	186
6.1.3 A vontade de paz.....	187
6.1.4 Aproximação ou reaproximação.....	189
6.1.5 O diálogo	190
6.1.5.1 O diálogo aproxima ao outro.....	194
6.1.5.2 O diálogo inter-religioso	196
6.1.5.3. O diálogo ecuménico	204
6.1.5.4 O diálogo entre povos e culturas.....	206
6.1.6 Integrar e/ou reintegrar.....	209
6.1.7 O perdão.....	211
6.1.7.1 Perdoar amando, reconcilia.....	214
6.1.7.2 Amar ilimitada e incondicionalmente.....	216
6.1.7.3 Perdoar é o amor que assume o perdoado	219
CONCLUSÃO	225
CAPÍTULO 7: OS SINAIS DE CONSOLIDAÇÃO DA PAZ EM ANGOLA	226
INTRODUÇÃO	227
7.1 O SONHO DE UMA ANGOLA RECONCILIADA.....	228
7.2 PEDIDO DE PERDÃO E ENTREGA DOS RESTOS MORTAIS.....	230
7.3 PARA UM NOVO PARADIGMA DE RECONCILIAÇÃO SOCIAL EM ANGOLA	234
7.3.1. <i>Propostas para uma reconciliação social para Angola</i>	234
7.4 ANGOLA NOS TRILHOS DE UMA PAZ PROMISSORA.....	236
CONCLUSÃO	244
CAPÍTULO 8: MODELOS PARA A RECONCILIAÇÃO SOCIAL EM ANGOLA	245
INTRODUÇÃO	246
8.1 A PAZ.....	247
8.1.1 <i>A paz interior ou paz de espírito</i>	253
8.1.2 <i>A paz negativa</i>	255
8.1.3 A PAZ POSITIVA	256
8.1.4 <i>O ideal de “paz perpétua”</i>	256
8.2 MODELOS AFRICANOS DE RECONCILIAÇÃO?	260
8.2.1 <i>O exemplo sul-africano: “Verdade e Reconciliação”</i>	260
8.2.1.1 As atribuições da Comissão da Verdade e Reconciliação	261
8.2.2 <i>O exemplo de Ruanda: Justiça e Reconciliação</i>	268
8.2.3 <i>O exemplo de Moçambique: Reconciliação sem justiça</i>	270
8.2.4 <i>Exemplo de Serra Leoa: Reconciliação</i>	271
8.3 ANGOLA: RECONCILIAÇÃO SOCIAL?	271
8.3.1 <i>Porquê reconciliação social em Angola?</i>	272
8.3.2 <i>A reconciliação social é manter a paz e a unidade na sociedade</i>	276
CONCLUSÃO	283
CONCLUSÃO GERAL	284
BIBLIOGRAFIA	292

Índice de Anexos

ANEXO 1: O MAPA GEOGRÁFICO DE ANGOLA, SEUS LIMITES E FRONTEIRAS	309
ANEXO 2: FOTO DO ACORDO DE BICESSE	310
ANEXO 3: FOTO DO ACORDO DE LUSAKA	310
ANEXO 4: FOTO DO ACORDO DO LUENA.....	311
ANEXO 5: O MEMORANDO DE ENTENDIMENTO DO LUENA, MOXICO (2022).....	312

RESUMO

As discórdias, as controvérsias, as rivalidades, as lutas, as divisões e as guerras, perturbam o convívio desejado por todo e qualquer ser vivo. A paz, a segurança e o bem-estar compõem a felicidade do ser. Homem é o único ser vivo capaz de autodestruir-se e destruir os outros e o meio.

Não podemos falar de reconciliação social em Angola sem que olhemos às outras latitudes, ao que acontece pelo mundo. A paz precede a verdadeira e fiável reconciliação porque faz residência no coração do homem, fonte do amor de Deus.

As acções beligerantes têm fomentado, no mundo, catástrofes económicas, sociais, culturais, religiosas e perdas humanas incalculáveis. As guerras se parecem a doenças venéreas e transmissíveis; multiplicam-se a cada dia que passa e são uma ameaça à vida no planeta Terra.

A história de Angola está marcada por períodos atrozos desde a ocupação colonial, 1482/83 até 1975; as lutas para a descolonização (1948-2002); o fraccionismo, no pós-independência, 1977-1979. Apesar dos esforços e os apelos da Igreja pela paz, Angola apenas tem descansado da guerra a partir de 2002, mas ainda com tumultos de intolerância política, cultural e religiosa que ameaçam a paz alcançada no Memorando do Luena.

Traçamos um ensaio socio-teológico conducente à paz estável e à reconciliação social, como uma forma arbitral de mediação e intermediação de conflitos e desentendimentos, pela via do diálogo com vista ao bem maior e comum. O fazer teológico, enquanto missão da Igreja no mundo, projecto pacifista de Deus, torna-se a voz dos sem voz e vez dos sem vez porque silenciados pelo poder que a vida dos homens mata. A nível de Angola, as mensagens da CEAST, neste âmbito, foram sempre veementes apelos aos políticos, militares e organizações poderosas e aos homens de guerras, pela paz e reconciliação entre os homens.

Este exercício atinente ao alcance da reconciliação social em Angola, é uma lanterna focada na realidade vivida com o objectivo de iluminá-la para a manutenção da paz e a construção de cultura de paz, unidade e coesão social entre todos. A humanidade deve pôr em prática o amor que Deus inculcou nos seus corações.

Palavras-chaves: Reconciliação; Unidade; Amor; Deus; Homem; Diálogo; Perdão e Paz.

ABSTRACT

Disagreements, controversies, rivalries, fights, divisions and wars disturb the coexistence desired by each and every living being. Peace, security and well-being make up the happiness of being. Man is the only living being able to self-destruct and destroy others and the environment.

We cannot talk about social reconciliation in Angola without looking at other latitudes, at what is happening around the world. Peace precedes true and reliable reconciliation because it takes up residence in the human heart, the source of God's love.

The belligerent actions have fomented, in the world, economic, social, cultural, religious catastrophes and incalculable human losses. Wars are like venereal and transmissible diseases; they multiply with each passing day and are a threat to life on planet Earth.

Angola's history is marked by atrocious periods since the colonial occupation, 1482/83 until 1975; the struggles for decolonization (1948-2002); fractionism, in the post-independence period, 1977-1979. Despite the Church's efforts and appeals for peace, Angola has only rested from the war since 2002, but still with turmoil of political, cultural and religious intolerance that threatens the peace achieved in the Luena Memorandum.

We outline a socio-theological essay leading to stable peace and social reconciliation, as an arbitrary form of mediation and intermediation of conflicts and misunderstandings, through dialogue with a view to the greater and common good. Theological work, as the Church's mission in the world, God's pacifist project, becomes the voice of the voiceless and instead of the voiceless because silenced by the power that human lives kill. At the level of Angola, CEAST's messages, in this context, were always vehement appeals to politicians, military and powerful organizations and to men of war, for peace and reconciliation between men.

This exercise concerning the achievement of social reconciliation in Angola, is a flashlight focused on the lived reality with the objective of illuminating it for the maintenance of peace and the construction of a culture of peace, unity and social cohesion among all. Humanity must put into practice the love that God has instilled in their hearts.

Key-words: Reconciliation; Unit; Love; God; Man; Dialogue; Forgiveness and Peace.

SIGLAS, ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

DOCUMENTOS MAGISTERIAIS

- AG – Concílio Vaticano II, Decreto: “*Ad Gentes*” do Concílio Vaticano II.
- AM - Papa Bento XVI, «Exortação Apostólica Pós-Sinodal: *Africae Munus*»
- AL – Papa Francisco, Exortação Apostólica Pós-Sinodal: “*Amoris Laetitia*”.
- CV – Bento XVI, Carta Encíclica: “*Caritas in Veritate*”.
- EA – Papa João Paulo II, Carta Encíclica: “*Ecclesia in Africa*”.
- FC – Papa João Paulo II, Exortação Apostólica Pós-Sinodal: “*Familiaris Consortio*”.
- GS – Constituição Pastoral: “*Gaudium et Spes*” do Concílio Vaticano II.
- LE – João Paulo II, Carta Encíclica: “*Laborem Exercens*”.
- LG – Constituição Dogmática: “*Lumen Gentium*” do Concílio Vaticano II.
- MM – João XXIII, Carta Encíclica: “*Mater et Magistra*”.
- PP – Papa Paulo VI, Carta Encíclica: “*Populorum Progressio*”.
- PT – João XXIII, Carta Encíclica: “*Pacem in Terris*”.
- QA – Pio XI, Carta Encíclica: “*Quadragesimo Anno*”.
- RH – Papa João Paulo II, Carta encíclica: “*Redemptor hominis*”.
- RM – Papa João Paulo II, Carta encíclica: “*Redemptoris Missio*”.
- RN – Papa Leão XIII, Encíclica Social: “*Rerum Novarum*”.
- RP – Papa João Paulo II, Exortação Apostólica Pós-Sinodal: “*Reconciliatio et Paenitentia*”.
- SC – Constituição sobre a Sagrada Liturgia: “*Sacrosanctum Concilium*” do Concílio Vaticano II.
- SRS – João Paulo II, Carta Encíclica: “*Sollicitudo Rei Socialis*”.
- VP – Pontifício Conselho da Cultura: “*Via Pulchritudinis*”.

OUTRAS ABREVIATURAS

- AEA – Aliança Evangélica de Angola.
- ANC – African National Congress.
- CAIE – Conselho Angolano das Igrejas Evangélicas.
- CCPA – Comissão Coordenadora do Programa para Angola.
- CCPM – Comissão Conjunta Político-Militar.
- CEAST – Conferência Episcopal de Angola e S. Tomé e Príncipe.
- CICA – Conselho das Igrejas Cristãs de Angola.
- CNE – Conselho Nacional de Eleições.

COIEPA – Comité Inter-Eclesial para a Paz em Angola.
COMECON – Conselho para Assistência Económica Mútua.
CSFAA – Comando Superior das Forças Armadas Angolanas.
DIAMANG – Companhia de diamantes de Angola.
ELNA – Exército de Libertação Nacional de Angola.
EUA – Estados Unidos da América.
FAA – Forças Armadas Angolanas.
FALA – Forças Armadas de Libertação de Angola.
FAPLA – Forças Armadas Populares de Libertação de Angola.
FLEC – Frente de Libertação do Enclave de Cabinda.
FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola.
FRELIMO – Frente para a Libertação de Moçambique.
GRAE – Governo Revolucionário de Angola no Exílio.
GURN – Governo de Unidade e Reconciliação Nacional.
IDN – Instituto de Defesa Nacional.
IMBISA – Conferência Inter-Regional dos Bispos da África Austral.
INE – Instituto Nacional de Estatística.
MAC – Movimento Anti-colonial.
MDA – Movimento Democrático de Angola.
MIA – Movimento para a Independência de Angola.
MNIA – Movimento dos Novos Intelectuais de Angola.
MONUA – Missão de Observação das Nações Unidas em Angola.
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola.
NATO – North Atlantic Treaty Organization NOM (Nova Ordem Mundial).
OMS – Organização Mundial de Saúde (ONU).
ONG – Organizações Não-Governamentais.
ONU – Organização das Nações Unidas.
OUA – Organização da Unidade Africana.
PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde.
PCA – Partido Comunista de Angola.
PCC – Partido Comunista Cubano.
PCDA – Partido Democrático Cristão de Angola.

PCP – Partido Comunista Português.

PCUS – Partido Comunista da União Soviética.

PDA – Partido Democrático de Angola.

PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado (no tempo colonial).

PLUAA – Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola.

RDC – República Democrática do Congo.

RENAMO – Resistência Nacional de Moçambique.

RM – Região Militar.

RNA – Rádio Nacional de Angola.

RTA – Religião Tradicional Africana.

SCEAM/SECAM – Simpósio das Conferências Episcopais de África e Madagáscar.

SWAPO – Southwest African People Organization

TPA – Televisão Pública de Angola.

TRC – Truth and Reconciliation Commission (Comissão da Verdade e Reconciliação).

UA – União Africana.

UNAVEM – (*United Nations Angola Verification Mission*) Missão de verificação das Nações Unidas em Angola. Lembrar que por Angola passaram, UNAVEM a I, II e III.

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

UPA – União dos Povos de Angola.

UPNA – União dos Povos do Norte de Angola.

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

WCE – Enciclopédia do Mundo Cristão.

ZANU-PF – Zimbabwe African National Union - Patriot Front.

INTRODUÇÃO GERAL

Angola viveu longos períodos de colonização; guerra; e em estilo de vida e organização social, política, cultural e religiosa típicas do momento e da época. Tudo isto deixou sequelas e consequências preocupantes e comprometedoras do futuro.

O nosso objecto de estudo são as memórias, às quais, delimitamo-las ao contexto da ingente necessidade de reconciliação em Angola.

O nosso abjectivo é contribuir para a efectivação da reconciliação das memórias angolanas. Entendemos por memórias angolanas, todos os angolanos e não angolanos que directa ou indirectamente sofreram as consequências das agruras longamente vividas em Angola, nas etapas de: colonização (1482-1975); descolonização (1961-1977); fraccionismo (1977-1979); guerra fria (1979-2002); e hoje, as vítimas das consequências dos erros do passado. «Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível»¹.

Neste momento, Angola vive um clima de paz do calar das armas há 21 anos, mero armistício. As frequentes fricções políticas, catapultaram Angola ao estado se encontra, e isto motivou-nos a escrever este tema e propor vias de soluções concretas para que a reconciliação social seja um facto e duradoira. Pugnamos pelo não retorno à guerra contribuindo nos esforços pela coesão social e a promoção da vida humana.

A paz ora alcançada é ainda vivida com passivos, tanto da colonização, quanto da guerra civil. Por isso, não basta a paz para se estar livre e à vontade consigo mesmo; com os outros; com a natureza e com Deus. A reconciliação social é a faze da convivência pacífica; o momento da estabilidade e robustez da paz.

Para que em paz se chegue à convivência social segura, os homens passam por um momento de compreensão e transformação mental e espiritual, estado anímico, da fúria à paz; do medo à coragem; da desconfiança à confiança que leva à tolerância mútua, à inclusão social e à unidade da sociedade.

¹ Zinsser William, *como escrever bem: o clássico manual americano de escrita jornalística e de não ficção* (S. Paulo-Brasil: Fósforo, 2021), 4-5.

Vimos defender valores como: a vida; a liberdade da pessoa humana, o bem-estar de todos e de cada indivíduo; a democracia; a manutenção e preservação da Independência; a unidade nacional; a soberania do país; as melhorias na educação, justiça e saúde em Angola; pelo respeito à independência e autonomia dos Órgãos de Soberania e a valorização da participação da sociedade civil, Igrejas legais e autoridades tradicionais para o bem-comum de todos os angolanos e não só.

O processo de reconciliação é precedido da reparação da culpa; da restauração humana e social dos indivíduos e da reposição da verdade, com toda a transparência e sem reservas, de modos que, o ofendido ou vítima, aceite; e o ofensor, se seja acolhido. Ambas, as partes, a vítima e o ofensor, realizam mutuamente os objectivos comuns: fazer o luto, em caso de desaparecimento físico de um familiar(es); a reposição da verdade e marcar um novo recomeço de vida reconciliados com o passado. Toda ofensa deve ser reparada pela atestação da verdade.

Por causa da complexidade que um processo destes acarreta, é que a nossa reflexão se baseia numa pedagogia guiada pela pergunta de partida: Como conviver com te/me fez mal?

No meio das inúmeras ameaças bélicas que o mundo hoje vive, que futuro se espera de Angola? Que perspectiva seguir para manter, estabilizar e robustecer a paz que com suor e sangue se conquistou em Angola? Como chorar os óbitos e fazer o luto das vítimas não entregues nem esclarecidas?

Cada pergunta suscita sempre mais perguntas, e há sempre mais perguntas que respostas. Todas as questões respeitantes à vida de uma pessoa, são sempre legítimas e todas elas incomodam, tocam em feridas profundas, e comprometem todo um sistema instalado e viciado à anos, algumas à caminho de um século. O pior é que muitas dessas vítimas ainda estão vivas!

Em busca de resposta clara, objectiva e concreta, delineamos um caminho, caminho que é processo conducente à concretização da reconciliação. Este caminho está traçado em oito capítulos no qual, anexamos os documentos assinados no último e ainda em vigor, Memorando de paz (Luena), que ratificou os anteriores acordos de Bicesse e Lusaka.

O primeiro capítulo: Conceptualização e situação histórica de Angola. Neste grande espaço de abordagem, tendemos apresentar os principais conceitos que norteiam a nossa reflexão e inquietações, baseando-nos nas principais ciências auxiliares ao nosso foco, reconciliação social: a história, a psicologia, a filosofia, a Moral e a própria Sagrada Escritura no que a verdade diz respeito. A verdade histórica deve ser conhecida para que as memórias se libertem do fardo

pesado do pesadelo das agruras do passado. Por isso bem-aventurados todos os promotores de paz!

O segundo capítulo: Situação histórico-social. Neste queremos aludir os factos e as ocorrências que aconteceram em Angola, apresentando os principais componentes do país, o povo, o espaço geográfico, a organização social, o Estado, a religiosidade e a cultura, na ideia bíblica: conhecereis a verdade e a verdade vos libertará, cruzando-a com os actos humanos, por vezes desastrosos e errôneos, como é o caso das guerras.

O terceiro capítulo: Situação histórico-política de Angola. Queremos demonstrar como a “luta”, no sentido de busca, insistência, manifestação de querer resiliente de liberdade, autonomia, autodeterminação e soberania teve efeitos apressados, embora necessários, mas não os mais desejados pelos seus preponentes. Uma luta que na sua acepção da palavra, começou na linha política, científico-cultural com ideias estampadas em folhetos, jornais, livros poéticos e em músicas, mas que descambou para violentos combates com catanas, armas e formações de exércitos de todos contra todos e até contra a população civil, contra infraestruturas básicas e sociais e inclusive, contra a fauna e a flora.

O quarto capítulo: Processos e acordos de paz, desde Gbadolite ao Memorando Luena. Pretendemos conhecer e reflectir os caminhos e os esforços de diálogo realizados em prol da paz e reconciliação, quase sempre inviabilizados pela ganância do poder e a agitação dos interesses pelas riquezas. A maior das nossas intenções visa assegurar a paz conseguida desde o Memorando do Luena em 2002.

O quinto capítulo: visão histórico-religiosa do contexto angolano. Queremos demonstrar como a convivência entre os seres humanos nasce do encontro entre eles: a tradição, cultura a religiosidade tradicional, o cristianismo e as outras religiões; como o diálogo entre ambas fosse basilar para que a paz fosse alicerçada sobre fundamentos de rochas.

O sexto capítulo: Os pilares da reconciliação. O amor à vida, ao irmão, ao país, à natureza e à Deus são descritos, neste capítulo, como o ponto aglutinador que faz com que Deus e o ser humano utilizem o diálogo como a via primordial para a paz e a convivência social. Por isso, pretendemos descrever os pilares como elementos indispensáveis, porque fulcrais, para a efectivação da reconciliação que é a convivência harmoniosa dos cidadãos na sociedade.

Realçamos a paz como o corolário da vontade humana de viver e amar a vida acima de tudo. Um caminho apontado em busca pela ressocialização da pessoa; valorizar o outro e juntos constroem uma sociedade mais justa, livre e solidária.

O sétimo capítulo: os sinais de consolidação da paz em Angola. Depois de alguns anos de paz, Angola tem se revelado que não pretende falhar e retornar à guerra. Neste momento, além de enaltecermos os sinais e os passos dados durante vinte e um anos, os anos que já duram a paz, pretendemos sugerir pontos de reforço à paz, inclusão e tolerância social e política para que a reconciliação seja realmente social.

O oitavo capítulo: Modelos para a reconciliação social em Angola. Queremos apresentar propostas e possíveis vias de solução, baseando-nos aos exemplos de alguns países da região Austral de África e à ideia da paz perpétua de Kant, visto que viver em paz é desejo de todo o ser vivo e a reconciliação é a convivência pacífica entre seres humanos com inteligência racional. Viver em sociedade, implica aceitar as diferenças; tolerar e perdoar inúmeras vezes o outro; admitir que o rancor aprisiona o homem; condena a paz e inviabiliza a convivência social.

O único caminho para se viver irmanados, segura e duradouramente, é o das bem-aventuranças (humildade; tolerância e não-violência, apenas amor por amor): «Bem-aventurados os que promovem a paz, porque serão chamados filhos de Deus». (Cf. Mt 5, 3-12).

O nosso objectivo é contribuir para o fortalecimento e estabilidade da paz, ser uma voz mais que se junta aos constantes apelos da Igreja para o diálogo entre políticos, sociedade civil, militares, Igrejas e as populações em geral.

Para Angola é urgente e necessário o trabalho para a consolidação da paz. A guerra é um mal que é grave pecado e se pode evitar. Porque “Angola já não pode mais estragar”. É necessário que se evite o retorno à guerra, consolidar a paz e a reconciliação social, como chave para o progresso e desenvolvimento, garantias do bem-estar e realização das pessoas.

A verdadeira paz vem de Deus, autor da reconciliação. Por isso, a iluminação teológica é a moleta principal que facilita a compreensão e a transmissão da bondade divina, traduzindo-a ao ser humano que deve reaproximar-se ao seu semelhante.

A nossa abordagem não se limita exclusivamente ao propósito sacramental da reconciliação (confissão), ou seja, exame de consciência, arrependimento, sincera contrição, penitência e absolvição. Nós vamos mais além. No nosso entender, a reconciliação social é um processo de

inclusão e por conseguinte inclusivo e para todos, sem excepção e, ao mesmo tempo socializadora. A reconciliação social é extensiva a todos, religiosos e não religiosos; praticantes e não praticantes; cristãos e não cristãos; crentes, agnósticos ou indiferentes e ateus; é pela coesão e unidade da sociedade, sem excepção da raça, da religião, da cultura, da língua, do partido nem da proveniência.

Usou-se, na redacção deste trabalho, a regra ortográfica antiga, e não o Novo Acordo Ortográfico de 1990 porque a República de Angola o ratificou.

ORAÇÃO PELA PAZ

Senhor, fazei de mim um instrumento da Vossa paz.

Onde houver ódio, que eu leve o amor.

Onde houver ofensa, que eu leve o perdão.

Onde houver discórdia, que eu leve a união.

Onde houver dúvidas, que eu leve a fé.

Onde houver erro, que eu leve a verdade.

Onde houver desespero, que eu leve a esperança.

Onde houver tristeza, que eu leve a alegria.

Onde houver trevas, que eu leve a luz.

Ó Mestre, fazei que eu procure mais:

Consolar, que ser consolado;

Compreender, que ser compreendido;

Amar, que ser amado.

Pois é dando que se recebe.

É perdoando que se é perdoado.

E é morrendo que se vive para a vida eterna².

«Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará». (Cf. Jo 8, 32).

CAPÍTULO 1: CONCEPTUALIZAÇÃO E SITUAÇÃO HISTÓRICA DE ANGOLA

² Oração de São Francisco de Assis.

INTRODUÇÃO

Neste primeiro capítulo: “conceptualização e situação histórica de Angola”; pretendemos, antes de tudo, situar-nos e traçarmos o plano a seguir para viabilizarmos a reconciliação social das memórias angolanas.

Queremos esclarecer quem são as memórias angolanas; o que são memórias; o que é a reconciliação, tudo no âmbito da missão da Igreja em diálogo com a história que são os acontecimentos ocorridos ao longo dos tempos, obras dos próprios homens.

A problemática da nossa reflexão sobre a reconciliação social em Angola, é oriunda das vicissitudes históricas que marcaram a vida de todos os angolanos e inclusive estrangeiros que vivem ou viveram em Angola; a complexidade dos factos políticos, culturais e religiosos: a história colonial; a luta pela descolonização e pela autodeterminação; o sonho da autonomia e da liberdade; e a guerra pelo poder entre os autóctones, suas consequências, no presente e no futuro. Factos estes que nos levam a advertir para o não retorno aos erros do passado. Agora, como conviver com quem me/te fez mal?

A resposta é urgente e complexa ao mesmo tempo. Cientes de que todos nós cometemos erros, devemos ter plena consciência em aceitar um processo de ressocialização; readmitir o outro, ir ao

encontro do outro e acolhê-lo tal como ele é. Tudo isto sinaliza o fazer as pazes e a reconstrução a unidade. Reconciliar é voltar à amizade; é retornar à família; é eliminar rancores, sentimentos de ódio e de vingança; é ouvir e ser ouvido; é saber dialogar e saber calar quando necessário e melhor; é ser acolhido pelo meio social e conviver em sociedade, ainda que na diferença de pensamentos e opções, tom de pele, origem cultural, religião ou língua. A reconciliação social é convivência ressocializadora.

E, porque a vida faz-se em sociedade; a reconciliação é a robustez da paz, paz social, ao nível da convivência, tal como, de acordo com William Zinsser: «Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível»³.

1.1 Missão da Igreja em África

As Igrejas Católica e Metodista, depois de se instalarem no continente africano, procuraram fixar-se através das acções de evangelização e construção de missões ao longo da zona costeira, até abrangerem o interior dos países sob domínio colonial.

Foi com base no movimento de acção dos missionários que, a partir dos séculos XV-XVI, a África se foi configurando no mundo, como um continente de missão, no que ao cristianismo diz respeito. Embora, como afirma José Nunes,

«de um modo geral, podemos dizer que houve alguma ambiguidade em todo este imenso viajar europeu: por um lado, há um movimento expansionista, colonial, comercial, que não olha a meios, mesmo os mais violentos; por outro lado, houve todo um interesse científico, um desejo de intercâmbio cultural e uma efectiva propagação da fé cristã»⁴.

³ Zinsser William, *como escrever bem: o clássico manual americano de escrita jornalística e de não ficção* (S. Paulo-Brasil: Fósforo, 2021), 4-5.

⁴ José Nunes, *Teologia da Missão*, www.opf.pt, data de Acesso 18 de maio de 2020, 25.

É aconselhável ler a missão evangelizadora da Igreja em duas dimensões: micro e macro. Há que distinguir sempre a macro dimensão da micro dimensão, no que tange aos resultados objectivos da missão, às intenções subjectivas e à generosidade de milhares e milhares de missionários⁵.

A história de África e da sua Igreja, foi de avanços e recuos, conturbada e atribulada, e por vezes mal-entendida. No início da implantação da missão, em 1491, os primeiros missionários portugueses em África usaram uma metodologia de convencer e converter os chefes das comunidades. Foram os casos da conversão de D. João I (Nzinga a Nkuvu, 1440 - 1506), de D. Afonso I do Congo e, anos mais tarde, a famosa Rainha Jinga (baptizada com o nome de D. Ana de Sousa). Tal como diz Libermann, citado por José Nunes, «despojai-vos da Europa, fazei-vos negros com os negros»⁶.

Não se podemos esquecer que a missão propriamente dita, em profundidade, só começa no séc. XIX, justamente acompanhando um movimento europeu de penetração e ocupação do território, diz José Nunes. E, de facto, até aí, houve sobretudo quatrocentos anos de escravatura e a presença missionária nem sempre quis ou não soube fugir a essa tragédia⁷.

José Nunes, missionário dominicano que percorreu as terras angolanas, descreve com exactidão, e conhecimento experiencial, os factos, dizendo: «desde o século XV até hoje houve, naturalmente, vários discursos missionários para África, cada qual ligado a determinada prática evangelizadora, tais como: a salvação das almas; a implantação da Igreja; e a adaptação»⁸. Uma Igreja evangelizadora, sacramental, assistencial e humanitária, totalmente virada para a paz, bem-estar e salvação dos homens.

1.1.1 A Igreja, farol de paz e humanização da pessoa

A Igreja Católica em Angola, ao longo de toda sua actuação e serviço pastoral, missionário, catequético e até mesmo na administração dos sacramentos, nunca se cansou de apelar à paz como à realização da santa vontade de Deus. «A Igreja nunca se calou. A independência de Angola (1975), deu-se neste ambiente de aversão religiosa. Calou-se a Igreja? Nem por sombras!

⁵ Cf. Nunes.

⁶ Nunes.

⁷ Cf. Nunes, 26. Cf. Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), *A Igreja em Angola entre a guerra e a paz: documentos episcopais 1974-1998* (Luanda: CEAST, Secretariado de Pastoral, 1998), 143.

⁸ Nunes, *Teologia da Missão*, 27-28.

De cada Assembleia Episcopal (duas vezes por ano) saíam respostas vigorosas, anunciando e denunciando»⁹.

A evangelização foi, está e será sempre em prol da redenção e salvação da humanidade, isto é, de todos os homens em geral. Pois a unidade e coesão são fundamentos indispensáveis para a realização espiritual e social dos homens, enquanto juntos caminham para Deus.

A Igreja, a principal reserva moral da sociedade e a fiel depositária e distribuidora da graça de Deus. Ao longo da sua missão, vem explicitando o pensamento divino, no que tange às raízes do mal e de todas discórdias, indicando a humanidade e os valores da unidade, que são o amor, o perdão para a paz e a reconciliação entre os homens. «A voz da Igreja foi sempre acolhida com respeito, mesmo quando a ideologia marxista dominava ou mesmo quando era preciso falar de reconciliação entre partes apostadas na guerra»¹⁰.

O reino de Deus é um reino de paz e de unidade. O reino de Deus não é de confusões e divisões. Por isso, o caminho para Deus passa pela paz e a paz, a partir do coração do homem que sabe amar, vive superando e eliminando as desconfianças e o rancor. O homem de paz é construtor de pontes, abre as portas da aceitação ao outro pelo diálogo, para juntos reconstruirmos e alargarmos a vida em comum e em família.

A cultura local é também chamada a ser um elo de compreensão e mudança de mentalidade, sobretudo, na sociedade atual, tendente a eliminar os valores tradicionais ancestrais. A comunicação inter-geracional, enquanto diálogo entre as gerações, é um processo indispensável que não serve apenas de passagem de testemunho, mas sobretudo, de transmissão de conhecimento e saberes de adultos para jovens e de jovens para adultos, progressivamente.

O processo de construção, fortalecimento e consolidação da paz em Angola, tornou-se neste projecto de reconciliação social e nacional, num caminho para a concretização da reconciliação entre todos os angolanos. Pois, antes de tudo, e acima de tudo, devemos considerar que o amor vence o ódio.

A história da implementação da Igreja em África, e sobretudo, no capítulo do diálogo com a religião tradicional autóctone, deixou resgos de questionamentos, a pesar da alegria do evangelho e Cristo trazidos e amplamente acolhidos com amor.

⁹ Tony Neves, *Angola: a Igreja Católica pela paz* (Lisboa: Rei dos Livros, 2001), 51-52.

¹⁰ Neves, 49.

Há que avaliar o juízo histórico, como se recomenda religiosamente segundo os documentos e doutrina da Igreja:

«A determinação das culpas do passado que devemos reconhecer implica, antes de mais, um correcto juízo histórico que esteja também na base da avaliação teológica. Deve-se perguntar: Que aconteceu realmente? Que foi propriamente dito e feito? Só quando for dada resposta adequada a estas questões, fruto de rigoroso juízo histórico, se poderá também perguntar se o que aconteceu, o que foi afirmado ou feito, pode ser interpretado como estando conforme ou não ao Evangelho e, caso não esteja, se os filhos da Igreja que agiram desse modo, poderiam ter-se dado conta disso a partir do contexto em que agiam»¹¹.

1.1.2 Anunciar o Reino de Deus e a sua justiça

A missão foi, é, e será sempre urgente e sem fim, porque a evangelização da Igreja é um contínuo fazer, ou seja, a Igreja é um realizar-se constante. Um projecto de aperfeiçoamento até à consumação dos tempos. Os homens realizam-se na fé em Deus até atingirem a plenitude da graça, que os potencia à convivência harmoniosa e fraterna.

Uma missão que leva o homem ao encontro dos outros homens e de Deus, dá a conhecer aos homens o Reino de Deus, e a sua justiça, e comunica o amor de Deus inculcado no coração de cada homem. Esse amor, posto em acção, leva-me ao encontro do outro, a perdoá-lo e a respeitá-lo.

A Igreja voltada para os homens, humaniza ainda mais o humano, na aceitação e inclusão, ao modo da dinâmica de Jesus periférico. Uma Igreja que busca o homem desde as profundezas das “periferias da humanidade” de cada homem e cultura. A missão, que toca no segredo da pessoa e mexe com ela, renovando-a com amor para amar¹², pois, a missão da Igreja, é um compromisso de devolver, ao homem e às sociedades, a paz e o bem-estar.

Uma Igreja que busca o homem desde as profundezas das “periferias da humanidade”, em cumprimento do mandato do Mestre. A missão que toca no segredo da pessoa e mexe com ela,

¹¹ Comissão Teológica Internacional, «Memória e Reconciliação: a Igreja e as culpas do passado» (Vaticano, Roma, 2000),
https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_con_cfaith_doc_20000307_memory-reconc-itc_po.html.

¹² Cf. José Tolentino Mendonça, *Elogio da sede*, Obras de José Tolentino Mendonça (Lisboa: Quetzal, 2018), 140.

renovando-a de amor. É este Jesus, zeloso e fiel ao Pai, que se expandiu para todos em todo o universo. Evangelizou até ao fim, até à perfeição, até ao sacrifício da Sua existência terrena¹³.

Atesta Paulo Suess: «a missão é missão de uma comunidade eclesial em defesa da vida»¹⁴. Essa missão é mais uma entre muitas atividades que a Igreja realiza. Revela a actividade do homem que vai ao encontro dos outros homens, edificando e dilatando o Reino de Deus, já a partir deste mundo. Um movimento que decorre a partir da “natureza missionária” da Igreja, como diz o Papa Francisco, “de portas abertas”, uma “Igreja em saída”, cujo desiderato é o envio¹⁵.

A missão rompe os limites das fronteiras, perpassa as dificuldades da realidade sensorial e a compreensão escatológica e espiritual da verdadeira entrega, visando a realização do projecto salvífico. A missão *Ad Gentes* é a apreensão deste movimento, de quem não vive só para si, mas que olha e caminha além das fronteiras, vive e convive em sociedade com e para os outros.

A missão é acção de agir com a mesma convicção de discípulo de Jesus: A missão que Jesus comunicou à sua Igreja, realiza-se através do anúncio (Cf. Lc 4, 15-19. 43; Mt 28, 19). O anúncio do evangelho é a permanente prioridade; o chamamento à conversão e ao Baptismo (Cf. Mc 1, 15; Lc 4, 43; 11, 20). O anúncio deve ser sempre acompanhado pelo testemunho, o testemunho de vida pessoal, acima de tudo, testemunho de vida cristã que é a primeira e insubstituível forma de missão. Porém, a Igreja é chamada a dar o seu testemunho por Cristo, assumindo posições corajosas e proféticas¹⁶.

A missão da Igreja tem de se confrontar com as ambiguidades próprias do diálogo e encontro com outras culturas.

Como no-lo recorda José Nunes, «o cristianismo inicial, logo na era apostólica, confrontou-se com a verdadeira problemática missionária. Duas questões maiores tiveram de ser dirimidas: o cristianismo é religião só para os judeus ou destina-se

¹³ Cf. CEAST, 1999-2017, 397. Cf. Papa Paulo VI, «Exortação Apostólica sobre a evangelização no mundo contemporâneo: *Evangelii Nuntiandi*», 8 de dezembro de 1975, 6-7. https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19751208_evangelii-nuntiandi.html.

¹⁴ Paulo Guenter Suess, *Introdução à teologia da missão: convocar e enviar- servos e testemunhas do reino*, Iniciação à teologia (Petrópolis: Vozes, 2007). 28.

¹⁵ Cf. Papa Francisco, «Exortação Apostólica sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual: *Evangelii Gaudium*» (Paulinas, 2013). 20.

¹⁶ João Paulo II, «Carta Encíclica sobre a Missão de Cristo Redentor: *Redemptoris Missio*», 14 de setembro de 1998, https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_07121990_redemptoris-missio.html, 42 e 44; Cf. AG 13.

universalmente a todos? E, no caso de ser universal, deve a vivência da fé estar vinculada a uma só cultura (a judaica, a das “obras da lei de Moisés”)?»¹⁷.

Já nos Evangelhos, a ideia de missão, referida à figura de Jesus, é claríssima. Jesus assume-se como missionário, isto é, alguém que se sente chamado a “ir”, ou seja, enviado para desempenhar uma tarefa: «Vamos a outros lugares e aos povoados vizinhos, para pregar também por lá; pois foi para isso que eu vim». (Cf. Mc 1, 38. Lc 4, 43)¹⁸.

A Igreja, pelo seu dinamismo e espírito de entrega, é continuadora da missão de Jesus Cristo, o enviado do Pai. Por isso, a Igreja é parte do plano salvífico de Deus, que não terminou, continua. A missão da Igreja implica um deslocar-se, um ir¹⁹.

A missão é o diapasão do estilo de vida da Igreja, de portas abertas para o diálogo, e pronta a construir pontes da convivência inter-humana. A missão da Igreja em Angola, hoje, é ajudar a apagar as cicatrizes das feridas; desarmar os corações e varrer as cinzas das agruras da guerra. É de todos os angolanos a tarefa reconciliadora, mas acima de tudo, uma directiva abençoada por Deus através da Sua Igreja.

O Papa Francisco descreveu a acção e a atitude que a Igreja foi chamada a seguir:

«Vejo com clareza que aquilo de que a Igreja mais precisa hoje é a capacidade de curar as feridas e de aquecer o coração dos fiéis, a proximidade. Vejo a Igreja como um hospital de campanha depois de uma batalha. É inútil perguntar a um ferido grave se tem o colesterol ou o açúcar alto. Devem curar-se as suas feridas. Depois podemos falar de todo o resto. E é necessário começar de baixo»²⁰.

Digna de realce, é a reflexão de São João Paulo II na *Redemptoris Missio*:

«A Missão de Cristo Redentor, confiada à Igreja, está ainda bem longe do seu pleno cumprimento. No termo do segundo milénio, após a sua vinda, uma visão de conjunto da humanidade mostra que tal missão está ainda no começo e que devemos empenhar-nos com todas as forças no seu serviço. A missão específica Ad Gentes parece estar numa fase de afrouxamento, contra todas as indicações do Concílio e do Magistério posterior. Dificuldades internas e externas enfraqueceram o dinamismo missionário da

¹⁷ Nunes, «*Teologia da Missão*», 21.

¹⁸ Nunes.

¹⁹ Cf. AG 5.

²⁰ EG 95. Cf. Paulo Guenter Suess, *A Teologia da Missão à luz da Exortação Apostólica Evangelii Gaudium* (instituto humanitas Unisinos, Brasil, 2018), 10.

Igreja ao serviço dos não cristãos: isto é um facto que deve preocupar todos os que acreditam em Cristo. Na história da Igreja, com efeito, o impulso missionário sempre foi um sinal de vitalidade, tal como a sua diminuição constitui um sinal de crise de fé. É dando a Fé que ela se fortalece! A Nova Evangelização dos povos cristãos também encontrará inspiração e apoio no empenho pela missão universal. E a missão deve garantir aos não-cristãos, e particularmente às autoridades dos países aos quais se dirige a actividade missionária, que esta só tem uma finalidade, ou seja, servir o homem, revelando-lhe o amor de Deus manifestado em Jesus Cristo. O número daqueles que ignoram a Cristo e não fazem parte da Igreja está em contínuo aumento; mais ainda: quase duplicou, desde o final do Concílio. A favor desta imensa humanidade, amada pelo Pai a ponto de lhe enviar o seu Filho, é evidente a urgência da missão. Sinto chegado o momento de empenhar todas as forças eclesiais na nova evangelização e na missão *Ad Gentes*. Nenhum crente, nenhuma instituição da Igreja se pode esquivar deste dever supremo: anunciar Cristo a todos os povos»²¹.

É urgente e necessário que a Igreja hoje continue o ímpeto da missão, hoje emanada pelo seu fundador. São aceitáveis e evidentes os cuidados da Igreja “mãe” para com as Igrejas novas:

«As Igrejas jovens devem participar quanto antes da missão universal da Igreja, enviando também elas missionários que anunciem o Evangelho por toda a terra, até porque como a Igreja particular deve representar o mais possível a Igreja universal, e se esta é por natureza missionária, então toda a Igreja local o será na mesma medida. As Igrejas jovens, dos tradicionais países de missão *Ad Gentes*, têm uma responsabilidade insubstituível: devem contribuir para o património da Igreja universal com as suas riquezas e originalidade próprias»²².

1.2 Porquê memórias angolanas a partir de 1948?

Dado o incomensurável e incondicional valor da vida humana, direitos e deveres humanos, e a vocação social do ser humano, queremos relançar o grande desafio para a realização da vida por via da paz e reconciliação social.

²¹ RM 1 - 13. Cf. Nunes, *Teologia da Missão*, 7.

²² AG 22. Cf. Nunes, *Teologia da Missão*, 32.

A memória colectiva e individual angolana, é recente e ainda visivelmente quente de emoções pelas vicissitudes históricas que a colonização, as guerras frias e as tensões sociopolíticas e culturais têm provocado às populações. A aceitação da responsabilidade pelo estado e clima de vida em Angola, em que cada um é parte do problema e deve ser, conseqüentemente, parte da solução.

Foi a partir de 1948, logo após o fim da segunda grande guerra mundial, que movimentos de libertação dos países de África e Ásia começaram a emergir no cenário geopolítico internacional. Estes movimentos denominados em Angola, “Movimentos de Libertação”, são levantamentos populares contra a desapropriação; a ocupação; os maus-tratos; a utilização da pessoa como mão-de-obra barata, como animal doméstico; da selvageria (animalizar a pessoa humana); a escravatura; a colonização e o tráfico de escravos a que os filhos da terra eram sujeitos, em benefício dos estrangeiros (colonos).

Os primeiros intelectuais naturais de Angola e filhos de pais angolanos, a partir de 1948, foram demonstrando consciência patriótica, começaram a fazer publicações de cariz reformadora, expressando o sonho da liberdade. Alguns congregaram-se em associações e, posteriormente, fundaram movimentos de luta para a libertação de Angola: os nacionalistas angolanos.

Entre os nacionalistas angolanos, além do grande número de jovens da sociedade civil, entregaram-se à mesma causa da Independência de Angola: sacerdotes católicos; pastores metodistas, baptistas e toquistas; catequistas católicos e muitos outros fiéis de outras denominações religiosas.

Nesta década de 40, eram arrepiantes as desconsiderações e desvalorizações da pessoa humana dita de cor, o negro, se humano mesmo como o da raça dita branca ou inferior e mais incapaz intelectualmente. A título de exemplo, entre muitos, como os hegelianos, a ideia aludida no jornal, naquele então: “O Primeiro de Janeiro do Porto”, de 13 de 01 de 1940, que serviu de aporte para um artigo publicado com título em letras garrafais no “Boletim da Diocese de Angola e Congo” que diz: «Não podemos civilizar os indígenas da África sem os cristianizar»²³.

²³ Missionários do Espírito Santo, «Não podemos civilizar os indígenas de África sem os cristianizar», *Boletim da Diocese de Angola e Congo*, Cf. Biblioteca dos Padres espiritanos, R. Santo Amaro-Lisboa, Tipografia da Missão Católica, Luanda, 1940, 27.

Este artigo enaltecia o valor administrativo colonial no ultramar e a acção missionária enquanto serviços de bem, nada se levantando contra. Mas se com segundas intenções que matam a cultura e desvalorizam toda uma população, acabam por levantar suspeições.

Ao se definir civilização como «o processo pelo qual a humanidade se vai lentamente livrando das tenebrosas heranças de baixa animalidade e de selvageria que lhe legaram os seus antepassados»²⁴; podemos depreender que a actuação de desvalorização de carácter racial contra os “indígenas”, foi motivada por de complexos de superioridade. Quando não existem culturas maiores ou melhores e menores ou atrasadas, mas apenas culturas desenvolvidas, industrializadas ou modernizadas e civilizações com carácter socio-político e científico organizacional desde a antiguidade.

Porque a presença colonial e missionária, com o tempo de presença em Angola e Moçambique, já tem demonstrado os seus efeitos no domínio civilizacional. Tal como dizia Norton de Matos, citado pelo Boletim: «Para civilizar a África temos de cristianizá-la. Assim podemos dizer, então, que no território português já não há povos a que se possa dar o nome de selvagens»²⁵. Afinal, antes de 1842 os nossos antepassados eram tidos e tratados como selvagens!

Quando a vivência não é pautada na sã convivência por conta de preconceitos raciais (racismo), criam-se divisões e injustas submissões às minorias. Isto desumaniza e fomenta conflitos entre as pessoas. Por conseguinte, os preconceitos e outros maltratos na era colonial, deixaram mazelas e fortes resquícios de rancores que ainda têm encrespado as relações entre descendentes portugueses e descendentes indígenas, vítimas.

Foi assim que a partir de 1948, a poesia revolucionária e várias obras literárias com mensagens em linguagem muitas vezes metafórica e não só, emergiram apelando à liberdade. São os sinais de revolta e luta pelo respeito da dignidade da pessoa, pela autonomia territorial e a liberdade dos povos autóctones.

Em 1948, personalidades como Fernando Castro Soromenho; Ralph Delgado; António Agostinho Neto, o poeta maior; António Jacinto; Viriato da Cruz; Mendes de Carvalho (Uanhenga Xitu); Mário Pinto de Andrade; o Cónego Manuel das Neves; entre muitos outros, posteriormente, o próprio Bernardo Alves Baptista “Nito Alves” (1945-1977) doaram as suas vidas empostando

²⁴ Missionários do Espírito Santo. 27.

²⁵ Missionários do Espírito Santo. 27.

qualidades intelectuais, literárias, políticas, artísticas e acima de tudo, a música e a poesia, para reivindicarem o direito de determinação do povo Angolano.

1.2.1 A memória na história

Entendemos nós, a memória na história enquanto registo narrativo dos factos ocorridos, como na memória enquanto capacidade de armazenamento de factos ou o dito registo de uma experiência vivida.

A memória histórica iliba a pessoa humana da descontinuidade em relação ao tempo e os acontecimentos. A memória histórica engendra o homem numa contínua revivência do passado, hoje e amanhã, enquanto armazenamento vivo e ininterrupto que comunica factos marcantes.

De acordo com o historiador João Vasconcelos:

«Mexer no passado é contrariar este eterno presente em que vivemos. Hobsbawn chamou-lhe “presente contínuo” e François Hartog chamou a expressão de “presentismo”. Isto constitui a maior ameaça à pluralidade da memória e corporiza, segundo o historiador Fernando Rosas, “um quotidiano sem qualquer relação orgânica com o passado público da época atual”. A desmemória torna-se assim o resultado desse “apagão seletivo”, onde o presente é um lugar habitado apenas pelo imediato, sem passado e sem futuro»²⁶.

Tal como é a memória, um trabalho contínuo sempre capaz de se sobrepor a processos estruturais pré-estabelecidos, propomos que se privilegie a reaproximação, o diálogo em prol do retorno à convivência inter-humana para que a todos os angolanos, decaídos e desolados, lhes seja devolvida a paz; a paz que os ressocializa no seu solo pátrio e fora dele.

Visando corrigir o passado marcante de tenções, para o bem-estar da pessoa humana, associamos a memória e a história, enquanto sínteses de registos intemporais, ao coração humano capaz de gerar o perdão mútuo. Contudo, não queremos com isto reduzir a memória a um tipo de reconstrução seletiva do passado, Deus nos livre desta tentação! Queremos unicamente que se reconheça, em cada angolano, uma memória do passado recente.

A vivência hoje, depois de um passado atroz e inteiramente marcado por sequelas mordazes, a paz, a convivência inter-humana, a inclusão e a unidade, são o elevador para o edifício da reconciliação entre todos os angolanos.

²⁶ João Vasconcelos, *Resgatar a Memória do 27 de maio de 1977 em Angola*, acedido 19 de janeiro de 2023, <https://www.esquerda.net/opiniaao/resgatar-memoria-do-27-de-maio-de-1977-em-angola/48893>.

1.2.1.1 O que é a memória?

De acordo com Philippe Joutard: «A memória tem uma relação directa, afectiva com o passado, visto que ela é, antes de tudo, memória individual, lembrança pessoal de acontecimentos vividos». E faz-nos perceber que através da memória acontece o fenómeno “reconhecimento»²⁷.

Desta feita, aduzimos o fenómeno “reconhecimento” como sendo a chave e mola impulsionadora para a reconciliação e, por isso, escalonamos uma metodologia de ressocialização que passa pela reaproximação, diálogo e inclusão.

No entanto, há vários tipos de memória. O nosso objectivo é focalizarmo-nos na memória enquanto capacidade de reter e recordar factos anteriormente vivenciados ou ouvidos, sobretudo, aquelas revivências dolorosas e vitimizadoras, inclusive, os factos históricos que transformam o próprio homem em memória porque traumatizado e marcado dentro e fora de si pela história.

1.2.1.2 A memória no sentido psicológico

A memória é a faculdade psíquica através da qual se consegue reter e relembrar o passado. Pela mesma palavra também nos referimos à lembrança/recordação que se tem de algo já ocorrido, e à exposição de factos dados ou motivos que dizem respeito a um determinado assunto.

As memórias angolanas são todos os angolanos, são as vítimas dos acontecimentos que marcaram e continuam a marcar a história. Por conseguinte, as memórias são as pessoas e instituições, autoras e vítimas, das consequências do passado recente com sinais ainda bem visíveis.

Todas as famílias angolanas, directa ou indirectamente, viveram e sofreram as consequências da colonização, da escravatura, do tráfico de escravos, das deportações e as agruras das guerras entre os movimentos nacionais.

Sobretudo no pós-independência e no 27 de Maio, Angola viveu as piores chacinas perpetradas pelos próprios angolanos contra angolanos iguais. Um passado de indiscreíveis crueldades que dividiu famílias; torturou pais, esposas e filhos. Houve até bárbaros assassinatos de pais nas próprias casas, aos olhos do resto da família; crianças feitas carregadoras de materiais de guerra; mulheres, adolescentes e crianças usadas, abusadas e mortas em nome da guerra, etc.

Memórias: sempre que nos lembramos dos momentos que traumatizaram as mentes angolanas, como a colonização, a divisão arbitrária das fronteiras, a escravatura, as guerras, as separações

²⁷ Philippe Joutard, *Reconciliar História e Memória?*, Escritos, Ano nº 1, 2007, (223–236), 223.

das famílias, as lutas tribais, a fome, as “mutilações”, maus-tratos, submissões, cativos, perseguições, deportações, prisões arbitrárias, chacinas, assassinatos, massacres, genocídios, decapitações, bombardeamentos, fuzilamentos, torturas, raptos, e tudo o mais. «Memórias recalçadas»²⁸.

Enquanto a memória é reviver também acontecimentos ou factos positivos como: o cessar-fogo, a paz, as ajudas caritativas e filantrópicas, as grandes partidas desportivas, as vitórias, as festas, viagens e progressos académicos e tecnológicos, prémios e galardões, casamentos, ordenações ou emissões de votos religiosos, profissões de fé.

Apesar de existirem múltiplas definições e interpretações sobre a memória, alinharemos no conceito humanístico ou personalístico para designar a (s) pessoa (s), seres humanos vítimas de vicissitudes, más recordações, que são testemunhas ou testemunhos que directa ou indirectamente “sobrevivem” marcados. É assim que se apresentam os outros tipos de memórias.

1.2.1.3 Outros tipos de memórias

Há vários tipos de memórias e que podem ser até ferramentas de recordação ou reservatórios documentais. A memória é também sinónima de memorando, isto é, acordo (documento) rubricado, uma lembrança de qualquer coisa (uma reunião marcada, uma consulta médica, pagamentos de facturas de telefone ou televisão, etc.). Obviamente, também se pode denominar memória a um monumento comemorativo, como é o caso do busto que se propõe erguer pela paz e reconciliação em Angola, em todas as cidades administrativas do Estado.

As memórias caracterizam-se segundo a sua capacidade, durabilidade e abrangência:

- a) Segundo a sua capacidade de registo e durabilidade: memória de fixação; memória de conservação; memória de evocação; e, memória de reconhecimento²⁹.

A memória de fixação: além da fixação espontânea é também voluntária, dependendo, especialmente, da extensão (ou quantidade) do material a reter.

A memória de conservação: neste aspecto, a memória é algo vivo, mas com o tempo sofre transformações-deformações que vão até ao esquecimento. O esquecimento acontece como

²⁸ Henry Gleitman, Alan J. Fridlund, e Daniel Reisberg, *Psicologia*, ed. Danilo Silva, 10ª ed (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Serviço de Educação e Bolsas, 2011), 382.

²⁹ Cf. Aragó J.M. Mitjans, «Memória», em *Enciclopédia Luso-brasileira de Cultura* (Lisboa: Verbo, 1991), 280-281

influência negativa na chamada inibição retroativa; isto é, se interpolamos o trabalho de fixação com uma matéria similar, diminui a fixação-conservação em consequência da interferência.

A memória de evocação: a memória é muitas vezes espontânea: nela brotam de repente imagens do passado; nela influem as leis de associação (contiguidade espacial, temporal, semelhança, contraste, substituição e temperança).

A memória humana funciona imperiosamente determinada pelo cérebro. É a partir da função cerebral que ocorrem as conexões sinápticas entre os neurónios, pois é o repositório passivo da experiência do ser humano, a partir do córtex³⁰.

Tal como foi demonstrado com a “curva do esquecimento” (*Ebbinghaus*)³¹, a função do tempo decorrido, será a porta de saída ou esperança de Angola? Os homens sucedem-se geracionalmente, mas o sofrimento e os problemas são dívidas que transitam de geração em geração. Por isso, entendemos nós, um problema mal resolvido ou atirado ao esquecimento, é um barril de pólvora. A história é mestra da vida; o tempo apaga até as cicatrizes, mas a memória conserva os acontecimentos. Daí o alcance e a abrangência da memória.

b) A memória segundo o seu alcance ou abrangência³²:

Memória a **curto prazo**, (a que ocorre em consequência da simples excitação da sinapse para reforçá-la ou sensibilizá-la transitoriamente);

Memória a **longo prazo**, (reforço permanente da sinapse graças a activação de certos genes e à síntese das proteínas correspondentes);

Memória de **procedimento**, ou seja, memória *não declarativa, a de armazenamento de informações* que não podem ser expressas verbalmente, tais como as habilidades intelectuais ou motoras;

Memória **declarativa**, a utilizada para armazenar e recordar acontecimentos como raciocínios, criação de ideias, dados que os sentidos tenham recebido, entre outros;

Memória **imediate**, que dura poucos segundos, instantânea ou relâmpago, porque imediatamente descartada pelo cérebro;

³⁰ Cf. Gleitman, Fridlund, e Reisberg, *Psicologia*, 386-388.

³¹ Cf. Aragó J. M. Mitjans, *Memória*, 281.

³² Cf. Gleitman, Fridlund, e Reisberg, *Psicologia*, 344-348.

A memória **colectiva** é um conceito historiográfico definido como um repositório abstrato de informações referentes a uma comunidade, grupo ou lugar que se constitui a partir de memórias individuais em seu processo de interação social. Esta característica é a que mais tipifica a nossa reflexão, da qual distinguimos: Memória colectiva e memória singular ou individual.

1.2.2 O direito à memória

Não queremos trazer à colação uma abordagem jurídica no âmbito do Direito, mas apenas uma reflexão de carácter social e moral no que aos Direitos Humanos diz respeito. O direito à Memória é para nós a consciência do que aconteceu. A oportunidade de conhecer a nossa história.

Um povo que não conhece o seu passado é um povo condenado a repetir os mesmos erros do passado. Saber sobre os acontecimentos que marcam profundamente a sua origem, o seu presente e o seu destino é conhecer-se a si mesmo. A pessoa se torna um ser humano de verdade quando conhece a sua história e assim compreende o resto que o circunda para ser capaz de dominar o meio e vencer os obstáculos que o apoquentam.

João Vasconcelos sobre os acontecimentos do 27 de Maio de 1977 em Angola, cita Marc Ferro, na sua obra “Falsificações da História” quando diz: «controlar o passado ajuda a dominar o presente, a legitimar ascendentes e contestações»³³. Entendemos assim, a importância do direito à memória para que o passado que não nos é dado a conhecer, não nos atraíçoe. O passado que mais se divulga, não é o que realmente se passou, mas o da conveniência e por isso falseado e manipulado.

A história exerce uma dupla função: terapêutica e militante³⁴. Um dos primeiros exemplos poderá ser a história ensinada aos alunos do continente africano no que diz respeito aos problemas actuais do continente, assim como do seu passado; sobre o esplendor dos grandes impérios do passado africano em paralelo ao declínio da Europa Medieval; e sobre a história militante sobre as manipulações do regime estalinista. Sem dúvida, deturpação da história do 27 de maio angolano, pode ser perfeitamente enquadrada entre o diapasão da terapêutica e militante. Será que a subversão da história visa atingir determinados fins?

Podemos dizer que o “dever de memória”, é o de fazer justiça à vítima, ao qual, a história ferio ou mutilou, em como tal, o país contraio incalculável dívida e, por conseguinte, tem o dever e a

³³ João Vasconcelos, *Resgatar a Memória do 27 de maio de 1977 em Angola*.

³⁴ Cf. João Vasconcelos.

obrigação de saldar, fazendo ao menos os deveres culturais e tradicionais do óbito e da certificação documental. No caso concreto de Angola, esse problema moral focamo-lo sobretudo no âmbito do reforço à paz perdoadando e não do da justiça retributiva. Porém é em relação ao esquecimento (*amnistia*) e ao perdão.

Porque a memória é um direito, o esquecimento é também, tal como dirá Paul Ricoeur um “dever de esquecer” que concorre para a possibilidade de reconciliação com o passado por meio do perdão³⁵. Apelamos para o sentido de implementação política da justa memória. Tal sentimento, expressa João Vasconcelos, ao dizer que estamos perante as “omissões, ou esquecimentos” da história sob três prismas³⁶:

- a) aquela em que os historiadores, escritores ou outros actores servem uma causa, legitimando a ação do poder (aqui a história exerce uma função legitimadora), caso das manipulações na ex-URSS, ou respeitante ao 27 de maio;
- b) uma outra que deriva da sociedade em cumplicidade com os seus historiadores, (aqui a história é função da honra), por ex: os massacres esquecidos dos índios pelos americanos, ou o genocídio arménio pelos turcos, Angola tem inúmeros exemplos funestos;
- c) aquela que é o produto da arte e da ciência dos historiadores e escritores, (neste caso, a história exerce uma função de exorcismo).

Ao descrever o esquecimento do passado, o controlo e o direito à memória, Vasconcelos cita o antropólogo social Paul Connerton na sua obra: “Como as Sociedades Recordam” em que esclarece: «o controlo da memória de uma sociedade condiciona largamente a hierarquia do poder»³⁷. Na mesma perspectiva, Vasconcelos faz referência ao jornalista Miguel Carvalho, que escreveu a obra: “Quando Portugal Ardeu”, sobre a violência política depois do 25 de abril, e diz: «quanto mais o presente instrumentalizar o passado unificando-o e manipulando-o, mais [se] deve (...) combater o esquecimento, a amnésia, sem que para tal [se] tenha de impor uma Verdade»³⁸.

³⁵ Paul Ricoeur, *A Memória, A História, O Esquecimento*, 7ª (São Paulo-Brasil: Editora UNICAMP, 2018), 17.

³⁶ Cf. João Vasconcelos, *Resgatar a Memória do 27 de maio de 1977 em Angola*.

³⁷ João Vasconcelos.

³⁸ João Vasconcelos.

O passado é uma referência obrigatória para quem quer evitar os erros anteriores. O Hoje está tal como está porque muitas memórias se esqueceram do passado, e em consequência, temos um presente indesejado e comprometedor do futuro.

Faltou-nos mais coragem e vontade pela verdade? Como mexer no passado para contrariar este condenado (comprometido) presente em que vivemos? É ao que Hobsbawn chamou “presente contínuo” e François Hartog, “presentismo”. Isto constitui a maior ameaça à pluralidade da memória e corporiza, segundo o historiador Fernando Rosas, “um quotidiano sem qualquer relação orgânica com o passado público da época atual”. A desmemória torna-se assim o resultado desse “apagão seletivo”, onde o presente é um lugar habitado apenas pelo imediato, sem passado e sem futuro³⁹.

Em Angola, sempre aconteceram, e certamente ainda acontecem, mortes de cidadãos, raptos e prisões arbitrárias de pessoas. São fenómenos que empobrecem e perigam ainda mais a qualidade de humanismo e socialização na convivência inter-humana.

Para nós, a memória é um valor e um imperativo da dignidade humana. Pois, o homem vive no presente, consciente do que aconteceu, acontece, e perspectivando expectante, o que há de acontecer.

«Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará» (Jo 8, 32.). A verdade que liberta é a verdade do conhecimento de si, do outro e do meio que te circunda.

A verdade de saber o que é, o porquê e o para quê dos factos e quais os seus feitos, para se projectar um futuro isento dos erros do passado; ou seja, a projecção de um futuro melhor. Portanto, a memória é um direito e uma referência inalienável na pessoa humana.

1.2.2.1 Memória e esquecimento

A memória é no homem uma capacidade simbólica de conhecimento que o permite avaliar e traçar estratégias para a sua progressão e domínio do meio e das circunstâncias cósmicas. Por isso, direito natural e referência inalienável.

³⁹ Cf. João Vasconcelos.

Esse elemento referencial do ser humano, memória, é acompanhado pelo esquecimento que é o apagamento, seja momentâneo ou definitivo do conhecimento retido, mas não supõe não saber. Tal como diz o dito popular, o saber é tudo aquilo que fica depois de tudo ser esquecido.

De acordo com P. Ricoeur, «o esquecimento diz respeito à noção de rastros cerebrais e impressões psíquicas»⁴⁰. Neste contexto, o esquecimento tem igualmente um pólo activo ligado ao processo de rememoração, essa busca para reencontrar as memórias perdidas, que, embora tornadas indisponíveis, não estão definitivamente desaparecidas.

Posto que para reencontrar uma experiência traumática da infância socorremo-nos à ajuda de procedimentos específicos que P. Ricoeur chama “*talking cure*”, a que Freud atribui as «resistências solidamente instaladas, compulsão para repetir em vez de se recordar»⁴¹.

Rememorar é uma forma de trabalho; como é o trabalho do luto, ao qual Freud consagra um outro ensaio importante, “Luto e Melancolia”. Pois, se adequarmos ao contexto angolano, estaríamos de acordo com o que Pierre Nora apelidou por “era da memória generalizada”⁴².

O trabalho do luto terá de ser realizado em toda extensão do país, seguindo os padrões e valores socioculturais, para se efectivar real e seriamente a reconciliação.

Não há memória sem esquecimento. Ambos os fenómenos funcionam cruzados e entrelaçados inversamente: um é o antónimo do outro, mas inseparáveis no ser humano.

Sem paradoxo algum, o que se faz constitutivo da memória é o “esquecimento”⁴³:

«A memória é terrivelmente seletiva e se concentra sobre alguns factos. O esquecimento é de duas ordens: há o esquecimento daquilo que parece insignificante e não merece ser lembrado; e há o “esquecimento de ocultação”, o esquecimento voluntário, aquele do qual não se quer ter lembranças, porque ele perturba a imagem que se tem de si. A memória sabe também transformar, consciente ou inconscientemente, o passado em função do presente, apresentando a tendência particular de embelezar este passado. Ela se define ainda pela capacidade de recorrer

⁴⁰ Paul Ricoeur, *A Memória, A História, O Esquecimento*. 17.

⁴¹ Paul Ricoeur. 37.

⁴² Cf. Paul Ricoeur. 438.

⁴³ Cf. Joutard, «Reconciliar História e Memória?», 223.

ao simbólico e por sua aptidão para criar mitos, que não são visões falsas da realidade, mas uma outra maneira de descrever o real, uma outra forma de verdade»⁴⁴.

Em nosso entender, são memórias as pessoas que viveram e experimentaram na carne e no osso experiências que ficaram gravadas em determinado momento da vida e continuam a actualizar, dolorosamente, aquelas mesmas vivências ao longo da vida pelas recordações ou reencontros circunstanciais, criando nelas um sentimento de revolta ou vitimização pelo choque psico-visual.

Olhando, grosso modo, ao que na generalidade se depreende por memórias, e aludindo a uma visão simplesmente gramatical e etimológica, é «a função da capacidade do psiquismo para conservar os conteúdos das vivências para além do “agora e aqui” em que foram vividos, com a possibilidade de actualizá-los em momentos posteriores (*Lersch*)»⁴⁵.

Olhando para o comportamento humano, a nível psicológico, podemos distinguir dois tipos de memórias: uma memória experiencial ou *mneme* (*Klages*) e a memória em sentido estrito ou recordação⁴⁶.

De acordo com Mitjans, na memória Experiencial, «o passado não se dilui, mas antes está implicitamente e influi activamente orientando as nossas percepções e sentimentos, intimamente relacionada com os nossos hábitos (Pieron), sem, contudo, chegar a entrelaçar-se com a nossa consciência em forma de recordação»⁴⁷.

A memória em sentido estrito ou recordação, segundo Aragó Mitjans:

«torna-nos presente o passado como passado. Essa evocação pode dar-se ora de forma imperfeita ou concreta, como acontece nos animais superiores, tal como o indicam S. Tomás e Cajetan, e o comprova a psicologia moderna, ora de forma perfeita ou substrata que implica a captação do tempo e uma certa superação da temporalidade (Sto. Agostinho), sendo por isso, tipicamente humana»⁴⁸.

Comportamentos que se apresentam intimamente entrelaçados e condicionados. No entender de Philippe Joutard, «no sentido estrito do termo, não existe memória que não seja individual. Não é,

⁴⁴ Joutard.

⁴⁵ Aragó J. M. Mitjans, «Memória».

⁴⁶ Cf. Aragó J. M. Mitjans. 280.

⁴⁷ Aragó J. M. Mitjans.

⁴⁸ Aragó J. M. Mitjans, 280-281.

contudo, abusivo falar, paralelamente, em memória colectiva, ainda que muitos especialistas de ciências sociais contestem o termo»⁴⁹.

Philippe Joutard, fez questão de aprofundar um estudo comparativo entre a história e a memória e fez a seguinte afirmação: A memória e a história são duas vias de acesso ao passado paralelas e obedientes a duas lógicas distintas. E cita Paul Ricoeur dizendo que este opõe “a fidelidade da memória” à “verdade da história”. Hoje elas parecem antagónicas⁵⁰. E explica:

Partindo de três exemplos, Philippe Joutard, explica o que hoje é o antagonismo da história e da memória⁵¹:

- a) O primeiro é o que o mesmo autor chama de uma narrativa pessoal;
- b) o segundo é sobre o filme *Shoah* (termo da língua iídiche usado para definir o holocausto judeu; o assassinio em massa do povo judeu sob o regime nazi alemão durante o período 1941-1945; o Holocausto) de 1986, lançado por Claude Lanzmann sobre o extermínio Nazista dos judeus;
- c) e o terceiro é o fenómeno que o autor chama “hoje a França”, o que acontece também noutros países em que a “memória suplantou a história”⁵².

Chamando para este caso a reflexão da professora catedrática de Filosofia da faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Maria Luísa Ribeiro Ferreira, plasmado na revista *Brotéria*, em que descreve falando de Primo Levi e a sua concepção de perdão: «Embora a *Shoah* não esteja presente em todos os seus escritos, a ela regressou muitas vezes»⁵³. E a catedrática faz explícita referência à obra de Levi intitulada “os que sucumbem e os que se salvam (1986) cujo tema ou título é realmente expressão de reconciliação advinda de um perdão com conhecimento de causa.

Na sua reflexão, a professora catedrática diz: «Igualmente recorrente na sua obra é a interrogação sobre a especificidade do humano, apresentando-o como algo não dado, mas que se conquista; algo que se perde, como foi demonstrado a vários níveis na

⁴⁹ Joutard, *Reconciliar História e Memória?*, 224.

⁵⁰ Cf. Joutard, 225.

⁵¹ Cf. Joutard.

⁵² Cf. Joutard.

⁵³ Maria Luísa Ribeiro Ferreira, *Filosofia e História: Perdoar, Compreender, Esquecer*, *Brotéria*, Cristianismo e Cultura, 189 2/3, n.º Agost/Set 2019 (2019): 275–85, 278.

experiência dos campos de concentração, a nível dos carrascos, mas também das vítimas, na sua inevitável colaboração em ordem à sobrevivência»⁵⁴.

De acordo com Maria Araújo e Myrian dos Santos, «a memória não proporciona a revelação de uma verdade absoluta, ela facilita-nos constituir e seleccionar os factos ocorridos a partir de interesses conflitantes e crivar»⁵⁵. As autoras esclarecem dizendo: «a memória opera a partir de um processo selectivo e pode se tornar uma arma política para as vítimas de guerras e genocídios, em que o esquecimento estabeleceu sua hegemonia»⁵⁶.

Não é redundância dizer que a memória funciona apenas para seleccionar factos, situa, re-situa e põe-nos em sintonia com o passado. A memória lembra-nos das ocorrências e factos sucedidos. No dizer de Max Scheler, a memória «apresenta situações em que os indivíduos e comunidades, ao se voltarem para o passado, podem ser incapazes de transmitir o aprendizado oriundo da experiência e da dor»⁵⁷.

De acordo com Maria Araújo e Myrian dos Santos, a memória não obedece apenas à razão por que ela também está relacionada, por um lado, a tradições herdadas, que fazem parte das nossas identidades, que estão fora do nosso controlo, e, por outro, a sentimentos profundos, como amor, ódio, humilhação, dor e ressentimento, que surgem independentemente de nossas vontades⁵⁸.

Este sistema metodológico de aproximação, permite incluir a dimensão crítica do conhecimento histórico no seio do trabalho de memória e de luto que é o caminho ao qual prosseguimos, obviamente.

Para nós, a memória é um processo destinado a libertar a consciência pessoal e colectiva de todas as formas de ressentimento ou violência que é herança de culpas do passado no indivíduo.

O reconhecimento da culpa por via do processo reflexivo e introspectivo, é resultante do conhecimento e reconhecimento do passado; este é o caminho para a reconciliação efectiva e verdadeira. Daí, o correspondente momento de reflexão, introspecção, tolerância, e consequentemente a reconciliação que gera a inclusão e a unidade social.

⁵⁴ Maria Luísa Ribeiro Ferreira. 279.

⁵⁵ Maria Paula Nascimento Araújo e Myrian Sepúlveda dos Santos, *História, memória e esquecimento: Implicações políticas*, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 79 (1 de dezembro de 2007): 95–111, <https://doi.org/10.4000/rccs.728>, 96.

⁵⁶ Araújo e Santos. 96.

⁵⁷ Araújo e Santos, 96.

⁵⁸ Cf. Araújo e Santos.

1.3 Reconciliação Social

A Reconciliação social inclui todos os angolanos e não só, todos os que em Angola ou por causa de Angola: crentes e não crentes, religiosos, agnósticos, ateus, neutros ou sem religião, foram vítimas dos acontecimentos históricos que criaram divisões e inimizades. O nosso apanágio é a unidade social e a reintegração dos homens e mulheres nas suas famílias, culturas, religião e sociedade em geral para uma sã convivência social e integral.

Pensamos numa unidade cívica de pessoas livres e em paz consigo mesmas, com Deus e entre elas. Homens e mulheres filhos de uma nação, mãe que a todos os filhos ampara, protege os seus direitos, por lei, em que cada filho se sinta útil e no dever de contribuir com os seus deveres e obrigações enquanto cidadão.

O nosso empenho vai mais no sentido e significação da reconciliação tal como do latim se traduz para o português, Reconciliar: “*reconcilio, reconciliare*”, juntar, unir, tornar adequado, reunir e também conciliar que é: juntar a, anexar, restaurar, pacificar, reconduzir⁵⁹.

Com o tempo, a palavra “reconciliação” vem apontando para a mudança nas relações entre os indivíduos que muitas vezes são de hostilidade, quando tudo antes começa bem. Por isso, aludimos grandemente à situação sociorelacional inter-humana tal como o sentido grego: “reconciliar”, *katallassō* que significa “mudar”, “trocar”, no caso para as pessoas, “mudar de inimizado para amizade, reconciliar”⁶⁰.

Consideramos a Reconciliação, um acto de restabelecimento de boas e salutare relações entre as pessoas; re-congregar, congraçar, transformar a má imagem que se tinha de alguém; restituir a liberdade a outrem.

O processo de reconciliação é um acto de expressão de vontades que desata o nó de problemas que embaraçam a convivência social entre os homens. O nó de problemas, é desatado pelo diálogo que reaproxima e devolve a ambos o sentimento de confiança mútua pela necessidade de liberdade e paz que todo homem tem.

⁵⁹ Cf. Priberam Informática S.A PRIBERAM, «Reconciliação», Dicionário Priberam, acedido 20 de janeiro de 2023, <https://dicionario.priberam.org/reconciliação>., 29/10/2021, 18:40.

⁶⁰ H. Vorländer e Coenen, Lothar-Beyreuther, Erich Bietenhard, Hans, *Reconciliación*, em *Diccionario teologico del Nuevo Testamento* (Salamanca: Ediciones Sigueme, 1987). 36-41, 36.

Por isso, a “reconciliação” é primeiramente o que Deus realiza nos homens como Dom da Sua graça beneficiando o homem, frágil por natureza. Bem sabemos que quem reconcilia os homens é, antes e acima de tudo, Deus que em Cristo e com a força do Espírito Santo, nos reconciliou Consigo. A reconciliação é um facto teológico na dimensão trinitária pela Omnipotência de Deus na Sua unidade inseparável.

1.3.1 A origem da reconciliação

O autor da acção reconciliadora é Deus. O resultado da Sua acção é a renovação, ou seja, Deus faz dos reconciliados “novas criaturas” como se de uma nova criação se tratasse (2Cr 5, 17). A reconciliação implica uma total renovação que coincide com a “justificação” (Rm 5, 9 s). É por intermédio da reconciliação que todos os homens têm “acesso ao Pai” (Cf. Ef 2, 18), que com o Seu perdão santifica os homens (I Cr 1, 22)⁶¹.

«A situação do universo foi transformada pela reconciliação operada em Cristo. As coisas antigas caducaram e tudo se fez novo (Cf. II Cr 5, 14-17). A paz estendeu-se a todo o cosmos, tanto ao céu como à terra, que desde agora encontrou em Cristo o princípio da sua reorganização (Cf. Cl 1, 20). A nova criação iniciou-se em Cristo, o “homem novo”, no qual são reconciliados e reunidos, sem distinção, judeus e gentios (Cf. Ef 2, 15 s)»⁶².

Porém, porquê, depois de reconciliados por Cristo, ainda, homens de Igreja, cristãos e outros religiosos, continuam a guerrear, vingando-se uns aos outros como forma de represálias?

Em termos espirituais, o Novo Testamento anuncia um novo comportamento do homem reconciliado. O novo paradigma da Aliança estabelecida entre Deus e o seu povo realizou-se em Cristo: Cristo reconciliou os homens com Deus.

No Sermão da Montanha encontramos delineados os traços essenciais da nova vivência: A Lei do Talião (“*lex talionis*”), que foi sempre um código de justiça ou pena retributiva (a lei de vingança), foi abolida por Cristo. (Cf. Ex 21, 24). Agora, «Vocês ouviram o que foi dito: Olho por olho, e dente por dente. Eu, porém, digo-vos: Não oponhais resistências ao mau, mas se alguém te bater na face direita, oferece-lhe também a outra». (Mt 5, 38 - 39).

⁶¹ Cf. J. E. Martins Terra, «Reconciliação», em *Enciclopédia Luso-brasileira de Cultura* (Lisboa: Verbo, 1991). 1884.

⁶² Cf. J. E. Martins Terra, 1885.

As parábolas, como a do credor sem compaixão, refletem a bondade de Deus que deve repercutir na actitude da Igreja em face do homem (Mt 18, 23).

A reconciliação, tal como aparece nos textos paulinos, tem grande paralelismo com a noção joanina de amor (Cf. Rm 5, 8): «Deus faz resplandecer seu amor por nós» e II Cr 5, 14: O amor de Cristo nos compele (...) comparando com I Jo 4, 10⁶³. Nisto consiste o amor: não em termos amado a Deus, mas por Ele nos ter amado primeiro.

«A obra da reconciliação foi realizada em Jesus Cristo, o Filho (Rom 5), o primogénito de toda a criação» (Cl 1, 15); mais precisamente a reconciliação foi consumada na morte de Cristo na Cruz. Cristo morreu por nós (Rm 5, 6-7) por todos (II Cr 5, 18-21). Mas o efeito da reconciliação (redenção subjectiva) deve ser aplicado a cada indivíduo até à ressurreição final (da qual ele é o evento anunciador, Rom 11, 5), “através do ministério da reconciliação” (II Cr 5, 18) realizado pela Igreja. Os homens devem cooperar com a iniciativa reconciliadora de Deus, acolhendo o dom de Deus: “Nós vos suplicamos em nome de Cristo, deixai-vos reconciliar com Deus”» (Cf. II Cr 5, 20)⁶⁴.

Ao contribuímos para o processo de reconciliação nacional em Angola, cruzamos os sentidos e significados das palavras conciliação e reconciliação. Dado que reconciliação não é ter a uma mesma opinião sobre um determinado assunto, mas sim, ser respeitado como um entre os outros ou um como o outro⁶⁵.

Vimos propor bases de possíveis buscas de soluções e acordos para a unidade entre os angolanos. Unimo-nos aos esforços tendentes à conjugação de sinergias no que tange à reconstrução do país e da paz social.

Queremos restabelecer laços de amizade, espírito patriótico e de cidadania entre homens e mulheres que estavam desavindos por conflitos ideológicos, partidários, e culturais associados à política bélica.

1.3.2 A reconciliação é um facto Teológico

A sabedoria bíblica, que é de Deus, leva o homem a não se deixar dominar pelo rancor, pela ira e por sentimentos de vingança. Estes sentimentos são abomináveis e criam uma barreira impenetrável na relação entre Deus e o homem, ou, a relação entre os homens e os homens com a

⁶³ J. E. Martins Terra.

⁶⁴ Cf. J. E. Martins Terra, 1885.

⁶⁵ Cf. Bizimenyera, *A reconciliação segundo 2 Cor 5,14-21, 18*.

natureza. O “sábio”, isto é, aquele que pretende ter êxito e ser feliz, é capaz de perdoar as ofensas e de ter compaixão pelo seu semelhante, vivendo assim na amizade com Deus.

Tais são os repudiados costumes contraproducentes de guardar rancor e vingar-se, de que a Sagrada Escritura tanto desaconselha. Os homens que necessitam de paz e a procuram, devem ter o bom senso possível e reconciliar o positivo cultural ao religioso, ou seja, a unificação dos valores conducentes à paz e ao bem-estar social, tal como o alvitre em Sir 27, 33 - 28, 9:

«O rancor e a ira são coisas detestáveis, e o pecador é mestre nelas.

Quem se vingará sofrerá a vingança do Senhor,
que pedirá minuciosa conta de seus pecados.

Perdoa a ofensa do teu próximo

e, quando o pedires, as tuas ofensas serão perdoadas.

Um homem guarda rancor contra outro e pede a Deus que o cure?

Não tem compaixão do seu semelhante

e pede perdão para os seus próprios pecados?

Se ele, que é um ser de carne, guarda rancor,

quem lhe alcançará o perdão das suas faltas?

Lembra-te do teu fim e deixa de ter ódio;

pensa na corrupção e na morte, e guarda os mandamentos.

Recorda os mandamentos e não tenhas rancor ao próximo;

pensa na Aliança do Altíssimo e não repares nas ofensas que te fazem».

Ora vejamos, Jesus Cristo, ensina-nos no Pai Nosso: «Pai, perdoa-nos as nossas ofensas, assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido» (Cf. Mt 6, 9 – 13). Quem se recusa a perdoar ao irmão, como poderá alcançar o perdão de Deus? É contratestemunho dizer a Deus, “Pai perdão”, quando no dia a dia o homem não é capaz de dar um perdão ao seu irmão que lhe pede, e diz: “quem me suja não me limpa”. Como, e de que forma espera receber de Deus o perdão de que necessita?

Deus é Amor eterno e Verdade absoluta, que equivale à sua misericórdia e perdão, conducentes ao amor, misericórdia e perdão devidos na convivência entre os homens. No amor salvífico de Deus, encontra-se o reconhecimento e confissão da culpa, associados à certeza da misericórdia

divina (Sl 51, 3). O Senhor de Misericórdia (Sb 9, 1) é o Deus “compassivo e misericordioso, que perdoa os pecados e a seu tempo, salvará a humanidade inteira”⁶⁶.

No Novo Testamento, o perdão de Deus, e toda a magnificência do Seu amor, incarnam na pessoa de Jesus Cristo. Este assume-se, assim, não como representante do amor de Deus, mas como a própria encarnação deste, revelando-O na Sua vida, com palavras e acções.

A amplitude e profundidade da Sagrada Escritura tornam impossível realizar uma recolha exhaustiva de todas as palavras e expressões que falem de amor e perdão (sob o risco de todos estes conceitos estarem patentes em todas elas). Porém, no pressuposto de que «a seriedade do perdão e da confissão não se verificará apenas num relato, mas numa série de narrativas, numa série de interrupções de relatos que a Bíblia nos dá a ler e a experimentar»⁶⁷. Poder-se-á recorrer a algumas narrativas, ilustrando-as e fazendo recurso a outras, para facilitar o adentramento no conceito de perdão, a partir da perspectiva bíblica e, particularmente, da sua encarnação em Jesus Cristo.

A Igreja é tocada pelo pecado dos seus filhos: santa, enquanto tornada tal pelo Pai mediante o sacrifício do Filho e o dom do Espírito, assume em si o pecado daqueles que ela própria gerou no baptismo, tal como Jesus Cristo assumiu o pecado do mundo (Cf. Rm 8, 3; II Cr 5, 21; Gl 3, 13; I Pd 2, 24)⁶⁸. Daqui a autoconsciência eclesial de que ela não é só uma comunidade de eleitos, mas tem no seu seio os justos e os pecadores do presente, assim como os do passado, na unidade do mistério que a constitui.

A Igreja hoje, mesmo lutando pela cicatrização das feridas do passado, está chamada a solidarizar-se compassivamente à dor de quem sofre. Por isso, a Igreja, una no tempo e no espaço, em Cristo e no Espírito, é verdadeiramente santa e simultaneamente sempre necessitada de purificação⁶⁹.

⁶⁶ Cf. Bento XVI, *Carta Encíclica: Caritas in veritate*, AAS 101. 641-709 (Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2009), 1.

⁶⁷ Paul Beauchamp, «La bible et les formes du langage ou le texte du pardon (Daniel 9)», in *Esprit*, in *Esprit*, agosto de 1988, 212.

⁶⁸ Cf. Comissão Teológica Internacional, *Memória e Reconciliação: a Igreja e as culpas do passado* (Vaticano, Roma, 2000), 3.
https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_con_cfaith_doc_20000307_memory-reconc-itc_po.html.

⁶⁹ Cf. Concílio Ecuménico Vaticano II, «Constituição dogmática sobre a Igreja: *Lumen Gentium*» (A.O - Braga, 1992), 8.

A conciliação da santidade e o pecado que coabitam na Igreja, passa, por um lado, pela fé pelo seu autor e, por outro, a sua disponibilidade pela necessidade de contínua penitência e consequente purificação⁷⁰.

«Deus dá no culto uma expressão objectiva e pública da Reconciliação, individual e colectiva: é especialmente a expiação (Lv 16); expia-se pelo homem ou pelo pecado (Lv 4, 20. 31, Nm 15, 25); o servo que sofre e morre expia pela multidão (Is 53). A Reconciliação com Deus é um facto interpessoal que às vezes inclui um castigo limitado como reparação (Ex 32). O profeta Malaquias fala de uma reconciliação messiânica dos pais com os filhos. (Ml 3, 24). Os homens devem-se reconciliar entre si, para restaurarem a fraternidade»⁷¹.

O dever da reconciliação é para o homem um caminho de paz. Entendemos a consciência do pecado como uma das formas de perceber o homem e do homem perceber-se a si mesmo em relação a Deus e em relação aos outros homens. É a consciência da culpa que nos impele ao respeito pelo outro, à sã convivência e à unidade.

Realmente, o fulcro da nossa reflexão é a Reconciliação por ser a chave da construção de uma sociedade mais humana, pacífica e justa.

Todo o homem, directa ou indirectamente, além de ser vítima de quaisquer situações ou vicissitudes circunstanciais, é também protagonista, directo ou indirecto, de outras situações: vitimizamo-nos uns aos outros.

O nosso contributo é a mudança de paradigma: a desconstrução do rancor, da raiva e dos sentimentos de desforra pela postura e o comportamento de Cristo, a vítima pascal.

«Maltratado, não respondia palavra alguma. A quem lhe bate na cabeça, oferece-lhe também as costas. Aos que o fendem, abençoa. Propomos desde o Antigo Testamento: Jacob e Isaú (Gn 32); José vendido pelos seus irmãos e o reencontro no Egipto (Gn 50); Moisés (Nm 12). O Novo Testamento é todo ele símbolo e imagem visível do amor que liberta e salva: Deus reconcilia consigo o homem por intermédio de Cristo (II Cr 5, 18ss). Reconcilia judeus e pagãos (Ef 2, 16), o Céu com a terra (Cl 1, 20)»⁷².

⁷⁰ Cf. Comissão Teológica Internacional, *Memória e Reconciliação*, 3.

⁷¹ Cf. Bíblia do peregrino, in *Vocabulário de Notas Temáticas*, 3038.

⁷² Bíblia do peregrino, in *Vocabulário de Notas Temáticas*, 3038-3039.

Baseando-nos na reflexão de J. E. Martins Terra, «o pecado gera um estado de alienação do homem em relação a Deus, a reconciliação é a passagem deste estado de inimizado à intimidade com Deus»⁷³.

Neste sentido, ao estabelecemos a relação da Reconciliação com o perdão, estabelece-se assim, desta feita, a possibilidade da analogia da vivência do perdão entre os homens como possibilidade de desagravo do estado de alienação do homem ao estado de liberdade e unidade entre os homens.

De acordo com Martins Terra, «o homem pecador é caracterizado como um alienado de Deus, seu criador. Deus é sempre quem toma a iniciativa para superar esta alienação propiciando em Cristo um meio de reconciliação»⁷⁴. No entanto, já no «Antigo Testamento o termo usado para designar Reconciliação deriva do radical hebraico “*Kpr*” que se traduz por “aplarar”, “expiar”, “propiciar»⁷⁵.

Como se pode perceber, reconciliação é um conceito amplo e polivalente. É usado em vários campos do saber e da vida: na religião, no diálogo relacional, na política, nos balanços financeiros, na economia, na diplomacia, na sociologia, na psicologia e na filosofia, etc.

A fragilidade humana, ferida no seu íntimo pelo pecado, «prevaleceu no seio da comunidade dos crentes, manifestando-se, mais tarde, nas tensões entre irmãos, devido à sua realidade de [desigualdades sociais]. Face a esta fragilidade, (...)»⁷⁶, tal como São Paulo, diz: “nós recomendamos vivamente” à todos os homens e mulheres de boa vontade, que permaneçam fiéis ao Evangelho e recebam, por intermédio da «Igreja, o grande Sacramento da “reconciliação, o dom do amor de Deus»⁷⁷.

Importa-nos, apresentar um rescaldo conceptual teológico-bíblico e filosófico da palavra “Reconciliação” baseando-nos em Martins Terra:

«A Aliança (*hb kapporet*) era o lugar de expiação dos pecados que removia o obstáculo para a reconciliação com Javé. Os sacrifícios de propiciação, as cerimónias do grande dia das expiações do ano sabático, do jubileu (Lv 16,17.25), significavam

⁷³ J. E. Martins Terra, «Reconciliação».

⁷⁴ J. E. Martins Terra.

⁷⁵ Cf. J. E. Martins Terra.

⁷⁶ Célestin Bizimenyera, «A reconciliação segundo 2 Cor 5,14-21: a iniciativa da bondade divina em favor da humanidade» (masterThesis, 2015), https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/17920?locale=pt_PT, 15-16.

⁷⁷ João Paulo II, *Exortação Apostólica Pós-Sinodal: Reconciliação e Penitência na Missão actual da Igreja*, 2ª ed, Documentos Pontifícios 39 (Braga - Secretariado Geral do Episcopado: Editorial A. O, 1985), 11.

para Israel um novo começo, uma transformação: as dívidas e as culpas eram anuladas. No Antigo Testamento a reconciliação à volta da graça aparece ligada, por vezes, a uma iniciativa humana: “voltai para mim e eu voltarei para vós” (Zc 1, 3). Orai, arrependei-vos, oferecei sacrifícios e o Senhor se deixará aplacar e afastará de vós a sua cólera»⁷⁸.

O perdão vem sempre de Deus, em primeiro lugar, para que o homem na sua condição natural frágil e limitada possa efectivar a partir do seu coração onde reside primordialmente o amor de Deus. Tal é que o homem que se arrepende tocado primeiramente pela acção do Espírito Santo que em todos toca e actua. Pois, é obra de Deus que transforma o homem, sua criatura. (Cf. Ef 2.6-10; Gl 5.22ss). A vontade humana participa na acção do Espírito santo, pois actua sobre o ser humano e não sobre autómato⁷⁹.

«O perdão é tanto o princípio de distinção entre o acto e a pessoa quanto o longo trabalho da confissão. O perdão é ainda o dom que a pessoa que se arrepende reconhece a posteriori como o que lhe permitiu chegar ao arrependimento sincero, e o trabalho de confissão que ela fez com este dom. Frente ao perdão, o agressor é também tanto passivo (quando acolhe o dom) quanto activo (quando o põe em prática)»⁸⁰.

Reconciliar é, eticamente falando, a arte de praticar o amor. Bizimenyera cita Kant para dizer que é papel da Ética e da Arte, “a reconciliação da razão teórica e da razão prática”. Tudo começa pela “reconciliação da razão consigo mesma”, para resultar em “aparência estética que permitirá a intuição de uma reconciliação possível”, sensível e da “razão prática”. O simbolismo artístico estabelecerá uma relação entre o bom e o bem moral, onde a moral, sem ser reduzida a um sentimento, é sensibilizada. o simbolismo visa uma apresentação segundo o bem moral. Com efeito, a obra de arte, como símbolo, possibilita a mediação de um prazer e de um agir, e ao mesmo tempo, índice de uma reconciliação que deve ser concretizada⁸¹.

⁷⁸ J. E. Martins Terra, «Reconciliação», 1884.

⁷⁹ Cf. W Chamberlain e Júlio Andrade Ferreira, *Antropologia Teológica* (S. Paulo-Brasil: Editora Cristã Novo Século, 2003), 408.

⁸⁰ «Le pardon est à la fois le principe de distinction entre l'acte et la personne, et le long travail de l'aveu. Le pardon est encore le don que la personne repentante reconnaît a posteriori comme ce qui lui a permis d'arriver au repentir sincère, et le travail d'aveu qu'elle a accompli à partir de ce don. Face au pardon, l'agresseur est aussi passif (lorsqu'il accueille le don) qu'actif (lorsqu'il le met en œuvre)». Guilhem Cause, «Vers un renouvellement du sacrement de la réconciliation: Le pardon au prisme de la victime», *Christus: Vivre l'expérience spirituelle aujourd'hui*, janeiro de 2023.

⁸¹ Cf. Bizimenyera, «A reconciliação segundo 2 Cor 5,14-21».17.

O homem é chamado à razão em defesa da verdade. É tão necessária a verdade, e transcendental, que se tornou uma tarefa despertar o mesmo homem que «parece ter-se esquecido de que este é sempre chamado a voltar-se também para uma realidade que o transcende». De acordo com Mons. João Scognamiglio Clá Dias: «cabe à Igreja, depositária da Revelação de Jesus Cristo, recordar ao homem moderno a necessidade da reflexão sobre a verdade (...)»⁸².

A iniciativa de reconciliação parte sempre do Pai que realiza a reconciliação por intermédio de Cristo. Por si mesmo o homem é incapaz de se reconciliar com o Criador que ofendeu pelo seu pecado. Em Cristo, Deus reconciliou o mundo consigo não levando em consideração as faltas dos homens (II Cr 5, 19), Ele nos amou quando éramos ainda seus inimigos (Rm 5, 10) e foi então que seu filho “morreu por nós” (Rm 5, 8). Cristo é o único mediador entre Deus e os homens (I Tim 2, 5) e o fruto da sua obra de redenção é a reconciliação dos homens com Deus. O mistério da reconciliação coincide com o mistério da cruz (Ef 2, 16) e com o grande amor “pelo qual fomos amados” (Ef 2, 4)⁸³.

O próprio Cristo é *hilasmós*, reconciliação para os nossos pecados e por isso o Pai o enviou (Jo 2, 2; 4, 10). Deus o entregou como *hilasterion*, como meio de reconciliação, ou seja, aquele que pelo “derramamento do seu sangue, reconciliou os homens com Deus” (Cf. Rm 3, 25)⁸⁴.

Por outro lado, o termo *katallasso* indica que Deus nos reconcilia consigo em Cristo (Rm 5, 10; II Cr 5, 18ss)⁸⁵. A forma mais objectiva de se usar a palavra “reconciliação a partir do original, “*Katallassein*” para significar: “mudar de uma condição para outra”, “tirar toda inimizade e não deixar impedimento algum à unidade e à paz”, é usada em Ef 2, 16, acerca da “reconciliação” pela cruz. No caso Cl. 1, 21 e Cl 1, 20 realça a mudança no crente, depois de uma vivência eticamente errônea, entra em si, e reconcilia-se com Deus por meio de Cristo⁸⁶.

Pela morte de Cristo, a “reconciliação” acontece. E daqui, podemos também usar a palavra “*Diallassō*”: Que significa “efetuar uma alteração”, “trocar”, e, por conseguinte, “reconciliar”⁸⁷.

⁸² João Scognamiglio Clá Dias, «Beleza e Sublimidade Clave teológica da Nova Evangelização», *Lumen Veritatis - Revista tomista / Filosofia Teologia - Tomás de Aquino* 3, n.º 10 (2010): 9–32, <https://lumenveritatis.org/ojs/index.php/lv/article/view/132>.

⁸³ Cf. J. E. Martins Terra, «Reconciliação», 1884.

⁸⁴ Cf. Joachim Kügler, *Riconciliazione (r.)*, Angelika Berlejung-Christian Frevel (edd.) (Brescia: Ed. Queriniana, 2009), 616.

⁸⁵ Cf. Joachim Kügler.

⁸⁶ Cf. Joachim Kügler.

⁸⁷ Cf. Joachim Kügler.

Portanto, é de realçar que no Novo Testamento quando se fala sobre a ira de Deus, a hostilidade é apresentada não como obra ou agir de Deus, mas do homem. Pois é o agir humano que é de desforra ou revanche. Portanto, é da responsabilidade e dever só do homem, e não de Deus, buscar ou pedir o dom da Reconciliação, o perdão de Deus.

A palavra composta “*diassō*” iniciada pela preposição “*dia*” (dia), indica: **lugar** (Cf. Jo 14, 6; I Cr 3, 15; Hb 11, 29, etc.; **tempo**: Lc 5, 5; Hb 2, 15; Gl 2, 1, etc.; **meio ou intermediário**: I Cor 3, 5; Mt 1, 22; II Cr 5, 10; Ef 2, 8⁸⁸).

Porém, o autor e a origem da Reconciliação é Deus. Foi Ele quem decidiu, realizou e continua a operar a obra da reconciliação por intermédio da Sua Igreja: “tudo provém de Deus que nos reconciliou em Cristo” (Cf. II Cr 5, 18).

1.3.3 O conceito filosófico da reconciliação

No Idealismo alemão, que resume toda a existência no pensamento (*R. Descartes*), ao contrário do entendimento da ontologia, Hegel sustenta que, «o Espírito absoluto, a última figura da verdade, como a reconciliação da consciência com a consciência de si mesmo»⁸⁹.

No entender de C. Bizimenyer, a reconciliação, implica todas as dimensões da liberdade (objectiva e subjectiva, exterior e interior, efectiva e ideal). Segundo C. Bizimenyer, aludindo a visão hegeliana, “a reconciliação é, de facto, um ponto de encontro entre duas entidades, salvaguardando ao mesmo tempo as suas características independentes”, é o que acontece no caso de perdão mútuo entre duas pessoas em litígio⁹⁰.

A reconciliação é o acto ou acção de reconhecer e perdoar e ser perdoado, alivia e vai esvaziando o íntimo do coração da fúria que os opunha. Reconciliação é sobretudo reconhecer o que divide, e tudo depende da posição que cada um tome. É o amor que leva ao arrependimento e considerar que os acontecimentos são circunstanciais e não se paga o mal com o mal. É saber pedir desculpa e saber receber desculpas. É o perdão que transforma as mágoas em memórias históricas que fortalecem e reunificam os homens.

Não é de escamotear o sentido existencial da reconciliação por vezes ignorado pelo próprio ser humano. Questiona-se, se perdoar é esquecer, amar ou dar nova oportunidade a quem tenha errado ou estragado alguma pertença. Dai que, com razão, diz Bizimenyer: «Reconciliar também

⁸⁸ Cf. Joachim Kügler, 617.

⁸⁹ Bizimenyera, «A reconciliação segundo 2 Cor 5,14-21». 16.

⁹⁰ Cf. Bizimenyera.

não significa exactamente o perdão, visto que perdoar alguém não significa automaticamente tornar-se seu amigo»⁹¹.

Em seu argumento, explica:

«O perdão pode ser incluído no processo da reconciliação, todavia, sem se confundir com ela. Normalmente, a reconciliação envolve dois indivíduos numa relação de reciprocidade, ao passo que o perdão é apenas unilateral, partindo da parte ofendida e [ou] sem a iniciativa do ofensor. Por outro lado, [diz Bizimenyer], a reconciliação não se limita apenas às pessoas físicas, mas também às pessoas morais, como por exemplo, grupos, colectividades e nações.»⁹².

Papa João Paulo II, na Encíclica *Fides et Ratio*, diz:

«A Igreja, por sua vez, não pode deixar de apreciar o esforço da razão na consecução de objectivos que tornem cada vez mais digna a existência pessoal. [...] Foi assim que a razão, sob o peso de tanto saber, em vez de exprimir melhor a tensão para a verdade, curvou-se sobre si mesma, tornando-se incapaz, com o passar do tempo, de levantar o olhar para o alto e de ousar atingir a verdade do ser. [...].

A razão, sob o peso de tanto saber, em vez de exprimir melhor a inclinação para a verdade, curvou-se sobre si mesma, tornando-se incapaz, com o passar do tempo, de levantar o olhar e de ousar atingir a verdade [...]. Neste horizonte, tudo fica reduzido a mera opinião»⁹³.

Todo e qualquer ser humano, independentemente das suas limitações, deve ter sempre presente a urgente missão de educar para discernir entre o “*uti*” (utilidade), e o “*frui*” (fruição), pois, viver é saber ser e estar em convivência relacional. Contudo, “*nula est enim maior ad amorem invitatio quam praevenire amando* (não há maior convite para amar do que ir em frente amando)⁹⁴.

A pessoa humana é um valor por si e em si mesmo. O Homem nasce criatura totalmente biológica e igual às outras em dignidade e necessidades. É na convivência social que a pessoa cresce e autonomiza-se.

⁹¹ Bizimenyera.

⁹² Bizimenyera.

⁹³ João Paulo II, *Fides et Ratio*, (Libreria Editrice Vaticana, 14 de setembro de 1998), Roma, Vaticano, 5. https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_14091998_fides-et-ratio.html.

⁹⁴ Cf. Pontifício Conselho da Cultura, «*Via Pulchritudinis*. O Caminho Da Beleza» (Loyola, 2006), Roma, Vaticano, 1.

A implementação da reconciliação social, é o imperativo cumprimento de valorizar a vida, o homem e as suas fraquezas, aceitando-o e reintegrando-o no contexto social de relações com os outros, com Deus e com a natureza.

1.3.4 A reconciliação é um Caminho e processo

Historicamente, o conceito reconciliação remonta a partir da teoria de “recapitulação” de Ireneu. Baseando-nos em Cl. 1, 21ss, segundo cita, Wolfhart Pannenberg, a “recapitulação” de Adão por Cristo, portanto, a reconstituição e o salvamento repetidor daquilo “que se havia perdido inicialmente em Adão”; tal como a reconciliação do ser humano alienado de Deus por Jesus Cristo, pelo sacrifício do seu corpo entregue à morte. Segundo o entendimento, a desobediência do primeiro ser humano, a partir da “árvore proibida” do paraíso, foi curada pela obediência do segundo Adão na madeira da Cruz. Desse modo, fomos reconciliados com o Deus que havíamos ofendido no primeiro Adão por meio do segundo Adão⁹⁵.

«Ele reconciliou seu Pai para nós, contra o qual havíamos pecado, e compensou novamente a nossa desobediência por sua obediência»⁹⁶.

Percebe-se claramente que Ireneu ainda está próximo de Rm 5, 19: a reconciliação acontece por meio da “obediência de Cristo”. Segundo Wolfhart Pannenberg, ainda não se fala da aplicação da ira do Pai por meio do sacrifício de expiação da “morte de Cristo”, que lhe é oferecido⁹⁷. Cristo reconciliou-nos com Deus pela Sua morte (Cf. Rm 5, 10).

Entenda-se, Ireneu desvia-se de Paulo somente pelo facto de o Pai aparecer como objecto de obediência reconciliadora de Cristo, e não como sujeito do evento da reconciliação no sentido de II Cr 5, 19. «Segundo Ireneu, a obediência do segundo Adão efectua a reconciliação do Deus oferecido pelo pecado do primeiro Adão, e sobre isso, nada se lê em Paulo»⁹⁸.

A tendência na interpretação da reconciliação, neste sentido, fundamentada em Ireneu pela aplicação do paralelo antitético do segundo ao primeiro Adão, posto por Paulo; sendo que agora se enfatizou tanto no primeiro quanto no segundo a justa posição entre ser humano e Deus. Com

⁹⁵ Cf. Wolfhart Pannenberg, *Teología sistemática. v. II* (Madrid: Universidad Pontificia Comillas, 1992), 561.

⁹⁶ Pannenberg.

⁹⁷ Cf. Pannenberg.

⁹⁸ Pannenberg.

isso, se negligenciou o limite do paralelo entre Adão e Cristo, tal como a expõe a difícil passagem paulina de Rm 5, 12-21⁹⁹.

«A tendência reconhecível em Ireneu foi logo corroborada por meio da interpretação da morte de Jesus como sacrifício de expiação por ele oferecido ao Pai em favor da humanidade»¹⁰⁰. Segundo Pannenberg, esta interpretação obteve relevância especial na Igreja romana desde Cipriano. Assim Agostinho pode escrever que os seres humanos que vivem sob a ira de Deus por causa do pecado hereditário, necessitam de um intermediador e reconciliador, que aplicou essa ira por meio do oferecimento de um único sacrifício¹⁰¹.

Já noutra terminologia, Agostinho expressou a ideia fundamental pregada por Anselmo de Cantuária, no início da escolástica latina, em sua teoria da “satisfação”¹⁰².

A ligação entre a concepção de reconciliação do Pai ofendido pelo pecado de Adão e o múnus mediador de Cristo já se encontra em Ireneu, o qual, sob invocação de I Tm 2, 5, viu a obra do Mediador na reconciliação do Pai. St. Agostinho nas Confissões examinou com exactidão a ideia do Mediador, como resultado de que Cristo, por ser igual ao Pai como Logos, poderia ser Mediador somente segundo a sua humanidade, não segundo a sua identidade: *In quantum enim homo, in tantum mediator*¹⁰³.

De forma correspondente, Agostinho escreve em sua obra “A Cidade de Deus”: «*Nec Tamen ab hoc Mediator est, quia Verbum [...], sed Mediator, per quod homo*». (De Civ. Dei IX, 15, 2). Esse pensamento influenciou profundamente a escolástica latina. No séc. XII, a questão foi seriamente discutida. «Pois foi Deus quem reconciliou o mundo consigo, em Cristo, não imputando aos homens os seus pecados, e pondo em nós a palavra da reconciliação (II Cr 5, 19)»¹⁰⁴. Consta em Pedro Lombardo que o Pai, ou antes, toda a Trindade, seria sujeito da reconciliação¹⁰⁵.

A concepção da reconciliação como aplacação da ira divina em ligação com o conceito de Mediador, tal como a descreve Pedro Lombardo, sob a impressão da autoridade de Agostinho que a associou com a natureza humana de Cristo. Isto levou à afirmação de que, segundo o poder,

⁹⁹ Cf. Pannenberg, 562.

¹⁰⁰ Pannenberg.

¹⁰¹ Cf. Pannenberg.

¹⁰² Cf. Pannenberg.

¹⁰³ Cf. Pannenberg.

¹⁰⁴ Pannenberg, 563-564.

¹⁰⁵ Cf. Pedro Lombardo, *Sententiae t. II (lib. III et IV)* (Roma, 1961), 123.

toda a Trindade reconciliou, mas que somente o filho seria Mediador, por meio da sua obediência (*impletione oboedientiae*), segundo sua natureza humana¹⁰⁶.

A identificação da acção mediadora de Cristo com a sua acção reconciliadora, também levou os principais teólogos do séc. XIII a atribuírem, a ambas acções, a natureza humana de Cristo. Assim o fez Boaventura¹⁰⁷ e também Tomás de Aquino: como único e verdadeiro Mediador, Cristo nos reconcilia com Deus por meio de seu sacrifício, que e Ele realiza em virtude de sua natureza humana¹⁰⁸.

Somos, no presente, uma influência do passado que condiciona o nosso futuro e dos nossos vindouros. É dado adquirido que somos o que somos e estamos como estamos, hoje, porque o passado nos lançou no hoje, com as suas marcas positivas e negativas.

As diferenças e as indiferenças entre nós são uma marca do passado, desde os nossos ancestrais aos pais e irmão. O atraso no desenvolvimento, e o défice nas nossas estruturas, são uma herança que o presente ainda não corrigiu.

Obviamente, tudo o que se faz hoje leva ao amanhã e compromete ou condiciona o futuro. Assim, o futuro poderá imputar sempre ao passado todas as memórias negativas.

A construção de uma era verdadeira de reconciliação com a própria história é possível, se houver seriedade, honestidade, e entrega de coração sem resignação. Os factos, os registos do passado, não devem ser entendidos como dívidas, derrotas ou motivos para deles se sacar vantagens. Quem perdoa não é o derrotado e aquele que é perdoado não é o vencedor; ambos evitam perpetrar rivalidades. Diz o velho ditado popular chinês: “qualquer história é feita de três versões: a tua, a minha e a verdade”.

O conhecimento da verdade leva-nos ao conhecimento dos actos, actores, motivos, e paradeiro das vítimas.

A verdade no processo da reconciliação consiste em libertar a consciência de ressentimentos ou violências deixadas pelas culpas do passado. Neste sentido, a verdade visa dar a conhecer os factos e os correspondentes resultados para o reconhecimento público e jurídico da culpa confessada.

¹⁰⁶ Cf. Pedro Lombardo.

¹⁰⁷ Cf. Boaventura, *Sent. III, 19, 2 q 2*, opera omnia III, 1887, 410.

¹⁰⁸ Cf. Tomás de Aquino, *Sum. Thol. III, 26, 2, 1273*. Verissime dicit mediator secundum quod homo. Ipse unus verusque mediator per sacrificium pacis reconcilians nos Deo. Cf. *Thol. III, 48, 3; 49, 4*.

O exercício de conhecimento da história facilita a “purificação da memória”. Para o efeito, aconselha-se a plena confiança e seriedade dos órgãos da justiça, abnegada coragem e humildade em reconhecer as faltas cometidas.

O ser humano é um projecto inacabado e vive como um computador com pernas. Por sua natureza, o ser humano é uma realidade dinâmica e em constante processo de realização.

O ser humano cresce e, com o tempo, amadurece até em termos comportamentais, tendo cada vez mais consciência e responsabilização pelos seus actos.

A consciência apela a pessoa humana a avaliar constantemente os seus actos: antes, durante e depois. Actuar sob efeito de fúria por rivalidades e ou rancor, é desaconselhado por ser atitude beligerante e, por conseguinte, recurso à lei do talhão: «olho por olho e dente por dente». (Mt 5, 38). A violência gera violência. Pagar o mal com o mal é atrair mal-estar, divisões e tragédias.

O que origina as guerras entre os homens é, muitas das vezes, a incapacidade de melhor discernimento em momentos em que o amor é chamado a intervir. «Eu, porém, digo-vos: não oponhais resistência ao mau. Mas se alguém te bater na face direita, oferece-lhe também a outra». (Mt 5, 39 ss). Nos momentos em que o homem é tocado, esquece-se da regra de ouro: «amai os vossos inimigos, fazei bem aos que vos odeiam, abençoai os que vos amaldiçoam, rezai pelos que vos caluniam». (Lc 6, 29 ss).

A guerra, além de dividir famílias e eliminar vidas humanas, é um pecado que se prolonga de geração em geração. Mas que se pode evitar!

O ser humano é capaz de perdoar e ser reconciliável. É pela reconciliação que as pessoas fazem as pazes e restauram as amizades. O verdadeiro e único sentido da reconciliação é reunir desavindos.

A verdade é uma das opções que privilegia a paz social e a reconciliação entre os homens. Foi também o caminho usado no pós-Apartheid e deu certo, no geral.

Para o caso de Angola, há quem defenda que os criminosos deveriam pagar pelos seus actos. Outros defendem que melhor é optar pelo método do perdão, ou seja, verdade e reconciliação tal como se fez na África do Sul.

Segundo Mário Rodriguez, escritor argentino e precursor do livro: *A Mensagem de Silo*, o conceito de “verdade”, próximo da expressão Reconciliação (método da confissão), possibilita

que as vítimas directas e indirectas conheçam o que aconteceu, quando e onde aconteceu. Para o autor, “o bom conhecimento leva à reconciliação”¹⁰⁹.

O conhecimento é estar esclarecimento de tudo quanto aconteceu na época, sem filtros ou preconceitos e máscaras.

No nosso entender, a justiça é uma condição necessária para o perdão, mas não é o suficiente porque não é tudo para a reconciliação. A verdade é fundamental e central para a reconciliação num contexto de pós-conflitos.

De acordo com Mário Rodriguez, «o confronto com as informações, com os depoimentos e até com confissões, podem ajudar na integração de ocorrências tão difíceis, que continuam atormentando as consciências de muita gente»¹¹⁰. Isto também pode ajudar a desabafar e aliviar a dor de consciência por parte dos mandantes, dos torturadores e dos executores ou vitimizadores dos outros e também as próprias vítimas.

A reconciliação é um fenómeno da consciência que ajuda a pessoa a libertar-se e a abrir-se perante os outros. Ela eleva a um patamar superior e importante o perdão, no qual, uma das partes tem que se “por de joelhos” e a outra tem que se colocar em posição “superior”. Claro que o perdão é um passo mais elevado que a vingança, mas não é, por si só, um fenómeno capaz de liberar o ser humano¹¹¹.

Há muitos mais exemplos e testemunhas de reconciliação, além de pessoas concretas, instituições e países que depois de terem vivido conflitos, sofrimentos atrozes, perdas e até mesmo destruições e mortes, perdoaram-se, fizeram as pazes, reconciliaram-se e vivem construindo juntos a vida em sociedade.

1.4 Violência e formas de violência

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência como o «uso intencional de força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo

¹⁰⁹ Cf. Mário Rodriguez Cobos, «A Verdade e a Reconciliação», *Pressenza*, 3 de junho de 2012, <https://www.pressenza.com/pt-pt/2012/06/a-verdade-e-a-reconciliacao/>. Acedido a 1/06/2021, 17:35.

¹¹⁰ Mário Rodriguez Cobos.

¹¹¹ Cf. Cobos, «A Verdade e a Reconciliação».

ou uma comunidade que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação»¹¹².

É comum distinguirmos os Tipos de violência como sendo: violência física, psicológica, moral, sexual, económica e social.

A violência nas nossas sociedades assume diferentes rostos ou tipos, diz Manuela Silva: declarada e ostensiva; latente; encoberta (escondida) ou deliberadamente oculta¹¹³:

- a) Violência declarada e ostensiva: são todas aquelas formas, de acordo com Manuela Silva, utilizadas para espalhar males em todas as sociedades e a têm assolado. Ex: as intoxicações noticiosas (negativas) que os Media têm vindo a divulgar.
- b) Violência latente: de acordo com Manuela Silva, é um fenómeno na vida, sobretudo contemporaneamente, o ritmo estressante da vida, as desigualdades gritantes, as discriminações raciais, a xenofobia, as intolerâncias políticas e as gritantes violações dos direitos e garantias dos cidadãos, isto é, contra os Direitos Humanos.
- c) Violência encoberta ou escondida: A aquela que acontece mais no seio familiar. Segundo Manuela, quando na família alguém não encontra aceitação, reconhecimento, nem nota harmonia. Há muitos casos de desrespeitos, desconsideração e outros tipos de abusos de crianças ou idosos. Nos locais de trabalhos, também a violência pode ocorrer nas formas de pressão, submissão, sobrecarga de modo físico, assédio moral ou sexual. Os condutores também podem cair na violência por excesso de velocidade, com todos os seus riscos,
- d) Violência deliberada ou ocultada: é normalmente decorrente de leis a partir de grandes instituições ou grupos muito poderosos e de influência internacional. Estas leis podem ser do mesmo carácter, mas com aplicação e exigências desiguais.

Os mandamentos da lei de Deus são claros e todos eles são firmes no que às recomendações e proibições dizem respeito: «não matarás nem de qualquer outro modo causarás dano no corpo ou na alma a si mesmo ou ao próximo». (Cf. Ex 20, 1-17).

¹¹² Manuel Morgado Rezende e Livia de Tartari e Sacramento, «Violências: Lembrando alguns conceitos», *Aletheia*, 2006, 96.

¹¹³ Manuela Silva, «O factor religioso e a paz mundial - II», em *Religiões: Identidade e Violência*, ed. Cristina Virott e António Leite Ribeiro (Lisboa: Livraria Alcala, 2003), 21-36, 26-27.

Ao reflectirmos na necessidade imperiosa de todos lutarmos pela paz, por via do diálogo, ou seja, pacificamente, a opção pela guerra face aos desentendimentos ou frustrações humanas, é prologar mortes e incalculáveis destruições, para além de que guerras geram sempre guerras.

Nada justifica alguém, ou um grupo de pessoas, livre e deliberadamente, dispor-se, a seu belo prazer, a financiar, recrutar, armar e municiar serviços de matanças e destruições de seres vivos e humanos iguais. Todos merecem o mesmo respeito e dignidade.

O ideal bíblico (dos sábios e profetas) é seguramente a paz e não a guerra. Descrevendo o ideal de Deus sobre o reino messiânico diz: «(...) o lobo habitará com o cordeiro e o lobo deitar-se-á ao lado do cabrito, o novilho e o leão comerão juntos e um menino os conduzirá (...). Não haverá dano nem destruição em todo meu santo monte, porque a terra está cheia do conhecimento do Senhor. (Is 11, 6 – 9)»¹¹⁴.

E a grande actualização está precisamente no Novo Testamento: “Dou-vos a paz. Dou-vos a minha paz” Jesus é o príncipe da paz (Cf. Jo 14, 27; Is 9, 6-7) e nós os amantes da paz, todos seremos chamados filhos de Deus. (Cf. Mt 5, 9).

CONCLUSÃO

As memórias angolanas são todos os angolanos e não angolanos, vítimas da severidade avassaladora dos fenómenos marcantes que durante anos a fio assolaram Angola e todas as famílias que por Angola passaram nos períodos coloniais, da independência, do pós-independência até hoje.

É necessário que Angola não caminhe sozinha ao nível do contexto das Nações. As situações e motivos de luta são similares a muitos países do mundo e, por isso, identificaremos alguns modelos de reconciliação, bem-sucedidos na Região Austral da África, sobretudo, para que se implemente à luz dos bons exemplos, um modelo de reconciliação propriamente angolano.

Angola, desde 1482 viveu um longo período de colonização, que durou quase cinco séculos, isto é, até 1975. Nos anos entre 1961 - 1975, começaram as lutas anti-coloniais para a libertação nacional. Foi uma fase sangrenta que dizimou milhares de vidas humanas e incalculável número

¹¹⁴ Silva, «*O factor religioso e a paz mundial - II*», 34.

de angolanos comercializados para a escravatura. Facto este que deixou famílias inteiras divididas e enlutadas.

A situação em Angola agravou-se ainda mais, depois da proclamação da Independência Nacional, a 11 de Novembro de 1975, quando o Fraccionismo, no inesquecível 27 de Maio de 1977, resultou em massacres, raptos, cadeias arbitrárias e assassinatos, até 1979. De 1979 até 2002, eclodiu a guerra civil, fratricida e generalizada em toda a extensão do território angolano.

A pesar dos esforços tendentes à paz, em várias rondas de negociações e acordos assinados, até antes de 2002, todos fracassaram e resultaram em retorno à guerra.

Todas estas situações de agruras marcantes deixaram lesões graves nos corações e cicatrizes difíceis de apagar nas pessoas vitimadas pela história recente.

A dada altura, entre os anos 1980-2002, até o ensino, funcionou num sistema intermitente: ora sim, ora não. Era difícil encontrar escolas e professores a leccionarem. A prioridade era a procura de alimento para matar a fome e refúgio para escapar da morte, tendo o ensino ficado relegado ao “se Deus quiser”. Apenas se estudava com alguma regularidade em algumas sedes de capitais provinciais e municipais.

As missões e os missionários, sobretudo da Igreja Católica, em Angola, destacam-se na parceria social com o Estado nas seguintes tarefas: Ensino; atendimento hospitalar; na assistência alimentar às populações em toda a extensão do território angolano. A Igreja como mãe e mestra, tem sido intransigente conselheira dos órgãos decisórios do poder, tanto em matérias de paz, estabilidade social e boa governação.

A missão da Igreja em Angola foi, é e será sempre fundamentalmente e imprescindível em anunciar o Reino de Deus e a Sua justiça, e denunciar as injustiças e atrocidades que se cometem contra os indefesos e inocentes cidadãos.

Para que a paz e a reconciliação sejam realmente um facto, cada qual deve abrir o seu coração e amar o outro. O amor leva ao perdão e o perdão gera a paz e a paz permite a boa convivência e trabalho em sociedade. É na sociabilidade que se gera a reconciliação que é a perpetuação da paz.

Para esse desiderato, a Igreja é a voz que nunca se calou em Angola, ela, na sua missão profética, anuncia a paz e a vontade de deus em libertar e salvar todos os homens. A Igreja Católica e as outras tradicionais de Angola, têm sido a voz e vez dos sem voz nem vez. Os esquecidos,

injustiçados, maltratados e indefesos, as crianças, os órfãos, viúvas e todos os pobres, materiais e em espírito.

As fases mais marcantes em Angola são: a colonização e o tráfico de escravos; a luta pela descolonização e independência nacional; a guerra fria entre movimentos de libertação, sem excluir o caso cabinda, embora não é o nosso foco.

Actualmente, notam-se sinais claros de neocolonialismo; os serviços públicos clamam por mais humanização; necessidade da separação de poderes; desrespeito aos direitos humanos e valor à vida, dom gratuito de Deus; focos de intolerância política, fricções ideológicas, partidárias, culturais e religiosas, factos que minam a paz conquistada com tanto sacrifício.

«O bem vencerá no mundo, mesmo que o mal faça mais barulho». (Papa Bento XVI).

CAPÍTULO 2: SITUAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DE ANGOLA

INTRODUÇÃO

A situação histórico-social de Angola é inquietante pelo seu passado recente e pelo seu presente que pode comprometer o futuro.

Sabe-se que os motivos dos conflitos em Angola, são endógenos e exógenos. Porém, neste capítulo segundo, sobre a situação histórico-social de Angola, queremos saber como é que internamente nasceram e se desenrolaram as lutas e a guerra civil fratricida. Até que ponto a diversidade étnica linguística, influenciou ou não nos problemas que inviabilizaram a paz e a reconciliação nacional, segundo o plano ainda vigente em Angola.

As etapas que constituem a história mais sangrenta da história angolana: as lutas anticoloniais e as guerras pelo poder, entre os movimentos nacionalistas angolanos, são as marcas patentes nas vítimas, que nos levam a reflectir e propor, o desafio de que todos por um, juntos querendo, é possível alcançarmos a paz e a reconciliação social.

O país real, Angola, é extenso e com uma diversidade socio cultural ferida pelos acontecimentos históricos. Um povo e culturas ricas, não apenas pela fertilidade, abundância de recursos naturais no seu solo, e a extensão territorial, mas e sobretudo, pelos seus valores ético-culturais dos seus ancestrais, ainda que em crise, nas cidades capitais das províncias.

Uma população que sempre lutou pelo seu próprio destino, mas que dispersado, pela má divisão territorial feita na Conferência de Berlim em 1884 - 1885, e pelo comportamento de muitos dos governantes, desde que Angola alcançou a independência.

2.1 Os motivos dos conflitos armados em Angola

Os sangrentos e destruidores conflitos, que Angola viveu durante décadas a fio, foram devastadores para a esmagadora maioria das famílias. Tanto as lutas pela descolonização de 1960, 61 – 1975, quanto as lutas pelo poder de 1975, 1977 – 1979, que resultaram em guerra civil em toda a extensão do território nacional; e mais a tentativa de invasão sul africana, pelo Kwito Cuanavale, de 1975 - 1989¹¹⁵.

¹¹⁵ Cf. João do Amaral António, *A Batalha do Kuito Kuanavale e a sua Implicação no Processo da Pacificação da África Austral (1975 A 1989)*, (Quântica Editora, 2018) 33.

No fundo, trata-se de guerras fratricidas, isto é, lutas entre irmãos; vinganças e divisões violentas das famílias; assassinatos generalizados entre membros do mesmo clã por razões políticas, ideológicas, tribais e interesses de poder. Quem perdoará quem? E quantas vezes? E como resposta não podemos deixar de evocar a sabedoria e a exigência do Evangelho, como no-lo ensina a voz da sábia *Mater Ecclesiae* que diz: Perdoar até sete vezes? ou até setenta vezes sete?

É caso de também perguntarmo-nos, tal como quando Pedro se aproximou de Jesus e perguntou: «Senhor, até quantas vezes pecará meu irmão contra mim, e eu hei de perdoar? Até sete? Respondeu-lhe Jesus: Não te digo que até sete; mas até setenta vezes sete». (Mt 18, 21-22). Ou seja, perdoar sempre.

Os pecados não são um número de vezes, nem são uma conta numérica a demonstrar em relatório tabelado, são uma mágoa que dói e mancha o coração próprio e o de outrem, sobretudo Deus nosso Criador. Jesus nos ensina que não devemos guardar conta de quantas vezes perdoar quando alguém peca contra nós repetidas vezes. O erro é natural; pecar é humano, e, ficar zangado e não querer perdoar mais, também é natural e humano. Mas, o perdão não depende do merecimento nem do arrependimento do ofensor. Depende da largueza do coração pelo amor de Deus misericordioso.

Desde que o país nasceu de modo confuso e bélico em 1975, a ex-República Popular de Angola, antiga província ultramarina de Portugal (pós ocupação colonial), sobreviveu assolada por divisões tribais e lutas étnicas em formato de movimentos políticos nacionalistas, que dizimou milhares de angolanos nas guerras, os homens vocacionados ao poder político-partidário, apenas vieram a se entender em 2002 em Luena. Desta feita, eis-nos expectantes e com fé de que a Paz e a Reconciliação nacional sejam um facto que veio para ficar.

A Igreja em Angola, e fundamentalmente a Católica, verdadeiro sacramento da Reconciliação no mundo e reserva moral da sociedade, desempenhou um papel decisivo, através dos compromissos humanitários e sociais: ajudando a alimentar milhares e milhares de pessoas que viviam na penúria; tratando as doenças e enfermidades, no ramo da saúde; ensinando e alfabetizando, no campo da educação; denunciando as atrocidades e injustiças, no que tange aos direitos humanos; e no que diz respeito à evangelização, sem tremor nem temor, apelou, aconselhou, emitiu cartas e mensagens pastorais dirigidas, sobretudo, aos responsáveis políticos e militares, propondo várias vezes o cessar-fogo imediato como sinal de amor ao povo. Aos fiéis, anunciou a Boa Nova e

administrou sacramentos e sacramentais segundo o desígnio bíblico da sua missão (Cf. Mt 28, 19-20).

Em Angola a Igreja sempre viveu e sofreu ao lado das populações, o alvo mais fraco dos canhões e projéteis nas guerras. Uma Igreja profética e missionária, que sempre agiu segundo o espírito do seu criador, Jesus: Jesus ensina a tolerância e repreende os discípulos afirmando que o objetivo da missão era salvar e não destruir. O ministério de Jesus é caracterizado por atender o aflito e necessitado (Cf. Lc 4, 18; Lc 6, 20), estender as mãos, cuidar e buscar o irmão necessitado.

Como reconciliar um país tão extenso, um povo tão numeroso e que cresce tão vertiginosamente a cada hora, dia, semana, mês e ano? Como reunir contendores ou adversários ideológicos? Pois num momento em que cada um acha que tem razão, como unir uns e outros e quem perdoar a quem?

Estamos conscientes de que, na vida, a vida é um bem inalienável. Independentemente de quaisquer razões que alguém tenha sobre o outro, ninguém tem o direito de tirar a vida do outro ou fazer justiça por mãos próprias, sobrepondo-se ao outro coartando-lhe a liberdade em cárcere privado. Ter bem presentes e respeitar os direitos humanos, é o segredo para a paz.

Estes e outros motivos atravessam e imperam na alma de cada angolano e suscitam-nos uma abordagem em prol da convivência social e da fraternidade, rumo à elevação da cidadania e ao espírito de coesão social. O amor à pátria se consubstancia na convivência social, ou seja, no convívio entre as pessoas: «quem diz que ama a Deus, que não vê, mas odeia o irmão, é mentiroso». (Cf. I Jo 4, 12 - 21). A vida é sociável e faz-se na sociabilidade.

A reconciliação das memórias, que são todas as vítimas da história recente angolana, o foco da nossa abordagem, não se circunscreve apenas ao propósito sacramental ou objectivamente no plano soteriológico, tal como é o fim do sacramento da Penitência, mas no âmbito mais abrangente, sócio-religioso; ou seja, reconciliação social. Acreditamos que não existe um só angolano que não tenha sofrido, directa ou indirectamente, as agruras dos conflitos armados: o adiamento dos sonhos pessoais, a separação das famílias, as divisões ideológicas, desaparecimento físico de alguém muito querido. Todos os angolanos são vítimas da história do país e, por isso, memórias feridas.

O nosso objectivo é propor uma abordagem como projecto ressocializador, isto é, com a paz do calar das armas, constituir uma sociedade nova, com ideias novas, com atitudes novas, com valores novos, sem esquecer, os valores positivos culturais e universais.

Vimos propor uma sociedade em constante re-humanização, dado que entendemos a reconciliação como um facto concretizável, embora um processo que se faz traçando valores aglutinadores de amor a Deus, ao próximo e a si mesmo. É o amor a chave da unidade e da sociabilidade (a paz social).

A formação de uma comunidade humana, cada vez mais humanizada, enquanto processo contínuo de socialização do homem, fundamenta-se na educação ao amor à vida, respeito e valor ao outro, amor ao país, ao desenvolvimento, ao bom senso, à sensibilidade e admiração ao belo (a beleza, a arte) para a edificação e desenvolvimento da nação.

Vimos relançar um projecto socio-teológico num esquema ético-moral e social tecido como construção de uma unidade dialéctica da vida. A reconstrução de uma sociedade com bases sólidas de valores, tais como: a tolerância, a liberdade, a justiça, a solidariedade, o respeito e a responsabilidade mútua em que a reconciliação é a concretização.

Ao propormos a unidade e a reconciliação entre os filhos do mesmo Pai, Deus, a mesma mãe Angola, o solo pátrio, consideramos a sublime e constante presença de Deus em todos os momentos de Angola. Trazemos um ensaio como proposta de diálogo moral social das atitudes, humanizadora e socializadora. A unidade é a conjugação de vontades e sinergias em prol da construção do país que é uma nação multicultural, multiétnica, multilinguística e multirracal.

Hoje, com a paz do calar das armas em Angola, as vítimas das agruras políticas, e da desorganização social decorrentes, têm vindo a reclamar direitos e oportunidades que lhes caberiam em tempos de reconstrução da república. Para o efeito, nós sugerimos o diálogo, a assunção de leis inclusivas, a revisão profunda da constituição e o modelo de Estado.

Contudo, a luta pela reconciliação social não deve ser levada a cabo apenas pelo homem sem Deus, passa pela oração e pela intervenção de Deus, o autor da reconciliação.

A violência, nas suas mais variadas formas ou tipos, gera fricções e revoltas. Um incómodo, que tira a paz e a paciência nas pessoas, se uma das partes não ceder, gera um conflito e, na pior das hipóteses, guerra.

Os principais factores que estiveram na base dos conflitos armados em Angola, que ainda hoje ensombram o país, são:

a) Os projectos diferentes para o futuro governo no imaginário dos movimentos de libertação nacional e a exclusão das demais forças e movimentos, aquando dos Acordos de Alvor;

b) As riquezas no subsolo angolano: os recursos minerais: o petróleo, os diamantes, o ouro, a prata, o cobre, o manganésio, o ferro, o fosfato, o gesso, etc., inclusive a fertilidade das suas florestas e madeira, terras cultiváveis e as sua flora e fauna. Tudo isso é cobiçado por interesses nacionais e internacionais;

c) A intervenção de países como ex-URSS, Cuba, EUA, Zaire, África do Sul e outros atores internacionais, especialmente no auge da Guerra Fria, os quais polarizaram, ainda mais, as disputas internas pelo controle do governo de Angola;

d) A postura tendenciosa de Portugal na elaboração e aplicação do modelo de governo de transição de colónia para a independência através do Acordo de Alvor, cujos signatários foram o governo português, o MPLA, a UNITA e a FNLA e influenciaram de forma decisiva o agravamento das disputas no país¹¹⁶.

e) Angola não ser apenas representada pelos três movimentos que estiveram presentes nas negociações de Alvor.

f) Hodiernamente, a escassez de oportunidades económicas, o mau ambiente de negócios, o sentimento de desilusão, a exclusão, a escassez de emprego e demais frustrações, o empobrecimento da classe empresarial, a inexistência de classes: alta, media, media-alta e baixa e a seletividade político partidária, ou seja, a partidarização dos órgãos e serviços estatais. Outro sim, é o gritante clima de intolerância, inclusive religiosa.

Ainda hoje, mesmo com a paz conseguida desde a assinatura do memorando de Luena, tal como academicamente a ciência nos ensina, podemos alertar que a paz em Angola é frágil e incompleta; pois é uma paz negativa.

A paz verdadeira será sempre a atitude positiva de quem, em diálogo e colaboração com os outros, interpreta e vive responsavelmente, independentemente das vicissitudes e circunstâncias

¹¹⁶ Cf. José Fernando Matos, «o processo de paz em angola como ponto de viragem para a reconciliação nacional: caminhos e perspectivas», *DADOS DE ÁFRICA(S)* 1, n.º 1 (7 de novembro de 2020): 30–49. <https://revistas.uneb.br/index.php/dadosdeafricas/article/view/9877>, 32.

históricas, a que a vida sujeita o ser humano. O homem de paz reconhece e respeita os dinamismos da ordem estabelecida na história e no coração de cada pessoa humana, que é imagem e semelhança do Criador¹¹⁷.

A paz não se reduz a uma ausência de guerra, fruto do equilíbrio, sempre precário, das forças. Constrói-se dia a dia, na busca da ordem querida por Deus, que traz consigo uma justiça mais perfeita entre os homens¹¹⁸. Quem faz a paz é uma pessoa positiva, com atitudes positivas, e não alguém negativo, negativista. Enquanto atitude positiva, a paz é um compromisso de cada pessoa na procura da ordem querida pelo próprio Criador. A paz é um dom, dom de amor, o amor em acção.

Uma paz fruto do empenho e sacrifício de todos; justa e integradora. Uma paz baseada no amor, na partilha e na caridade, na solidariedade, na união entre todos e na justiça. A paz é o amor activo. Uma paz de amor estanca as assimetrias entre ricos e pobres; entre camponeses e operários; entre cidades e aldeias. O homem é homem e não há desigualdades entre eles.

O passado é referência, mas não é residência. Serve apenas para nos aconselhar, a nos acautelarmos, de erros a evitar no futuro. As memórias mantêm vivos todos os acontecimentos e os transmitem de geração em geração. Tal como diz Birmingham, citado na Recensão por Michel Cahen: «a complexa realidade da Angola do pós-guerra só pode ser compreendida com referência ao seu passado. Os visitantes bem-intencionados, nos primeiros anos do século XXI, apressaram-se a falar de um “regresso à normalidade”, mas isso representa uma incapacidade para compreender a história»¹¹⁹.

Os homens podem morrer, mas a história não morre. Por isso, é nosso apanágio mantermos presente e comunicáveis as verdades históricas, não como o reabrir de feridas, mas como comunicação e elucidação, de um passado ruinoso, que vale a pena conhecermos.

Conhecer a verdade que liberta a pessoa é um dos nossos objectivos. Quem se limita ao passado, regride, porque o passado amarra e detém a pessoa que nele instala.

¹¹⁷ Cf. Manuel da Rocha Felício, *Desenvolvimento, o verdadeiro nome da paz, gestão e desenvolvimento, 13-14 (2005-2006)*, 3-7, 2019, 7. Disponível: [file:///C:/Users/yavam/Downloads/151-Texto-450-1-10-20190819%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/yavam/Downloads/151-Texto-450-1-10-20190819%20(1).pdf), 18/01/2023, 15:40.

¹¹⁸ Cf. Concílio Ecuménico Vaticano II, «Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo actual: *Gaudium et Spes*» (A. O - Braga, 1992). 78.

¹¹⁹ Michel Cahen, «Breve História da Angola Moderna [séculos XIX-XXI], de David Birmingham», *Análise Social*, 24 de janeiro de 2021, 532–39, <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2018227.18>.

O tempo ainda denota as cicatrizes físicas e psicológicas da guerra. Tal como Meijer e Birmingham dirão, «ainda não foi encontrada a solução para o défice democrático»¹²⁰.

A paz é um processo que caminha há largos anos em Angola. Há sinais positivos evidentes como: O processo de reconciliação nacional, que continua a decorrer de forma sólida, não obstante as inúmeras tentativas de o dificultar, permite que os angolanos acreditem no futuro, e tem sido um factor importante para a consolidação da economia e o seu notado crescimento, viabilizando o processo de reconstrução nacional e a paulatina melhoria das condições de vida do povo em Angola¹²¹.

Apesar dos sinais de não retorno à guerra, ainda são notórios sinais de intolerância política e de uso excessivo de poder, que perigam a paz. Nota-se, com preocupação, um evidente sinal de retrocesso na paz. O jornal Folha 8 diz: «refletir sobre o estado atual de Angola é lembrar que o acesso à boa educação, aos condomínios, ao capital acionista dos bancos e seguradoras, aos grandes negócios, às licitações dos blocos petrolíferos, está limitado a um grupo muito restrito de famílias, ao regime no poder»¹²².

É caso preocupante que leva a questionar-nos: Que será de Angola no futuro a médio e longo prazo, paz segura ou ainda de incertezas?

Ora vejamos, segundo os dados colhidos do jornal angolano, “Folha 8”, claramente demonstra que na realidade a paz está em perigo:

«lembrar que hoje, como ontem e certamente amanhã, [em Angola], apenas um quarto da população tem acesso a serviços de saúde, que, na maior parte dos casos, são de fraca qualidade; que 12% dos hospitais, 11% dos centros de saúde e 85% dos postos de saúde existentes no país apresentam problemas ao nível de instalações, falta de pessoal e carência de medicamentos. Em Angola, 45% das crianças sofrem de má nutrição crónica, sendo que uma em cada quatro (25%) morre antes de atingir os cinco anos»¹²³.

A independência de Angola jorrou banho de sangue de muitas pessoas e o regresso humilhante (sem nada) de muitos portugueses ao seu país. Até aos dias actuais, as memórias ainda vivem o

¹²⁰ Cf. Meijer Guus e Birmingham David, *O passado e o presente de Angola*, (Luanda: ACCORD 15, 2004), 15.

¹²¹ Cf. William Tonet, Redacção, F8, *Réquiem pelo 4 de Abril*, *Jornal Folha 8*, 5 de abril de 2019, <https://jornalf8.net/2019/requiem-pelo-4-de-abril/>, 19/01/2023, 09:20.

¹²² <https://jornalf8.net/2019/requiem-pelo-4-de-abril/>.

¹²³ F8, «*Réquiem pelo 4 de Abril*».

trauma pelo como ocorreu a descolonização. Por outro lado, há também muitos que reconhecem ter sido um processo, apesar questionável, complexo.

Ao vivenciarmos as consequências dos resquícios de uma história traumatizante, alvitramos para que entre todos façamos parte da solução, de modos a que amanhã não se retorne às guerras como no passado. «**Angola tem de melhorar porque já não pode piorar**»¹²⁴. A consolidação da paz, a unidade cultural e nacional, é o caminho certo a percorrer na busca da reconciliação social.

2.2 Angola, povos e línguas

Angola é uma nação multiétnica, multirracial e multicultural, tipicamente africana. Angola é um conjunto de nações marcado pela sua diversidade tribal e cultural; isto é, um conjunto de povos. É nesta perspectiva que nos orientamos, visando a reunificação dos povos, nesta abordagem pacifista e conciliadora por uma reconciliação social.

Segundo J. Baur: «Angola sofreu 500 anos de colonização e de 30 anos de guerras recentes, a tal ponto que está bem longe de ser uma terra cristã ideal»¹²⁵. Hoje Angola independente, é um país com uma extensão de 1.256,700 km² repartidos por 18 províncias, com uma população estimada em 32 milhões de habitantes, segundo o último censo de 2014. Cerca de 95% dos angolanos são africanos bantu, pertencentes a diversas etnias. Angola está a Sul do Equador, na Costa Ocidental da África, é banhada pelo Oceano Atlântico e a Norte é limitada pela fronteira com a República do Congo (RC) Brazzaville, a República Democrática do Congo (RDC), Kinshasa, a Leste pela fronteira com a Zâmbia e a Sul com a Namíbia¹²⁶.

A República de Angola é um país tropical, rico em recursos hídricos (mares, rios, lagos e lagoas), florestas densas, terras férteis para a agricultura, um subsolo cheio de minerais (diamantes, cobre, ferro, ouro, etc.), um mar cheio de toda a espécie de animais marinhos, petróleo bruto e salinas. Achamos nós que Angola é vítima endógena (de si mesma) e exógena (de interesses estrangeiros) pelas suas próprias riquezas. É menina dos olhos de vários países e potências económicas e políticas mundiais.

¹²⁴ Jaime Pacheco, *Conversa na mulemba*, 21 de fevereiro de 2022, ADRA, <https://www.adra-angola.org/artigos/conversa-na-mulemba-angola-tem-de-melhorar-porque-ja-nao-pode-piorar>.

¹²⁵ John Baur, *2000 Anos de cristianismo em África: uma história da igreja africana* (Lisboa: Paulinas, 2002), 352.

¹²⁶ Cf. Angola, censo populacional geral (INE 2014): <https://www.marktest.com/wap/a/n/id~1df4.aspx>.

Vítima endógena ou de si mesma: trata-se dos seus próprios filhos que desonestamente se servem das riquezas, sem olharem pelos danos que causam, ao país e aos seus irmãos. Os homens e mulheres angolanos que, movidos pela ambição de mandar ou governar, pegam em armas para matar os seus adversários políticos ou de ideologia diferente. Os angolanos que, sem pejo, enriquecem ilicitamente, sacrificando os demais.

Vítima exógena ou dos interesses estrangeiros: é o caso dos países vizinhos, as grandes potências mundiais, as multinacionais, as grandes organizações mundiais que financiam e instigam as guerras, por interesses inconfessos ou desleais.

Vimos, além de mais, contribuir para a edificação de um país inclusivo através da implementação de factores condizentes com a consolidação da paz. É importante ter em vista uma adequação no seu sistema educativo, onde o ensino esteja focado na cultura da paz, unidade e reconciliação social ou nacional, em que não basta o calar das armas. Esta cultura da paz implica um empenho livre e voluntário de todos os angolanos, motivados pela vontade de viver juntos e em harmonia, no respeito e cumprimento dos deveres da cidadania.

A humanidade pretendida é a que diz não à lei da selva, em que lutam os gigantes, mas quem sofre é o capim. Propomos a construção de um clima de paz, segurança e justiça para todos e não sociedades contruídas por desigualdades e exclusões: os países mais ricos e superdesenvolvidos sobrepõem-se aos mais pobres e subdesenvolvidos, financiando guerras entre os pacatos autóctones.

A nossa abordagem não tem como propósito citar nomes para culpabilizar ou avaliar “criticando”, (a apontar o dedo); não visa transpor as atrocidades históricas ao presente; nem tão pouco queremos atizar o triste passado-recente, como que pôr lenha na fogueira para reativar a fervura das memórias ainda em ignição, mas sim, humanizar a sociedade por formas a recompor um espaço de convivência fraternal, entre filhos da mesma pátria e do mesmo Pai, Deus.

Depois da independência de Angola, o país quase que nunca mais se reencontrou. Os desentendimentos pela incapacidade de diálogo, deram lugar à guerra fratricida e esta veio cimentar o orgulho egocêntrico, que deu vazão à agudização das assimetrias regionais e à acumulação primitiva de capital, por uma minoria de angolanos.

A educação está quase relegada ao último lugar, quando deveria ser a primeira, no plano da reconstrução do país. O analfabetismo sonega o desenvolvimento humano e cria delinquentes e

psicopatas criminosos, na sociedade, que mesmo superlotando cadeias, os serviços da ordem pública se vêm incapazes de controlar.

A saúde em Angola é ainda em muitos lugares inexistente. Está doente ou moribunda, em certas povoações da periferia do país. Até mesmo em certos hospitais das cidades, os serviços de saúde entram em crise, por serem venéreos ou nocivos à integridade da pessoa humana.

Há uma gritante falta de médicos e medicamentos em Angola. A qualidade e o nível de alguns dos operadores dos serviços de saúde: médicos, enfermeiros e técnicos de saúde (como analistas, radiologistas, terapeutas, fisioterapeutas, etc.) tornam os serviços mais débeis e, por conseguinte, a maioria dos mais altos dirigentes do país, e as suas famílias, preferem os hospitais de fora de Angola¹²⁷.

Urge sanear o sistema de saúde para que se torne mais humanizado, as infraestruturas mais adequadas ao acolhimento e tratamento das pessoas carenciadas de assistência médica e medicamentosa.

A água utilizada, pela maioria da população angolana, não é potável. Nas zonas rurais, os habitantes consomem água diretamente dos rios e lagos. Mesmo nos meios urbanos, há défice na distribuição de água.

Angola tem uma riqueza cultural *sui generis*; uma diversidade de características autênticas e fortemente entranhadas e tecidas no seu *modus Vivendi*. Vive à base dos hábitos e costumes adquiridos dos seus antepassados, inclusive a sua religiosidade. A fé religiosamente vivida por um só Deus, desde sempre animada pelos intermediários espirituais, o poder dos antepassados e os outros, que para o africano, constituem a força vital. Na cultura bantu, a força vital é um poder que perpassa e trespassa toda a cadeia genealógica e geracional da existência do cosmos.

A vivência da fé em Deus, faz-se subjectiva e objectivamente no singular, sem se agregar a um grupo nem se associar a um organismo eclesial. A vivência da fé para o bantu é pessoal, mas abrangente e comunicada a todos os da sua tribo ou língua.

Angola é um dos países ex-colónias de Portugal, independente e soberano desde 11 de Novembro de 1975. Um País maculado pelo modo como a colonização nele foi levada a cabo e, sobretudo,

¹²⁷ Cf. Sílvia de Oliveira, «Olhar a pobreza em Angola: causas, consequências e estratégias para a sua erradicação», *Ciências Sociais Unisinos* 48, n.º 1 (10 de abril de 2012): 29–40, acedido a 12 de junho de 2022. <https://doi.org/10.4013/csu.2012.48.1.04>.

nos últimos anos, pelas convulsões políticas entre os grupos e movimentos ideológicos internos e externos.

As várias e prolongadas guerras, as influências externas e o sistema de governo, levam ainda hoje a questionarmo-nos se se pode considerar, no verdadeiro sentido do termo, Angola livre de colónia. Ou seja, Angola é mesmo independente hoje? Que descolonização teve, se ainda vive numa encruzilhada neo-colonial? Há diferença entre o sistema instalado ao da era da ocupação estrangeira? O que Angola granjeou com a Independência proclamada, e o que perdeu desde a Independência? Que independência se pretendeu e qual se obteve?

Todos os angolanos, directa e indirectamente, são vítimas dos longos anos de conflitos armados e das divergências socioculturais e ideológicas que a história vem registando desde 1948 até aos “dias de hoje”.

A nossa contribuição é no sentido de mentalizarmos os cidadãos para a grandeza e nobreza de consciência que privilegie o bem maior, o melhor e o bem-comum. É necessário deixar de parte o passado, sem se esquecer dele, viver o presente, tendo em conta os erros do passado para projectar um futuro melhor.

Angola vive há 20 anos em paz e tem feito caminho para a reconciliação, graças a Deus, depois de uma longa e complexa história: desde a colonização, a descolonização, os incidentes dos massacres do 27 de Maio de 1977- 79, as guerras frias que desde a década de 60 nunca pararam, até 2022, e os frequentes assassinatos e prisões arbitrárias que, por este tempo, em muitas regiões de Angola, cidades e aldeias, continuam a sacrificar famílias inteiras e, inclusive, a generalizada intolerância política e social até hoje vividas.

A história das tentativas para se terminar com os conflitos, não pode ser contada de forma simples ou apaixonada. Os desafios inerentes ao fim da violência militar e as características de uma paz genuína, também não podem ser encarados de modo simplista. Angola vive um processo de mudanças em que a consolidação da paz e a construção da democracia se afiguram como elementos centrais¹²⁸. Por este complexo contexto, seleccionamos conteúdos nacionais e internacionais sobre o caminho histórico que Angola vai trilhando no contexto das nações modernas em geral.

¹²⁸ Guus Meijer, *Da paz militar à justiça social? O processo de paz angolano*, Conciliation Resources (Londres: Conciliation Resources, 2004), 47.

A maioria da população angolana é jovem, mas uma riqueza e força de trabalho subvalorizada. O desemprego é acentuado, a maior capacidade de trabalho, a juventude, vive na ociosidade. Isto não porque ninguém os contratou, mas porque o empresariado está falido e os créditos para a criação ou fomento do autoemprego, é um privilégio apenas para os predestinados (os que têm padrinho na cozinha).

A título de referência, no que tange ao desemprego, os dados avançados pelo Instituto de Estatística de Angola, em 2022, e reprovados por muitos sindicatos angolanos, revelam que a taxa de desemprego em Angola baixou de 34,1% para 30%, no período em referência, uma redução de 4,1 pontos percentuais face ao período homólogo (2021), com o desemprego duas vezes superior nas zonas urbanas face às rurais¹²⁹.

Há uma desenfreada luta por terras para habitação, cultivo, e criação de gado. Os poderosos facilmente desalojam a população das suas localidades usando a força e o poder que têm. O direito de sucessão das heranças foi desapropriado do poder consuetudinário e capturado por quem manda e faz cumprir. A Constituição vigente em Angola atribui a terra ao Estado: “a terra é propriedade exclusiva do estado”.

A paz foi alcançada há 21 anos, depois de mais de 41 anos de guerra (de 1961-2002). Não contamos o antes e o depois, mas sabemos que desde antes da década de 60, e nos anos que sucedem a 2002, ocorreram e vêm ocorrendo ainda: matanças arbitrárias e massivas; prisões injustas e descabidas; deportações e perseguições de filhos de uns e de outros. Tudo isso marcou, traumatizou e tem feito moça na psique dos angolanos.

A corrupção tornou-se endémica e é, fruto da fraca educação, nos valores sociais, cívicos, morais e culturais, que vem enfermando as instituições tanto do estado quanto privadas e até mesmo religiosas. A corrupção, alcunhada até então por “gasosa”¹³⁰, vem-se tornando um novo ente originário de conflitos e divisões entre os angolanos.

¹²⁹ Cf. Venâncio Rodrigues, «*Sindicatos duvidam de números sobre desemprego em Angola*», VOA, 11 de 2022. Acedido a 13 de junho de 2022.

<https://www.voaportugues.com/a/sindicatos-duvidam-de-numeros-sobre-desemprego-em-angola/6839258.html>.

¹³⁰ Cf. A lei da gasosa: a palavra, gasosa (eufemismo), é usada na gíria angolana para designar a prática de corrupção passiva e activa em que, deliberadamente, alguém oferece vantagem, acto de suborno, à um funcionário em detrimento dum serviço que lhe foi prestado, a si ou a terceiro. Art. 360 e 361. Cf. Manuel Simas Santos e Manuel Leal-Henriques, *Código Penal Angolano Anotado: Art.º 236.º ao 389.º*, 4ª Edição, vol. Vol. 4 (Lisboa: Rei dos Livros, 2019).

A reconciliação enquanto caminho, é um processo exequível e saída obrigatória e urgente para se protagonizar o objectivo de se consolidar a paz.

Uma desenfreada luta por terras para habitação e cultivo, ou criação de animais, pois a terra é “propriedade exclusiva do estado”, segundo a Lei Constitucional angolana, em contradição com o poder consuetudinário ou tradicional. É quase impossível legalizar uma propriedade fundiária, mas pela força e poder, muitos cidadãos autóctones foram retirados das suas áreas naturais e postos onde nem água nem terras para a actividade agropecuária, que lhes é característica, têm.

Diz-se comumente que quando numa casa há fome, todos ralham, todos têm razão. Estes e outros motivos, suscitam questionamentos pelo perigo que a paz corre. As populações que sobrevivem do campo e são capazes de lutar pela vida, contra tudo e todos os riscos. Daí a nossa abordagem em prol da convivência social e da fraternidade rumo à elevação da cidadania e ao espírito de coesão social.

A vida humana é sociável e faz-se na sociabilidade. Tudo isso implica a reconciliação das memórias que são todos os angolanos martirizados pelas querelas da época. A reconciliação é a meta que se alcança apenas por via do diálogo franco, honesto, sincero e contrito entre todos.

A convivência fraterna e sadia entre todos, é o ponto-chave da paz entre os homens. A reconciliação entre os filhos da mesma mãe pátria e do mesmo Pai, Deus.

2.2.1 Os principais grupos etnolinguísticos de Angola

O critério mais visível na distinção dos vários grupos étnicos em Angola é de natureza linguística. Os principais grupos etnolinguísticos são¹³¹: Ovimbundu – língua umbundu, (no sul de Angola); M’bundu (ou Ambundu) – língua kimbundu, (a Norte: Malanje, Kwanza Norte, Luanda, Bengo e uma pequena parte do Uíge); Bakongo – línguas kikongo, (mais a Norte: Cabinda, Mbanza Congo, Uíge); Lunda-Quioco – língua cõkwe, (no Leste de Angola: Lundas Norte e Sul, uma pequena parte de Malanje e Moxico); Ambó – língua tchicuanhama, (mais a Sul: Cunene); Nyaneka-Umbi – língua olunyaneka, (a Sul Lubango e Namibe); N’ganguela – língua nganguela¹³², (a Sudoeste Kuando Kubango e Lubango).

¹³¹ Cf. Edmundo Rocha, «Angola: contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano, período de 1950 a 1964 testemunho e estudo documental, Olhar a história» (Lisboa: Dinalivro, 2009), 34.

¹³² Cf. Raul Tati, *Incidências Da Guerra Fria Na Política Externa de Angola: 1975-1992*, (Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2018), 118.

Convém destacar aqui que, em Angola, enquanto província de Portugal, só os Ovimbundu, Mbundu e Bakongo, estes três grupos étnicos, representavam entre os anos 1950-1954, 75% da população autóctone¹³³. Os Ovimbundu e os Mbundu estavam enraizados exclusivamente dentro do actual território angolano, enquanto os Bakongo constituíam o grande reino do Congo, «radicado historicamente numa área que abrange o Congo ex-Francês, o Congo ex-Belga e o Norte de Angola»¹³⁴.

Diz o politólogo Raul Tati, citando estudos de Edmundo Rocha, os Mbundu ter-se-iam fixado maioritariamente na região costeira de N'gola (Luanda-Amba) e da Quiçama (Muxima), tendo povoado progressivamente o interior ao longo dos rios Cuanza e Bengo, para as regiões da Matamba, do Cassanje, dos Dembos, do Songo e do Mbondo, pressionados pelos Portugueses¹³⁵. Os Ovimbundu, subdivididos em Bailundos, Huambos, Andulos, Biés, etc., estabeleceram-se maioritariamente a Sul do rio Cuanza no vasto planalto central, fazendo ponte entre povos do interior e do litoral¹³⁶.

2.2.2 Os desafios da tradição ante a novidade

A administração da paz social nunca foi fácil, ou mesmo possível, pois pode parecer uma utopia falar de Angola como “um só Povo e uma só Nação”. Isto se justifica porque, do ponto de vista demográfico, segundo os estudos de Edmundo Rocha com base aos dados do recenseamento, os Ovimbundu são o principal grupo etnolinguístico de Angola. Entretanto, na opinião de Edmundo Rocha, os Mbundu, dentre todos os grupos etnolinguísticos, foram os «que tiveram contactos mais prolongados, contínuos e profundos com os portugueses»¹³⁷. Daqui os factores da mestiçagem nos territórios do Litoral de Angola e a manutenção dos valores culturais ancestrais no interior, que no entender de Tati, as regiões do interior «irão manter alguma impermeabilidade socio-cultural»¹³⁸:

«A estrutura política e social dos grandes reinos Mbundu, do interior, manter-se-á homogénea até ao século XX, sendo pouco “portugalizados”. Referimo-nos especialmente aos reinos da Matamba e de Cassanje. Ao passo que as populações Mbundu do litoral, submetidas desde cedo ao domínio colonial, são profundamente

¹³³ Cf. Rocha, *Angola*, 35.

¹³⁴ Rocha, 38.

¹³⁵ Cf. Rocha.

¹³⁶ Cf. Rocha.

¹³⁷ Rocha, 39.

¹³⁸ Tati, «*Incidências Da Guerra Fria Na Política Externa de Angola*», 119.

dispersas, desestruturadas, cristianizadas e “portugalizadas”. Processa-se um fenómeno de assimilação e de integração nas estruturas sociais e económicas do colonizador (...). É, no entanto, neste grupo Mbundu, do litoral, que vai nascer o embrião da burguesia luandense»¹³⁹.

Para Tati, a História de África regista irrefutavelmente, a existência, antes da colonização europeia, de conjuntos políticos organizados e coesos, com fronteiras mais ou menos definidas, embora muitas vezes vulneráveis e sujeitas ora a fenómenos de cisão, ora de unificação. Grandes e fortes civilizações floresceram em África entre os séculos VII (nascimento e consolidação dos impérios africanos) e XVI (desestruturação e declínio dos conjuntos políticos africanos)¹⁴⁰.

O mapa político saído da Conferência de Berlim (1884-1885), e atualizado posteriormente por sucessivos acordos bilaterais (Séculos XIX-XX) entre as potências coloniais, fez tábua rasa da configuração política africana até então vigente, esquadrinhando-a, sem apelo nem agravo, em benefício dos interesses dos impérios coloniais¹⁴¹.

E como tal, diz Raul Tati, é forçoso reconhecer o mérito de alguns dos proto-estados que mais se destacaram no panorama histórico de Angola, nas resistências contra a ocupação colonial, como os reinos do Kongo, Ndongo, Matamba, Bailundo, Kuanhama, Andulo, Lunda-Cokwe, etc. Os invasores europeus, contrariamente a alguma historiografia errática, não podem reivindicar para si o adágio romano “*veni, vidi et vici*”¹⁴². Isso explica as dificuldades da ocupação colonial por toda a extensão do território angolano, as guerras que nesse período aconteceram pela resistência tenaz dos autóctones.

Os reis, politicamente motivados e equipados (como *N'gola Njinga-a-Mbandi*, *N'gola Kiluanji*, *Ekukui II*, *Mutu ya Kevela*, *Mandume*, *Muata-Yamvo*, *M'pangu Nimi-a-Lukeni*, etc.), com exércitos de guerreiros determinados em defender a sua soberania. O termo *etnê*, vem do grego que significa exatamente: “nação”. Pelo que etnia e nação são etimologicamente sinónimos¹⁴³.

Segundo Tony Neves, o surgimento do Estado Nação, como uma nova organização, política, económica e social, ofuscou a Religião Tradicional Africana. No entender de Tony Neves, as Religiões Tradicionais Africanas são comunitárias e só se adequam aos modelos com as

¹³⁹ Rocha, *Angola*, 39.

¹⁴⁰ Cf. Tati, *Incidências Da Guerra Fria Na Política Externa de Angola*, 118.

¹⁴¹ Cf. Tati, 120.

¹⁴² Cf. Frase atribuídas a Júlio César quando anunciava ao *Senatus Populusque Romanus* a vitória sobre Fárnaques, rei do Ponto, em Zela: “cheguei, vi e venci”.

¹⁴³ Cf. Tati, *Incidências Da Guerra Fria Na Política Externa de Angola*, 122.

características do tribal. Com o Estado-Nação exige-se uma religião societária. O cristianismo, enquanto religião universal, acabou por substituir as Religiões Tradicionais Africanas numa Angola multiétnica. Enquanto a religião tradicional se funda na criação solidária de parentesco, nas comunidades. Ao passo que o cristianismo assenta as suas bases no amor ao próximo e a Deus¹⁴⁴.

De acordo com o estudioso Tati, a semântica decorrente da nova realidade tem vindo a redimensionar a palavra nação com os nacionalismos do sec. XVIII no Ocidente. A realidade histórica, política e antropológica sobre a qual assenta a actual construção da nação angolana, é de um conjunto de “proto-nações” amalgamadas por uma idiossincrasia colonialista que durou séculos. Depois do sistema colonial, sucedeu o monopartidarismo com uma ideologia de cariz comunista que também forçosa e compulsivamente impôs-se e segregou ainda mais as nações que compõem o país¹⁴⁵.

Todas as entidades políticas pré-coloniais foram diluídas numa nova entidade política e administrativa: a colónia de Angola. Todos, soberanos e súbditos, passaram a ter o estatuto de colonizados. Como se pode ver, isto passou a ser um factor de conflitualidade, conflitos ditos interétnicos que inundaram a África pós-colonial, tendo em conta a fragilidade e artificialidade das novas entidades, forjadas por uma agregação compulsiva e “desestruturante”¹⁴⁶.

E é com maiores evidências que hoje entendemos, diante desses pressupostos, que a angolidade e a etnicidade compõem uma espécie de união hipostática¹⁴⁷.

Diante de tal cenário, o povo angolano vive entre a expectativa (esperança) de dias melhores e o cepticismo por não ver o caminho que há anos vem procurando. É a Igreja que ainda vai reanimando a esperança do povo. Deus é um Deus de paz; os homens do mal não são eternos. o amanhã pertence a Deus, Deus que oferece vida eterna aos homens “que promovem a paz”. (Cf. Mt 5, 3-12).

Porém, Angola é um conjunto de povos e culturas (nações); comunidades etnolinguísticas múltiplas e diversificadas e diferentes umas das outras que vivem igualmente os altos e baixos da vida; as circunstâncias da vida.

¹⁴⁴ Cf. Tony Neves, *Angola: justiça e paz nas intervenções da Igreja Católica 1989-2002* (Lisboa: Textos Editores, 2012), 168.

¹⁴⁵ Cf. Tati, *Incidências Da Guerra Fria Na Política Externa de Angola*, 121.

¹⁴⁶ Cf. Tati, 122.

¹⁴⁷ Cf. Tati.

2.2.3 Etnismos no sistema sociopolítico angolano?

Comumente, entende-se por etnismo, o costume de exageradamente pôr-se no centro de tudo a própria etnia.

Em comum, os “*ismos*” na maioria das vezes, são sufixos usados para generalizar exageradamente sistemas negativos. Etnismo de *Etné* + ismo, não deixa de sê-lo. Podemos dizer, *Etné*, povo, significa grupo culturalmente homogêneo em usos, costumes, artes, hábitos e língua. Um povo que tem a mesma origem, conserva, como um sistema tradicional, o padrão de funcionamento da estrutura comunitária que o identifica.

No caso vertente, denominamos etnismos ou etnização sociopolítica à mania das formações políticas, estruturas sociocomunitárias e governamentais, que deveriam ser abertas a todos os grupos socio culturais e linguísticos (todos os povos), tribalizarem-se por simpatias ou simpatizantes: reduzirem-se ao compadrio, amiguismo, familiarismo e conterrâneos. Há organizações partidárias no formato de associações, de naturais e amigos, que falam a mesma língua, originários do mesmo clã e entre correligionários; são verdadeiros parentes ligados pelos laços da linhagem étnica. Esse tipo de funcionalismo geográfico ou distrital, mais do que separa, é um grave atentado à unidade nacional.

Por isso, em bono da verdade, os fulcrais motivos da persistência das guerras que têm vindo a dilacerar Angola, até hoje, são de cariz étnico.

Os movimentos de luta pela libertação de Angola demonstraram-se muito inclinados às suas origens consanguíneas e linguísticas, às tribos e às etnias. Por isso, o factor cultural é muito assente e influenciador nas relações entre os povos e sobre tudo entre as classes políticas.

Os grupos étnicos, sobretudo os maioritários e os mais activos no país, foram politizados à maneira dos criadores dos Movimentos, segundo as suas origens étnico-linguísticas.

Agostinho Neto sonhava com um país em que a unidade estivesse acima das etnias. É verdade que é preciso respeitar as opiniões e análises de outros, mas o que se constatou, é que a guerra civil em Angola envolveu todo o povo angolano de todas as etnias e as instrumentalizou. Houve mesmo áreas mais afetadas que outras em função da sua utilidade estratégica e do interesse das

lideranças de cada formação política. Por isso a CEAST apelava: «Salvemos a vida dos angolanos e não a vida da etnia»¹⁴⁸.

É aconselhável que tomemos a ideia da CEAST não de ânimo leve, mas com atenção especial e a analisemos com profundidade, já que, quando falamos de povos em Angola, falamos de diversas etnias, o que não significa dizer que os Bispos de Angola queiram a extinção das pessoas ou eliminar os grupos linguísticos, que constituem a população angolana. É a etnização que se tornou num sistema endémico, no funcionamento das estruturas angolanas, sobretudo estatais e partidárias. De tal forma que se afirma: «a guerra civil em Angola, teve uma conotação étnica»¹⁴⁹.

É importante que cada angolano e não só, desempenhe papel como de instrumento da paz; um promotor e animador da esperança, da unidade, da alegria, do perdão; um construtor de pontes, pontes de diálogo para a reconciliação social ou nacional. A tradição cultural não é manipulável nem corruptível, a cultura é estável e dura enquanto sistema enraizado no modo de ser e estar de um povo. Nenhum movimento é o único proprietário de uma etnia, mas filho e utente natural igual a qualquer outro membro de outro movimento.

Convenhamos aduzir, que a nossa perspectiva é não a-étnica. Não reprimimos o valor e o uso da força ética da “etnia”, desaconselhamos a sua exclusividade ou a tendência de possessão da mesma em grupos sociolinguísticos e político-partidários, como forma de separatismo ou divisão contra a unidade nacional.

Um país não se constrói com a exclusão de uns dos outros, amparando apenas os da nossa tribo ou língua. Partidos assim partem e não edificam nem repartem equitativamente. Uma Nação é igualitária, una e indivisível.

A violência das guerras, das perseguições e exclusões que durante mais de 41 anos assolaram Angola e o seu povo, marcaram as gerações e continuam a fazer furor tanto nos corações como na convivência social diária. Todos os angolanos porque sofreram as consequências do empobrecimento e devastações que o país sofreu, são memórias.

Angola e os angolanos foram martirizados e vivem depauperados pela impiedosa violência dos confrontos que, durante anos a fio, vêm atrasando o desenvolvimento do país, dividindo famílias

¹⁴⁸ Neves, *Angola*, 254.

¹⁴⁹ Neves, 258.

inteiras (irmão contra irmão), matando vidas e vidas. É por estes factos que denominamos todos os angolanos como sendo Memórias.

Pela reposição em definitivo da dignidade e valor da pessoa humana e do amor à Pátria, associamo-nos aos apelos em prol da reconciliação Social ou Nacional entre as Memórias que são todos os angolanos.

2.3 Eixos paradigmáticos da história angolana

A Igreja, a fiel depositária da mensagem de Cristo e o Sacramento da salvação para a humanidade, faz do diálogo, o caminho que conduz ao amor ao outro, a sua mensagem fundamental. É nesta perspectiva que a CEAST, citando Santo Agostinho, afirma «a paz é, entre os bens passageiros deste mundo, o mais grato que se pode ouvir, o mais desejável que se pode cobiçar e o melhor que se pode encontrar»¹⁵⁰. Mas a paz vai-se afirmando em função de algumas circunstâncias e factores de natureza histórica.

Estamos a caminho de comemorar meio século, 49 anos, desde que em Portugal se deu a Revolução do 25 de abril de 1974, e à 31 (3 de abril de 1992) anos desde o falecimento do Capitão Salgueiro Maia.

Desde a proclamação da Independência, 11 de novembro de 1975, Angola comemora neste ano 2023, 48 anos de uma Independência armada (confusa), pois nem sempre se gerou paz nem estabilidade social, tão pouco política.

A luta contra a ocupação portuguesa em Angola, durou 14 anos, isto é, desde 1961 até 1975, ano da proclamação da Independência Nacional.

A guerra entre os três movimentos de luta pela libertação de Angola, FNALA, MPLA e a UNITA, teve início antes da proclamação da Independência. A FNLA foi o movimento que mais cedo se retirou (década de 80) do cenário bélico e exilou-se no exterior de Angola. A guerra, que durou 41 anos, foi entre o MPLA e a UNITA, até 2002.

Comemorou-se no ano passado (2022), o segundo centenário (200 anos) de Independência do Brasil, o primeiro país que reconheceu internacionalmente a Independência de Angola.

¹⁵⁰ Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), *A Igreja em Angola entre a guerra e a paz*, 9.

Desde 2002, a 4 de abril, na Província de Moxico, a Leste de Angola, o governo de Angola liderado pelo MPLA e o então Presidente José Eduardo dos Santos, assina com a UNITA, representada pelo seu Estado Maior das forças armadas, o *Memorando de Entendimento do Luena*. Hoje, já passaram 20 anos de paz ininterrupta, do calar das armas. O Memorando aconteceu depois de, no mesmo ano, ter morrido em combate, Jonas Savimbi, o fundador e presidente da UNITA.

No ano passado, em 2022, veio a falecer, aos 79 anos de idade, vítima de doença, José Eduardo dos Santos, o “arquiteto da paz”, Ex-Presidente do MPLA e de Angola durante 38 anos, isto é, desde 1979.

É chegado o momento de cada angolano sentir-se parte da construção da unidade nacional. O conflito armado em Angola teve repercussões em todas as famílias, em todas culturas e povos, em toda a extensão do território, tendo adiado sonhos de muitas pessoas e atirado a maioria da população para a pobreza. Agora não se pode perder a oportunidade da paz, porque a unidade de sentimentos e propósitos para a consolidação da paz é um imperativo.

De acordo com a *Gaudium et Spes*, para a edificação da paz é necessário «eliminar as causas das discórdias entre os homens, sobretudo, as injustas que são as que alimentam as guerras»¹⁵¹. Os passivos do processo de descolonização, da proclamação da Independência Nacional, dos Acordos rubricados para a paz e os das contestações dos resultados eleitorais, têm sido as causas do retomar constante da guerra e, por conseguinte, os factores do atraso do desenvolvimento de Angola. Em cada retorno à guerra, o país e as pessoas perdem mais em tudo o que imaginavam ganhar.

Podemos considerar que a paz do mero calar das armas é uma paz negativa porque frágil e de rancores incubados. Tal como diz o Rev. Ntoni Nzinga: «As armas estão caladas, mas a paz é frágil. A reconciliação nacional não é apenas fazer um discurso; dizer que a partir de agora estamos bem. Não. É preciso chegar a um certo entendimento comum»¹⁵².

No nosso entender, a reconciliação é uma vivência conciliada, em que se integram o acolhimento e diálogo franco e constante, e “dialógico”, isto é, que se actualiza e se renova no tempo e no espaço: uma renovação da amizade ao longo da interacção social.

¹⁵¹ GS 83.

¹⁵² Daniel Ntoni-a-Nzinga, Pastor da Igreja Evangélica Batista de Angola e professor universitário, foi presidente do Comité Inter-Eclesial para a Paz em Angola de 2000 - 2008. Também participou no processo de paz pós-Apartheid na África do Sul que implementou a Comissão de Verdade e Reconciliação.

Um dos elementos fundamentais para a reconciliação, é a verdade. Não é possível a paz sem a determinação de ultrapassar o que se sofreu ou perdeu. E no caso angolano, há muitas inverdades e mistérios por serem desvendados. Muita coisa tem de ser ainda bem esclarecida. Porque em todas as famílias angolanas houve perdas, consequências da história, entenda-se o mal que se fez, o bem que se deve fazer e o melhor que se ganha evitando mais conflitos. E, nisto, há ainda muito trabalho conjunto por se fazer. Tal como dizia Toni Nzinga, «Angola tem ainda um longo caminho pela frente: Essa é a parte que até aqui não foi bem tratada e, a qualquer momento, uma fricção toma uma forma de violência»¹⁵³.

A reconciliação é um processo que se consolida e amadurece com o tempo de convivência, em respeito mútuo, liberdade, segurança e inclusão social.

Angola e os angolanos, devem antes assumir o passado com querer próprio. A determinação de se desenvolver o país, económica e infraestruturalmente, deve antes obedecer, em tudo, ao método de quase tudo começar, partir de novo, refazer.

A luta pela libertação de Angola reacendeu, quando um grupo de nacionalistas angolanos se opôs ao regime colonialista português, na madrugada do dia 4 de fevereiro de 1961 em Luanda. Neste mesmo ano em que Cabo Verde, Moçambique e Guiné-Bissau também lutavam pela sua Independência, em Angola aconteceram: a repressão de uma revolta na Baixa de Cassanje, por causa do preço do algodão; a queda de Goa e a sua ocupação militar; o ataque às prisões de Luanda e a revolta sangrenta no Norte de Angola; o assalto e sequestro do navio Santa Maria¹⁵⁴.

Em Angola, a luta não durou só até à data da proclamação da Independência Nacional (1975), mas alastrou-se entre os movimentos e em toda a extensão do território e, até hoje, não se pode falar de paz definitiva nem total.

Apesar de tudo, com o passar do tempo, a luta entre Angola e Portugal ficou apenas na história e, por conseguinte, mesmo depois de quase cinco séculos de colonização e escravatura, os dois países caminham lado a lado, condenados a eternizarem as suas relações por laços de sangue e língua¹⁵⁵.

¹⁵³ Daniel Ntoni-a-Nzinga.

¹⁵⁴ Cf. Carlos Alberto de Jesus Alves, «Política Externa Angolana em Tempo de Guerra e Paz: Colonialismo e Pós-Colonialismo» (Coimbra, Universidade de Coimbra, 2013), 27.

¹⁵⁵ São ainda notórios muitos resquícios ruidosos de sentimentos mistos de dor e rancor, pelas perdas económicas e humanas, sobretudo, pela separação e desaparecimento de familiares. Daí a nossa missão de pacificação (perdoar) e reconciliadora.

O processo da descolonização foi tão complexo, e o modo como se tratou, reflecte a situação político-militar que ainda hoje permanece em Angola e entre os angolanos. Apesar de a descolonização ser de lei, e um direito universal de soberania da nação, as consequências da descolonização de Angola não são de todo positivas.

Em parte, a descolonização foi um facto negativo, porque os angolanos não estavam à altura das encomendas. A responsabilidade de direcção dos destinos do país seria, a princípio, partilhada entre todos os movimentos e sociedade civil angolanos, mas, infelizmente, não foram capazes nem sequer de dialogarem e chegarem a um entendimento para juntos trabalharem.

Os Acordos de assinados em Alvor, são criticados por terem sido eivados de propósitos economicistas e não de propósitos de construção da sociedade. Pois, os movimentos nunca chegaram a trabalhar juntos nem Portugal foi capaz de realizar a transição do poder, tal como acordado. Tanto foi assim que, numa fase em que todos demonstravam-se incapazes de dialogar entre si, um dos movimentos, o MPLA, proclamou a Independência na capital e acaprou-se do país, embora a FENLA e a UNITA tivessem também proclamado a mesma independência, no Bengo e Huambo, paralela e unilateralmente.

Os ditos autóctones, ávidos de poder, depois de terem escorraçado para fora de Angola, os portugueses e mestiços, de mãos vazias e apenas com a roupa do corpo, ocuparam e apoderaram-se dos bens abandonados, estragaram e destruíram muitas das infraestruturas: fábricas, comboios, barragens, fazendas agrícolas, por não saberem usar ou fazer as devidas manutenções.

Entre as muitas das consequências da subversão e guerra, Angola ficou com um governo apenas constituído por um dos Movimentos (MPLA); boicotaram-se todos os planos de Alvor, ou seja, não houve eleições; houve traições, acusações mútuas, prisões arbitrárias, caça ao homem, fuzilamentos e guerra. Um conflito armado que durou mais de 38 anos, cujos resquícios perduram ainda hoje entre os angolanos.

Uma guerra atroz com marcas (memórias singulares e colectiva), como bombas-relógio, que a qualquer momento podem despoletar sentimentos de rancor. Elas perguntam: Porque não conheço o pai? Onde está o meu irmão? Porque não tenho herança? Onde nasci? O que aconteceu, para eu sobreviver com a falta de tudo um pouco? Ou seja, como conviver com quem te vez mal? Perdoar a quem, se não conhecemos como as coisas aconteceram, onde (lugares) e quando (data), e os protagonistas?

O nosso intuito é procurar a verdade histórica escondida no silêncio da história, identificar o fulcro dos factos e abrir as portas de solução que são o diálogo reconciliador. A história é, para nós, a verdade dos factos registados sobre os acontecimentos do passado. Daí o mote: «conhecereis a verdade e a verdade vos libertará». (Jo 8, 32).

Não sendo a história o nosso preponderante objectivo, sintetizarmos apenas as fases históricas das memórias colectivas marcantes do contexto angolano, destacando, sem inclinações político-partidárias, algumas ocorrências enquanto factos históricos que denominamos por eixos paradigmáticos porque transformaram o país até hoje.

O nosso objectivo preponderante é a reconciliação social das memórias angolanas. É por este propósito que cingirmo-nos na pedagogia de resolução dos conflitos entre os homens, como mediação, de formas a contribuirmos ao que muitos já têm feito para a pacificação.

Independentemente de sermos todos nós, os angolanos, as memórias do nosso passado recente e termos também outros motivos de regozijos pela vida e por alguns progressos obtidos ao longo da história, repudiamos toda a violência, guerras, maus-tratos, torturas e subjugações ou humilhações, contra qualquer ser vivo e, acima de tudo, somos a defesa do ser humano e pugnamos pela integração e integridade do homem, onde quer que ele esteja.

Os eixos que vimos destacar são os marcos históricos das ocorrências e vicissitudes decorrentes do mesmo passado, são identificados e assinalados, pontualmente, como etapas fortes do contexto angolano.

Dada a abrangência da história de Angola e a sua complexidade, convém-nos delimitar, sucinta e objectivamente, o contexto da herança histórica que são as memórias marcantes ocorridas entre 1948 aos dias de hoje e que comprometem o amanhã:

- a) Angola: província de Portugal no apogeu colonial;
- b) O florescimento dos primeiros intelectuais angolanos e o nacionalismo (1948 – 1961).
 - O nacionalismo;
- d) Os Movimentos de libertação e as lutas pró-independência de Angola (1954-1974);
 - O nascimento da FNLA
 - O nascimento do MPLA
 - O nascimento da UNITA

- e) A tentativa de unificação entre a FNLA e do MPLA (1960-1973);
- f) O processo de descolonização (?1961-1975);
- g) A Cimeira de Mombaça (5 jan. 1975);
- h) O acordo de Alvor (15 jan. 1975);
- i) A Cimeira de Nakuru (jun. 1975);
- j) Angola: uma independência confusa (nov. 1975);
- k) O 27 de Maio de 1977 em Angola.

2.3.1 A província de Angola no seu apogeu

Um breve olhar retrospectivo à humanidade, faz-nos enxergar, memoravelmente, no que sucedeu depois das expedições europeias dos descobrimentos aos continentes africano e americano, por intermédio dos navegadores: Diogo Cão, Cristóvão Colombo e Paulo Dias de Novais no ano de 1482. Em Angola, ao chegarem na foz do Rio Zaire, pelo Oceano Atlântico, conquistaram o litoral angolano, construíram fortes, fixaram-se nas regiões costeiras e foram conquistando o interior do país. Desde a ocupação colonial (1482), até 1975, Angola foi província de Portugal. A Conferencia de Berlim 1884 -1885, marcada pelo Mapa Cor-de-Rosa¹⁵⁶ e pela agravante de os resultados saídos do complô, sob a égide da Alemanha, na divisão arbitrária de fronteiras e repartição das colónias entre si, tendo em conta apenas interesses e vantagens.

Depois das grandes guerras mundiais: A primeira de 1914 - 1918 e a segunda de 1939 - 1945 os países africanos e asiáticos começaram a despertar e a organizar-se para as suas independências. Angola não fugiu à regra, mas teve de arcar com as consequências da falta de vontade dos seus colonizadores e da sua própria impreparação; para além da astúcia desmedida das grandes potências: EUA, URSS e CHINA, que até hoje subjugam subtilmente a África com o “neocolonial”.

Os conflitos armados, ocupação colonial e a guerra, que durante longos anos dividiu o povo angolano, estão na base das inimizades entre famílias inteiras, adiando ou anulando sonhos, ceifando milhares e milhares de vidas.

Entre os anos 1930-1947 surge a primeira nata de intelectuais autóctones, contrapondo o decreto do regime do Estado Novo de julho de 1930: Tratava-se de uma lei com força constitucional que

¹⁵⁶ Cf. Mapa Cor-de-Rosa: Nome atribuído ao projecto português, apresentado na Conferência de Berlim em 1884, para unir Angola a Moçambique, veemente censurado com ultimato pela Inglaterra. Cf. <https://www.fafich.ufmg.br/luarnaut/Mapa%20corde%20rosa.pdf>. E <https://knoow.net/historia/historiaportug/mapa-cor-de-rosa/>, 10/01/2023.

dispunha logo no Artigo 3º: «os domínios ultramarinos de Portugal denominam-se colónias e constituem o sistema Colonial Português»¹⁵⁷. Foi uma fase áurea da presença portuguesa em Angola. Fase esta, que a história registou como o apogeu do Império Colonial Salazarista.

Foi no decurso do ano de 1933, já na primeira fase da implantação do chamado “Estado Novo”, que se deixou para segundo plano o povoamento europeu de Angola e, em contrapartida, se agravaram tenazmente as medidas administrativas, no que tange ao agravamento do trabalho dos indígenas, com o propósito de acelerar o ritmo das produções coloniais de que Portugal beneficiaria. Explica Oliveira Pinto, que, nesta altura, Armindo Monteiro, na qualidade de Ministro das Colónias, procedeu à Reforma Administrativa Ultramarina e organizou a hierarquia da administração colonial portuguesa¹⁵⁸.

Em 1951, Portugal reforçou as suas posições políticas, as medidas para a defesa do Estado, reativou e avivou a política externa, com a revisão da Constituição de 1933 e passou a chamar “política ultramarina” às colónias. Nisto, em finais da década de 50, a oposição ao Estado Novo ganha fôlego, tanto em Portugal como nas ex-colónias portuguesas¹⁵⁹.

Além de, no tempo, ser considerada a base de uma estrutura administrativa de tipo autárquico, em Angola, já se pode antever que sem as infraestruturas e legislação administrativa, com autonomia financeira e jurídica territorial, a vida dos funcionários estaria condenada ao sufoco “árduo”. E, neste caso, diz Oliveira Pinto, no caso do contrato para trabalho forçado nas minas da DIAMANG, na Lunda, ficou imortalizada a literatura de Castro Soromenho (1910 -1968), na chamada “Trilogia de Camaxilo”: os romances *Terra Morta* (1949), *Viragem* (1957) e *A Chaga* (1972)¹⁶⁰.

Na mesma senda, escreve o historiador Alberto Oliveira Pinto, Armindo Monteiro recebera grande elogio por ter conseguido combater a crise financeira em Angola, protegendo a cultura obrigatória do algodão e as concessões de terrenos a colonos para a criação de gado e para a exploração florestal. Nesta altura, a Sociedade de Geografia de Lisboa, através de Henrique Galvão, defendeu que a emigração portuguesa – preferencialmente de agricultores – para Angola e Moçambique, só seria possível se o Estado português estivesse disposto a fazer sacrifícios

¹⁵⁷ Cf. Alberto Oliveira Pinto, *História de Angola: da pré-história ao início do século XXI*, 1ª Edição (Lisboa: Mercado de Letras, 2015), 645.

¹⁵⁸ Cf. Pinto, 654-655.

¹⁵⁹ Cf. Alves, *Colonialismo e Pós-Colonialismo*, 27.

¹⁶⁰ Cf. Pinto, *História de Angola*, 655.

financeiros, incentivando as pequenas empresas nacionais a aplicar os seus modestos capitais naqueles territórios.

Henrique Galvão ganhou confiança do então Ministro das Colónias, Armindo Monteiro, que lhe incumbiu a responsabilidade de organizar feiras de Amostras Coloniais, em Angola e Moçambique, nas respectivas capitais, Luanda e Lourenço Marques (Maputo)¹⁶¹.

De realçar também, é o facto de que nesta fase áurea do período colonial, “em paralelo com a primeira exposição colonial portuguesa, realizado no Porto, entre 7 e 11 de outubro de 1934, o 1º Congresso Nacional de antropologia Colonial”¹⁶². Diz Oliveira Pinto, “embora tenha contado com escassas intervenções de alguns investigadores que já se aventuravam no estudo dos costumes, das línguas e das religiões africanas”¹⁶³, da parte de Angola, destacou-se o venerável Monsenhor Manuel Alves da Cunha.

Diz o historiador Alberto de Oliveira, “o Congresso privilegiou, como aliás aconteceu nas universidades portuguesas até 1975, a antropologia física”. Descreve o autor, que a maior parte dos participantes no Congresso, preferia as seguintes temáticas: “Classificação das raças da Guiné, Angola e Moçambique”; “Valor social das raças indígenas”; “Hereditariedade nos cruzamentos étnicos”; “Psicologia dos mestiços”; e, tema relacionado, «factores de criminalidade nas colónias»¹⁶⁴. O historiador fala de uma centena de comunicações ocorridas durante o Congresso, mas que, na sua maioria, consistiam em estudos de “Osteologia”¹⁶⁵.

A Osteologia faz parte de uma extensa área do conhecimento e multidisciplinar: não pertence ao campo da anatomia descritiva, das ciências médicas forenses, em especialidades não médicas como a antropologia, a paleontologia, a antropometria e a arqueologia. Alberto de Oliveira diz que estes estudos visam classificar psicologicamente os africanos a partir da sondagem de melanina das suas epidermes ou da medição dos seus crânios, dos seus membros, do seu tórax, e até mesmo das suas partes genitais: *in loco*, durante as exposições, os próprios indígenas expostos no Palácio de Cristal¹⁶⁶.

¹⁶¹ Cf. Pinto, 655-656.

¹⁶² Cf. Pinto, 657.

¹⁶³ Pinto.

¹⁶⁴ Cf. Pinto.

¹⁶⁵ Osteologia, ramo da ciência responsável pelo estudo dos ossos, especificamente sua estrutura e função. Etimologicamente, do grego, “*osteo*”, que significa osso, e “*logia*”, que significa conhecimento ou ciência.

¹⁶⁶ Cf. Pinto, *História de Angola*, 657.

A opinião de que os mestiços eram um “acidente a combater”, uma “raça degenerada”, causadora dos piores males das colónias, parecia ser quase unânime. Partilhavam-na dois dos mais eminentes cientistas portugueses da época: António Mendes Correia (n. Porto, 1888-m. Lisboa, 1960) e Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação (Tomar, 1880-1972). Mendes Correia apresentou duas comunicações: “Os mestiços na colónia portuguesa” e “Valor psico-social comparado das raças coloniais”. Quanto a Eusébio Tamagnini, ministro da Instrução, coube-lhe abrir os trabalhos com a conferência plenária “Os problemas da mestiçagem”¹⁶⁷.

Henrique Galvão, galvanizado, depois de ter publicado o romance “O Sol dos Trópicos”, em 1936, no qual reata “O Velo d’Oiro”, escreve Alberto de Oliveira que, desta vez, o herói, além de casar com uma portuguesa e de assegurar uma descendência branca em Angola, cometia mais duas proezas na missão civilizadora: fazia dos pastores Mucubais seus serviçais submissos e plantava árvores portuguesas em plena Serra da Chela, foi premiado no concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias, tendo sido incumbido de estudar, em Angola, os métodos mais convenientes para intensificar a colonização branca, por nacionais portugueses¹⁶⁸.

Antes da II grande Guerra Mundial eclodir, diz Alberto de Oliveira, a “1 de setembro de 1939, com a invasão da Polónia pela Alemanha Nazi, e da assinatura do “*Tratado de Amizade e Não Agressão*” o famoso (Pacto Ibérico), com a Espanha Franquista, em março do mesmo ano, Portugal salazarista assumiu a neutralidade¹⁶⁹. Esta guerra prolongou-se até a vitória dos Aliados¹⁷⁰, depois da rendição do Japão a 15 de agosto de 1945, a assinatura dos documentos da sua rendição, em setembro de 1945.

Diz o historiador, Henrique Galvão era um homem profundamente convencido sobre uma eventual vitória das potências do Eixo, que eram os países que compunham o bloco militar chamado de O Eixo¹⁷¹. Foi dirigente da Secção Colonial da Exposição, realizada no Jardim Colonial, em frente dos Jerónimos, em que, grande parte de indígenas exibidos, não eram provenientes de África, mas africanos residentes em Lisboa, vestidos de tanga, apresentados em cubatas improvisadas, como nos faz perceber o historiador Alberto de Oliveira. O historiador

¹⁶⁷ Cf. Pinto.

¹⁶⁸ Cf. Pinto, 657-658.

¹⁶⁹ Cf. Pinto, 665.

¹⁷⁰ Os Aliados eram, inicialmente: a Inglaterra, França, União Soviética e os Estados Unidos (os terminaram vencedores da II Guerra Mundial).

¹⁷¹ O Eixo era composto por: a Alemanha, a Itália e o Japão, os que perderam na IIª Guerra Mundial. (os derrotados). Todos eles, movidos pelos mesmos interesses, expandir os seus territórios pelo mundo.

relata que, de «Angola vieram 37 indígenas, e dentre os quais a grande atração foi D. Pedro VII, rei do Congo»¹⁷².

2.3.1.1 Os primeiros intelectuais angolanos (1948-1961)

Com o tempo e a influência da mestiçagem, fruto do cruzamento entre os da raça europeia e africana, foi surgindo o florescimento dos primeiros intelectuais angolanos e espírito nacionalista, como expressão do sentimento de pertença, reclamando pelo direito à terra (o solo pátrio).

Convém aqui evidenciarmos alguns momentos históricos que suscitaram o despoletar das mentes angolanas à formação de movimentos pró-independentistas ou de guerrilhas clandestinas, contra o colonialismo, na leitura compreensiva a partir de Alberto Oliveira¹⁷³:

O término da 2ª Guerra Mundial e as consequências dos bloqueios económicos que abalaram a Europa, permitiram que Angola e as outras colónias portuguesas se tornassem importantes centros de abastecimentos da metrópole. Diz o historiador Alberto Oliveira:

«eis a razão pela qual, embora a economia de Angola, da qual beneficiava apenas uma minoria de famílias portuguesas, continuasse a assentar na submissão das produções locais – em torno da agricultura obrigatória, do trabalho forçado e da expropriação de terrenos -, os índices percentuais das relações comerciais entre Angola e Portugal, que em 1930 não iam além dos 7,8%, atingiram os 20% durante a guerra. Nesta conjuntura, decidiu o salazarismo apoiar, no começo do ano de 1943 – 1944, a iniciativa de um grupo de universitários oriundos de Angola de criar em Lisboa a Casa dos Estudantes de Angola (CEA)»¹⁷⁴.

Esta comissão estava constituída por uma maioria de estudantes brancos, filhos de colonos e de funcionários administrativos, alguns mestiços e um número muito reduzido de negros, detalha Alberto Oliveira.

Em Angola comemorou-se o fim da 2ª Guerra Mundial (1945) com a inauguração do cais de acostagem de Luanda. Feitos que agradaram a Salazar que em 1946 nomeou Henrique Galvão, pelo Estado Novo, deputado por Angola na Assembleia Nacional, em Lisboa.

Já em 1947, depois da morte do carismático Monsenhor Manuel Alves da Cunha, tomou posse a governador de Angola, o enérgico e implacável, José Agapito da Silva Carvalho, que se manteve

¹⁷² Pinto, *História de Angola*, 665-666.

¹⁷³ Cf. Pinto, 665-666.

¹⁷⁴ Pinto, 666.

no cargo por oito anos. Dai que, por ocasião das Comemorações do Tricentenário da Restauração de Angola em 1948, assinalando a conquista de Luanda aos holandeses por Salvador Correia de Sá, de 1648, foram publicadas em edição de luxo obras como a História de Angola, de Ralph Delgado, “e Julgareis Qual é Mais Excelente (...)”, título camoniano escolhido por Gastão Sousa Dias para um conjunto de biografias de heróis coloniais de Angola, de entre os quais coube ao “Restaurador”, Salvador Correia de Sá, o privilégio de figurar na capa¹⁷⁵.

Em Lisboa, ao mesmo tempo que as livrarias facturavam os lucros dos *best-sellers* de leitura fácil sobre Angola, do jornalista Artur Ferreira da Costa (Lisboa, n. 1907-m. 1972). Na *Pista do Marfim da Morte* 1944 e *Pedra do Feitiço* (1945), a Agência Geral das Colónias premiava o romance *Sangue Cuanhama*, de António Pires, o primeiro escritor da literatura colonial portuguesa nascido em Angola, em 1916, filho de colonos portugueses. Outro, Fernando Castro Soromenho, esse nascido em Moçambique em 1910, mas tendo vivido em Angola desde a idade de 1 ano, filho de mãe cabo-verdiana e de pai português, antigo governador do distrito da Lunda, da confiança de Norton de Matos -, redigia nessa época a chamada “Trilogia de Camaxilo”, *Terra Morta* (1949), *Viragem* (1957) e *a Chaga* (1972), três dos raríssimos romances anticolonialistas de toda a história da literatura portuguesa. Castro Soromenho também fora anos antes premiado pela Agência Geral das Colónias com obras de ficção realista, sobre a história dos povos Lunda e *Tchokwe*, a última das quais o romance “Homens sem Caminho” (1942). Em 1948, Castro Soromenho, incompatibilizado com o regime político português, exilou-se no Rio de Janeiro, onde publicou, no ano seguinte, a primeira edição de “Terra Morta”¹⁷⁶.

Recorde-se que Agostinho Neto, em tom alegórico da sua impressionante postura poética, como homem negro, já ironizava o postulado hegeliano do “não ser” a respeito dos africanos e entoava o virulento estribilho “atingi o zero”. Passamos a citar apenas aqui os seguintes versos hilariantes: «Nem creio em mim, Não existo. Não quero, eu não quero ser. Quero destruir-me: atirar-me de pontes elevadas e deixar-me despedaçar sobre as pedras duras das calçadas»¹⁷⁷.

Escreveu o historiador Alberto Oliveira: “Vamos descobrir Angola”, foi o lema do Movimento dos Novos Intelectuais de Angola (MNIA), surgido em 1948, a partir da Associação dos Naturais

¹⁷⁵ Cf. Pinto, 668.

¹⁷⁶ Cf. Pinto, 667. Cf. José Paulino Cunha Silva, *As resoluções das Nações Unidas sobre Angola*, vol. 12 de colecção ensaio (Luanda: Editorial Nzila, 2002), 25.

¹⁷⁷ Pinto, *História de Angola*, 664-665.

de Angola (ANANGOLA). Foi Viriato da Cruz o criador e autor do acrónimo “ANANGOLA” e da célebre frase: “Vamos descobrir Angola”¹⁷⁸.

Foi a partir de 1950, aquando da estadia de António Agostinho Neto em Lisboa, Portugal, e na sua colaboração no Mensagem, enquanto membro dirigente da Casa dos Estudantes do Império, que enveredou na poesia como uma arma e canudo em busca da angolanidade.

O movimento associativo, ao lado da Liga Nacional Africana, foi uma expressão de despojamento de si mesmos, corajosos angolanos, lutaram contra a exploração colonial que escravizava e levava as populações para o além-mar.

Digno de realce é o caso de António Jacinto, “um poeta da Negritude”, mas da raça branca! Em 1950, diz Alberto de Oliveira, escreveu um poema onde descrevia o fascínio que sentira em 1938, ainda na sua adolescência (14 anos de idade), quando viu Carmona a desfilar em Luanda. Escreveu versos lapidares como este: “*Era tudo isto em que acreditavas, Antoninho?*”, mas publicou apenas na década de 1960 os seus 4 poemas maiores: “*O Grande Desafio*”; o “*Castigo pró Comboio Malandro*”, “*Carta dum Contratado*” e “*Monangaba*”¹⁷⁹. António Jacinto, voz de revolta de um verdadeiro angolano inconformado.

Em Portugal, a Casa dos Estudantes do Império emitia o boletim Mensagem e nestes anos (1948) destacavam-se os jovens angolanos António Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Lúcio Lara. Todos eles pugnavam contra o regime de Salazar e, a partir da Casa dos Estudantes do Império, apoiavam a ascensão ao poder o general Norton de Matos. Nesta altura, a juventude angolana em Luanda lançava o primeiro grito: «Vamos descobrir Angola»¹⁸⁰.

Mário Pinto de Andrade, natural de Gulungo Alto-Kwanza Norte, foi, antes de Agostinho Neto¹⁸¹, quem liderou o MPLA. Em 1948, Mário de Andrade partiu para Lisboa para estudar filologia clássica e aí conheceu outros grandes nomes da História africana: Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Marcelino dos Santos, Eduardo Mondlane, Vasco Cabral e outros que ficaram

¹⁷⁸ Cf. Pinto, 669.

¹⁷⁹ Cf. Pinto, 671.

¹⁸⁰ Pinto., p. 669.

¹⁸¹ O MPLA (10/ 12/ 1956), tem como co-fundadores: Ilídio Machado e Mário Pinto de Andrade.

O MPLA nasceu da fusão dos partidos, PLUAA (Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola), do MINA (Movimento para a Independência de Angola), e do PCA (Partido Comunista Angolano). Até ao presente, o MPLA já está na quinta governação (5 presidentes): 1956 à 1960, Ilídio Machado; 1960 à 1962, Mário Pinto de Andrade; 1962 à 1979, António Agostinho Neto; (em 1972, no calor das dissidências no MPLA, Daniel Chipenda, é eleito sucessor de António Agostinho Neto, mas não chega a presidir o Partido, pois, nem tomou posse); 1979 à 2018, José Eduardo dos Santos; 2018, João Lourenço, o quinto presidente do Partido e também o actual Presidente da República de Angola. Desde a Independência até ao presente, Angola tem sido governada apenas pelo MPLA.

conhecidos como a “geração dos anos 50”. Esta geração de nacionalistas criou, na clandestinidade, o Centro de Estudos Africanos e transformou a Casa de Estudantes do Império num centro anticolonialista (nacionalismo nascente)¹⁸².

Foi o MPLA que, com o objectivo de manter viva a dinâmica das suas actividades, convocou a sua Primeira Conferência Nacional, em dezembro de 1962, durante a qual elaborou um programa de luta e elegeu Agostinho Neto, natural de Icolo e Bengo; Mário Pinto de Andrade passou de presidente para os negócios estrangeiros; Manuel Lima ficou com os assuntos militares; Lúcio Lara ficou como o organizador dos quadros do partido; enquanto Viriato da Cruz foi retirado da liderança¹⁸³.

Foi assim que nasceu o nacionalismo angolano, que se tem desenvolvido até hoje, de movimentos de luta a partidos políticos; associações civis e até grupos revolucionários (activistas cívicos) que, por amor à pátria mãe, dão até o corpo às balas.

2.3.1.2 O nacionalismo angolano

O Nacionalismo: expressa a tenacidade, por amor à pátria, que moveu jovens e adultos com espírito nacionalista, a lutarem pela sua soberania. Um grupo composto por homens e mulheres, inteiramente entregues e sacrificados em acções de revindicação e luta, congregaram-se em organizações partidárias em prol da liberdade e poder soberano autóctone do país.

A expressão, “nacionalismo” como tal, aponta, no nosso entender, a motivação nacionalista que impulsionou os intelectuais e não só, a partirem para a luta anti-colonial pela descolonização de Angola. E Angola por si só, é um país conjunto de nações étnico-culturais que, a pesar dos erros de marcações das fronteiras pela Conferência de Berlim.

Ademais, os movimentos nacionalistas que representaram o território em Alvor, arrogaram-se do título de “os únicos representantes de Angola”. Pelo que, porque os Movimentos caíram todos no tribalismo e nunca conseguiram trabalhar juntos, num abrir e fechar de olhos, dividiram o país em zonas: mais a Norte (bakongos) FNLA; centro Norte: MPLA; e todo o Sul: UNITA.

O nacionalismo, tal como é o praticado desde a década de sessenta até então, no seio dos regimes tradicionais de luta pela libertação, cheira à marxismo. Um regime que até à presente data, não

¹⁸² Cf. J. Villalobos Filipe, *Descolonização de Angola*, Centro de Documentação 25 de Abril | Universidade de Coimbra, 30 de abril de 2005, <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=th5>.

¹⁸³ Cf. André Kizua Monteiro Sebastião, «A Dimensão Internacional do Conflito Armado de Gbadolite à Luena» (Évora, Universidade de Évora, 2015), 51.

uniu, apenas separou e tribalizou Angola, ideológica e partidariamente. «O marxismo, desenvolvido pela releitura de Marx por Lenine, foi transformado em ideologia oficial que se irá corporizar na URSS, Estado comunista, considerado “farol do socialismo” para uns, “império do mal” para outros. Lenine, por sua vez, acrescentou ao marxismo a teoria do imperialismo, que transformou o dualismo social da luta de classes dos operários contra o capitalismo»¹⁸⁴.

A União Soviética apelou para o combate ao imperialismo, assim como para a formação de movimentos contra o colonialismo, prometendo apoio; exortou à criação de uma frente anti-imperialista, assunto retomado no congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS)¹⁸⁵.

Surge assim, em Angola, o nacionalismo, na sequência do espírito anti-imperialista, que impulsiona para a luta contra todas as forças coloniais. Porém, genericamente, o nacionalismo é uma ideia e um movimento que defende que a nação deve ser congruente com o Estado, Com a salvaguarda dos interesses e exaltação dos valores nacionais.

O sentimento de pertencer a um grupo por vínculos raciais, linguísticos e históricos, que reivindica o direito a formar uma nação autónoma. O nacionalismo é uma ideia e um movimento que defende que a nação deve ser congruente com o Estado e tende a promover os interesses da mesma, porque estão acima de qualquer estado ou grupo.

Por isso, mais uma vez alertamos, atenção aos sufixos “ismos”, sobretudo, quando se trata de uma ideologia, há sempre uma dose de exageros. Porém, o nacionalismo não deixa de ser uma forma de luta abnegada por paixão ao próprio país ou nação.

A colonização é um sistema, no nosso entender. No nosso caso, a questão não é tanto como foi a colonização e o tempo que durou, mas sim, o como se fez a colonização e como se realizou o processo de descolonização. Aqui está o fundamental e complexo problema ainda patente em muitas pessoas. O foco desta reflexão cinge-se, sobretudo, ao estado actual em que Angola se encontra, pós-descolonização, e o desejo da unidade nacional, reconciliados.

Apesar do sistema colonial ter durado em Angola quase cinco séculos, o tempo vai se encarregando de apagar mágoas e cicatrizar muitas feridas. Entre essas feridas, podemos considerar a arbitrariedade da fixação das fronteiras, a escravatura, o trafico e exploração de

¹⁸⁴ José Milhazes, *Samora Machel. Atentado ou acidente? Páginas desconhecidas das relações sovieto-moçambicanas* (Lisboa: Alêtheia, 1996), 121.

¹⁸⁵ Henry A. Kissinger, *Diplomacia* (Lisboa: Gradiva, 1996), 612.

escravos, a má descolonização, os massacres de genocídio do 27 de Maio e os horrores das guerras.

A ideia de luta pela libertação é um dos actos de cidadania enquanto motivação de pertença à sociedade civil e política. O cidadão que exige, no espaço geográfico a que pertence, a vivência e o respeito às leis da cidade.

Contudo, as memórias continuam despertas pela dor, rancor e saudades, dado que houve perdas humanas, familiares desterrados e muitas famílias divididas por movimentos que lutavam pela mesma causa e, pouco depois, vieram a tornar-se inimigos uns dos outros.

CONCLUSÃO

A República de Angola está situada na costa ocidental de África, cujo território principal é limitado a norte e a nordeste pela República Democrática do Congo, a leste pela Zâmbia, a sul pela Namíbia e a oeste pelo Oceano Atlântico. A sua população é de 32,47 milhões (2023), segundo os cálculos do último Censo populacional de 2014. A maior parte da população angolana é bantu, de uma diversidade cultural sociolinguística distribuída pelas regiões em toda sua extensão. Tem vinte e uma línguas nacionais faladas, das quais, as principais são: o umbundo (umbundu), o quimbundo (kimbundu), o congo (kikongo), o chócue (côkwe), o vambunda (mbunda) e o cuanhama (kwanyama).

O passado triste desde a colonização e as guerras fratricidas, semeou rancor, ódio e divisões entre filhos da mesma mãe pátria e o mesmo pai, Deus. Todas as situações que aconteceram ao longo das fazes negras da história recente que Angola viveu, não destruíram apenas os relacionamentos e vidas humanas alheias, destruíram o Eu (a autoestima) de muitas das vítimas ainda vivas.

Sabemos que não são poucas as perdas e os retrocessos que muitas famílias e pessoas singulares e cidades inteiras destruídas pelas vicissitudes das guerras.

O país regrediu bastantes em tempos de guerra, atrasou-se em termos de formação académica, técnica, industrial e no desenvolvimento económico e social em geral.

«A guerra é um lugar onde jovens, que não se conhecem nem se odeiam, se matam entre si, por decisão de velhos que se conhecem, se odeiam, mas não se matam». Erich Hartmann.

CAPÍTULO 3: SITUAÇÃO HISTÓRICO-POLÍTICA DE ANGOLA

INTRODUÇÃO

António Agostinho Neto, poeta e primeiro presidente de Angola pós independência, marcou o mundo da cultura e da literatura com as suas obras, cujo conteúdo cruza espiritualmente com o dinamismo da religiosidade tradicional bantu e dialoga com a teologia cristã no sentido de que utiliza recursos e imagens *theopoéticas* de grande relevância. A sua obra literária, a “Trilogia”, a mais conhecida obra completa de Neto, é por si mesma uma arma de combate contra todas as formas de opressão e domínio da pessoa humana perpetrada por um semelhante.

Queremos olhar para os objectivos da formação de Movimentos de Luta para a Libertação Nacional: a FNLA; o MPLA; a UNITA precedida por um desejo comum, mas que por incapacidade de diálogo, descambam em rivalidades e guerras entre si.

O próprio processo de descolonização, à maneira como terminou e se proclamou a independência de Angola; os esforços diplomáticos de cada Movimento e a cooperação dos países patrocinadores e amigos que não só falharam, mas que viu despoletar no seio do MPLA mais outra onda de revoltas e massacres fratricídios: a Revolta do Leste, a Revolta Activa e o Fraccionismo (0 27 de Maio que durou dois anos), no qual se deu a chacina dos comandantes, sobretudo, o assassinato de Nito Alves.

3.1 A “LUTA” a partir de poesia de Neto

A partir da obra literária completa (a Trilogia) de Neto, a imagem que obtivemos é que a obra revela humanismo, tradição cultural, sociabilidade e filantropia. A obra desafia-nos a desprender-nos e a ler a vida do homem segundo o tempo, as circunstâncias e as exigências da própria época. Identificamos e damos sentido teológico e académico ao nível e alcance de uma poesia de cariz ideológica política.

Vejam os alguns dos excertos das expressões de Agostinho Neto que se tornaram slogans em Angola: “um só povo, uma só nação”. “A luta continua e a vitória é certa”. “Angola é e será a trincheira firme da revolução”. Diz Suelela, «com base nisso, houve quem pudesse pensar, com alguma razão, que Agostinho Neto se “encobria” na poesia para expressar o seu “eu” africano, angolano»¹⁸⁶.

O que se revela ainda é o sonho de um país cor-de-rosa, onde o preto e o vermelho predominam e, infelizmente, muitas vezes se esquece que naquele sonho também está a cor amarela (o verdadeiro símbolo da riqueza) ofuscada; tal como o próprio poema diz: «Sonhos se desfazem»¹⁸⁷.

Uma luta, inicialmente prevista com a capa antifascista, veio a ser sangrenta, autoritária e ditatorial; não democrática, livre ou liberal clássica, comunista e socialista leninista (do proletariado); uma luta ideológica que culminou com as perseguições tribalistas e guerras fratricidas. O outro tornou-se sombra por eliminar.

Agostinho Neto é, até então, quase o “único” reconhecido como herói nacional, e fundador da nação angolana, mas sabe-se que existem muitos outros não alinhados ao MPLA.

Agostinho Neto, escritor e poeta que se destacou na política: “guia imortal da revolução”, foi quem proclamou, em Luanda, a 11 de novembro de 1975, nas vestes de presidente do MPLA e da República Popular de Angola, a Independência Nacional de Angola.

¹⁸⁶ David Suelela, «A Metáfora do Mar na poética de Agostinho Neto», *Cultura: 17 a 30 de agosto de 2015*, 17 de agosto de 2015, Jornal Angolano de Artes e Letras edição, 5.

¹⁸⁷ Cf. Agostinho Neto, *Obra Poética Completa (Trilogia): Sagrada Esperança, Renúncia Impossível e Amanhecer* (Luanda: Fundação António Agostinho Neto, 2006), 111.

Cf. <https://www.escritas.org/pt/t/13230/luta>, 22:00, 23/01/2021.

Para análise e reflexão sobre a luta de libertação e soberania dos povos, levada a cabo por Neto, destacamos, a partir da sua veia poético-literária, um dos seus poemas intitulado: “**Luta**”¹⁸⁸.

3.1.1 Agostinho Neto

António Agostinho Neto, também nas lides literárias conhecido como o “poeta maior”, homem de cultura emprestado à política, a sua obra literária, cruza e imerge em aspectos estruturantes da teologia, da sociologia, da psicologia e da linguística. Um poeta que comove, desperta emoções, enleva o astral e suscita reacções de envolvimento. A obra de Neto, sobretudo a poética, é profundamente teológica e antropológica; um grito de luta política pró-independência e um texto humanista, filantrópico e transcendental. Um homem que procurou libertar os outros homens por via da “luta”.

António Agostinho Neto nasceu a 17 de setembro de 1922, na aldeia de Caxicane, Catete, município do Icolo e Bengo. Filho de um pastor protestante e professor. Trabalhou, desde muito jovem, nos serviços de saúde de Angola em várias frentes, até deixar o país, e rumou para Portugal para a Universidade de Coimbra, onde começou a estudar medicina e lá se envolveu em actividades sociais, políticas e culturais, promovidas por jovens da Casa dos Estudantes do Império. Tais envolvimento foram muitas vezes motivos de detenções e prisões para Neto. Em 1961, depois de mais uma outra vez preso, Neto foge de Portugal para *Leopoldville* (Kinshasa).

A sua paixão pela literatura e o conteúdo dessa poesia, em nosso entender, representam o ideal de luta pela liberdade que se conquista através do empenho, entrega e abnegação. A liberdade nunca pode ser aceite enquanto oferta ou favor, conquista-se pela luta!

3.1.2 Hermenêutica theopoética de “Luta” em “sagrada esperança”

Dos símbolos: “mar”, “água”, “sol”, “luz”, “fogo” e “ondas”; podemos aludir sobre: “Mar” e “Luta”, usados por Neto, como dos maiores elementos metafóricos, religiosos, estéticos e culturais theopoéticos.

No seu conto “Náusea”, é notória a transposição de valores significativos de uma palavra para outra e, neste particular, da palavra “morte” para a palavra “mar”¹⁸⁹; assim como no poema “Luta”: sonhos se desfazem, Nova onda se levanta para a luta/ainda outra e outra: O «Velho João

¹⁸⁸ “Luta”: Violência, vozes de aço ao sol / incendeiam a paisagem já quente! // E os sonhos / se desfazem / contra uma muralha de baionetas! // Nova onda se levanta / e os anseios se desfazem / sobre os corpos insepulcros // E nova onda se levanta para a luta / e ainda outra e outra / até que da violência / apenas reste o nosso perdão. Cf. Neto, 111.

¹⁸⁹ David Suelela, «A Metáfora do Mar», 5.

olhava de novo a areia e monologava intimamente: Mu'alunga, na morte. Esta água! Esta água salgada é perdição [...]. O primo Xico tinha morrido ali no mar grande. Morreu a engolir água. Kalunga! [...]. O mar é sempre Kalunga, morte»¹⁹⁰.

Assim, a palavra mar deixa de apresentar o seu significado de base e passa a carregar traços significativos como perdição, separação, morte. Afinal, o conhecido comércio triangular, que levou inúmeros filhos de África pelo mundo fora e impossibilitou, em parte, o desenvolvimento demográfico e estrutural do “continente berço”, foi realizado por meio do mar. A ida dos filhos de África, através do mar, para a América, representava uma viagem sem retorno, perda de um filho que ajudaria e cuidaria da sua “Mãe”. Por isso, quem pelo mar viaja, *uai m'alunga* (foi para morte)¹⁹¹.

Podemos ainda dizer que, tal como em “Náusea”, a oscilação significativa da palavra mar é verificada, de forma explícita, em três poemas da obra “A Renúncia Impossível”, nomeadamente: “Explicação”, “Kalunga” e “Noite Escura”. E na obra *Sagrada Esperança*, no poema “Luta”, o mar está transposto por “onda” quatro vezes¹⁹².

Porém, é possível observar que, de forma implícita, a palavra mar aparece em quase toda a poética de Agostinho Neto. Basta olhar para “a mãe, cujos filhos partiram”, “os servidores da *South*” e para “o choro que cansou o mundo”, para que se possa notar a presença do mar como o “*nguma*” da gente angolana e africana¹⁹³.

Explica-se que,

«No poema, “A Renúncia Impossível”, as palavras “mar”, “porto” e “ondas”, têm o mesmo valor significativo em “Sagrada Esperança”. Todas elas estão ligadas ao sofrimento, à tristeza e à submissão humana, tornando, desta forma, a vida de quem se encontra neste lado do Atlântico, num autêntico “drama da História”, sem sentido existencial e, por este facto, a vida passa a ser uma rotina “tediante” destituída de adorno e de prazer, o que motivaria qualquer pessoa a adiantar “a hora da traição»¹⁹⁴.

Em “Noite Escura”, a palavra mar aparece como o filtro do dia, o esconderijo da luz, como a “caverna da eterna ignorância” que, apesar disso, não impede que a esperança floresça no coração dos homens, nem impede que na noite escura “se faça madrugada”. De igual forma, em “Partida

¹⁹⁰ David Suelela, 5.

¹⁹¹ Cf. David Suelela.

¹⁹² Cf. David Suelela.

¹⁹³ Cf. David Suelela.

¹⁹⁴ Neto, *Obra Poética Completa (Trilogia)*, 40. Cf. David Suelela, «*A Metáfora do Mar*», 5.

para o Contrato”, o mar, além de ser a via para se chegar a S. Tomé (a ida sem regresso), separa “Manuel” de seu amor que, pela cena trágica da vida, termina perdida na escuridão, na ignorância, no túnel sem saída, na morte.

«Se, pelo mar, “Manuel” conheceu a solidão com a perda (ida) de seu amor, foi também pelo mar que o mundo se apercebeu da chacina de São Tomé, dos corvos” e “chacais” que se serviram da “carne” proibida e do irreparável silenciamento: Foi quando o Atlântico/ pela força das horas/devolveu cadáveres/envolvidos em flores brancas de espuma/ e do ódio incontido das feras/sobre sangues coagulados de morte// As praias se encheram de corvos e de chacais/ em fomes animais de carnes esmagadas/na areia»¹⁹⁵.

Em toda a poética de Agostinho Neto, a palavra mar está associada à angústia, à dor, ao sofrimento, ao impedimento da liberdade e da felicidade do Homem “deste lado” do Atlântico que, afinal, em relação ao outro, é proximidade e responsabilidade.

De uma forma geral, a palavra mar, em Agostinho Neto, é sinónimo quer de morte, quer de inimigo, conforme se nota, explicitamente, no poema “Kalunga” e no conto “Náusea”. É por este facto que o mar, na produção literária de Agostinho Neto, é visto como a causa dos que foram e não regressaram; do trabalho escravo; da urbanização dos humildes musseques, enfim, do sofrimento do povo. Viajar por mar supõe, culturalmente falando, um adeus para sempre.

3.1.2.1 Uma *theopoética* para a cultura irénica

O texto poético em abordagem pertence ao estilo contemporâneo, da escola do Modernismo imperialista: é um terceto ou trístico livre, cujo recurso literário é uma metáfora com tropos; estilo profundamente poético. Um género poético com tom profético.

Na obra, do também denominado Poeta Maior, destacam-se os seguintes elementos metafóricos: Liberdade (“luta”). A Luta enquanto sacrifício; a “violência” como efeito da luta ou reacção que o sofrimento impinge ao ser humano; a violência como busca de paz ou reacção para a não-violência; a “voz” enquanto grito de clamor ou eco que apela; a voz, chamamento e convocação. A “Acção” que impele ao movimento; acção de saída e de resignação contra a opressão. “Acção” de impulso contra a letargia ou à ociosidade. “Sol” como sinónimo de luz, e de liberdade. “Muralhas” como sinal de altitudes, separações ou divisões. O “Anseio”, é o desejo ou sonho por realizar. O perdão leva-nos à reconciliação. (“muralhas de baionetas”)¹⁹⁶.

¹⁹⁵ Neto, *Obra Poética Completa (Trilogia)*, 77.

¹⁹⁶ Cf. Neto, 111.

O estado da questão, a partir do ponto de vista da crítica literária sobre a poética de Agostinho Neto, é, primeiramente, o facto de ela suscitar inúmeras reflexões e sobre variadíssimos prismas científicos, tanto na teoria, quanto na prática da vida social, política, religiosa e académica.

A obra de Agostinho Neto tem uma transversalidade inspiradora. Podemos qualificá-la como «positivista» que ensina “a noção de ser. Por isso, «Leonel Cosme, Salvato Trigo e César Viana referem-se a Neto como o “épico africano”, “o evangelista”; “o dialéctico” “o messias” e, se não mesmo, o “Dom Sebastião” dos portugueses”»¹⁹⁷.

No poema Luta, “violência” que resulta na “muralha de baionetas” “até que da violência apenas reste o nosso perdão”: como se dissesse: a guerra é necessária para se alcançar a paz ou seja, a liberdade nasce da luta¹⁹⁸.

A leitura de *Sagrada Esperança* permite perceber a constância de um procedimento em especial: a produção de poemas em que confere especial destaque ao interlocutor; também, Neto inicia o seu leitor num universo de atrocidades decorrentes da acção avassaladora da metrópole portuguesa, que condenava os angolanos à servidão, ao medo e ao silêncio. O que depreendemos em *Sagrada Esperança* é que Neto revela o contexto da situação, apelando à reacção de luta pela liberdade e à autonomia.

Por outro lado, Neto evidencia-se no contexto angolano como modelo épico, político e também literário que, para Iris Maria, Neto/locutor – ora político, ora poeta, ora homem comum africano, se dirigia: o povo angolano em seu acto heróico, os heróis nacionais, a Mãe-África e o próprio ser africano. Neto, em seus poemas, impele o seu interlocutor e leitor a disponibilizar-se e a comprometer-se com a luta: pelos seus sonhos e anseios; pelo solo pátrio. É uma voz que interpela à resiliência: “voz de aço ao sol”; “até que da violência apenas reste o nosso perdão”¹⁹⁹.

Mário de Azambuja, na sua dissertação de mestrado, 2015, faz-nos compreender, através do pensamento interventivo de Agostinho Neto, que «os fenómenos de contactos culturais estão ligados às relações raciais e condicionados por elas»²⁰⁰, citando Roger Bastide. Tudo isso nos dá azo a situar a problemática cultural angolana na sua historicidade, no que tange ao relançar a ideia do poema: “Havemos de Voltar”: aos campos, às nossas culturas, ao nosso carnaval, às nossas danças e etc. E referindo-se a Alfredo Margarido, diz: «(...) a Angolanidade é a substância

¹⁹⁷ David Suelela, «A Metáfora do Mar», 5.

¹⁹⁸ Cf. Neto, *Obra Poética Completa (Trilogia)*, 111.

¹⁹⁹ Cf. Neto.

²⁰⁰ Márcio Passos de Azambuja, «*Fonte, Fluxo e Foz: A filosofia africana em Mãe, Materno Mar de Boaventura Cardoso*», (Brasil, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): instituto de letras, 2015), 153.

nacional angolana»²⁰¹, põe em destaque Neto com as suas ideias, sua história e a sua obra poética e literária, enriquecida pelo percurso político. Azambuja diz: «A angolanidade não se constrói, pela rejeição do substrato negro-africano, nem pela diluição numa cultura dominante e, ainda menos, pela aceitação da “pseudo-condição de mestiço cultural”, para retomar uma expressão de Mário Pinto de Andrade»²⁰².

Azambuja Fala de uma Angolanidade literária que vai ganhando estrutura paulatinamente e ao longo do tempo, como uma nova existência de um sistema da literatura angolana, que como tal, foi graças à participação de alguns escritores que fazem parte deste sistema literário angolano. Podemos mesmo realçar, apesar de tudo, que Neto transformou em actos o slogan francês: «Historicamente sabemos que a abolição da escravatura e o derrubar das monarquias e ditaduras foram conquistas claras de liberdade. Sabemos que o lema da revolução francesa foi liberdade, igualdade e fraternidade, considerado um tripé porque se um dos pés fosse derrubado os outros também cairiam»²⁰³.

Lutar para libertar a Nação, dar-lhe dignidade e sentido de justiça, por direitos iguais e tornando-a Nação una, fraterna e reconciliada, «até que, da violência (...), apenas reste o nosso perdão»²⁰⁴.

Um autor contemporâneo que surge num contexto de colonização tendente à descolonização, momentos trágicos desafiantes das ocupações e escravatura dos povos: a pobreza imperava sobre os nacionais, total dependência e com limitações de toda a ordem. Tudo isto despertou em Agostinho Neto: o nacionalismo socialista defendendo os valores culturais e nacionais anti-imperialistas.

A Luta não é o conflito armado ou guerras evitáveis, ainda que por vezes necessária para os que a ela aderem ou recorrem, medindo forças para alcançar posições, aniquilando opositores: “fazer a guerra para alcançar a paz”. Neto compreendeu desde muito cedo que diz Erich Hartmann: «a guerra é um lugar onde jovens, que não se conhecem nem se odeiam, se matam entre si, por decisão de velhos que se conhecem, se odeiam, mas não se matam».

A partir do poema “Luta”²⁰⁵, é fácil notarmos fundamentalmente as seguintes expressões: violência, voz, sol, sonho, muralha, anseios, corpos insepulcros, perdão; isto é, voz que apela para a luta resiliente até que da luta resulte o perdão, do qual se caminha para a reconciliação.

²⁰¹ Márcio Passos de Azambuja, «Fonte, Fluxo e Foz: A filosofia africana em Mãe, Materno Mar de Boaventura Cardoso», 2015, 1–290.

²⁰² Azambuja.

²⁰³ Nuno Medeiros Carrapatoso, Liberdade, 16 fev. 2020, 24:02. in: <https://observador.pt/opiniaao/a-liberdade-2/>.

²⁰⁴ Cf. Neto, *Obra Poética Completa (Trilogia)*, 111.

A obra de Agostinho Neto é transversal e razoável. Tanto é assim que para os seus leitores e apreciadores, ela é universal e não apenas internacional. Por isso, a obra é compatível com a reflexão teológica: a busca da liberdade, da paz e da unidade. Além do mais, é obra fundamentalmente tecida de valores religiosos e cristãos.

3.1.2.2 Um humanismo pacifista (irénico)

Agostinho Neto, Presidente e fundador da Nação angolana, em todos os seus discursos e pronunciamentos sempre transpareceu ser um poeta. Neto, médico e humanista emprestado, um lutador incansável pela liberdade. Tem no horizonte da sua poesia, o caminho teológico, pelas expressões de fé bíblica que utiliza, com: o mar, o sol, o sonho e esperança (sagrada) que perspectivam paz, liberdade e harmonia.

Embora genericamente, podemos dizer que o contexto teológico é todo ele também ideológico, no texto poético em causa estão metaforicamente repudiados os seguintes elementos: a passividade e a incapacidade de lutar pelo próprio destino. Exemplo: “corpos insepulcros”²⁰⁶.

Um verdadeiro apelo para a luta: “vozes de aço ao sol incendeiam a paisagem já quente”; “E nova onda se levanta para a luta e ainda outra e outra até que da violência apenas reste o nosso perdão”²⁰⁷. Pois, o empenho é atinente, à liberdade. A causa da luta não é o fomento de guerra, mas a cessação de conflitos para se gerar paz e reconciliação entre os homens.

Os mesmos homens conscientes da necessidade de construir a liberdade na paz, são os mesmos que unem sinergias para juntos edificarem e desenvolverem uma nação em irmandade e concórdia.

3.1.2.3 A *theopoética*, arte que reconcilia

Se por um lado a Teologia em diálogo com a Poesia, ambas relaxam e apaziguam espiritualmente o homem, estamos certos de que o cruzamento e a vivência de ambas (Teologia e Literatura Poética), são um caminho que conduz à harmonia, à convivência, à reconciliação com Deus e consigo mesmos.

²⁰⁵ Poema: “Luta”: Violência, vozes de aço ao sol / incendeiam a paisagem já quente! // E os sonhos / se desfazem / contra uma muralha de baionetas! // Nova onda se levanta / e os anseios se desfazem / sobre os corpos insepulcros // E nova onda se levanta para a luta / e ainda outra e outra / até que da violência / apenas reste o nosso perdão. Cf. Neto, 111.

²⁰⁶ Cf. Neto, *Obra Poética Completa (Trilogia)*.

²⁰⁷ Cf. Neto.

Expressão da verdade experienciada com sentido e transmitida com humanismo: vigor, ânimo e esperança. *Theopoética* é a poesia em linguagem teológica; a teologia poetizada por quem a vive, fala e sente como manifestação da inspiração que lhe vem do alto.

A partir da experiência da vida e pensando além dela, descartamos as razões da recusa religiosa, ou a recusa de Deus. Há que se repensar e repropor a dimensão religiosa a partir do ponto de vista da tradição e da linguagem, relançar a linguagem do diferente como identidade respeitável. Descobre-se assim também que a Literatura não é apenas um falar bonito, daquilo que a teologia fala de modo complicado. Há uma possibilidade de convivência, ponte, (diálogo e relação). Centrados na vida, construímos uma *narratio*, isto é, a narratologia da literatura com a teologia, não como um verniz estético, enquanto linguagem estética, mas com uma ética estética na linguagem praxeológica da vida.

Dado que a Doutrina é indissociável da Teologia, ambas convergem na sua intencionalidade ao imprimirem um imaginário. Ainda que alguns críticos digam que o cristianismo é radicalmente trágico, é porque, fundamentalmente, é a transcendência que dá sobrevivência à tragédia (a glória é a vitória da vida pela morte vencida).

Aprendemos a dialogar, não somente com o teólogo, mas também com a cultura. Ou seja, a interagir, dando sentido à nossa missão como Igreja, que aplica a Teologia no concreto. A Teologia não usa a Literatura para explicar as suas perguntas ou questões, a Literatura é uma ferramenta que dá à teologia o seu efeito epistemológico, para compreensão dos seus leitores.

Por isso, a Literatura é um *locus theologicus*: um lugar de revelação em que o saber religioso pode ser delatado na cultura. Em combinação com a teologia, *locus revelationis*: lugar de revelação que dá a compreensão do conteúdo por meio de dinâmicas sociais. Assim, o contexto literário torna-se acessível ao contexto cultural, para o leitor. A literatura é uma estrutura de coesão e não uma mera lógica porque o pensamento teológico é uma dinâmica poética²⁰⁸.

A teologia capta no meio social as dificuldades: religiosas, económicas e políticas, e actua como um veículo de reconciliação e ponte que viabiliza e facilita a iluminação em meio da complexidade e opacidade, no espaço de convivência inter-humana.

²⁰⁸ Cf. Alex Villas Boas, «A dimensão social da evangelização na Evangelii Gaudium e o discernimento da caridade», *Revista de Cultura Teológica*, jul/dez - Ano XXII, n.º 84 (23 de dezembro de 2014): 13–25, 21. <https://doi.org/10.19176/rct.v22i84.21636>.

«A *theopoética* não deixa de ser um exercício de comunicar, dar a conhecer e compreender Deus dentro de uma experiência de sentido (*asquesis*). Um exercício dinamizado pela força de Deus (*dínamis*), alimentado pela paixão de conhecer (*logos*, *apthia*). Neste sentido, a poesia é uma escola de escuta do Evangelho (K. Rahner). Para Sto Agostinho, ela é um exercício de vida divina»²⁰⁹.

Entendemos que a beleza poética cristã reside na metamorfose do amor: a fé necessita da verdade para alcançar a verdade do amor. Aqui reside a beleza do amor. Um amor vivenciado numa poética feita desde a linguagem eucarística. Porém, é uma experiência de contemplação, um exercício de amor e sacrifício, que nasce da revelação compreendida com o coração.

De notar, também, que toda a teologia é contextual: enquanto ambiente de produção de texto discursivo; enquanto análise das implicações da subjectividade humana, enquanto recepção do texto discursivo hermenêutico; enquanto análise ideológica, consciente ou não, dessas mesmas linguagens e práticas subentendidas.

Tal como diz o Papa Francisco: «a unidade prevalece sobre o conflito. [Porém], “a graça supõe a cultura, e o dom de Deus se encarna na cultura que o recebe»²¹⁰. Percebe-se neste momento a opção por uma dialéctica e não por um diálogo. Ou seja, a literatura pode ser pensada como obra de busca de sentido (*Ethos*), porque produz um processo de transcendência até atingir a verdade (*Aletheia*), pela prática dos bons costumes (*pathos*).

No poema “Luta”, enquanto desafio de liberdade das pessoas, encontramos, como ponto de convergência entre a obra literária e o nosso objecto de tese: a luta pela liberdade humana, até alcançar a plena reconciliação inter-humana.

Para todos os efeitos, pugnamos pela paz por via do diálogo e da motivação de vontades tal como diz o Papa Francisco na *Evangelii Gaudium*: um diálogo social como contribuição para a paz: o diálogo é fundamental; porta a se manter sempre aberta entre²¹¹:

1) Estado e sociedade;

2) a política, as culturas e das ciências, e;

²⁰⁹ Cf. Boas, 21-22.

²¹⁰ Cf. EG 226. Cf. Boas. 22.

²¹¹ Cf. EG 238-258.

3) entre as Religiões; Igrejas; crentes e não crentes²¹².

A busca de paz é o primeiro e fundamental objectivo que o diálogo permite. A paz é acima de tudo um valor primordial para a construção social de um país profundamente dilacerado como é Angola.

Alcançada a paz, como lidar com quem te fez mal? Perdoar sempre? Queremos reativar o princípio da não-violência para que se evitem as práticas de crimes sistemáticos, nocivos e mirabolantes entre filhos do mesmo solo Pátrio.

Assim, povos, línguas, usos, hábitos e costumes, voltem e se reúnam como “um só Povo e uma só Nação”, como dizia Agostinho Neto, e todos possam realizar os seus sonhos, trabalhar e ser felizes.

A Reconciliação é um processo, programa exequível e caminho obrigatório e urgente que une, para uma convivência fraterna e sadia, filhos da mesma pátria e do mesmo e único Deus.

O verdadeiro sentido, significado e definição da Reconciliação Nacional é o encontro e a convivência com o outro. E isto não se faz num abrir e fechar de olhos, depois de um longo período de colonização e escravatura, de um longo período de guerra, de muitas matanças e assassínios e desaparecimentos de pessoas, que dividiram famílias inteiras.

Por isso traçamos um quadro de acções dentro de um projecto de pedagogia para a paz, que permita aos angolanos o reencontro com os valores culturais, morais e espirituais, como compromisso que se destina à Reconciliação Social Nacional.

3.2 Os movimentos de libertação de Angola

Os Movimentos de Libertação de Angola reconhecidos e entre si denominados, os únicos representantes de Angola desde a sua participação nos acordos de Alvor, são: Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA); Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

Os movimentos de libertação começaram a nascer nos anos 50 como grupos clandestinos até que foram se formando através de apoios do exterior e deram início à luta contra a ocupação portuguesa de Angola.

²¹² Cf. Boas, «A dimensão social da evangelização na Evangelii Gaudium e o discernimento da caridade», 23.

A luta pela libertação de Angola, a dado momento, uniu o MPLA, FNLA a UNITA, em Alvor, Portugal, sob a ideia de que os três Movimentos estariam dispostos a lutar para, em conjunto, expulsarem os portugueses de Angola e, depois, resolverem internamente as diferenças ideológicas e o problema de Cabinda. Tal era a ideia e proposta de Agostinho Neto, presidente do MPLA, que espelha alto e bom som, o sonho de “Angola, um só povo e uma só Nação”²¹³. Sonho este que como poeta versejou:

«Um só povo! Uma só Nação! A luta continua! Pelo poder popular! A vitória é certa!»²¹⁴.

- Holden Roberto, o fundador da FNLA, sonhava com a libertação dos povos do Norte de Angola, pensando apenas no grupo étnico Bacongo. O seu slogan era: «Angola, liberdade e terra»²¹⁵.

- Jonas Savimbi lutou pelo sonho da «Independência total e a Democracia em Angola»²¹⁶.

Estas ideias serviram de vector e mola impulsionadora para o nascimento dos movimentos de luta de libertação anticolonial, em Angola, catalisando a ideologia de cada movimento:

3.2.1 O nascimento de FNLA (1954)

A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) foi criada, no dia 10 de outubro de 1954, com o nome de UPNA (União dos Povos do Norte de Angola) e teve na sua origem numa designação de carácter regional, baseada na etnia Congo, sendo liderada por Holden Roberto.

Escreve Lawrence W. Henderson, um pastor metodista de origem americana:

«Em 1958 a União das Populações do Norte de Angola (UPNA), uma organização nacionalista do Congo, enviou Holden Roberto para participar na Conferência Geral de Todos os Povos de África, que teve lugar em Acra, no Gana. Pelos contactos que teve, antes do início da Conferência, Holden Roberto apercebeu-se das críticas feitas por outros participantes na sua organização, que era vista como um “anacronismo tribal”. Com base naquelas críticas, Holden Roberto decidiu então alterar a designação do seu movimento, passando o mesmo a chamar-se União das Populações de Angola (UPA) que pugnava pela libertação de todo o território angolano, e assim,

²¹³ Cf. *Pensar Angola, realizado em Luanda entre os dias 27 e 28 de Maio de 2022.*, 22.

²¹⁴ Agostinho Neto, *O mais importante é resolver os problemas do povo*, Edição do Departamento de Orientação Revolucionária (Luanda: Secretaria Nacional para a Divulgação e Propaganda, 1979), 7.

²¹⁵ *Pensar Angola*, 22.

²¹⁶ *Pensar Angola*.

em finais de 1958 houve mais um movimento nacionalista a aderir ao movimento internacional pelo nacionalismo africano»²¹⁷.

O presidente fundador da FNLA, Holden Roberto, era um grande amigo e parceiro na luta pela independência de Kwame N'krumah, então Presidente do Gana que o aconselhou a transformar, em 1958, a UPNA (União dos Povos do Norte de Angola, por ter um cariz tribal ou regionalista, em UPA (União dos Povos de Angola). Já em 1961, a UPA ao juntar-se com o Partido Democrático de Angola (PDA), constituíram a FNLA que, nesta altura, ao lado do MPLA e da UNITA, fazia frente ao colonialismo em Angola. O Movimento deixou de ser assim de carácter regional e procurou ampliar a sua actuação no contexto extensivo da territorialidade angolana²¹⁸.

A UPA/FNLA, enraizada principalmente entre os *Bakongo* mas com aderentes *Ambundus* e *Ovimbundus*, iniciou a sua luta armada na região do norte de Angola em 15 de Março de 1961, nomeadamente no concelho do Uíge estendendo-se mais tarde para o sul, até à atual província do Bengo. Ela teve como retaguarda de luta o ex-Congo Belga, atual República Democrática do Congo, a seu tempo liderada pelo falecido General Mobutu Sese Seko que no quadro da sua política regional manteve boas relações com o líder da UPA/FNLA, Holden Roberto. Assim se formara a FNLA, cujos vice-presidentes eram de proveniência Ambundu, e o secretário-geral, Ovimbundo, Jonas Savimbi que posteriormente fundou a UNITA²¹⁹.

O braço armado do Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE) era o Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA) cujos comandantes provinham de várias partes de Angola, inclusive de Cabinda²²⁰.

3.2.2 O nascimento do MPLA (1956)

Numa altura em que «o reino do Congo se tornou no polo de atração ideológica para as actividades dos movimentos angolanos de libertação, Luanda, com a sua população constituída

²¹⁷ Lawrence W. Henderson, *A Igreja em Angola*, 1ª Edição (Lisboa: Editora Além-Mar, 1990), 303.

²¹⁸ Cf. Actores políticos angolanos, «*A Origem Dos Movimentos de Libertação de Angola*», acedido 28 de janeiro de 2023, <https://1library.org/article/a-origem-dos-movimentos-de-liberta%C3%A7%C3%A3o-de-angola.q2ekoxeq>.

²¹⁹ Cf. Agostinho Alexandre Joaquim da Silva, «*Angola: Dinâmicas internas e externas na luta de libertação (1961-1975)*» (Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2014), 23-24. <https://docplayer.com.br/4498935-Angola-dinamicas-internas-e-externas-na-luta-de-libertacao-1961-1975.html>.

²²⁰ Cf. Actores políticos angolanos, «*A Origem Dos Movimentos de Libertação de Angola*». Cf. Silva, «Angola», 21-22.

por uma miscelânea de europeus, mestiços e africanos, era o centro das agitações políticas, onde a influência das ideologias estrangeiras mais se fazia sentir»²²¹.

Segundo o missionário americano, Lawrence Henderson, «nos finais dos anos quarenta, o Partido Comunista Português operava activamente em Luanda, e era visível uma influência marxista no seio dos movimentos intelectuais daquela altura»²²².

O comunismo no MPLA é quase um dado assente, ainda que nos últimos anos camuflado pelo multipartidarismo:

«O Partido Comunista Angolano (PCA) foi criado em outubro de 1955 e, no início de 1956, surgiu o Partido de Luta dos Africanos de Angola (PLUA), com as características de um partido de frente nacionalista. Os programas do PCA e do PLUA eram semelhantes e isto facilitou com que, nos finais de 1956, os jovens marxistas do PCA, os dirigentes do PLUA e outros patriotas, fundassem o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)»²²³.

Os apoios externos do MPLA vinham de países africanos, nomeadamente a Argélia, Congo-Brazzaville, Zâmbia e Tanzânia. Mas os maiores apoios vinham da ex-União Soviética, China, Cuba e dos países nórdicos²²⁴.

O MPLA teve grande base social, nacional e popular, de carácter marxista e, por isso, é ainda hoje conhecido como sendo um partido de ideologia socialista comunista.

Durante a década de cinquenta, o seu maior aliado externo era a República da Guiné-Conacri, chefiada por Sekou Touré, que concedeu espaço para a instalação do Comité - director do MPLA na cidade de Conacri. A nível de África, um dos seus parceiros também de realce foi o ex-Congo Belga, no período de 1960, durante o governo de Lumumba e Joseph Kasavubu²²⁵.

Foi na vigência do MPLA, como Partido único, liderado por António Agostinho Neto, a 11 de novembro de 1975 proclamada a Independência Nacional, em Luanda. Por incapacidade ou falta de vontade de dialogar, o MPLA ocupou Luanda, a capital do país, e expulsou para a mata a

²²¹ W. Henderson, *A Igreja em Angola*, 302.

²²² W. Henderson.

²²³ Actores políticos angolanos, «*A Origem Dos Movimentos de Libertação de Angola*».

²²⁴ Cf. Dalila Cabrita Mateus, *A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*, Inquérito história 11 (Lisboa - Portugal: Editorial Inquérito, 1999), 115-116. Cf. Alves, «*Colonialismo e Pós-Colonialismo*», 25.

²²⁵ Cf. «Centro de Documentação 25 de Abril | Universidade de Coimbra», acessado 27 de janeiro de 2023, <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=th5>.

FNLA e UNITA, depois de terem participado na luta de libertação. O braço armado do MPLA eram as FAPLA, Forças Armadas Pela Libertação de Angola.

3.2.3 O nascimento de UNITA (1966)

A ideia de criação da UNITA foi decidida na Suíça, em 1965, entre Jonas Savimbi e António Fernandes, assumindo o compromisso de participarem na guerrilha no interior do território angolano.

Jonas Savimbi, para dar início às suas actividades, primou pela formação dos seus quadros, o que motivou um conjunto de contactos com vários países, sem quaisquer êxitos (numa primeira fase, Argélia, Tanzânia, República Árabe Unida (Egipto), Alemanha Oriental, Checoslováquia, Hungria e União Soviética)²²⁶.

Foi através da embaixada do Cairo, que se dirigiu um pedido de colaboração à República Popular da China, o qual foi aceite e que se traduziu num curso de preparação militar em Nanquim, para doze elementos, entre os quais o próprio Jonas Savimbi²²⁷.

Com apoio dum número significativo de militares e de políticos afetos à FNLA/GRAE, Jonas Savimbi fundou, em janeiro de 1966, o Comité da Unidade Revolucionária Angolana (CURA) e, na capital da Zâmbia, o Comité Preparatório para a Acção Directa. Tal como reza a história, poder-se-á dizer que este foi o primeiro repto para a efectiva criação da UNITA, formalmente constituída por cerca de 60 indivíduos da sua confiança, depois se ter apresentado o Manifesto da UNITA sobre os Conjurados do Muangai, numa conferência, que teve início em 13 de março de 1966, na província do Moxico²²⁸. O braço armado da UNITA eram as FALA, Forças Armadas de Libertação de Angola.

3.3 Tentativas de unificação do MPLA e a FNLA

Foi sempre uma preocupação de diversas personalidades do nacionalismo angolano e de Organizações Internacionais interessadas na libertação do território angolano, encontrar um

²²⁶ Cf. Actores políticos angolanos, «*A Origem Dos Movimentos de Libertação de Angola*». Cf. Silva, «Angola», 24-25.

²²⁷ Cf. Actores políticos angolanos, «*A Origem Dos Movimentos de Libertação de Angola*».

²²⁸ Cf. Douglas L. Wheeler e René Pélissier, *História de Angola*, 6ª edição (Lisboa: Tinta-da-China, 2016), 317.

caminho de pacificação dos diferentes Movimentos de libertação de Angola, fundamentalmente, o MPLA e da UPA/FNLA²²⁹.

Nos anos em que decorreram os verdadeiros embates (as grandes guerrilhas) entre as Forças Armadas Portuguesas e os Movimentos de Libertação de Angola, isto é, entre 1961 e 1972, o MPLA e a FNLA estabeleceram negociações de paz com o objectivo de acabar com o conflito armado, que os opunha e encontrar, em seguida, uma via de unificação das suas forças.

A eventual concretização de unificação das duas forças dependia de vários factores de natureza endógena e exógena:

a) factores endógenos, que, do ponto de vista teórico punham em evidência a oposição entre dois projectos políticos, ou duas estratégias diferentes, para atingir o mesmo objectivo, a libertação de Angola;

b) factores exógenos, que punham em evidência as frequentes divergências entre os chefes dos Estados africanos nas conferências Pan-Africanas.

A problemática em torno da unificação dos Movimentos de Libertação de Angola, tornou-se com o passar do tempo, uma preocupação de elevada importância dos diferentes actores políticos angolanos e dos seus principais aliados, dentre os quais se destaca a Organização da Unidade Africana.

A questão fundamental da unificação dos Movimentos de Libertação foi orientada no sentido de atingir três objectivos específicos: a luta contra o colonialismo português, o neocolonialismo e o imperialismo²³⁰.

Estes objectivos políticos já tinham sido referenciados no Manifesto do MPLA e seguiam a estrutura colonial angolana, dominada por um lado, pelos colonos portugueses e, por outro, pelas companhias estrangeiras.

A posição do MPLA quanto à unificação dos Movimentos de Libertação, foi reforçada a partir do ano de 1960, período em que o Movimento apresentou o seu Programa Máximo e Mínimo, onde foram afirmados alguns dos princípios fundamentais, dos quais o mais importante era a criação

²²⁹ Cf. Agostinho Silva, «*A Origem e Intervenção do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) na luta de Independência Nacional (1961-1975)*» (*masterThesis*, Academia Militar. Direção de Ensino, 2010), <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7264/1/TIA-813-SILVA.pdf>.

²³⁰ Jean Martial Arsene Mbah, *As rivalidades políticas: entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), 1961-1975* (Luanda: Mayamba Editora, 2010), 181.

de uma Frente Angolana de Libertação, que reagrupasse todos os Movimentos de Libertação, independentemente da sua orientação ideológica²³¹.

Sem dispor de uma resposta conclusiva e explícita, a UPA/FNLA afirmou textualmente o seguinte: o MPLA lançou em maio um apelo para que se unam todas as formações políticas sem olhar às suas posições ideológicas. Trata-se de um apelo ao qual a UPA responde com sinceridade.

A visão da UPA/FNLA sobre a unificação dos Movimentos com vista à criação de uma frente comum, ao contrário do MPLA, obedecia a determinadas condições prévias que estavam relacionadas com o princípio de adesão à luta contra o colonialismo português. Estas condições prévias eram, na realidade, um pretexto para recusar toda e qualquer aliança com o MPLA²³².

Foi por causa da incapacidade de alimentar o diálogo que descambaram em acusações mútuas e traições de uns para com os outros; criou-se um clima crispado e insustentável. Até que, na madrugada do dia 4 de fevereiro de 1961, um grupo de patriotas nacionalistas angolanos armados com catanas e paus, e com um tanque de guerra, dirigidos por Paiva Domingos da Silva, Virgílio Sotto Mayor, Neves Bendinha, Imperial Santana, entre outros, desencadearam ataques à cadeia de São Paulo em Luanda. Tal situação arrastou-se até 27 de Maio de 1977. Nesse dia encheu-se o copo dos problemas da ambição pelo poder e aconteceu uma chacina desmedida, marcando negativamente a história da revolução e da luta nacionalista angolana.

3.4 O processo de descolonização de Angola

De acordo com Raul Tati, «o processo da descolonização de Angola é um capítulo complexo e eivado de zonas cinzentas que se esbatem amiúde com os postulados da sabedoria convencional»²³³.

O processo de descolonização de Angola, além de complexo, tudo indica que foi levado a cabo com interesses, ao arrepio das regras de negociação, que se exigem das partes, de transparência e seriedade, pela busca de consensos em todos os pontos fulcrais preconizados.

²³¹ Cf. Silva, «Angola», 182.

²³² Cf. Mbah, *As rivalidades políticas*.

²³³ Raul Tati, *Incidências da Guerra Fria Na Política Externa de Angola: 1975-1992*, (Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2018), 141.

Desde muito antes, de 1960, 61, o ideal de autonomia e determinação ia tomando lugar e transformando o país num campo de batalhas, ao invés do diálogo pacífico negocial.

No seu livro, *A Igreja em Angola*, o missionário metodista, Lawrence, escreve: «John Marcum no seu estudo intitulado *The Angolan Revolution* classificou o ano de 1961 como “o ano da rebelião”, que marcou o final do período colonial em Angola»²³⁴. Lawrence diz mesmo que «poder-se-á argumentar que o período colonial [em Angola] terminou antes de 1961»²³⁵.

O fenómeno do início da luta armada aconteceu num momento de grave sublevação, de motivação laboral, numa área de cultivo de algodão em regime de monocultura²³⁶. A luta armada pela independência de Angola teve início entre os dias “4 a 7 de janeiro de 1961, quando os trabalhadores dos grandes projectos algodoeiros, incentivados pelo Partido Solidário Africano (PSA), partido congolês com influências transfronteiriças, na Baixa de Cassanje, nas áreas do Quela, Marimba, Cahombo e Xá-Muteba em Malanje²³⁷, se manifestaram revoltados contra a COTONANG²³⁸.

No mês a seguir, em Luanda, no dia 4 de fevereiro de 1961, ocorreram várias tentativas de assaltos ao estabelecimento prisional de São Paulo de Luanda, à Esquadra da Polícia de Segurança Pública (PSP) e à Casa de Reclusão de Luanda, com o propósito de libertar os presos políticos que se encontravam detidos nestas prisões. Os dirigentes nacionalistas angolanos estavam longe de prever as consequências do impacto dos acontecimentos ocorridos nesse dia, que iria modificar completamente o curso da história do país²³⁹.

Um dos pontos de partida favoráveis à descolonização de Angola foi o 25 de Abril de 1974. Foi um golpe de estado levado a cabo pelo Movimento das Forças Armadas portuguesas com o qual se derrubou o regime salazarista²⁴⁰. Um dos vectores de implementação do espírito da Revolução dos Cravos era a descolonização.

²³⁴ W. Henderson, *A Igreja em Angola*, 301.

²³⁵ W. Henderson.

²³⁶ Cf. Actores políticos angolanos, «A Origem Dos Movimentos de Libertação de Angola».

²³⁷ Cf. Moisés Kamabaya, *Os herois da Baixa de Cassanje* (Luanda: Edições Nzila, 2007), 48.

²³⁸ COTONANG: Companhia Geral dos Algodões de Angola, empresa angolana produtora de algodão, com participação belga. Na sucursal, sediada na Baixa de Cassange, Quela-Malanje, a 4 de janeiro de 1961 deu-se a primeira rebelião, encetada pelos camponeses trabalhadores da fazenda algodoeira, contra o regime colonial português, que se chamou: “A revolta da Baixa de Cassange”.

²³⁹ Cf. Silva, «*Angola*», 120.

²⁴⁰ Cf. João Nuno da Silva Pinto, «A construção da política de segurança alimentar e nutricional em Angola» (S. Paulo, Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008), <https://tede.ufrj.br/handle/tede/659>.

A convicção de que a solução para a guerra colonial tinha de ser a via política e não a das armas era cada vez mais clara no espírito dos oficiais portugueses. Na sociedade civil era cada vez maior o fluxo da emigração, não apenas na busca de melhores condições de vida no exterior do país, mas a nível da juventude, para evitar a mobilização para a guerra colonial. Em 1974, não existiam em Portugal ou seriam muito poucas, as famílias que não estivessem atingidas, directa ou indirectamente, pela mobilização de um familiar. É justo realçar o sofrimento e a angústia de muitas mães, esposas, noivas que viam partir os seus, sem a certeza do seu regresso.

A substituição de Salazar como primeiro-ministro (presidente do conselho, na altura), por Marcelo Caetano, abriu uma réstia de esperança numa solução negociada para a guerra colonial (a chamada primavera marcelista)²⁴¹, mas essa expectativa gorou-se e tudo continuou na mesma, com a nação cada vez mais exaurida. Marcelo Caetano defendia uma via federal para as colónias e, embora já tivesse havido uma proposta dos Estados Unidos da América (plano Nixon, 1972)²⁴² para que Portugal concentrasse as suas forças em Angola e no sul de Moçambique, essa saída não foi seguida por Marcelo Caetano, pois sabia que, após o reconhecimento da independência da Guiné, seria impossível encontrar outra solução para Angola e Moçambique, que não fosse a das respectivas independências.

O período colonial é uma das fases mais marcantes da história de Angola. Foi de certa maneira traumatizante! Destacamos aqui alguns dos efeitos da colonização e as consequências da descolonização.

Entendemos que, decorridos quase cinco séculos de colonização, não deixaram apenas saudades positivas pelos novos descobrimentos, organização social, política e administrativa que permitiu a construção de cidades, portos e aeroportos, incluindo a montagem de grandes indústrias transformadoras e fábricas, a plantação de cortinas às cidades (os eucaliptos), fazendas agrárias, estradas e pontes. A escravatura e o comércio de escravos, além de explorações humanas e minerais, deixaram famílias inteiras desfeitas e depauperadas. Um passado que também criou mazelas no seio de angolanos e portugueses, pelo qual somos obrigados a apelar à reconciliação através do perdão e compreensão pelas circunstâncias.

No dia 9 de agosto de 1974, tornou público a forma como se daria o processo da retirada de tropas portuguesas de Angola. O novo governo em Angola seria estabelecido a partir de uma

²⁴¹ Cf. «Centro de Documentação 25 de Abril | Universidade de Coimbra».

²⁴² Cf. «Centro de Documentação 25 de Abril | Universidade de Coimbra».

coligação entre os três grupos nacionalistas principais, levando em conta todas as etnias do país; uma Lei Eleitoral deveria ser estabelecida; e a eleição de uma Assembleia Constituinte, no prazo de dois anos²⁴³.

Assim sendo, de finais de outubro até ao início de novembro, começaram os esforços de colaboração e diálogo entre os representantes dos três movimentos angolanos e o governo de Portugal, que agora estava sob comando da ala mais esquerdista do MFA²⁴⁴.

Deste diálogo, o primeiro sinal foi a substituição do governador-geral Santos e Castro pelo tenente-coronel Soares Carneiro. Este novo mandatário do governo português, em Angola, estava consciencializado da missão que lhe era incumbida, dadas as inquietações e as exigências das populações locais que esperavam informações precisas sobre o futuro do território angolano. Apesar da exoneração de Santos e Castro, o governo português demonstrou parcialidade na sua acção, dando maior ênfase aos interesses económicos dos colonos europeus do que às reivindicações da população angolana²⁴⁵.

Em julho de 1974, para dar sequência ao processo de descolonização, a Junta de Salvação Nacional constituiu a Junta Militar de Angola (JMA) que seria dirigida pelo Almirante Rosa Coutinho (membro da JSN de Lisboa) e cujas finalidades visavam “acelerar o processo de descolonização até ao momento da transferência do poder político para os representantes legítimos do povo angolano”²⁴⁶. Nesse âmbito, a primeira actividade desenvolvida pela JMA foi possibilitar aos Movimentos de Libertação que integrassem o governo, se assim desejassem, proposta aliás recusada pelos dirigentes da FNLA.

Desta feita, «após a promulgação da Lei Constitucional n.º 7/74, de 26 de julho de 1974, que reconheceu o direito à autodeterminação e a adoção da independência dos territórios ultramarinos, em 9 de agosto de 1974, foi apresentado um plano de descolonização de Angola, onde é anunciada a constituição de um Governo provisório

²⁴³ Cf. Brunna Bozzi Feijó, «*Independência ou Revolução?: uma análise do processo de independência de Angola a partir da sua transformação de guerra anticolonial a microcosmo da Guerra Fria (1961-1975)*», (Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011), 47.

<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/36933>.

²⁴⁴ Cf. Feijó, 50.

²⁴⁵ Cf. Silva, «*Angola*», 200.

²⁴⁶ Cf. Silva, 170.

em que se encontrem representados os movimentos de libertação, os grupos da população com mais representação, “incluindo a etnia branca”»²⁴⁷.

Em reacção à Lei 7/74 de 26 de julho, Neto decretara: «Não há minorias nem estatutos especiais para qualquer parte do povo: um só povo, uma só nação, todos os Angolanos com direitos iguais e deveres iguais»²⁴⁸.

Em 22 de julho e na sequência de vários incidentes em Angola, a Junta de Salvação Nacional criou uma Junta Governativa para administrar o território. Na altura, o Almirante Rosa Coutinho tinha sido nomeado chefe da Junta em acumulação das funções de Comandante-chefe das Forças Armadas²⁴⁹.

A 28 de julho, depois do governo português ter reconhecido no dia anterior o direito à independência das colónias, o MPLA e a FNLA concordam em criar uma Frente Comum para negociar com Portugal a independência de Angola²⁵⁰.

O futuro de Angola interessava à comunidade internacional e em particular aos seus vizinhos. A 15 de Setembro, o general Spínola e Mobutu, presidente do Zaire, reuniram-se no Sal, em Cabo Verde, para conversações sobre a independência.

Spínola tentava obter um compromisso de não intervenção do Zaire na descolonização de Angola e tinha um plano para declaração de independência unilateral. Este plano assentava nas chamadas “Forças Vivas de Angola”, constituídas por dirigentes da União Nacional de Angola, do Partido Cristão para a Democracia e da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda. Nesta altura, encontravam-se também em Lisboa: o Brigadeiro Altino de Magalhães, Chefe de Estado Maior das Forças Armadas de Angola e o Engenheiro Santos e Castro, antigo governador²⁵¹.

Falhada a situação prevista, no dia 23 de outubro, ocorreu em Luanda, uma tentativa de golpe de colonos da FRA que seria posteriormente derrotada pelas forças do MFA²⁵².

²⁴⁷ Fernando Tavares Pimenta, *Angola, os brancos e a independência* (Porto: Afrontamento, 2008), 372.

²⁴⁸ Mário Pinto de Andrade, *História do MPLA, 2.º volume 1967-1976* (Luanda: Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, 2008), 170.

²⁴⁹ Cf. Aniceto Afonso, Carlos Matos Gomes, e Maria Inácia Rezola, «O fim do império colonial em África: independência de Angola», *Memórias da Revolução, 1975*, <https://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acontecimento/o-fim-do-imperio-colonial-em-africa-independencia-de-angola/>.

²⁵⁰ Cf. Afonso, Carlos Matos Gomes, e Maria Inácia Rezola.

²⁵¹ Cf. Afonso, Carlos Matos Gomes, e Maria Inácia Rezola.

²⁵² Cf. Afonso, Carlos Matos Gomes, e Maria Inácia Rezola.

Após a derrota destas tentativas, Kinshasa, passa a ser a plataforma onde se jogam as alianças de ocasião para substituir o governo português em Angola. A 11 e 12 de outubro realizaram-se na capital do Zaire reuniões entre uma delegação portuguesa, Mobutu e uma delegação da FNLA, onde foi decidida a cessão das hostilidades. A 21, uma delegação portuguesa terá conversações com uma delegação do MPLA, presidida por Agostinho Neto. Na sequência da referida reunião o MPLA anunciou o fim da luta armada. A 23 de novembro, a FNLA reuniu-se com a UNITA também em Kinshasa e estabeleceram um acordo, que deixa o MPLA preocupado porque a FNLA e a UNITA haviam assinado um acordo a 18 de dezembro²⁵³.

No final do ano de 1974, os três movimentos de libertação, haviam estabelecido acordos entre eles, para negociarem com Portugal²⁵⁴.

A preocupação dos movimentos era a de, dada a sua fraqueza militar e política, ser organizada como uma resistência conjunta em Angola, que lhe permitisse atingir um acordo entre os três movimentos e negociarem com o governo português. Este acordo foi feito em Mombaça no dia 5 de janeiro de 1975. Logo a seguir, realizam-se as conversações de Alvor, que conduzem a um acordo entre Portugal e os três movimentos de libertação²⁵⁵.

3.4.1 A Cimeira de Mombaça (janeiro de 1975)

Na esteira do traçado conducente à verdade para a compreensão e entendimento das memórias singulares (pessoal) e colectivas (institucional), rumo à efectiva reconciliação social das memórias angolanas, estão algumas tentativas dos esforços conjuntos da tríade, mas que falharam por pouco ou por falta de diálogo consentâneo em relação ao objectivo comum que era a independência de Angola.

A cimeira tripartida (FNLA, MPLA e UNITA), de Mombaça, Quênia, ocorrida a 3 - 5 de janeiro de 1975, sob os auspícios do Presidente Jomo Kenyatta. O objectivo da cimeira de Mombaça, no Palácio presidencial, era de preparar uma frente comum ou plataforma para as negociações de Alvor entre o governo português e a tríade militante por Angola (FNLA, MPLA e a UNITA)²⁵⁶. Segundo Lawrence, a cimeira decorreu de “2-5 de janeiro de 1975”, e atesta também que nela, os

²⁵³ Cf. Afonso, Carlos Matos Gomes, e Maria Inácia Rezola.

²⁵⁴ Cf. Afonso, Carlos Matos Gomes, e Maria Inácia Rezola.

²⁵⁵ Cf. Afonso, Carlos Matos Gomes, e Maria Inácia Rezola.

²⁵⁶ Alexandra Marques, *Os Segredos da Descolonização de Angola: Toda a verdade sobre o maior tabú da presença portuguesa em África* (Alfragide: Publicações D. Quixote, 2013), 115.

três movimentos haviam “excluído todos os outros” e, reconheceram-se “independentes a quem cabiam iguais direitos e responsabilidades”²⁵⁷.

Segundo estudiosos, o principal objectivo da Cimeira centrava-se na definição de uma plataforma política comum aos três Movimentos que, durante as negociações do processo de independência, pudesse representá-los em 10 de janeiro de 1975, em Portugal. Nesta Cimeira, as partes acordaram o seguinte²⁵⁸:

a) Pôr termo à hostilidade e à propaganda hostil que dificultava a colaboração franca e sincera entre os três Movimentos;

b) Estabelecer um clima favorável à estreita colaboração entre os três Movimentos, da base ao topo, em todos os sectores e no respeito mútuo;

c) Apelar à imprensa e aos jornalistas para não lançarem qualquer tipo de campanha suscetível de comprometer o espírito do acordo;

d) Defender constantemente os interesses do povo angolano, em especial as camadas mais desfavorecidas, lutando em comum para a extinção de todos os vestígios do colonialismo;

é) Criar organismos, na sociedade angolana, para dar solução aos problemas relacionados com a vida das populações;

f) Criar um gabinete de questões económicas que permita o estudo (dos diferentes sectores interessados) das causas e das eventuais soluções para ultrapassar a recessão económica;

g) Tomar posição crítica e fundamentada nos assuntos internos de cada um dos Movimentos signatários;

h) Opor-se por todos os meios às manobras de reacção internas, que visem perpetuar as relações injustas herdadas do colonialismo e, assim, combater todas as acções que atentem contra a unidade nacional ou visem a secessão do país.

²⁵⁷ W. Henderson, *A Igreja em Angola*, 384.

²⁵⁸ Cf. Marques, *Os Segredos da Descolonização de Angola*, 116-138. Cf. Actores políticos angolanos, «A Origem Dos Movimentos de Libertação de Angola».

3.4.2 O Acordo de Alvor (janeiro de 1975)

Com o objectivo de se por fim aos conflitos entre os Movimentos e dos Movimentos contra os portugueses residentes em Angola, reuniram-se em Alvor, entre os dias 10 e 15 janeiro de 1975, as quatro delegações: a portuguesa encabeçada pelo Major Melo Antunes e as dos três movimentos liderados pelos respectivos presidentes: MPLA, António Agostinho Neto; FNLA, Holden Roberto; UNITA, Jonas Malheiro Sidonia Sakaita Savimbi²⁵⁹.

O Acordo de Alvor foi assinado no dia 15 de janeiro de 1975 entre o governo português e os três principais movimentos de libertação angolanos: FNLA, MPLA e a UNITA em Alvor, Algarve-Portugal. Este acordo estabeleceu parâmetros para a partilha do poder em Angola, entre Portugal e os três movimentos presentes.

O Acordo de Alvor define um modelo de transferência de poderes e cria os instrumentos-base do esforço comum para que Angola venha a tornar-se um estado independente a 11 de novembro de 1975.

De salientar que foi um acordo com 11 capítulos e 60 artigos. Em síntese, os pontos essenciais do Acordo de Alvor foram:

- a. a Independência de Angola ficou agendada para o dia 11 de novembro de 1975 e, até lá, a administração do país estaria nas mãos de um governo colegial provisório, nos termos da Lei n.º 11/75 e do Decreto-lei n.º 2-A/75;
- b. o governo português, representado por um Alto Comissariado escolhido pelo presidente de Portugal, que não poderia intervir em assuntos governamentais, mas poderia ser consultado, caso o governo provisório assim o desejasse;
- c. não-discriminação étnica no que concerne aos critérios de nacionalidade;
- d. a criação de uma Assembleia Constituinte no prazo de nove meses, para a eleição do novo presidente a tomar posse em novembro;
- e. A criação de uma Comissão de Defesa nacional, constituída pelo colégio presidencial, Alto Comissariado e Estado Maior Unificado, com o principal propósito de unir os contingentes militares e formar um Exército nacional, composto por 1000 efectivos de cada Movimento, e a tropa de Portugal seria desmobilizada²⁶⁰;

²⁵⁹ Cf. *Silva, A Origem e Intervenção do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) na luta de Independência Nacional (1961-1975)*, 38-41.

²⁶⁰ Cf. *Wladimir Finda, «A construção da Paz em Angola: Do Alvor à Luena - O Papel da Comunidade Internacional»* (Évora, Universidade de Évora, 2011), 9-10.

- f. formação dos Ministérios com as chefias divididas entre os grupos²⁶¹;
- g. o Governo de Transição deveria aprovar a Lei Constitucional até ao dia 31 de outubro de 1975²⁶².

No dia 31 de janeiro de 1975, foi empossado o Governo de Transição de Angola com a presença de integrantes da UNITA, da FNLA e do MPLA, resultante do Acordo do Alvor.

Infelizmente, os Movimentos não foram capazes de trabalhar juntos, pois não se entenderam, e até à data marcada para a declaração de independência, envolvem-se em confrontos de luta pelo poder; cada um dos três movimentos mantiveram suas tropas em condições de combate, inclusive recebendo apoios de outros países; os costumes regionalistas e tribais, coincidentemente, patentes em todos eles, nunca foram superados no seu seio²⁶³.

Por outro, existiam, em Angola, outros Movimentos, além dos três que estiveram presentes em Alvor e se definiram, na altura, como os únicos representantes de Angola: MPLA, FNLA e UNITA. Foi excluído inclusive a FLEC que até então luta por Cabinda.

3.4.3 A Cimeira de Nakuru (junho de 1975)

Dado que a situação se agravava e os desentendimentos criavam cada vez mais impasses, entre os dias 16 e 20 de junho de 1975, houve uma tentativa de recomposição do que havia sido acordado em Alvor, através de uma reunião em Nakuru, no Quênia, que se denominou Cimeira de Nakuru. Em linhas gerais, a cimeira de Nakuru abordou as seguintes questões²⁶⁴:

- a) o aumento de quantidade de armamento por parte dos movimentos de libertação e o armamento da população civil;
- b) a falta de tolerância política entre os movimentos e a existência de zonas de influência;
- c) a questão da libertação dos prisioneiros feitos por cada um dos movimentos e a aceleração da criação do exército nacional²⁶⁵.

²⁶¹ Cf. Carolina Barros Tavares Peixoto, «*Limites do Ultramar Português, Possibilidades para Angola: O Debate Político em Torno do Problema Colonial (1951-1975)*» (Nitrói, Universidade Federal Fluminense, 2009), 156.

²⁶² Cf. Finda, «*A construção da paz em Angola*», 10.

²⁶³ André Kizua Monteiro Sebastião, «*O processo de paz em Angola: a dimensão internacional do conflito armado de Gbadolite à Luena*» (masterThesis, Universidade de Évora, 2015), 64 <https://www.rdp.uevora.pt/handle/10174/13383>.

²⁶⁴ Finda, «*A construção da paz em Angola*», 11-14.

²⁶⁵ Jonas Savimbi, *Angola: A resistência em busca de uma nova nação* (Lisboa: Edição da agência portuguesa de revistas, 1979), 189.

Esta tentativa mostrou-se insuficiente e, em julho de 1975, o governo de transição havia se tornado completamente inoperante e por isso a cimeira de Nakuru não teve resultados práticos²⁶⁶.

A cimeira de Nakuru contrariou o Acordo de Alvor, segundo os Artigos 27.º e 58.º, porque os presidentes da FNLA, do MPLA e da UNITA se reuniram em Nakuru, Quênia, sem a delegação portuguesa, com o objectivo de pacificação entre os movimentos de libertação nacional. Em consequência disso, no dia 22 de agosto, Portugal formalizou a suspensão parcial do Acordo de Alvor²⁶⁷, conforme o Decreto-lei n.º 105/75²⁶⁸.

De acordo com Wladimir Finda, o maior problema está na forma como se operou a transição colonial para o estado “independente”: O governo português, pressionado pela comunidade internacional, não conduziu da melhor forma a transferência do poder a uma autoridade constituída e, a comunidade Internacional, as potências estrangeiras, em vista aos seus interesses, em nada contribuíram para a paz e reconciliação dos Movimentos, piorando a situação e incrementando a guerra civil, no período pós-independência, a partir do momento em que apoiaram financeira e militarmente os Movimentos de Libertação²⁶⁹.

3.4.4 Independência confusa de Angola

A Independência Nacional de Angola foi proclamada em Luanda no dia 11 de novembro de 1975. Consta que a 10 de novembro de 1975, a bandeira portuguesa foi arreada pela última vez e entregue ao Alto-Comissário e Governador-Geral de Angola, Almirante Leonel Cardoso. Coube-lhe a tarefa de, em nome do governo português, proclamar a independência de Angola, conforme estipulado nos Acordos de Alvor e transferir a soberania de Portugal, não só para um Movimento ou partido político, mas para o povo angolano²⁷⁰.

Depois da violação dos acordos de Alvor, os três Movimentos proclamaram cada um a sua Independência: Jonas Savimbi pela UNITA no Huambo; Agostinho Neto pelo MPLA em Luanda e Holden Roberto pela FNLA no Zaíre. Todos eles proclamaram a independência no mesmo dia 11 de novembro de 1975. Mas a que ficou formalizada na História de Angola e do mundo é a proclamação feita pelo MPLA em Luanda (a capital do país)²⁷¹.

²⁶⁶ Cf. Finda, «*A construção da paz em Angola*», 14-15.

²⁶⁷ Sebastião, «*O processo de paz em Angola*», 2015, 64.

²⁶⁸ Finda, «*A construção da paz em Angola*», 15.

²⁶⁹ Finda.

²⁷⁰ Cf. Silva, «*Angola*», 203.

²⁷¹ Cf. Silva.

A independência de Angola, é, desde o 25 de abril, um dos assuntos mais complexos e problemáticos. A perplexidade e complexidade com que se deparou a jovem Igreja, em particular, recém autonomizada no pós-independência Nacional, e como ficou surpresa pelo desenrolar da situação, que veio a mergulhar o país em banhos de sangue.

Angola obteve uma Independência confusa, porque “armada” e problemática. Uma independência que em muitos tem criado apenas saudades dos tempos coloniais. O modo e a forma como se processou e se proclamou, sem transição de poder, não deixou livre nem em paz o país.

Porém, Angola obteve independência e vive muito dependente das grandes potências. Isto leva-nos a afirmar que uma independência de dependência porque sem descolonização é neocolonialismo.

A independência de Angola suscita muitos questionamentos, dúvidas e incompreensões. É notório, as potências externas fizeram de Angola um ninho onde esconderam as suas esperanças aliciando movimentos e associações para a guerra.

Angola, por ser recheada de inúmeros recursos naturais, foi considerada a jóia da coroa, entre as colónias portuguesas. Foi por este motivo os EUA aliaram-se e patrocinaram a FNLA; a China, a UNITA e a URSS, o MPLA. Estas potências Mundiais, armaram e financiaram os movimentos de guerrilha como seus afilhados, a fim de quando e quem obter a vitória, favorecer o padrinho na exploração das riquezas tanto do subsolo quanto hídricas e florestais²⁷².

Estes compromissos, tornaram quase residentes a Rússia, a China e os EUA no país, que sente um recrudescer das aspirações de independência, que custou sangue. No fundo, há um emergir de uma nova forma de colonialismo, um neocolonialismo, que está cada vez mais patente.

As questões que nunca se calam são: a independência de Angola, corresponde às aspirações do seu povo e dos seus heróis? Angola não ficou refém de uma “Neo-colonização” por culpa da impreparação ou mesmo despreparação dos seus dirigentes? Outros, questionavam-se: «África negra: independências com ou sem descolonização?»²⁷³

²⁷² Cf. Sebastião, «*O processo de paz em Angola*», 2015, 65.

²⁷³ Comissão da Pastoral Universitária da Diocese de Cabinda: *África, Independências ou descolonização?*, Tema central da conferência, (Cabinda, sobre o dia da África, 25 de maio de 2022).

Em concreto, a independência gerou guerras, em vez de paz e unidade nacional. Ela é um mero sinal, ténue, e ponto de partida, frágil, comparavelmente aos objectivos autóctones de soberania. Porém, há que “repensar África”; urge “repensar Angola”, em particular.

Na sua Carta Pastoral VII de 14 de dezembro de 1977, feita em Lubango, os Bispos da CEAST realçaram o contributo da Igreja para a Independência Nacional, através do fermento da libertação evangélica e com o sacrifício, muitas vezes sangrento, de tantos seus filhos: sacerdotes, catequistas e simples fiéis. E saudaram com jubiloso entusiasmo o nascimento da Pátria Angolana²⁷⁴.

Um ano antes da proclamação da Independência Nacional, Os Bispos da CEAST (Conferência Episcopal de Angola e São Tomé, na sua Carta Pastoral I de 6/06/1974, já nesta altura, diziam:

«Em 7 de maio último, dirigimos a todo o povo de Deus, nas nossas Dioceses, uma Nota Pastoral relativa à situação política que teve origem nos acontecimentos do 25 de Abril. Para um esclarecimento mais profundo da referida Nota, e respondendo a solicitações que nos têm sido dirigidas, aproveitamos esta Assembleia Plenária da Conferência Episcopal, fixada há seis meses, para falar sobre o tema que domina, na hora actual, as atenções e ansiedades da população de Angola»²⁷⁵.

Não devemos pensar que a descolonização significa isolar o país do resto do mundo. Não se trata de um pensamento isolacionista, mas sim, uma chamada de atenção a que Angola melhore, no contexto das cooperações internacionais: faça acordos justos e igualitários que respeitem a autonomia de cada Estado. Angola já não pode vir a ser uma bomba-relógio que, tarde ou cedo, exploda.

A história social, cujas memórias são inextinguíveis, por serem vidas humanas, é incapaz de permanecer tabú. Ela manifesta-se por si mesma, a qualquer momento, e com consequências devastadoras.

Todavia, os Acordos de Alvor foram assinados a 15 janeiro 1975. Mas, e como se não bastasse, infelizmente, os subscritores dos mesmos acordos, desentenderam-se logo quando a prática dos mesmos os exigia.

²⁷⁴ Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), *A Igreja em Angola entre a guerra e a paz*, 52.

²⁷⁵ Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), 7.

O momento de clara rutura e violação dos acordos, foi quando, no dia 11 de novembro de 1975, os três Movimentos que participaram nos Acordos de Alvor, proclamaram cada um a sua Independência: Jonas Savimbi pela UNITA no Huambo; Agostinho Neto pelo MPLA em Luanda, e Holden Roberto pela FNLA em Ambriz, Bengo.

Após a proclamação da Independência total de Angola, o MPLA, na voz de Agostinho Neto, constituiu o 1º governo da República Popular de Angola, cujo Presidente da República é o Chefe de Estado e Presidente do Conselho da Revolução, António Agostinho Neto, presidente do MPLA²⁷⁶.

Os movimentos de libertação de Angola, até hoje, no multipartidarismo em que reina uma jovem democracia, ainda conservam traços ideológicos regionalistas e tribais, tais como: MPLA: Movimento *Popular de Libertação* de Angola. UNITA: União Nacional *para a Independência* Total de Angola. FNLA: Frente Nacional *de Libertação* de Angola. Assinalam o que ainda falta por se libertar ou independentizar? É o longo caminho por se percorrer até à paz e unidade nacional?

Tal como está o país, podemos perceber que a independência foi apenas um acto formal e concretização de um ideal político comum, consubstanciado na expulsão dos portugueses, sem se ter conseguido constituir um governo representativo, ou de consenso, entre as forças signatárias dos Acordos de Alvor.

Depois de terem saído os portugueses, os angolanos ficaram em guerra entre si, destruíram grande parte das infraestruturas coloniais, bem conseguidas na altura. É caso para nos perguntarmos, foi mesmo alcançada a Independência idealizada? Parece-nos ser um “fiasco”. Angola não é ainda independente, no verdadeiro sentido da palavra, por duas ordens de motivos: endógenos e exógenos.

Endógenos: porque os movimentos não estavam preparados para as encomendas a que se propuseram. Os líderes dos movimentos, imbuídos de sonho, avidez pelo poder e narcisismo, não estabeleceram pontes de consenso. Todos tinham orgulho de ser presidente e não podiam sê-lo ao mesmo tempo.

Exógenos: os interesses das grandes potências prevalecem e continuam a financiar as divisões, as guerras, as perseguições e sobretudo a intolerância. Falamos das influências norte americanas,

²⁷⁶ Cf. Sebastião, *O processo de paz em Angola*, 2015, 65.

rusa, recentemente a Turquia e a China, que procuram, a todo o custo, o seu protagonismo em África.

Todas estas situações são sinais evidentes do perigo que corremos, se não unirmos vontades e abdicarmos dos nossos próprios egos, em prol da consolidação da unidade nacional. A edificação da cultura da paz, é uma tarefa de todos.

Lembram-nos os documentos da CEAST, já em 1974, numa altura em que o país se encontrava entre o espanto e a perplexidade, entre a esperança e a incerteza, pela complexa situação política que o país vivia:

«É plenamente conforme à natureza do homem que se encontrem estruturas jurídico-políticas, nas quais todos os cristãos tenham possibilidade efectiva de participar livre e efectivamente, de um modo cada vez mais perfeito e sem qualquer discriminação, tanto no estabelecimento das bases jurídicas da comunidade política, como na gestão dos assuntos públicos, como na determinação do campo e fins das várias instituições e na escolha dos seus governantes. Lembrem-se, portanto, todos os cidadãos, do direito e simultaneamente do dever que têm de fazer uso do seu voto livre, em vista da promoção do bem comum. A Igreja louva e aprecia o trabalho de quantos se dedicam ao bem da nação e tomam sobre si o peso de tal cargo, em serviço dos homens»²⁷⁷.

Os Bispos da CEAST, tendo notado, depois da independência, em 1975, os excessos cometidos pelas partes intervenientes na luta pelo cadeirão máximo de governo, aproveitaram o decorrer do Ano Santo (1975), para lançar um comunicado sobre a nova ordem social em Angola, sob o tema: “Renovação e Reconciliação”. Neste comunicado, os Bispos lembram que a «reconciliação é uma condição indispensável para se curarem as feridas do passado e se abrirem caminhos novos a uma vida promissora do nosso povo»²⁷⁸.

A CEAST apelava para a obrigatoriedade de todos participarem na edificação e gestão da ordem temporal. Nenhum cristão consciente se pode alhear de tal responsabilidade²⁷⁹. A Igreja nunca deixou de apelar para a paz e a reconciliação. «Nisto a Igreja em Angola foi sempre guia e mestra nos seus apelos à paz, unidade e reconciliação, desde antes da Independência do país»²⁸⁰.

²⁷⁷ Cf. Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), *A Igreja em Angola entre a guerra e a paz*, 7. Cf. GS 75.

²⁷⁸ Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), 7.

²⁷⁹ Cf. Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), 7.

²⁸⁰ Francisco da Mata Mourisca, *Angola: escândalo da paz*, Edições Sedipu (Uíge: gráfica Luz, 2001), 9.

A OUA, presidida naquele tempo por Idi Amin, organizou uma reunião para abordar o problema da guerra civil angolana, motivo pelo qual provocou divisão entre os países-membros, como mostra a reunião extraordinária dos dias 10 a 13 de janeiro de 1976²⁸¹. Na mesma reunião, houve duas posições: uma liderada pela Nigéria e a outra pelo Senegal. A primeira sugeria a condenação da FNLA e a UNITA; e a outra que não queria privilegiar nenhum movimento de libertação de Angola²⁸². Na mesma ocasião, o presidente do Senegal, L. Senghor, pediu em nome da africanidade, da democracia e do não-alinhamento, que se condene, com a mesma energia, as ingerências em África, quer sejam americanas, europeias ou asiáticas²⁸³.

A conferência não encontrou plataforma de entendimento quanto ao projeto de resolução apresentado pela Nigéria que visava o reconhecimento exclusivo da RPA, nem em relação ao projeto do Senegal, que recomendava a reconciliação das partes em conflito antes de qualquer reconhecimento²⁸⁴.

Certamente, incapacidade de dialogar, terá ditado o prematuro desentendimento entre os movimentos angolanos que nem a conquista da independência os uniu plenamente até então; com exceção de, apenas por pouco tempo, em 1991-1992; 1994 e de 2002 até então, nesta paz que ainda denominamos, pelas suas características, “negativa”. Foram quase sempre os passivos de Alvor, de Lusaka e Bicesse, que levaram ao desânimo, os períodos de paz que Angola já conheceu. A avidez e a ânsia pelo poder, falaram sempre mais alto e ofuscaram a verdade e a transparência eleitorais que quase sempre o país foi conduzido ao retorno à guerra fratricida.

Desde a data da proclamação da independência, 11 de Novembro de 1975, até 1992, Angola nunca havia realizado eleições gerais por falta de condições políticas aliadas à guerra. Foi logo no ano da proclamação da independência que os movimentos se desentenderam até que a situação veio a agudizar-se, inclusive, internamente no seio do MPLA que controlava a capital e à esmagadora maioria do território, em 1977.

3.4.5 O 27 de Maio de 1977, uma complexa história

O 27 de Maio de 1977, em Angola, é uma data memorável e sumamente complexa; um dia longo que durou dois anos sangrentos. Uma data de memória perene, pois, marcou o país por inteiro,

²⁸¹ Cf. José Luis Cortés López, *História contemporânea de África: de Nkrumah a Mandela (Desde 1940 até aos nossos dias)* (Madrid: Editorial Mundo Negro, 1995), 177.

²⁸² Cf. Georges Lecoff, *Angola - Independência Envenenada*, trad. Maria da Luz Feu, Miguel de Araújo (Lisboa: Flecha, 1977), 80.

²⁸³ Cf. Lecoff.

²⁸⁴ Cf. Alves, «*Colonialismo e Pós-Colonialismo*», 107-108.

colectivamente. Um dia de acontecimentos ainda, por muitos, ignorados ou desconhecidos por falta ou falsificação de informações. É uma data com versões diferentes: cada um narra os factos segundo a sua inclinação político partidária.

Para os do MPLA, o dia 27 de Maio de 1977 foi um golpe de Estado perpetrado por Nito Alves²⁸⁵. Para os demais, cogitam ter sido, se calhar, uma tentativa apenas ou golpe falhado, isto é, não se consumou porque abortado. Pois, nem as vítimas vivas sabem, taxativamente, porquê e como aconteceu, nem os autores sabem dizer as reais causas e o número de vítimas mortais e desaparecidas. O 27 de Maio é um dos acontecimentos mais cruéis da história angolana.

A pergunta persiste ainda até hoje, se o 27 de Maio foi uma tentativa de golpe, se é que se tentou mesmo assaltar o Palácio Presidencial; repressão com forças desproporcionais contra Nito Alves e apoiantes?

No encaço da verdade, está o confronto entre os livros: “Purga em Angola, de Dalila Cabrita e Álvaro Mateus e “O 27 de Maio” de Artur Queiroz. Ao tentarem esclarecer o que foi o 27 de Maio em Angola, acusam-se mutuamente. O que entendemos como sendo as duas faces de uma mesma moeda. Um acontecimento, vários contos e muitas versões.

Artur Queiroz, em resposta à obra *Purga em Angola* de Dalila Cabrita e Álvaro Mateus, diz que: «Dalila Cabrita publicou o livro *Purga em Angola*, que contém imprecisões, falsificações e mentiras pueris»²⁸⁶. Explica que, «(...) Nito Alves e José Van-Dúnem, desencadearam um golpe de estado particularmente sangrento»²⁸⁷. E mais, «Luanda, em 1977, quando ocorreu o golpe de estado, (...)»²⁸⁸. Como se o golpe de estado tivesse sido consumado!

Os acusados de fraccionistas perguntam-se: Nito Alves, golpista, ou Nito Alves golpeado? Agostinho Neto, inocente, ou Nito Alves culpado? Ou o que aconteceu foi uma “repressão”²⁸⁹ ou uma “insurreição desarmada”²⁹⁰? Um caso ainda em aberto e por se esclarecer.

²⁸⁵ Artur Queiroz, *27 Maio 1977* (Luanda, [Angola]: QB Comunicação : Fundação Dr. António Agostinho Neto, 2017), 99.

²⁸⁶ Queiroz, 31.

²⁸⁷ Queiroz, 8.

²⁸⁸ Queiroz, 9.

²⁸⁹ Cf. Dalila Cabrita Mateus e Álvaro Mateus, *Purga em Angola: o 27 de maio de 1977*, 4th rev. ed (Alfragide, Portugal: Texto, 2010), 22.

²⁹⁰ Cf. Mateus e Mateus, 87.

Para as vítimas civis e populares inocentes do 27 de Maio de 1977, essa data representa o dia do “fim”. A versão contada por sobreviventes e estudada por vários historiadores, fala em insurreição desarmada de massas e manifestações populares de apoio a Nito Alves²⁹¹.

Os sobreviventes do 27 de Maio apontam o pronunciamento de Agostinho Neto, como a ordem expressa ou mandato de matança aos ditos fraccionistas da Revolta Activa. Tudo aconteceu quando Neto convidara Nito Alves e José Van-Dúnem para um almoço no Palácio. Nesta ocasião, a Nito Alves e José Van-Dúnem, foram exigidas, por Agostinho Neto, declarações de auto-crítica, isto é, a se retratarem das acusações de que eram alvos, e tendo eles declarado a sua inocência, Neto disse: «A partir de agora, não deixo de responder pela vossa integridade física»²⁹².

Para alguns historiadores renomados, o 27 de Maio de 1977, em Angola, representa o forçar da ditadura em Angola, a imposição do poder (abuso de poder) por se utilizarem forças desproporcionais, um dia de purga, uma intentona de calúnias e acusações falsas acusações de fraccionistas contra Nitistas, contra a Revolta Activa e também o dia da morte dos chamados Comandantes.

O 27 de Maio em Angola, afirma João Vasconcelos:

«foi uma tentativa de golpe de Estado, ou uma fração no seio do MPLA, como afirmou na altura Agostinho Neto? Foram manifestações pacíficas de massas, com algumas ações militares para libertar alguns presos partidários de Nito Alves, como refere a historiadora Dalila Mateus? Ou como lhe chamou o historiador inglês David Birmingham, terá sido uma insurreição desarmada de massas? Ou terá sido outra coisa?»²⁹³.

Indo mais afundo dos depoimentos das memórias das atrocidades do 27 de Maio, Nelson do Nascimento, órfão dos mesmos incidentes, citado por Carina Branco, diz que tinha 12 anos e meio quando o pai desapareceu, em Junho de 1977. O pai chamava-se Joaquim Maria do

²⁹¹ Carina Branco, «O longo caminho para a reconciliação em Angola», RFI, 5 de agosto de 2021, <https://www.rfi.fr/pt/programas/convidado/20210805-o-longo-caminho-para-a-reconcilia%C3%A7%C3%A3o-nacional-em-angola>. Cf. João Vasconcelos, «Resgatar a Memória do 27 de maio de 1977 em Angola».

²⁹² Mateus e Mateus, *Purga em Angola*, 85.

²⁹³ Cf. João Vasconcelos, «Resgatar a Memória do 27 de maio de 1977 em Angola».

Nascimento. O pai tinha 31 anos de idade, na altura, era militar da DISA (Direcção de Informação e Segurança de Angola)²⁹⁴.

Segundo o testemunho de Carina Branco, nesta altura, no seio da sociedade em geral, Nito Alves tinha forte popularidade e muita influência social e política. Alguns achavam que Nito Alves estava em melhores condições políticas para governar Angola do que Agostinho Neto²⁹⁵.

Carina Branco, conta ainda quando uma delegação política encabeçada por Nito Alves se deslocou à União Soviética, e lá, Nito foi reconhecido pelos soviéticos, o seu retrato ficou colocado na galeria dos chefes amigos revolucionários e Agostinho Neto não. Facto este que originou intrigas, provocações e calúnias no seio dos chefes do MPLA. Os mais fiéis a Neto (os Netistas), ficaram ainda mais irritados, insinuando que Nito era agente de Moscovo e estava a preparar um novo MPLA e, por conseguinte, estava a preparar um Golpe de Estado²⁹⁶.

Foi numa Reunião Plenária do Comité Central do MPLA, que Agostinho Neto denunciou a existência de um grupo terrorista, que estava a provocar a confusão ideológica e a perturbar a coesão na estrutura do movimento promovendo a divisão²⁹⁷.

Nito Alves era o Ministro da Administração Interna (do Interior) de Angola, pós-independência, sendo um dos fiéis aliados de Agostinho Neto. Posteriormente, Nito, foi acusado e apresentado como o protagonista e líder do grupo terrorista (os Nitistas). Entretanto, Nito foi exonerado do cargo que ocupava no governo, juntamente com os seus companheiros, foram capturados e todos submetidos, durante muitos dias, à sede, fome e agredidos com chicotes de espigão de ferro, chamado “Marxi-Lenini”. Todos torturados²⁹⁸.

«Nito Alves não foi levado a nenhum tribunal para ser julgado, foi metralhado com mais de 30 balas, quase dois carregadores, e um dos chefes ainda lhe veio dar o tiro de misericórdia. Desapareceram com o seu corpo, que jogaram no mar, com um peso amarrado para não mais subir e para sempre desaparecer»²⁹⁹.

²⁹⁴ Branco, «*O longo caminho para a reconciliação em Angola*».

²⁹⁵ Cf. Branco.

²⁹⁶ Cf. Branco.

²⁹⁷ Cf. Branco.

²⁹⁸ Cf. Branco.

²⁹⁹ Branco.

Segundo Dalila Cabrita e Álvaro Mateus, tudo aconteceu, depois de Nito Alves ter sido aconselhado a retratar-se sobre as acusações que pesavam sobre si³⁰⁰, segundo as quais, estava contra o Programa Mínimo do MPLA e o projecto ideológico comunista do MPLA. Nito tinha sido também acusado de racismo por ter dito, diz Lara Pawson: «queremos ver um dia negros, mestiços e brancos a limparem as ruas»³⁰¹, e tendo escrito as 13 teses, Nito foi então entendido como querendo, a todo o custo, ser o Presidente do MPLA (tentativa de golpe). Por isso, Agostinho Neto, ordenara, numa das reuniões do Burro Político do MPLA, realizada no Futungo, em Luanda: «Não vamos perder muito tempo com julgamentos. Nós vamos ditar uma sentença»³⁰².

3.4.6 Nito Alves

Bernardo Alves Baptista³⁰³ (mais conhecido por: *Agir, Chou en Lai* ou Nito Alves), um herói cérebro que Angola jamais terá, ainda que escondido, por razões ideológico-políticas, temos vindo a saber e estudar, aos poucos, os seus ideais políticos e, sobretudo, a sua persistência na luta pela democratização do MPLA. Um resistente resiliente pelo ideal da nação.

Nito Alves, era um homem de veia poética e de uma retórica invejável que também profetizara:

«Guerra sem frente, nem retaguarda/faltavam as munições/vieram as flechas, os blindados/tanques de guerra e as G3, fizeram tiros na noite e na madrugada/e mataram/mataram, assassinaram, assassinaram. A crescer a tais perigos, vieram as doenças inimaginárias e o monstro da fome com o seu cortejo de mortos. No entanto, o povo não se rendeu»³⁰⁴.

Tudo o que aconteceu desde o 27 de Maio de 1977 até 1979, deu azo ao conflito armado em Angola que durou décadas até ao ano de 2002. Uma longa e complexa história, ainda desconhecida pela grande maioria dos angolanos.

3.4.6.1 As 13 Teses de Nito Alves

As treze teses de Bernardo Alves Baptista, Nito Alves, são³⁰⁵:

1. Método Dialéctico e o Método Metafísico;

³⁰⁰ Cf. Mateus e Mateus, *Purga em Angola*, 85.

³⁰¹ Branco, *O longo caminho para a reconciliação em Angola*.

³⁰² João Vasconcelos, *Resgatar a Memória do 27 de maio de 1977 em Angola*.

³⁰³ Mateus e Mateus, *Purga em Angola*, 20-22.

³⁰⁴ Mateus e Mateus, 20. Cf. Nito Alves, *Memórias da Longa Resistência Popular [poemas]* (Lisboa: África Editora, 1976), 107-108.

³⁰⁵ Cf. Nito Alves, *MPLA - A revolução tardia 13 Teses em minha defesa* (Elivulu, 2021), 37-38. Cf. João Vasconcelos, *Resgatar a Memória do 27 de maio de 1977 em Angola*.

2. Os Antecedentes Históricos: As diversas frentes de Guerrilhas;
3. O que é Ser Vanguarda;
4. Unidade Nacional;
5. O Anti-Sovietismo;
6. A CIA e a Revolução Angolana;
7. Como iludir o Povo;
8. A importância do Estudo da Teoria;
9. A propósito da Opção Socialista;
10. Um Partido Leninista ou um Partido Social Democrata Maoísta?
11. Análise global do 3º Plenário do Comité Central: o verdadeiro significado dos Cinco Minutos que entraram na História do MPLA;
12. Conclusão Final. Parte I e Parte II;
13. Exijo, no imediato Severa Justiça aos Verdadeiros Réus: O Verdadeiro Veredicto.

3.4.7 Ecos de algumas testemunhas do 27 de Maio

Uma das questões levantadas por João Vasconcelos são: “A final o que pretendiam Nito Alves, Van-Dúnem, Sita Valles e os seus apoiantes? Defendiam um objetivo diferente do curso da revolução angolana? Por que foram estes “filhos da revolução” devorados pela própria revolução? E por que motivo, mesmo depois de mortos, os seus nomes foram proscritos, proibidos, malditos em Angola e mesmo em Portugal? Até as suas famílias foram proibidas de chorar os seus mortos e, ainda hoje, os seus órfãos continuam sem saber dos seus progenitores³⁰⁶.”

Está subjacente em João Vasconcelos a ideia de uma busca da verdade, de um esclarecimento plausível do que foram e porquê e para quê e onde estão os corpos das vítimas, do 27 de Maio. São questões que apontam para a construção do diálogo apaziguador e a desconstrução do segredo e inverdades, por medo de serem despromovidos dos altos pedestais, os considerados heróis e autoproclamados únicos defensores da pátria.

Para uma verdadeira reconciliação social em Angola, há que se resgatar a história. As pessoas têm direito a saber a verdade; têm direito a chorar os seus mortos; os órfãos têm direito de saber

³⁰⁶ Cf. João Vasconcelos, *Resgatar a Memória do 27 de maio de 1977 em Angola*.

como e onde morreram os seus pais. Muitos cidadãos angolanos e portugueses, reclamam pelo resgate e pelo direito à memória, e pela discussão pública desses acontecimentos³⁰⁷.

Dog Murras³⁰⁸, músico e um dos críticos, filho de Angola, revela que: o 27 de Maio de 1977, considerada a maior purga ideológica em África, é o capítulo mais triste da História de Angola pós independência. De acordo com o músico, a verdade é que todo angolano perdeu algum ente ou pessoa próxima direta ou indiretamente durante os dois anos que se seguiram a esse fatídico dia. A história não se apaga nem se corrige, ela deve ser “avivada” para aprendermos com ela para se corrigirem, no presente, as garantias para o futuro.

Angola já não pode continuar a sobreviver num oceano de verdades escamoteadas. É a verdade que liberta.

A historiadora e investigadora inglesa Lara Pawson na sua obra: *Em nome do Povo*, sobre o 27 de Maio, escreve que o massacre durou dois anos, isto é de 1977-1979. O título da obra é uma expressão que ela mesma tirou de uma frase citada ou atribuída a Agostinho Neto, sobre a determinação de não abdicar dos procedimentos normais de fazer aquilo que queremos fazer em nome do povo.

Lara Pawson, citando Basul Davisen, norte-americano, um dos amigos de Agostinho Neto, dizendo que o que esteve na base dos massacres eram as divisões e «lutas de classes, tribalismos e racismo»³⁰⁹.

No entender da historiadora Lara Pawson, 50 anos de fascismo e quase 500 anos de colonização, é uma idade de saturação mais do que suficiente, o que também esteve na base do despoletar para a tomada do poder por autóctones. No caso, alguns dos actores - Lúcio Lara, Ico Carreira e Onambwe, eram membros de uma elite branca presente no governo de Angola. Isto leva Lara Pawson a concluir que “o poder era mais para pessoas de coloração clara de pele”³¹⁰.

Diz Pawson, «Nito Alves terá explorado a questão racial de modo populista. Não se pode negar a realidade. A questão racial é uma realidade e a cor da pele é obviamente outra realidade que

³⁰⁷ Cf. João Vasconcelos.

³⁰⁸ Dog Murras, nome artístico de Murthala Fançony Bravo de Oliveira, músico, e ativista defensor dos Direitos Humanos em Angola.

³⁰⁹ Lara Pawson, «*Em nome do povo: o massacre que Angola silenciou*», trad. Susana Sousa e Silva (Lisboa: Tinta da China, 2014), 114.

³¹⁰ Cf. Pawson, 163.

evidentemente não se pode negar»³¹¹. Nisto podemos dizer que a verdade coagida pelo medo é uma barreira à reconciliação.

Desde muito cedo, ao longo da curta estadia em Angola, particularmente em Luanda, numa época política e socialmente difícil, Lara Pawson identificou que as elites (do MPLA) comportavam-se como “não negros africanos”, mas como “assimilados”, pela formação ou pelo poder que ostentavam³¹². E por isso, argumenta, por outras palavras, a ideia de Nito Alves não era objectivamente racista, mas subjectivamente discutível. Pois, Nito Alves dizia: «queremos ver um dia negros, mestiços e brancos a limparem as ruas»³¹³. De acordo com Lara Pawson: trata-se de uma posição frontal de igualdade enquanto racial. Pois, falar de raça não é racismo³¹⁴.

3.4.8 Estimativas das consequências do 27 de Maio

Estima-se que durante os acontecimentos do 27 de Maio mais de 40 mil pessoas foram assassinadas: líderes e mobilizadores, pensadores livres e fazedores de opinião, jovens inocentes, velhos, militantes do MPLA, ministros e chefes militares, todos assassinados pelo seu próprio partido³¹⁵.

Entre as inúmeras vítimas do 27 de Maio de 1977 em Angola, destacam-se: Arsénio José Lourenço “Cianuck”; Paixão; Jacob João Caetano “Monstro Imperial”; Ilídio Ramalhete; José Jacinto da Silva Dias Van-Dunem; Aired Machado; Minerva; Nande; Galiano; Eduardo Ernesto Bakaloff; Elvinada Conceição; Virinha; Fernanda Delfinha; Nandy (foi apanhada e encontrava-se grávida quando foi executada); Ernesto Viríssimos da Costa Nzanji; Paulo Silva Mungongo; Dangerex; Saídys Vieras Dias; Ituima; Sita Vales; Estevão Arão; João; Manuel; Cota Pedro da Silva e o próprio Bernardo Alves Baptista “Nito Alves”³¹⁶.

Sem desprimor às vítimas, destacamos algumas das citadas: José Van Dunem, um dos heróis da luta de libertação nacional angolana, chegou a ser preso em meados de 1971 na antiga cidade de Silva Porto, hoje Kuito, acusado de desviar armas e munições do quartel e de sabotar a acção do exército português e da Pide. Depois foi transferido para a cadeia de S. Paulo. Posteriormente, por questões ditas de segurança, foi levado para o campo de concentração de S. Nicolau, nos

³¹¹ Pawson.

³¹² Cf. Pawson, 164.

³¹³ Pawson, 115.

³¹⁴ Pawson, 115-116.

³¹⁵ Cf. Branco, «*O longo caminho para a reconciliação em Angola*».

³¹⁶ Cf. Branco.

arredores da cidade do Namibe, onde ficou com “residência fixa”, sem precedência de julgamento³¹⁷.

Sita Valles, filha de pais goeses, nasceu em Cabinda e em 1971 mudou-se para Lisboa, para prosseguir os estudos em medicina. Foi eleita para a direção da Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa, aderiu à UEC e participou ativamente na revolução portuguesa. Em 1975 resolveu regressar a Angola onde adere ao MPLA, passando a trabalhar no Departamento de Organização de Massas. Em 1976 foi expulsa do MPLA, casando-se depois com Van Dunem e em 1977 foi fuzilada, acusada de ser o cérebro do 27 de maio³¹⁸.

João Jacob Caetano, conhecido como o “Monstro Imortal”, foi uma figura lendária da luta anti-colonial e depois da independência ocupou o posto de Chefe do Estado-Maior das FAPLA. Barbaramente torturado, foi executado com o garrote aplicado na cabeça³¹⁹.

Rui de Matos Coelho, nasceu em Catumbela, estudou direito em Lisboa e em 1973 regressou a Angola. Depois da independência de Angola, foi diretor do gabinete de Estudos no Ministério da Administração Interna. Foi preso e fuzilado quando regressava de uma visita à Argélia e foi um dos poucos em que a família, depois de muitas insistências, acabou por receber uma certidão de óbito³²⁰.

O 27 de maio foi o primeiro dia de um dos períodos mais negros e macabros de Angola. Um dia que durou alguns anos de torturas e “assassinatos de milhares” de angolanos e de muitos portugueses³²¹.

As consequências do 27 de Maio, em Angola, reverteram-se drasticamente a desfavor do próprio MPLA. Além de a repressão ter vitimado dezenas de milhares de pessoas tendo sido presas, torturadas e fuziladas sem julgamento prévio, o livro *Agostinho Neto, Uma Vida sem Tréguas*,

³¹⁷ Cf. Joffre Justino, «*Van Dunem, um dirigente do MPLA assassinado em 1977*», 29 de agosto de 2019, <https://estrategizando.pt/2019/08/29/um-extrato-adaptado-e-sintetizado-de-um-texto-saido-no-club-k-net-assinado-pela-mae-e-irmas-sobre-ze-van-dunem-um-dirigente-do-mpla-assassinado-a-27-de-maio-de-1977-acusado-de-nitista/>. Cf. Mateus e Mateus, *Purga em Angola*, 22-26.

³¹⁸ Cf. Mateus e Mateus, *Purga em Angola*, 148-150. Cf. João Vasconcelos, «*Resgatar a Memória do 27 de maio de 1977 em Angola*».

³¹⁹ Cf. Mateus e Mateus, *Purga em Angola*, 15-17. Cf. João Vasconcelos, «*Resgatar a Memória do 27 de maio de 1977 em Angola*».

³²⁰ João Vasconcelos, «*Resgatar a Memória do 27 de maio de 1977 em Angola*».

³²¹ Cf. Mateus e Mateus, *Purga em Angola*, 151-154. Cf. João Vasconcelos, «*Resgatar a Memória do 27 de maio de 1977 em Angola*».

editado por Acácio Barradas, atesta que: “o número de militantes do MPLA baixou de 100 mil para 32 mil membros” naquilo que foi chamado de “movimento de rectificação”³²².

Ainda que se diga que pela «ambição desmedida e cegueira pelo poder, o 27 de Maio ceifou a vida de mais de 30.000 pessoas, de acordo com a Amnistia Internacional, mas, segundo diferentes fontes, os números variam entre os 70.000 e 80.000. Todos os dados a este respeito são relevantes, pois não existe nenhuma informação oficial»³²³.

Carina Brito, citando na íntegra o filho das terras da paz, Moxico, Nelson do Nascimento descreve:

«Foi uma coisa absolutamente dantesca. Não estamos a falar de 500 pessoas, nem 2.000 nem 5.000. Não. Estamos a falar de entre 30.000 e 80.000. Tendo em conta a gravidade do que aconteceu e a duração dessas execuções, porque aquilo aconteceu ao longo de mais ou menos dois anos, de 77 a 79 - altura em que finalmente o Presidente Agostinho Neto decide dissolver os serviços que andavam a executar pessoas - é necessário fazer um trabalho de resgate da verdade histórica sobre o que de facto aconteceu. E não se pode falar em reconciliação sem que a verdade venha ao de cima. Não existe reconciliação sem verdade. Não existe. Doa a quem doer»³²⁴.

Nelson do Nascimento é outro órfão do 27 de Maio. Tinha 12 anos e meio quando o pai, Joaquim Maria do Nascimento (31 anos de idade), desapareceu em junho de 1977. O pai era militar da DISA, a Direcção de Informação e Segurança de Angola. Quando a Carina escreveu estes relatos, Nelson estava com 57 anos de idade, quase relegado ao anonimato a tentar perceber o que aconteceu. Agora, exige a verdade e reclama por justiça, sugerindo o exemplo dos julgamentos de Nuremberga. Para Nelson, “não se trata de vinganças pessoais, não. É pela busca de esclarecimentos sobre a verdade. Os algozes também são humanos”. Diz Nelson: “Eu tenho a certeza que eles têm projectos para os filhos, netos e, para que haja uma paz duradoura em Angola, mesmo para lá das nossas vidas, o ideal é que reparemos as coisas e não deixemos problemas dessa gravidade para gerações futuras”³²⁵.

³²² Cf. Branco, «*O longo caminho para a reconciliação em Angola*».

³²³ Dog Murras, músico e activista angolano. Cf. João Vasconcelos, «*Resgatar a Memória do 27 de maio de 1977 em Angola*».

³²⁴ Branco, «*O longo caminho para a reconciliação em Angola*».

³²⁵ Cf. Trata-se de uma justiça que compreende a delicada linha que separa Justiça; Vingança e o papel da emoção. A justiça é restaurativa e não sancionatória. Basta a declaração da verdade confessada, em busca da verdade (Alêtheia).

De acordo com Carina Brito, o que nós queremos não é responsabilizar o A, o B ou o C, mas queremos é virar a página desse momento trágico através da reconciliação. O que pretendemos é que o problema seja resolvido entre todos os envolvidos ou por representatividade. Doutra modo, seria levantar mais problemas, mais difíceis, e continuaríamos a adiar o perdão e a reconciliação social³²⁶.

O período de 1977-1979 foi tão trágico e não só pelo banho de sangue, como por ter sido inconclusivo, de tal forma que, até na atualidade, muitos incidentes e actos de barbaridade e genocídio, cíclicos, que ocorrem pontualmente, em Angola, são tendencialmente denominados como outros 27 de Maio.

Carina Branco, narra o testemunho de um dos sobreviventes do genocídio do 27 de Maio, dizendo:

«Moisés António da Silva Marçal, foi militar, passou três anos no temível campo da Calunda, no Moxico. Como sobreviveu, era pensável que houvesse saída para a sobrevivência? Houve quem sobrevivesse. Como? Nem os próprios sabem. Ali estavam 5.000 homens, sobreviveram 900. Uns “morreram a tiro, à fome”, outros eram “abatidos pelos militares” quando tentavam ir à lavra procurar mandioca. “Só de ver tantos colegas a morrer, cada um esperava a sua hora, éramos mais mortos que vivos porque não sabíamos a que hora vais viver e a que hora vais morrer”»³²⁷.

Moisés Marçal chegou ao campo da Calunda no dia 4 de setembro de 1977. Dois dias depois, assistiu a uma reunião feita pelo chefe do campo, na presença das populações dos bairros circundantes, em que a mensagem foi a seguinte: “Estes indivíduos é que mataram o Comandante Dangereux (...) Por essa razão eles vieram aqui para morrer. O camarada Agostinho Neto mandou-os aqui não é para voltar. Estão 25% debaixo de um cão morto”.

Para simbolizar, pegaram em três colegas nossos, três, cada um é que cavou a sua sepultura. Vai cavando, vai deitando-se na sua sepultura e lhe perguntam: Está à tua medida?

Conta o sobrevivente: Dividiram dez por cada indivíduo para fuzilar. Dez armas apontadas no indivíduo. Quando o chefe deu ordem ao disparo, cada dez indivíduos apontavam num só.

Diferente da Justiça dos julgamentos feitos em tribunais convencionais em que, depois de transitado em julgado: condena ou solta. Cf. Espécie do "*Título de liberdade de Sigena*", um documento histórico, mediante o qual, o imperador e rei franco-saliano Henrique III (1039 -1056) concede a liberdade à serva Sigena.

³²⁶ Cf. Branco, *O longo caminho para a reconciliação em Angola*.

³²⁷ Branco.

Mesmo assim, como se não bastasse, quando o indivíduo cai, os dez correram ao buraco onde o indivíduo caiu para descarregar todas as munições. Aquilo é horrível e nenhum de nós podia deitar uma lágrima. Ali começou o nosso inferno, começou o nosso inferno.

Diz Carina Branco:

«para sobreviver “ao inferno”, Moisés Marçal chegou a comer camaleão, “o camaleão que é altamente venenoso”. Como? “Porque nós comíamos de tudo o que nos aparecesse, de tudo mesmo. Raízes, bastava saber que esta raiz é mole e tu comes só para beber água. Aquele campo, não sei se foi um campo onde já se matava gente na era colonial, mas havia muitas ossadas dispersas e, ao princípio, era procurar aqueles ossos para meter no fogo de aquecer e tentar mastigar para beber um bocadinho de água. É horrível, é horrível...”³²⁸.

Realmente, “Até hoje não se tem ideia de quantas vítimas este processo acarretou; nem o que é que esteve na origem deste massacre. Até hoje a pergunta que não se cala é: de que lado está a verdade?”

³²⁸ Branco.

CONCLUSÃO

António Agostinho Neto, além de político, destacou-se a nível internacional pela sua veia literária poética. O seu engajamento na luta pela Independência Nacional de Angola, foi além de política, artística, cultural e literária. Um combatente polivalente com desempenho multifacetado.

A sua obra literária, a “Trilogia”, a mais conhecida obra completa de Neto, é por si mesma uma arma de combate contra o domínio colonial, que influencia o seu leitor.

A Leitura interdisciplinar da poesia “Luta” de António Agostinho Neto, numa visão *theopoética* irénica para a compreensão do contributo da arte literária na conquista da Independência de Angola, é uma demonstração de amor à pátria e participação pelo bem comum.

A Reconciliação é um exercício colectivo em que cada angolano é um pedaço (tijolo) valioso para a efectivação deste nobre desiderato da unidade na construção social. António Agostinho Neto e os demais angolanos das distintas facções militantes, deram as suas vidas em prol da soberania autóctone do país, e deixaram o legado do amor à pátria, de persistir na luta pelos ideais comuns e pela defesa da integridade territorial. De acordo com Barack Obama, «A África não precisa de homens fortes, mas de instituições fortes».

Angola, precisa apenas de instituições credíveis, leais e honestas e não de instituições partidocratas e desobedientes à própria constituição e que desrespeitam o próprio povo. Angola necessita apenas de homens fortes, corajosos e honestos que saibam sacrificar o mal em prol do bem.

A Igreja que, no decurso dos séculos, já viu nascer e crescer tantas nações, não pode deixar de fixar particular atenção no acesso de novos povos às responsabilidades da liberdade política³²⁹.

No 1977, antes do 27 de maio, a CEAST propunha a Reconciliação na forma como a África do Sul a adoptou: “Verdade e Reconciliação”. É este o momento de recordar vexames, atrocidades e demais injustiças cometidas no passado. Hora de cada um pensar no mal que porventura fez, no bem que deixou de praticar e naquilo que há-de-fazer, sem demora, para ajudar a construir a paz.

³²⁹ Cf. Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), «A Igreja em Angola entre a guerra e a paz», 9 e 52.

As injustiças devem cessar urgentemente. Cada qual deve procurar reparar-se, voluntária e espontaneamente³³⁰.

Certamente era visível o perigo de uma escalada de guerra em Angola e, por isso, os Bispos da CEAST aconselharam ainda mais: o valor da paz é a liberdade. Uma liberdade merecida enquanto vivida responsabilmente. Dizem os Bispos da CEAST:

«o homem deve ser livre na medida em que é responsável, e responsável na medida em que é livre. A razão de ser das liberdades democráticas está na responsável colaboração de todos para a consecução duma sociedade melhor. Ora, usar a liberdade para destruir, em vez de edificar, seria negar o direito à liberdade. Daqui o histórico movimento pendular entre concessão e supressão de liberdades»³³¹.

Na sua maioria, as guerras são resultado de passivos herdados do passado. E, se não se resolverem, com seriedade e abertura, muitos dos problemas que esta situação ainda esconde, estamos perante uma paz negativa e, por isso, não para sempre.

³³⁰ Cf. Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), 9.

³³¹ Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), 11.

«As Mentas que procuram vingança, destroem os estados, enquanto as que procuram a reconciliação constroem nações». (Nelson Mandela)

CAPÍTULO 4: PROCESSOS E ACORDOS DE PAZ: DE GBADOLITE (1989) AO LUENA (2002)

INTRODUÇÃO

Os esforços políticos desenvolvidos nas mesas negociais, mediadas por ilustres figuras previamente escolhidas e aceites pelas partes envolvidas, foram o vai e vem expectante que muita das vezes se traduziam na única esperança para a Paz em Angola. Entre os processos, rondas negociais, e inclusive os que culminaram em assinatura de acordos de paz, realizados para Angola entre os anos 1989 - 2002, destacamos apenas: o processo de Gbadolite, Bicesse, a Declaração do Namibe, Lusaka e o Protocolo do Luena.

Foi longo e penoso o caminho em busca de soluções para se pôr fim ao conflito que opunha filhos da mesma pátria que, a princípio, lutavam pela mesma causa comum. Por fim, foi alcançado o acordo de paz que pôs fim à guerra fratricida, mas que ainda restam muitos passivos das resoluções rubricadas. A tarefa a que nos propomos sugerir é trabalhar para a consolidação da paz e a construção de uma cultura de diálogo para a consecução da reconciliação social em Angola. A reconciliação é a chave que a paz colocou à porta, no Luena, para todo os angolanos, desde 2002.

4.1 A Conferência de Gbadolite (junho de 1989)

Lamentavelmente, Angola desde antes da sua Independência, foi sempre palco de violências, intolerâncias, exploração humana e confrontos sangrentos. Um dos factos a não ignorar é o da invasão sul-africana.

Face à invasão sul-africana, muitos foram os contactos feitos no sentido de se pôr fim ao conflito armado angolano. A 22 de Junho de 1989, sob a mediação do Presidente Mobutu, então presidente do Congo, actual RDC, foi assinado o Acordo de Gbadolite na presença de dezoito (18) Chefes de Estados Africanos, a saber: José Eduardo dos Santos, Angola; Quett Masire, Botswana; Pierre Buyoya, Burundi; Aristides Pereira, Cabo Verde; Hisséne Habre, Chad; Dennis Sassou-Nguesso, Congo; Omar Bongo, Gabão; Moussa Traoré, Mali; Bernardo Viera, Guiné-Bissau; Joaquim Chissano, Moçambique; Ibrahim Bembagida, Nigéria; Manuel Pinto da Costa, S. Tomé e Príncipe; Mobutu Sese-Seko, Zaíre; Kennethj Kaunda, Zâmbia; Robert Mugabe, Zimbabwe; Ali Hassan Mwinyi, Tanzânia; Jonas Savimbi, Presidente da UNITA³³².

A Conferência de Gbadolite para a Paz em Angola, contou com um convidado especial, o Dr. Jonas Malheiro Savimbi presidente da UNITA³³³. Foi, no entanto, nesta Cimeira que «se tomou a decisão de impor um cessar-fogo que entraria em vigor dois dias depois, em 24 de junho de 1989»³³⁴.

A Cimeira era o princípio para uma solução pacífica e a conquista da paz, bem como um processo para se pôr fim à guerra que veio a servir de alicerce para outras caminhadas em prol da paz e reconciliação nacional em Angola.

Foi na Conferência de Gbadolite que se encontraram pela primeira vez José Eduardo dos Santos, o então presidente do MPLA e do Governo da República Popular de Angola e o então líder fundador e presidente da UNITA Jonas Savimbi. Esta Conferência, ficou marcada pelo memorável aperto de mão entre o presidente José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi³³⁵.

³³² Cf. Jorge Alicerces Valentim, *Caminho para a Paz e Reconciliação Nacional: De Gbadolite a Bicesse (1989-1992)* (Luanda: Edições Mayamba, 2010), 41.

³³³ Cf. Valentim.

³³⁴ Valentim, 48.

³³⁵ Cf. Sebastião, «*O processo de paz em Angola*», 2015, 82.

Para os Acordos de Gbadolite, o presidente Mobutu teria negociado em separado com as partes envolvidas, retirando, assim, a seriedade do processo, e levando os participantes a assumirem acordos inconciliáveis. Um outro problema levantado em Gbadolite foi o afastamento temporário de Jonas Savimbi do território angolano³³⁶.

Uma das testemunhas dos acordos de Gbadolite, Jorge A. Valentim, também cofundador da UNITA, diz que,

«A falta de um documento escrito e assinado pelos digníssimos Chefes de Estado africanos e feito a conhecer publicamente à imprensa internacional abriu uma crise profunda de desconfiança entre as partes envolvidas no conflito em Angola. Ainda assim, o facto do presidente da mesa da Cimeira, o Dr. Kenneth Kaunda, Chefe de Estado da Zâmbia, ter declarado à imprensa internacional que o Dr. Savimbi tinha aceite o seu exílio, fez com que tanto os militantes como os membros da UNITA solidarizassem com o Dr. Savimbi em rejeitar os resultados de Gbadolite, mas porque a Administração Americana era de opinião de que o Dr. Savimbi teria de implementar o cessar-fogo, fez com que essa posição internacional ligasse o presidente da UNITA à Conferência de Gbadolite»³³⁷.

O cessar-fogo era constantemente violado e a situação deteriorara-se de tal maneira que os Estados Unidos da América decidiram envolver-se directamente para se encontrar uma nova plataforma para as negociações de paz em Angola. Assim, no dia 2 de novembro de 1989 chegou a Luanda, o subsecretário Adjunto americano para os Assuntos Africanos, Warren Clark. Com efeito, esta iniciativa americana foi um prelúdio da transferência das negociações de Kinshasa para Portugal sob mediação do governo português³³⁸.

Segundo Dom Francisco da Mata Mourisca, então Bispo da Diocese do Uíge: «tal acordo [de Gbadolite] não passou de um aborto político»³³⁹. Cinco dias depois, o Governo angolano denunciava a violação do acordo por parte da UNITA.

³³⁶ Cf. Sebastião, «*O processo de paz em Angola*», 2015, 82.

³³⁷ Valentim, *Caminho para a Paz e Reconciliação Nacional*, 49-51.

³³⁸ Cf. Michael G. Comerford, *O rosto pacífico de Angola: biografia de um processo da paz (1991-2002)* (Luanda: Michael G. Comerford, 2005), 78.

³³⁹ Mourisca, *Angola*, 3.

4.2 Acordos de Bicesse (maio de 1991)

Em abril de 1990 realizaram-se em Évora, Portugal, conversações secretas entre delegações do MPLA e da UNITA. Essas negociações prosseguiram até Maio de 1991, sob presidência portuguesa (mediadas pelo então Primeiro-Ministro: Aníbal Cavaco Silva) com a presença de observadores, de representantes dos Estados Unidos, da União Soviética e das Nações Unidas representadas por Margareth Anstee³⁴⁰.

O Acordo de Bicesse marcou um ponto de viragem na história política angolana. Permitiu recobrar a esperança de vida dos angolanos; calou, momentaneamente, as armas; deu início ao multipartidarismo, ao pluralismo de ideias; a laicidade do estado, e a democracia à miúdo em Angola com o GURN. Assim também começou o processo de aquartelamento e desmobilização de ambas forças militares e a constituição das forças armadas mistas (FAA). Chegou a Angola a Missão de Observadores da ONU, a UNAVEM, e realizaram-se as primeiras eleições em setembro de 1992.

O Acordo de Bicesse foi rubricado pelos: Eng. José Eduardo dos Santos e o Dr. Jonas Malheiro Savimbi, depois da retirada dos últimos cubanos de Angola, na presença de diferentes personalidades nacionais e internacionais, com destaque para o então primeiro-Ministro de Portugal, o Prof. Aníbal Cavaco Silva; o Secretário de Estado Americano James Baker III; o Ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS; o Secretário-geral da ONU Perez de Cuellar; e de Sua Eminência o Cardeal D. Alexandre do Nascimento³⁴¹.

4.2.1 Aspectos positivos dos acordos de Bicesse

Os acordos de Bicesse foram um resultado de um intenso e necessário trabalho em rondas de negociações e diálogo pela paz. As partes se tinham convencido de que a opção militar nunca seria viável para se por fim às hostilidades que já dilacerara não apenas vidas de civis, mas sobretudo de soldados.

Escreve António Monteiro: «A rubrica dos chamados Acordos de Bicesse, culminou um mês de trabalho intensivo, em regime de internato, na inacabada Escola de Hotelaria daquela localidade, em que a mediação portuguesa, apoiada pelos

³⁴⁰ Cf. Benney Muhacha, «Os Acordos de Bicesse», *Sópra-Educação* (blog), 19 de janeiro de 2021, <https://sopra-educacao.com/2021/01/19/os-acordos-de-bicesse/>.

³⁴¹ Cf. Valentim, *Caminho para a Paz e Reconciliação Nacional*, 214.

observadores e, pela primeira vez, pelas próprias Nações Unidas, impulsionou a definição pelos angolanos das bases que permitiriam ao país, após longos anos de luta armada, começar a viver em paz»³⁴².

Além da manifesta vontade de dialogar em prol do fim da guerra, de Bicesse saíram os seguintes acordos:

- a) A formação do Comando Superior das Forças Armadas Angolanas (CSFAA)³⁴³, da qual se criou a unidade do povo angolano e a segurança da paz: a formação das FAA e da Polícia Nacional através da unificação das FALA e das FAPLA no exército nacional são até hoje um factor fundamental na estabilidade que ainda reina em Angola;
- b) O mérito da mediação portuguesa de terem negociações directas, abertas e profundas, chegando ao ponto de serem discutidos assuntos ligados ao processo de paz em duas comissões, a militar e a política, sem restrições³⁴⁴;
- c) a criação de um exército nacional unificado tal como acordado em Alvor.
- d) O cessar-fogo, o aquartelamento das tropas da UNITA, a formação das novas forças armadas e a restauração da administração do Estado, em áreas controladas pela UNITA e a marcação de eleições multipartidárias e presidências.
- e) Por via do mesmo acordo de Bicesse, a Troika de observadores implementou uma “*Opção Triplo Zero*” que obrigou a Comunidade Internacional a parar o apoio a ambos os lados, logo que houvesse um cessar-fogo, e à afixação de um calendário de eleições³⁴⁵.
- f) De lembrar que a partir desta fase, fruto dos acordos de Bicesse, Angola passou a ser: República de Angola, e não mais República Popular de Angola. Dizia Savimbi nos seus comícios em campanhas eleitorais: “desta vez o P cai”. O “P” hoje suprimido de Popular.

4.2.2 Aspectos negativos dos acordos de Bicesse

Na nossa leitura, o sonho de mandar e o apetite de se perpetuar no poder, têm sido o câncer que constantemente inviabiliza a paz e a unidade nos países, sobretudo em África.

Angola até então nunca havia conhecido uma plataforma de entendimento com desfecho de cessar-fogo, desmobilização das forças armadas, paz e realização de eleições. Era a alvorada de

³⁴² António Monteiro, «Regresso a Bicesse: 25 anos dos Acordos de Bicesse», sem data, https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri50/RI50_08AMonteiro.pdf.

³⁴³ Valentim, *Caminho para a Paz e Reconciliação Nacional*, 246-247.

³⁴⁴ Cf. Comerford, *O rosto pacífico de Angola*, 14.

³⁴⁵ Cf. Comerford, 11.

um sonho desde há muito não realização, mas que se tão prematura e irresponsavelmente foi abortado como um nardo morto.

a) Os resultados saídos das primeiras eleições em Angola, ditaram o principal motivo do fracasso dos Acordos de Bicesse;

b) Segundo Margareth Anstee³⁴⁶:

- A falta de instrumentos institucionais que assegurassem o seu respeito que não podia assentar apenas na boa-fé das partes;
- A demasiada rigidez e exiguidade do prazo para as eleições;
- Terem-se realizado eleições sem que se tivesse assegurado a total desmobilização e desarmamento dos anteriores beligerantes e a constituição das forças nacionais;
- A falta de generosidade financeira para ajudar a assegurar a paz, isto é, a Missão de observação da ONU;
- A missão da ONU foi executada com muito poucos recursos;
- A gestão da transição para a democracia foi problemática em vários sentidos, sobretudo o conceito de que quem vencer fica com tudo, não salvaguardando convenientemente os direitos do vencido;
- As dificuldades no processo de desmobilização das forças militares e reconversão no exército unificado, determinaram o regresso à guerra civil como cada vez mais possível.

4.3 A declaração do Namibe (dezembro de 1992)

Depois do fracasso dos acordos de Bicesse, houve várias tentativas para se alcançar a paz para Angola. Uma Declaração assinada sob os auspícios das Nações Unidas, com o propósito de se parar imediatamente com a guerra em Angola.

Na intenção de se salvaguardar a paz e permitir o retorno às negociações para encontrar uma solução política, e não militar, realizaram-se as conversações do Namibe, que resultaram na assinatura do que ficou conhecido como a Declaração de Namibe e que nunca foi implementada³⁴⁷.

³⁴⁶ Muhacha, «*Os Acordos de Bicesse*».

³⁴⁷ Cf. Osvaldo Mboco, «Os caminhos para a Paz em Angola: de Bicesse (1992) a Luena (2002)», *Correio da Kianda - Notícias de Angola* (blog), 4 de abril de 2021, <https://correiokianda.info/os-caminhos-para-a-paz-em-angola-de-bicesse-1992-a-luena-2002/>.

De acordo com Dom Francisco da Mata Mourisca, «esse acordo não passou de um teatro»³⁴⁸ porque três dias depois da sua assinatura, as cidades do Uíge e Negaje foram tornadas antros de hecatombe (teatros de guerra) e palcos de armas. Essa Declaração do Namibe foi só mais um dos vários acordos assinados entre o MPLA e a UNITA que, por ironia de destino, fracassaram, tais como: as negociações de Addis-Abeba e as de Abijan em 1993³⁴⁹.

4.4 Protocolo de Lusaka (novembro de 1994)

O Protocolo de Lusaka constituiu uma referência expressa da continuidade do Acordo de Bicesse. O referido Protocolo foi assinado em Lusaka, Zâmbia, a 20 de novembro de 1994 entre o Governo angolano e a UNITA sob os auspícios do Presidente zambiano Frederic Tchiluba³⁵⁰. O mediador do Processo de Lusaka foi o Representante Especial da ONU, Alioune Blondin Beye que substituiu Margareth Anstee.

As negociações em Lusaka aconteceram depois do fracasso dos acordos do Namibe, Addis Abeba, Abidjan, mas que também vieram a demorar mais de um ano.

O Protocolo de Lusaka reafirmara³⁵¹:

- (1) Restabelecimento do cessar-fogo;
- (2) a retirada das matas, aquartelamento e a desmilitarização de todas as forças militares da UNITA(FALA);
- (3) a formação do novo exército angolano com a integração de elementos da UNITA e a efectivação da desmobilização do excedente dos dois exércitos;
- (4) reafirmou a consolidação da reconciliação nacional, com a participação da UNITA;
- (5) a necessidade de se concluir o processo eleitoral, bem como assegurar o normal funcionamento das instituições, surgidas das últimas eleições livres e democráticas realizadas em Angola, a 29 e 30 de setembro de 1992.

³⁴⁸ Mourisca, *Angola*, 3.

³⁴⁹ Cf. Mboco, «Os caminhos para a Paz em Angola».

³⁵⁰ Cf. Mboco.

³⁵¹ Mboco.

Após o fracasso dos Acordos de Bicesse, Angola vivenciou mais um período de conflito armado. Fracassados os Acordos de Bicesse, reataram-se os mecanismos para a salvação e reposição da paz, «Portugal deixou de ser mediador e a ONU passou a assumir este preponderante papel. Numa primeira fase esteve como representante especial da ONU Margareth Anstee que tentou desesperadamente negociar um cessar-fogo, mas sem êxito. As negociações tiveram lugar inicialmente no Namibe, Angola, depois em Abidjan, e prosseguiram em Addis Abeba»³⁵². Depois da nomeação de um novo Representante Especial da ONU, Alioune Blondin Beye, a situação em Angola tomou novo rumo. O recurso às conversações na República da Zâmbia, Lusaka, que duraram mais de um ano, por fim, foi assinado no dia 20 de novembro de 1994, pelo então Ministro das Relações Exteriores do Estado angolano, Venâncio da Silva Moura e o então secretário-geral da UNITA, Eugenio Manuvakola o Protocolo de Lusaka.

Para se criar confiança e compreensão entre as partes, o Protocolo de Lusaka introduziu algumas inovações importantes, tais como: «a partilha de poder (**GURN**), a não realização de eleições antes de concluir com questões militares, a implementação do processo de paz e o despacho duma força de capacetes azuis da ONU, onde agora UNAVEM III, chegou a dispor de 7.000 homens³⁵³».

Do mesmo jeito como tudo se foi desenrolando desde 1991-1992, o processo de paz de Lusaka avançava, mas muito lentamente. Verificavam-se grandes atrasos no aquartelamento das forças da UNITA, agravada pela intenção prematura de se por fim ao processo de paz, e a retirada da maior parte das Forças de Manutenção de Paz em 1997. E, como a alegria do pobre dura pouco, o chefe da missão do Protocolo de Lusaka, Maître Alioune Blondin Beye, falecera num acidente de

³⁵² André Kizua Monteiro Sebastião, «O processo de paz em Angola: a dimensão internacional do conflito armado de Gbadolite à Luena» (masterThesis, Universidade de Évora, 2015), <https://www.rdpcc.uevora.pt/handle/10174/13383>, 86-88.

³⁵³ Comerford, 16-17.

aviação, deixando-a sem liderança. A partir deste fase, as caramuçãs foram tomando corpo no interior do país e o Governo, reunido em Congresso, o IV do MPLA, de 5 a 10 de dezembro de 1998, no qual, o então presidente José Eduardo dos Santos declarou que “o único caminho para a paz era a guerra”, apelando assim ao fim do Processo de paz de Lusaka e à retirada da MONUA³⁵⁴.

Contudo, em fevereiro de 1999, o Conselho de Segurança decidiu retirar o que restava das suas forças de manutenção de paz, mas a ONU manteve uma pequena missão em Luanda para observar a evolução da situação política e promover a defesa dos direitos humanos.

Assim, instalou-se mais uma vez o clima de guerra civil, e a situação social em Angola regrediu ainda mais.

Numa clara demonstração da razão de guerra: “fazer a guerra para alcançar a paz”; infelizmente, no dia 22 de fevereiro, em Lucusse, morreu Savimbi. Desta feita, depois de ter confirmado a morte do líder fundador da UNITA, José Eduardo dos Santos decretou: «Nem mais um tiro e nem mais uma gota de sangue». A partir deste momento, muitos passos foram dados: o Cessar-Fogo entrou em vigor à meia-noite do dia 13 de março de 2002, dentro do plano de quinze pontos elaborado pelo Governo para assegurar a paz³⁵⁵.

Até que, no dia 4 de Abril de 2002, foi assinado o Memorando de Entendimento do Luena, no Moxico pelas chefias militares: Armando da Cruz Neto, pelas forças governamentais e Abreu Muengo Kamorteiro em representação das forças da UNITA.

³⁵⁴ Cf. WHEELER; PÉLISSIER, 369.

³⁵⁵ Cf. COMERFORD, 19.

4.5 O Memorando de entendimento do Luena (abril de 2002)

Luena, a Leste de Angola, a capital do Moxico, a “capital da paz”, foi palco das assinaturas do último acordo de paz para Angola, a 04 de Abril de 2002. A data ficou registada nos anais da história de Angola como Dia da Paz e da Reconciliação Nacional³⁵⁶.

Numa altura em que o mais alto mandatário da UNITA, Jonas Savimbi já não se encontrava no mundo dos vivos, a assinatura do memorando de Luena coube às chefias militares do MPLA e da UNITA: os generais Armando da Cruz Neto, pelas “FAPLAS” e Abreu Mwengo Okatchitembo “Kamorteiro” pelas FALAS.

O Memorando de Luena recuperou vários aspectos de Protocolo de Lusaka, que tinha como base o Acordo de Bicesse, como a desmobilização da UNITA e sua integração nas Forças Armadas Angolanas e na Polícia Nacional, bem como a criação do GURN, que vigorou formalmente até ao ano de 2008³⁵⁷.

O Memorando de Entendimento do Luena, foi rubricado no dia 4 de abril de 2002 pelo chefe das forças armadas do governo do MPLA, General Armando da Cruz Neto e o chefe do Estado-Maior das FALA (UNITA), o General Abreu Muengo Ukwachitembo Kamorteiro, já depois da morte de Jonas Savimbi, o líder fundador da UNITA.

Os pontos chaves do Memorando de Entendimento do Luena foram³⁵⁸:

a) Reconciliação Nacional; Cessação das hostilidades; Questões militares pendentes nos termos do processo de Lusaka.

b) Questões de reconciliação nacional Amnistia: Cessação das hostilidades; Questões militares pendentes nos termos do Protocolo de Lusaka.

c) Cessar-fogo: desengajamento; aquartelamento e conclusão da desmilitarização das FALAS.

³⁵⁶ Cf. Mboco.

³⁵⁷ Cf. Mboco.

³⁵⁸ Aspectos resumidos a partir dos documentos assinados do Memorando de Entendimento do Luena. Cf. Anexo nº 5 deste trabalho.

d) Integração dos Oficiais gerais, oficiais superiores e capitães e subalternos, sargentos e praças, provenientes das forças militares da UNITA nas FAA; Integração dos oficiais gerais, oficiais superiores e capitães e subalternos, sargentos e praças, provenientes das FALAS, para a Polícia Nacional.

e) Desmobilização dos efectivos das forças militares da UNITA e extinção das forças militares da UNITA (FALA).

f) Reinserção sócio-profissional do pessoal desmobilizado das ex-forças militares da UNITA na vida nacional.

g) Coordenação e aplicação do Memorando de entendimento: Estruturas Institucionais de coordenação do Memorando de Entendimento; a Comissão Militar Mista; Calendário de aplicação do Memorando de Entendimento. Disposições finais.

O aquartelamento, a desmobilização e a extinção das FALA; a criação de um exército único à luz dos acordos de Lusaka, com a integração das forças, tanto das FAPLA como das FALA nas FAA e na Polícia Nacional, deram mais segurança e têm garantido, até hoje, a paz em Angola, desde a assinatura do Memorando de Entendimento do Luena.

O Memorando abriu as portas para uma nova era em Angola e para todos os angolanos cansados de guerras, manifestam-se cheios de vontade e disponibilidade para a preservação da paz e, conseqüentemente abraçar o caminho da reconciliação.

CONCLUSÃO

O processo da descolonização, com toda a sua envolvente, teve como principal consequência ter mergulhado o país quase num beco sem saída; e isto viciou a muitos que por pequena contrariedade, invocam os tempos bélicos.

Os Movimentos de luta pela libertação de Angola, não só lutaram contra o exército colonial, como também envolveram-se em guerra entre eles, de tal maneiras que, se transformaram em adversários políticos.

Dos Processos e Acordos assinados para a paz em Angola, desde Gbadolite, (RDC) 1989, até ao Protocolo de Lusaka, (nov. 1994), aparente expressão da vontade das partes envolvidas, o orgulho próprio e a ganância pelo poder, foram sempre os grandes empecilhos à realização da paz. Nenhum dos acordos, chegou a ser cabalmente respeitado pelos seus preponentes.

Em todos os processos e rondas negociais, referenciados, a FNLA apenas esteve implicada e presente como actor, em Gbadolite, Nakuru e Alvor. A FNLA desistiu das epopeias bélicas e políticas mais cedo, e remetera-se ao silêncio, até 1991, graças aos Acordos de Bicesse (maio de 1991). Nesta fase, Holden Roberto e os seus sequazes, resolveram reatar a vida política activa e participar nas primeiras eleições legislativas e presidenciais em Angola.

Depois de 1977 – 1979, aquando dos massacres e a expulsão da FNLA e a UNITA da Luanda, desta fase em diante, o MPLA guerreava apenas contra a UNITA até que, depois da morte do principal chefe e fundador da UNITA, Jonas Savimbi, em 2002, as chefias militares das FALAS e das FAA, assinaram o Memorando de Entendimento do Luena (Moxico, Angola), a 04 de Abril de 2002, apelidado em Angola, o “Dia da Paz e da Reconciliação Nacional”.

De 2002 até agora, a nível governamental, nota-se claramente uma maior abertura para a democratização do país; a estabilização do multipartidarismo; discussões e aprovações de leis e decretos para a normalização do funcionamento dos órgãos internos e externos, a luta contra a corrupção e a reorganização dos ministérios, órgãos de defesa e segurança interna e de justiça; a reconstrução das infraestruturas básicas como estradas, pontes, centralidades, condomínios e outras espécies de moradias; escolas e universidades públicas e privadas; a construção de novos hospitais, centros médicos e postos de saúde e clínicas bem apetrechadas; a construção de

barragens e estruturas de comunicação; a aposta na diversificação da economia, sobretudo na agricultura para que o país saia da dependência do petróleo.

As valências que a vastidão da extensão territorial de Angola tem, a sua população e cultura, são a primeira e basilar riqueza do País; a seguir, os recursos minerais e a fertilidade dos seus solos são a principal riqueza por explorar, lapidar, industrializar e desenvolver.

Tudo passa pelo homem, sua formação e consciência. Não é num clima de instabilidade e insegurança que o país se desenvolve e os anseios do povo se resolvem. Os angolanos carecem de paz e paz social.

Ninguém mais, em Angola, quer voltar à guerra. Os angolanos, na sua maioria, querem que a paz seja consolidada e a reconciliação entre todos seja um facto. E nós aqui apelamos que, para esse desiderato, cada um e todos juntos, devemos ser promotores e agentes da paz; ver o rosto do outro, o do seu irmão.

Desta feita, no ano de 2022, Angola realizou, nos termos da Nova Constituição da República (2010), o 5º pleito eleitoral na versão “Eleições Gerais”. Pois que a Lei prevê eleições periódicas quinquenais (em cinco anos). De realçar que desde Alvor (1974-75) em que se estabeleceu a realização de **eleições em Angola**, apenas as primeiras eleições legislativas e presidenciais foram um facto, *em 1992*. Tudo por culpa da situação desfavorável de guerra, que durou 38 anos, em toda a extensão do país. Depois, as segundas eleições gerais, pelas mesmas razões (guerra) apenas se realizaram *em 2008*. De 2008 até ao presente ano, com uma paz ininterrupta, depois do protocolo do Luena, as eleições têm sido a cada cinco anos. É assim que as terceiras eleições gerais tiveram lugar *em 2012*, as quartas eleições também gerais *em 2017* e as quintas eleições *em 2022*, em Angola.

Diga-se em abono da verdade, que os resultados das eleições foram, nos primórdios, os motivos do revés que retrocedeu à guerra e, até hoje, sempre contestados por falta de clareza ou transparência, não justas, mas fraudulentas. Há mesmo concorrentes que apelam para o retorno ao sistema de eleições separadas (legislativas e presidenciais), além de uma profunda revisão das leis (Constituição da República e Lei Eleitoral) de Angola. É conversando que os homens se entendem.

Quem ama não vê defeitos; quem odeia não vê qualidades; mas quem é amigo, vê defeitos e qualidades.

CAPÍTULO 5: VISÃO HISTÓRICO-RELIGIOSA DO CONTEXTO ANGOLANO

INTRODUÇÃO

Para nos situarmos no contexto histórico da expansão da Igreja no mundo, em África e em Angola, principalmente, neste capítulo, o quinto, sobre a visão histórica e religiosa do contexto angolano, para reflectirmos a actuação missionária em Angola.

A missão da Igreja é a dedicação abnegada de evangelização: uma Igreja inserida entre homens entranhados nas suas culturas locais e do mundo, cada vez mais global e interactivo, em confronto tenaz e continuo com as culturas capitalistas das novas civilizações, as tradicionais e as modernas, frutos da globalização.

Numa era de grandes incertezas e desafios ideológicos, culturais, linguísticos e de choques religiosos, a Igreja em Angola tem-se engajado na reconciliação do homem com Deus; consigo mesmo e com os outros homens; na pacificação dos espíritos; na eliminação das assimetrias sociais; na promoção dos valores culturais e da paz social.

A Igreja, por via das suas orações, das mensagens dos seus pastores, cartas, recomendações e conselhos, influenciou significativamente para que os políticos e militares, envolvidos directamente na guerra, se sentassem à mesma mesa e dialogassem pelas condições de paz, unidade e reconciliação para Angola. Por isso, desde sempre, a história de Angola confundiu-se com a história da Igreja em missão em Angola. A Igreja sempre esteve junta do povo, das entidades civis e governamentais em Angola. Tanto é assim que, não se pode falar dos acontecimentos históricos em Angola, sem se falar da participação e intervenção da Igreja. A Igreja tem clara influência nos grandes marcos paradigmáticos do progresso sociocultural angolano.

A paz e a reconciliação social, devem ser expressões da vontade de todos os filhos e filhas da Pátria Mãe, Angola.

5.1 Diálogo entre o Cristianismo e a tradição Bantu

Desde que chegaram o cristianismo e outras religiões a África, o choque e o diálogo com a religiosidade tradicional bantu são evidentes. Sobretudo em relação ao cristianismo, que conseguiu cristianizar grande parte de África.

As crenças africanas são actos, vivências e sentido de vida orientadas para o além. Uma intensidade de fé, vivida através de invocações, expressões gestuais, todas elas dirigidas aos intermediários que as façam chegar a Deus. Estes intermediários são os ancestrais, os antepassados (de boa reputação) e a natureza.

A todos os detentores de poderes (benfazejos e ou maléficos), por tudo, o bantu suplica, clama, e pede intercessão divina. O bantu teme e respeita até os seres com poderes menores, como por exemplo: os animais, os feiticeiros, os trovões, as faíscas, e relâmpagos; ou seja, tudo o que provoca catástrofes e põe em perigo a sua vida, a da família e a da sociedade. Porém, a religiosidade tradicional bantu não é politeísta nem idolátrica.

Para o bantu, Deus é um só, e é o que detém o poder supremo sobre todas as outras forças. Mas, as interferências das forças do mal são capazes de estragar a paz e os bens pessoais e familiares.

Porém, em África, não existe a crença em deuses, se comparada com a cultura grega e romana clássica.

Em África não existem designações de deuses como Zeus, Júpiter, Afrodite, Minerva, etc. Os africanos creem em um só Deus, que se designa por diversos nomes consoante a língua de cada povo ou região.

O rezar do bantu é peculiar: com o olhar altivo, penetrante e atento; em andamento, assobiando, cantando, dançando, gritando e gesticulando.

Já hodiernamente e, porque as culturas não são estáveis, mas dinâmicas, segundo Matumona:

«a modernidade atingiu, obviamente, o tecido religioso africano, que também vai sofrendo as consequências deste fenómeno, estruturando uma “religiosidade moderna”, que vai “esmagando” as formas de religiosidade tradicionais, modelando os africanos que professam uma religião marcada pela secularização, que torna a questão de Deus um facto cada vez mais problemático, criando condições para o ateísmo e para a indiferença religiosa. Mas, o cristianismo, apesar de várias críticas por parte de muitos intelectuais, sobretudo africanos, que continuam a encará-lo como uma religião

colonial, burguesa, individualista, passou a fazer parte da esfera cultural do continente»³⁵⁹.

M. Delafosse, na sua obra *Les civilisations négro-africaines*, citada por R. Altuna, diz: «Não existe nenhuma instituição, seja no campo social, seja no político ou ainda no económico, que não assente num conceito religioso. Estes povos, dos quais se afirma, às vezes, que não conheciam religião nenhuma, são, na realidade, dos povos mais religiosos da terra»³⁶⁰. Também o Pe. Raul reconhece e estima a religiosidade bantu pela sua espiritualidade existencial, fundamentalmente baseada na intercomunhão entre o mundo visível e o invisível, onde Deus está presente como causa primeira³⁶¹.

A religiosidade no homem bantu é natural. O bantu nasce religioso e é criado religiosamente por tradição. Altuna realça o facto de que a formação religiosa para o Bantu não é teórica nem sistematizada. E citando A. Ba. Hampeté, na sua obra “animisme en savane africaine”, Altuna transcreve: «O homem negro-africano é um crente por vocação. A sua fé penetra a vida e constitui-o religioso, cultural, simbólico, ritualista, celebrante e, sobretudo, participante-comungante»³⁶².

Uma fé e crença de sentido pessoal, mas posta ao serviço do bem comum, na defesa e protecção da família, da tribo e do clã. Há um treinamento de inserção à sociedade, que é feito através dos ritos de iniciação.

Já desde tenra idade, se impregnam de religiosidade, porque observam e participam nas celebrações, que são acções muita das vezes, espontâneas ou circunstanciais, e assimilam o seu significado e intencionalidade.

Há também cerimónias rituais das celebrações da puberdade, circuncisão, óbitos, desde a morte, funeral, cinzas e partilhas de heranças. O mundo invisível se entrelaça com o visível e, no bantu, penetra por completo.

A experiência religiosa é uma vivência permanente. A Religião Tradicional anima todas as formas de existência. As pessoas vivem em permanente dependência-comunhão com o mundo invisível, com o sagrado. Por isso é que se tem afirmado que o negro é «incuravelmente religioso»³⁶³.

³⁵⁹ Muanamosi Matumona, «*Teologia africana da reconstrução como novo paradigma epistemológico: contributo lusófono num mundo em mutação*» (Lisboa, Universidade Católica Portuguesa de Lisboa, 2006), 151.

³⁶⁰ Raul Ruiz de Asúa Altuna, *Cultura tradicional Bantu*, 2a. edição (Luanda: Paulinas, 2014), 366.

³⁶¹ Cf. Altuna.

³⁶² Altuna.

³⁶³ Altuna, 366-367.

Citando J. Marcus, Altuna escreve: «Para o africano, o mundo espiritual é real e muito imediato. A sua arte, a sua música, a sua dança, são variações do tema da sua religião; e em nenhuma parte da terra a religião impregna a vida social tão profundamente como na comunidade africana»³⁶⁴.

Contudo, a manifestação religiosa e espiritual bantu é equiparável a uma liturgia, e podemos designá-la como “liturgia tradicional bantu”: olhando pela especificidade dos seus cânticos e melodias, o modo de trabalhar, o modo de andar, o seu dançar e inclusive nas festas e imbalas, kandanda, ofiko. Diz Altuna, citando Alexis Kagame:

«A religião Tradicional está enriquecida com as crenças e manifestações necessárias para ser considerada como autêntica religião: noção clara de Deus, do cosmo e da natureza, da finalidade e destino do homem; com um sistema de representações e uma ética derivada das crenças, que cuida da realização do homem e da estruturação da sociedade segundo um plano previsto e com finalidade clara; com um conjunto de ritos-culto, por meio dos quais o homem e a comunidade exteriorizam e celebram suas crenças; e com uma fé actuante ou sensibilidade-espiritualismo que vivenciam esse corpo doutrinal e cútico, dão sentido à existência da pessoa e harmonizam e dão coesão à sociedade»³⁶⁵.

A vivência tradicional da religiosidade bantu, é uma forma de integração no cosmos, posto que o bantu interpreta o mundo como realidade global e intrínseca, e ao mesmo tempo, vive intimamente unido ao mundo para responder sobre a sua passagem, origem e destino neste mundo. Esta interpretação, fundamenta e revela a compreensão do eu, enquanto sujeito individual e coletivo; uma cosmovisão abrangente de valores, ideias e escolhas práticas, através das quais uma pessoa se firma e se afirma na coletividade.

Na cultura e cosmovisão africanas, destacamos as seguintes características: a família, a vida comunitária, a religiosidade, o espaço e o tempo. Pois, cada cultura tem a sua própria peculiaridade, mas hoje muitas expressões culturais difundem-se com o fenómeno da globalização.

Tal como dizia o Papa Bento XVI:

«As transformações sociais a que assistimos nas últimas décadas têm causas complexas, que têm as suas raízes profundas no tempo longínquo e modificaram profundamente a percepção do nosso mundo. Considere-se os gigantescos progressos da ciência e da técnica, o ampliar-se das possibilidades de vida e dos espaços de liberdade

³⁶⁴ Altuna, 367.

³⁶⁵ Altuna.

individual, as profundas mudanças no âmbito económico, o processo de mistura de etnias e culturas, causado por maciços fenómenos migratórios, a crescente interdependência entre os povos»³⁶⁶.

A família: é para o bantu, o seu primeiro mundo, o universo onde tudo começa e acaba. O homem bantu privilegia a família (alargada) como sendo o seu alfobre. É a sua origem e primeira responsável pela sua presença no mundo, e da qual ele depende para a vida do além. Além de o sustentar, educar e inserir na sociedade. É a família que gera a pessoa e a sepulta, depois de morrer com a garantia da continuidade da vida pós-morte.

A vida comunitária: o bantu não é solitário e sente-se valorizado como alguém quando aceite e bem inserido no seio comunitário. A sua alegria e entusiasmo evidenciam-se na convivência com os demais.

A comunidade é o ambiente e o *habitat* no qual o bantu se sente humanizado porque aceite e se encontra bem inserido. A realização do homem bantu efectiva-se, não individualmente ou sozinho, mas com os demais.

A religiosidade: é para o bantu a lei suprema da sua realização como pessoa, como homem e como membro de uma família e da sociedade.

A vivência religiosa é, para o homem bantu, o coração, a centralidade da sua existência, enquanto fonte originadora de si e do cosmos. É o poder do qual emana a força e a capacidade de dominar e transformar o mundo e do qual ele depende em tudo, para o seu bem-estar presente e futuro.

O espaço: Além de ser a parcela geográfica, o seu terreno e herança, ao qual deve honrar os seus antepassados e garantir a sua felicidade, é algo sagrado. Deve defender contra tudo e todos. O espaço não é somente um lugar, mas sobretudo a marca ou o sinal indelével da memória dos acontecimentos que fazem parte da sua existência. Por isso, o homem bantu, pelo espaço, usa todas as suas capacidades de formas que perpetue sob o seu controlo.

O tempo é algo sagrado para o bantu. O tempo não é apenas o momento, as horas, os dias, as semanas, os meses, os anos ou a longevidade. O tempo tem ligação e influência no modo como o seu dia corre e como as ocorrências acidentais e circunstanciais, do dia a dia e da história da vida familiar, e pessoal, acontecem. O bantu associa, ao tempo, todas as forças intervenientes para o bem ou para o mal. A força do bem é Deus e a força do mal é o diabo.

³⁶⁶ Papa Bento XVI, «*Carta Apostólica em forma de "Motu Proprio": Ubicumque et semper*» (Libreria Editrice Vaticana, Roma, 09 de 2010), https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/apost_letters/documents/hf_ben-xvi_apl_20100921_ubicumque-et-semper.html. Cf. § 2.

A história da África apresenta dinâmicas civilizacionais cuja formação da sua cosmovisão é a partir de elementos estruturantes das sociedades. Para o africano, o visível constitui manifestação do invisível.

Segundo a leitura e entendimento de Matumona,

«com o surgir de um universo novo, a África regista uma religiosidade diferente da época da “tradição”. E o cristianismo, na sua dimensão de fé, penetra neste mesmo mundo novo, com novo espírito, nova forma de pensar a fé e nova maneira de viver onde a razão tende a triunfar a fé e o divino. O desafio da fé cristã é, neste contexto, provar que não é algo oposto à razão e tem capacidade crítica de tomar em consideração o espírito moderno na sua vivência e na sua difusão»³⁶⁷.

Com o fenómeno da religiosidade moderna, muitas são as questões que se levantam. Entretanto, essas questões não são apenas as discrepâncias doutrinárias em relação à religião tradicional. As questões transformam-se nos problemas globais de compreensão do ser humano e da própria modernidade. A religião tradicional bantu é politeísta ou monoteísta? Os povos bantu reúnem-se tradicionalmente em culto e têm guias ou pastores? A Religião Tradicional Bantu, tem um ritual convencional seu?

De acordo com Matumona, estas interrogações “estão presentes na sociologia vivencial” e catapultam a espiritualidade bantu para o futuro da religião em África³⁶⁸.

Com o fenómeno dos descobrimentos, das conquistas e das ocupações dos territórios pelos estados colonialistas, registou-se também, além de muitos outros fenómenos, a integração de elementos novos nas culturas e tradições africanas. Começa a coabitação entre os hábitos e costumes endógenos e exógenos.

A cultura africana bantu é por natureza religiosa, e abriu-se, ainda assim, às grandes religiões do mundo. «Entre as grandes e muitas religiões que invadiram o continente, destacam-se o cristianismo e o islamismo que surgiram como doutrinas de referência»³⁶⁹.

Entretanto, o cristianismo regista mais fiéis e tem maior predominância no continente berço da humanidade.

Os valores tradicionais foram perdendo o seu brio e originalidade, perante as novidades de vulto vindas do exterior³⁷⁰. A isto chamamos sistema de inculturação, a assimilação de valores culturais

³⁶⁷ Matumona, «*Teologia africana da reconstrução como novo paradigma epistemológico*», 152.

³⁶⁸ Cf. Matumona.

³⁶⁹ Muanamosi Matumona, *A reconstrução de África na era da modernidade: ensaio de uma epistemologia e pedagogia da filosofia africana* (Uíje: SEDIPU, 2004), 87.

³⁷⁰ Matumona, 93.

estrangeiros e sem perder totalmente os próprios valores autóctones. O que João Paulo II valorizou dizendo:

«Os africanos têm um profundo sentido religioso, o sentido do sagrado, o sentido da existência de Deus criador e de um mundo espiritual. A realidade do pecado, nas suas formas individuais e sociais, é bem percebida pela consciência daqueles povos, como sentida é também a necessidade de ritos de purificação e expiação»³⁷¹.

Como diz o Pe. Raul: «Foi necessário encontrar uma denominação que englobasse todas as crenças negro-africanas»³⁷². É a este carácter identitário étnico-ligústico que nós denominamos mosaico e riqueza multiétnica africana. Visto que, este carácter identitário permitiu que, por sua índole natural, cada povo, tradição e dialeto, expressasse com os próprios pensamentos e gestos, a sua crença, pensamento e religiosidade. No fundo, é a forma como o bantu dirige as suas preces e expectativas ao Deus Poder, acima de todos os poderes.

É comum entre os bantu ouvir-se falar da unidade na dimensão e formato comum da tradicionalidade propriamente africana: «unidade de crenças, [...], ritos e símbolos e a homogeneidade de aspirações mostraram-se idênticos em toda a África negra. Os seus traços essenciais são comuns e os acidentes não rompem a unidade básica»³⁷³.

A Religião Tradicional Africana é, desde os seus ancestrais, um facto e hábito natural de vivência, de honra e invocação dos antepassados. Tal como o Pe. Raul destaca: «A África negra conserva uma religião que recebeu dos seus antepassados, como factor decisivo da sua cultura»³⁷⁴.

Citando D. Zahan, Pe Raul explica: «Falar de uma multiplicidade de “religiões” na África negra equivaleria igualmente a reconhecer a nossa ignorância da espiritualidade do homem negro»³⁷⁵.

É importante captar bem a unidade da religião tradicional africana, não tanto por meio de alguns destes elementos, como sobretudo através da atitude do homem, face ao Invisível, através do lugar que crê ocupar no meio da criação, através do sentimento que tem da sua pertença ao universo³⁷⁶.

A reflexão, no sentido da unidade na religião tradicional é inquestionável. Pe. Raul afirma categoricamente que: «Todavia, assim como não se pode contestar a unidade cultural básica da

³⁷¹ João Paulo II, *A igreja em África: exortação apostólica pós-sinodal «Ecclesia in África»*, Documentos Pontifícios 46 (Braga: Editorial A.O, 1995), 42.

³⁷² Altuna, *Cultura tradicional Bantu*, 364.

³⁷³ Altuna, 365.

³⁷⁴ Altuna.

³⁷⁵ Altuna.

³⁷⁶ Cf. Altuna.

África negra, assim também aparece indubitável uma atitude religiosa básica, comum a toda África negra. Apesar da sua diversidade, no fundo, a Africanidade é única»³⁷⁷.

Destacável é também a ideia segundo a qual: «A unidade do animismo (referindo-se à participação vital) negro-africana assenta no culto da vida, da força, da fecundidade. O princípio da unidade encobre, na sua compreensão, o próprio manancial do diverso e do outro»³⁷⁸.

5.1.1 O acolhimento do Cristianismo em Angola

A religiosidade tradicional bantu, hoje mista, porque visitada e afetada pela modernidade, pelas guerras fratricidas, pelas instabilidades económicas, sociais e políticas, que causam extrema pobreza e analfabetismo no seio da esmagadora maioria da população, agravada pela migração, de muitos dos seus bons filhos, para o exterior. Nas últimas décadas, temos vindo a assistir a momentos de tentativa de reorganização sociopolítica e religiosa, mas também momentos de um complexo incremento de espécies de religiões e Igrejas, não baseadas na gênese idiossincrática bantu.

Por outro lado, a religião dominante em Angola é a cristã, que se implantou graças ao hábil sistema de inculturação, que também tem experimentado momentos de altos e baixos, devido a disseminação de Igrejas novas com doutrinas imediatistas. As Igrejas tradicionais em Angola são: A Católica, Metodista e a Igreja Tocuísta, fundada por Simão Gonçalves Toco. As não tradicionais são as demais e, na sua maioria, neopentecostais de origem americana e congoleza.

M. Delafosse, na sua obra “*Les civilisations négro-africaines*”, diz:

«não existe nenhuma instituição, seja no campo social, seja no político ou ainda no económico, que não assente num conceito religioso. Estes povos, dos quais se afirma, às vezes, que não conheciam religião nenhuma, são na realidade dos povos mais religiosos da terra. As preocupações de ordem divina ultrapassam, o mais das vezes, as preocupações de ordem meramente humana»³⁷⁹.

Uma religiosidade vivida com uma fé profundamente natural, ainda que socialmente não estruturada e pouco esclarecida, «a tradição bantu apresenta uma visão espiritualista da existência fundamental no convencimento-vivência da intercomunhão entre o mundo visível e o invisível, onde Deus está presente como causa primeira de ambos»³⁸⁰.

³⁷⁷ Altuna.

³⁷⁸ Altuna.

³⁷⁹ Nunes, Teologia da Missão, 32.

³⁸⁰ Altuna, *Cultura tradicional Bantu*, 366.

Na nossa óptica, a vivência da religiosidade bantu é conatural ao próprio homem bantu; ou seja, o bantu já nasce religioso e por isso vive a religiosidade como se no sangue e no seu ADN já existisse. Citando A. Ba. Hampeté (1963), Raul de Altuna descreve: «O homem negro-africano é um crente por vocação. A sua fé penetra a vida e constitui-o religioso, cultural, simbólico, ritualista, celebrante e, sobretudo, participante-comungante»³⁸¹.

Para o bantu, a formação religiosa não é teórica nem está sistematizada. Desde meninos se impregnam de religiosidade, porque observam e participam nas celebrações e assimilam o seu significado, a partir dos ritos da puberdade. O mundo invisível se entrelaça com o visível e o penetra por completo. A experiência religiosa é uma vivência permanente e intensa. As pessoas vivem em permanente dependência-comunhão com o mundo invisível ao qual depende a paz e a convivência fraterna entre os homens. Por isso é que se tem dito que o negro é «incuravelmente religioso»³⁸².

Parafraseando J. Marcus, Altuna escreve: «Para o africano, o mundo espiritual é real e muito imediato. A sua arte, a sua música, a sua dança, são variações do tema da sua religião; e em nenhuma parte da terra a religião impregna a vida social tão profundamente como na comunidade africana»³⁸³.

Contudo, para o bantu, o ritual tradicional é equiparável a uma liturgia cultural: nos seus cânticos, no seu trabalhar, no seu andar, no seu dançar nas festas e nas imbalas ou nos Ondjangos, onde resolvem os seus problemas. Realçam-se nas cadências uníssonas, tanto nos gestos, passos e na fala.

Não é em vão que Raul A., descreve a religião tradicional africana como sendo autêntica porque tem noção clara de Deus, do cosmos e da natureza, da finalidade e destino do homem. É um sistema de representações e uma ética derivada das diversas crenças das suas comunidades. Uma tradição que cuida da realização do homem e da estruturação da sociedade segundo um plano previsto e com finalidade clara; com um conjunto de ritos-culto (liturgia) por meio dos quais os homens exteriorizam e celebram suas crenças. Uma tradição sui generis de fé actuante e com sensibilidade-espiritual que dá sentido à existência e coesão social³⁸⁴.

³⁸¹ Altuna.

³⁸² Altuna, 366-367.

³⁸³ Altuna, 367.

³⁸⁴ Cf. Altuna.

5.1.2 O nome de Deus nas línguas Bantu angolanas

Angola é um país grande e abençoado de recursos humanos, minerais, florestais, mares e rios, fauna e flora e com um povo pacato, multiétnico, multilinguístico e multicultural: hospitaleiro, trabalhador e fértil em termos reprodutivos. Por isso um mosaico cultural de uma Nação entre várias Nações. Como proteger, defender e desenvolver esse mosaico bio-diversificado de povos ou nações numa mesma nação?

Tal como é comum em África, nas línguas e tradições bantu angolanas, o nome de Deus varia de região em região. Baseando-nos apenas num contexto de 24 línguas, isto é, as mais faladas em Angola, e na denominação mais usada: “Nzambi” encontramos as seguintes variantes: Nyambe, Njambi, Nzambe, Nzame, Nzama, Njambe, Nsambi, Tshambe, Inambie, Inandzambi, Nhambe e mais. Podemos destacar ainda: Suku, Kalunga, Ngana Nzambi, Ngana, Huku, Sugu, Mbunda, Pamba, Umbumbi, Maunda, Kalanga, Katonga, Umbamba, Karuga e Kalunga³⁸⁵.

Entre os bakongos, Deus todo-poderoso é invocado por: “Nzambi-a-Mpungu”. Em geral, o Deus em que o africano crê, é o “Nzambi-a-Mpungu”, o Criador dos homens, do Céu e da terra e de tudo o que existe.

Para o bantu, o nome é a própria pessoa, a língua o próprio povo, a palavra é a realidade como tal e a terra o mundo sagrado. Por isso, o nome de Deus é sublime e de significado transcendental e único.

O nome de Deus, deriva de “*Kuzamba*”: “presentear “(a vida, o mundo): dizer; fazer; executar; modelar; ordenar. representa aquele que cria; fala; organiza e faz. Tal como na língua yoruba, Deus, *Yamba*, significa: remunerar. Em kimbundu: “*Nzambi*” (o remunerador) é o benfeitor, ou do radical “*mbi*”, a essência pessoal. Isto explica Deus ser uma entidade abstracta. Faz ainda alusão ao significado na língua quioco: “*Nzambi-Mpungu*”, o grande, o forte, o todo-poderoso, o perfeito, o bondoso, o imenso, o excelente [...]. Pois, *Nzambi*: “dizer e fazer” poderiam referir-se a “criar pela palavra e pela acção”³⁸⁶.

Destacamos ainda o nome Kalunga (Deus), que aparece em grupos etnolinguísticos angolanos, no norte da Namíbia ...no nordeste de Angola, no Congo (actual RDC) e em grupos junto ao lago Tanganica. *Kalunga* significa o mesmo que mar, o que traz a chuva, o oceano, o infinito, a morte, o rei do mundo subterrâneo, significado real de Grandeza, Imensidão, Infinitude³⁸⁷.

³⁸⁵ Cf. Altuna, 399-400.

³⁸⁶ Cf. Altuna, 400.

³⁸⁷ Cf. Altuna.

Isto também justifica o facto de que não foram as colónias que levaram Deus para a África; quando os colonizadores chegaram, os africanos já acreditavam em Deus onnipotente, o *Muene Inene*, o *Nzambi-ya-Mpungo*, o *Nzambi-ya-ji-Nzambi*, isto, é o Deus Todo-Poderoso, o Criador, o Deus dos deuses. Os africanos, sobretudo bantu, embora acreditem nos seus antepassados, estes não são tidos como deuses, mas sim, intermediários entre Deus e os homens. E, já bem dizia o S. João Paulo II em Yaudé, Camarões (14-09-1995): «Os filhos e filhas da África amam a vida»³⁸⁸. É precisamente o amor pela vida que os leva a atribuir tão grande importância à veneração dos antepassados. O povo bantu crê instintiva e intuitivamente que os mortos continuam a viver e permanecem em comunhão com os vivos. Não é isto, de algum modo, uma preparação à fé e comunhão com os Santos?

O bantu sempre acredita nas forças espirituais, mas estas não são mais que a onnipotência de Deus. No entanto, é de reconhecer que com a chegada ao continente dos missionários, muitas formas de religiosidade tradicional ficaram mais esclarecidas e iluminadas, à luz do Evangelho ou da nova religião. Porém, a crença africana bantu não é politeísta, sempre foi e permanece monoteísta.

Matumona, citando o queniano Jesse Mugambi diz: «com a Boa Nova, Deus intervém na história africana, a favor de todos os povos africanos [então colonizados]. Todavia, diz Matumona, o autor [Jesse Mugambi] levanta um dado importante sobre as mutações sociais verificadas nestes últimos tempos. Reconhece que o quadro actual é diferente [...]»³⁸⁹.

5.2 Os apelos para a paz feitos pelos Papas dos últimos séculos

Andrea Tornielli, na obra “Contra a Guerra” do Papa Francisco, apresenta um rescaldo histórico-cronológico sobre a dedicação da Igreja a partir do magistério dos papas pela paz no mundo e que até hoje já dura mais de um século apelando. As intervenções do Papa Francisco, na luta pela paz, não são isoladas, estão subjacentes e em linha de comunhão e continuidade com os seus antecessores, sobretudo, os do último século.

³⁸⁸ João Paulo II, *Exortação Apostólica pós-sinodal: «Ecclesia in África»*, Documentos Pontifícios 46 (Braga: Editorial A.O, 1995).

³⁸⁹ Matumona, *A reconstrução de África na era da modernidade*. Cf. Matumona, «*Teologia africana da reconstrução como novo paradigma epistemológico*», 95.

«O desmemoramento e a qualidade de informações todos os dias à nossa disposição, graças ao mundo digital, põem-nos em risco de muitas vezes considerar novas ou revolucionárias posições e palavras que, pelo contrário, estão impregnadas de realismo e fazem parte de uma sólida tradição que tem levado os sucessores de Pedro a lançarem um repúdio cada vez mais nítido e resoluto da guerra»³⁹⁰.

Os pronunciamentos e apelos dos papas, feitos em pleno ofício, falam *ex cathedra*. E quando o papa fala *ex cathedra*, ensina como chefe da Igreja e continuador da missão apostólica. Por conseguinte, é a voz da Igreja em apelo à paz que, neste sentido, sem desprimor aos anteriores, enfatizamos apenas para actualização as vozes sonantes que ecoam desde 1848, com efeito, o Papa Pio IX (séc. XX) até ao actual, Francisco (séc. XXI).

O Papa Pio IX, a 29 de abril de 1848, aquando do conflito entre o Reino da Sardenha contra a Áustria, recuou e não interveio, por ter pensado em não guerrear contra um povo cristão, porque o Papa era “pai de todos os fiéis”³⁹¹.

No dia 02 de Agosto de 1914, por causa da declaração de guerra à Sérvia, do Império Austro-Húngaro, provocada pelo assassinato do Arquiduque Fernando em Sarajevo, o Papa Pio X, enviara a todos os católicos do mundo a Exortação *Dum Europa fere omnis*, implorando a cessação do conflito:

«Enquanto quase toda a Europa é arrastada para o turbilhão de uma funestíssima guerra, em cujos perigos, carnificinas, consequências, ninguém pode pensar sem se sentir oprimido pela dor e pelo horror, não podemos, nós também, não sentir preocupação e não sentir o espírito dilacerado pela mais amarga dor, pela saúde e pela vida de tantos cidadãos e de tantos povos que nos estão sumamente no coração»³⁹².

Quando uma guerra deflagra num país, por cada dia que passa, equivale a anos de atraso no seu desenvolvimento e as vidas vitimadas são, cada uma, irreparável, insubstituível e inúmeras famílias se perdem. O mesmo que dizer da Europa, o seu destino e rumo, depois da primeira grande guerra mundial, ficou marcado e limitado.

³⁹⁰ Papa Francisco, *Contra a Guerra A coragem de construir a paz*, Duarte Bárbara (Alfragide, Portugal: Dom Quixote, 2022). 163.

³⁹¹ Papa Francisco.164.

³⁹² Papa Francisco, 164-165.

Depois do Papa Pio X, sucedeu o Papa Bento XV que em 1917 denominou a guerra como: «carnificina inútil»³⁹³. Sugeriu que se “substitua a força material das armas pela força moral do direito”.

Para o Papa, «deve haver um justo acordo de todos para a diminuição simultânea e recíproca dos armamentos, segundo normas e garantias a estabelecer, na medida necessária e suficiente à manutenção da ordem pública em cada Estado e, em lugar das armas, a instituição da arbitragem, com a sua alta função pacificadora, segundo normas de concertar e sanções a estabelecer contra o Estado que a recusasse, seja em submeter as questões internacionais a arbitragem, seja em aceitar as respectivas decisões»³⁹⁴.

A seguir, o Papa Pio XII, reage contra a eclosão da Segunda Guerra Mundial a 24 de agosto de 1939, através dum apelo que tinha sido ignorado, ou não escutado, por muitos na altura: «Nada se perde com a paz. Tudo pode ser perdido com a guerra»³⁹⁵.

Depois do Papa Pio XII, sucedeu o Papa João XXIII em 1958. Em 1962, Cuba estava atormentada pelos mísseis soviéticos, e a 25 de outubro desse mesmo ano, apelou aos poderosos e ao mundo inteiro dizendo:

«Quantos têm responsabilidade de poder, com a mão na consciência, oiçam o grito de angústia ... dos pequenos inocentes aos velhos, de todos os indivíduos das comunidades, que ascende aos céus: Paz! Paz! Encorajo todos os governantes a que não permaneçam insensíveis a este brado da humanidade! Façam tudo o que estiver no seu poder para salvar a paz ... promover, favorecer, aceitar negociações a qualquer nível e a qualquer tempo!»³⁹⁶.

Foi o Papa João XXIII que a 11 de abril de 1963 publicou a primeira Encíclica no mundo, dedicada a paz: *Pacem in Terris*.

Na Encíclica *Pacem in Terris*, podemos destacar as seguintes linhas de orientação e apelos pastorais:

³⁹³ Papa Francisco. 165.

³⁹⁴ Papa Francisco.

³⁹⁵ Papa Francisco. 162.

³⁹⁶ Papa Francisco. 166-167.

«Os seres humanos vivem sob o pesadelo de um furacão que poderia desencadear-se a qualquer momento com uma fúria inimaginável. Pois as armas existem; e se é difícil convencer-mos de que haja pessoas capazes de assumir a responsabilidade pelas destruições e pelos sofrimentos que a guerra causaria, não é de excluir que um facto imprevisível e incontrolável possa atear a fagulha que ponha em marcha o aparato bélico»³⁹⁷.

Na Encíclica *Pacem in Terris*, o Papa João XXIII, aborda os problemas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento dos povos, de suas relações a serem conduzidas na base da justiça, da solidariedade e de uma participação de todas as nações na análise e nas decisões das questões e problemas mundiais. É nela que o Papa apela: «justiça, sensatez e humanidade exigem que seja sustada a corrida aos armamentos, que sejam reduzidos, simultânea e reciprocamente, os armamentos; sejam banidas as armas nucleares; e se chegue finalmente ao desarmamento integrado por controlos eficazes»³⁹⁸.

O Papa João XXIII, na *Pacem in Terris*, não deixou de recordar a ideia do seu predecessor, Pio XII: «Não se deve permitir que a catástrofe de uma guerra mundial, com as suas devastações económicas e sociais, e as suas aberrações e perturbações morais, se abata pela terceira vez sobre a humanidade»³⁹⁹.

Já em 1963, o Papa João XXIII sublinhava a importância da Organização das Nações Unidas (ONU) em relação ao seu poder e os meios que usa em prol da implementação, segurança e manutenção da paz no mundo e na defesa dos direitos humanos, do ambiente e da biodiversidade.

O Papa apela a que a ONU se adeque à dinâmica e evolução dos tempos e das circunstâncias, dizendo:

«fazemos votos, portanto, que a ONU, nas suas estruturas e nos seus meios, se adeque cada vez mais à vastidão e nobreza das suas tarefas e chegue o dia em que, os seres humanos individuais, encontrem nela uma tutela eficaz dos direitos que brotam diretamente da sua dignidade de pessoas; a que, por isso, são direitos universais,

³⁹⁷ Papa Francisco. 167.

³⁹⁸ Papa Francisco. 167- 168.

³⁹⁹ Papa Francisco. 168

invioláveis, inalienáveis»⁴⁰⁰.

Pois, a ONU foi criada com o objectivo de facilitar uma aliança (unidade) entre os Estados para que se evite e se eliminem as guerras e se implante a paz. Todos unidos pela paz.

O Papa Paulo VI, a 4 de outubro de 1965, perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, apelou dizendo: «Esperais de nós esta palavra, que não pode ser despida de gravidade e de solenidade: nunca mais uns contra outros, nunca mais, nunca»⁴⁰¹.

O Papa Paulo VI foi mais além, tendo exortado nos seguintes anos para que a humanidade pusesse fim à guerra.

«A humanidade tem de pôr fim à guerra ou a guerra porá fim à humanidade. Basta lembrar o sangue de milhões de homens e incontáveis e inauditos sofrimentos, carnificinas inúteis, e destruições inimagináveis, sancionam o pacto que vos une, com um juramento que deve mudar a história futura do mundo: nunca mais a guerra! A paz, é a paz que deve guiar a sorte dos povos e de toda a humanidade»⁴⁰².

João Paulo II, no seu magistério, desde 1978 – 2005, com a experiência de sobrevivente da Segunda Guerra Mundial, durante o *Angelus*, a 16 de março de 2003, dizia: «Eu pertencço à geração que se lembra bem da guerra (...). Por isso, tenho também o dever moral de recordar aos mais novos que não têm essa experiência. Tenho o dever de recordar e de dizer: nunca mais a guerra»⁴⁰³.

Quanto ao papel da ONU, João Paulo II defendia o “multilateralismo”⁴⁰⁴, isto é, a colaboração entre vários países por um objectivo comum, sem excluir as outras forças vivas da sociedade civil e da vida económica dos países. O ecumenismo e o diálogo com as outras religiões foi uma das bandeiras que marcou do pontificado de João Paulo II. Foi o primeiro Papa a entrar numa Mesquita, em Damasco (maio de 2001), onde sublinhara: «não há paz sem justiça e não há justiça sem perdão»⁴⁰⁵. Depois, em 2005, sucedeu-lhe ao cargo o Papa Bento XVI.

O Papa Bento XVI fez questão de relembrar o Papa Bento XV, dizendo: «A guerra, com o seu

⁴⁰⁰ Papa Francisco.

⁴⁰¹ Papa Francisco.

⁴⁰² Papa Francisco. 169.

⁴⁰³ Papa Francisco. 170.

⁴⁰⁴ Cf. Papa Francisco.

⁴⁰⁵ Papa Francisco. 171.

rasto de luto e de discriminação, desde sempre é considerada uma calamidade que está em contradição com o projecto de Deus, que criou tudo para a existência e, em particular, quer fazer do género humano uma família»⁴⁰⁶.

Lembrar que João Paulo II, durante o jubileu do ano 2011, foi a Assis no mês de outubro e disse:

«Como cristão, quero dizer neste ponto: Sim, na história, também em nome da fé cristã se fez recurso à violência. Reconhecemo-lo cheios de vergonha. Mas é absolutamente claro que isto foi utilização abusiva da fé cristã, em contraste evidente, com a sua verdadeira natureza. O Deus em que nós, cristãos, acreditamos é o Criador e Pai de todos os homens, a partir do qual, todas as pessoas são irmãos, e irmãs entre si, e constituem uma só família. A cruz de Cristo é para nós o sinal do Deus que, no lugar da violência, põe o sofrer com o outro e o amar o outro»⁴⁰⁷.

O Papa Bento XVI deu mais um impulso ao aspecto da “purificação das memórias”⁴⁰⁸, muito trabalhado e recomendado por João Paulo II. O Papa Bento XVI, que no ano de 2013 renunciou ao cargo e veio a falecer, como Papa Emérito, a 31 de dezembro de 2022. O Papa Francisco sucedeu ao Papa Bento XVI desde o dia 13 de março de 2013, até à data.

Actualmente, o Papa Francisco está na ordem do dia, é voz intransigente nos apelo à paz e à reconciliação entre os povos. O Papa Francisco tem sido incansável, e sem medo, em assuntos de mediação de conflitos para a paz. Um reformador exímio e pacifista, apurado contra a violência e a cultura da guerra. Chama aos males: “doenças ou pandemias” do nosso tempo.

O Papa Francisco não se cala perante as guerras e injustiças ou sofrimento do povo. Dele não nos assusta, se um dia viesse a promulgar uma Exortação Apostólica Pós-Sinodal dedicada à Paz e a Reconciliação entre os homens, ao modo da *Pacem in Terris* do Papa João XXIII.

Foi a 8 de dezembro de 2022 que o Papa Francisco, rezando pelas vítimas na Ucrânia, chorou; comovido pelos horrores da guerra. Durante o *Angelus*, Domingo 27 de março de 2022, o Papa Francisco chamou atenção ao mundo, dizendo:

⁴⁰⁶ Papa Francisco.

⁴⁰⁷ Papa Francisco. 172.

⁴⁰⁸ Cf. Papa Francisco.

«A guerra não pode ser uma coisa inevitável: não devemos habituar-nos à guerra! Devemos, pelo contrário, converter a indignação de hoje no empenho de amanhã. Porque se sairmos desta situação como antes, seremos todos de alguma maneira culpados. Perante o perigo de autodestruição, a humanidade compreende que se chegou ao momento de abolir a guerra, de a eliminar da história do homem, antes que seja ela a eliminar o homem da história»⁴⁰⁹.

Com razão, o mundo assiste pávido e sereno, à perigosa corrida das potências mundiais pela sofisticação das armas e a um fervilhar de provocações de alguns Estados contra outros, só para provarem as suas capacidades e prontidão combativas. Tal como o Papa Francisco apela: «as potências dos modernos meios de destruição»⁴¹⁰. E Andrea Tornielli questiona: «Quem pode negar que a humanidade se encontra à beira do abismo, justamente por causa da escalada do conflito e da potencia dos modernos meios de destruição?»⁴¹¹.

Será que os homens de hoje não são capazes de amar mais a vida? O mundo hoje está à beira de uma nova ordem mundial? As actuais provocações entre as grandes potências económicas e industriais, podem provocar a eclosão de uma guerra à escala mundial?

São estas e muitas outras questões que nos motivam a propor este caminho pedagógico, de reconciliação inter-humana, porque acreditamos que todo e qualquer homem procura viver em paz consigo mesmo e em relação ao outro.

Hoje, num mundo em rápidas transformações e mudanças de tempos e ambientes, a globalização desafia os homens a adaptarem-se aos momentos e circunstâncias. A humanidade impõe missões e o homem é como um missionário, lançado no cosmos. A missão exige do missionário:

- Predispor-se ao chamado à santidade e perseverar.
- a solidariedade para com quem mais necessita;
- a esperança pascal nos momentos de conflitos sociais e perseguições;
- ao respeito pela história do povo;
- a busca da participação popular e aceitação leal das decisões comunitárias;
- a indignação com actos e acções antiéticas e antimorais;

⁴⁰⁹ Papa Francisco. 174.

⁴¹⁰ Marcelo Figueroa, *As diversidades reconciliadas: Um protestante no jornal do Papa* (Prior Velho, Lisboa: Paulinas, 2022). 174.

⁴¹¹ Papa Francisco, *Contra a Guerra*. 174.

- a luta contra a ganância, corrupção, ódio e vingança;
- a capacidade de alimentar a luta de joelhos no chão (a oração).

Entre os vários pontos analisados pelos Bispos, tiveram particular realce: «evangelização, a inculturação, o diálogo, a justiça, a paz e os meios de comunicação social»⁴¹²: para o Igreja, Cristo reconcilia os homens com Deus: «porque foi nele que aprouve a Deus fazer habitar toda a plenitude e, por Ele e para Ele, reconciliar todas as coisas, pacificando pelo sangue da sua cruz, tanto as que estão na terra como as que estão no céu». (Col 1,19). Foi com esta força que os Bispos de África confiaram o seu continente a Cristo Senhor, convictos de que só Ele, e através do Seu Evangelho, a Igreja pode salvar a África das dificuldades actuais e curá-la dos seus numerosos males⁴¹³.

Os Bispos demonstraram claramente que conhecem e vivem o calor de uma África que até então é «um continente onde inumeráveis seres humanos: homens, mulheres, crianças e jovens, jazem de algum modo, prostrados à beira da estrada, doentes, feridos, indefesos, marginalizados e abandonados»⁴¹⁴.

5.3 Destaque sintético de Alguns dos apelos da CEAST

A Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), criada em 1967, há 56 anos de existência, vem se destacando na propagação do Evangelho, na educação dos povos, na saúde, na promoção da dignidade, direitos e garantias do homem, e na consciencialização dos povos sobre a importância da independência e conservação da paz. Tem sido um parceiro social e Órgão de consulta do Estado, no qual, tem jogado um importante papel na democratização e reconciliação do País.

A CEAST, segundo J. Baur, até no ano de «1990, Angola contava com 16 Dioceses, das quais só três tinham Bispos missionários, enquanto o clero diocesano era constituído por 120 padres, assistidos por 222 missionários. Apenas por curiosidade, Baur afirma que, já em 1990, Angola tinha 5.600.000 cristãos baptizados, isto é, duas vezes mais do que tinha em 1970, quando o clero era constituído por 660 pessoas. Isto

⁴¹² EA 8.

⁴¹³ Cf. EA 10.

⁴¹⁴ EA 41.

fazia de Angola o país africano que possuía maior número de fiéis por padre: 16.800»⁴¹⁵.

Actualmente, Angola conta com 19 Dioceses, das quais 5 são províncias eclesiásticas (Arquidioceses): Saurimo, Malanje, Luanda, Huambo e Lubango.

No ano de 2017, a CEAST celebrou com júbilo os 525 anos de Evangelização de Angola e os 150 anos da segunda fase da Evangelização de Angola, protagonizada pelos missionários Espiritanos. Realizou-se também por esta ocasião, o Iº Congresso Eucarístico Nacional, na Arquidiocese do Huambo. Presidiu à Eucaristia do encerramento, Dom Manuel Clemente, Patriarca de Lisboa, em representação do Papa Francisco.

Dom Manuel Clemente, na celebração do jubileu, apelou para a responsabilidade cristã e missionária de cada um e de todos e sendo como o sal da terra e luz do mundo. Viver a vida cristã com o mesmo entusiasmo que impulsionou a perseverarem a e comprometerem-se com a Igreja, os primeiros baptizados angolanos. A olharem pela entrega e o amor abnegados dos missionários que deram inclusive as suas vidas pela implantação da fé cristã, administraram os sacramentos e construíram Igrejas nas terras de missão⁴¹⁶.

A presença e a participação da Igreja na história de Angola são indissociáveis e confundíveis entre si, por cumplicidades sociopolíticas e religiosas, pois, a história de Angola, é mista de história religiosa e, por isso, indissociáveis. A Igreja Católica em Angola jogou, tem jogado e jogará sempre um papel preponderante no processo de pacificação e edificação da unidade e reconciliação em Angola.

A Igreja, na vanguarda e defesa dos interesses dos mais nobres direitos dos cidadãos, sempre antecipou-se nas suas intervenções, como precursora da esperança e mensageira profética, prevenindo e mediando o bem-estar das populações.

Os Bispos da CEAST dirigiram-se a Angola e aos angolanos, sobretudo aos dirigentes do MPLA e da UNITA, apelando para o fim da guerra e a enveredarem pela via do diálogo, da reconciliação

⁴¹⁵ Baur, *2000 Anos de cristianismo em África*. 354.

⁴¹⁶ Cf. CEAST Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), *A Igreja Católica em Angola e a sua Missão Profética Documentos Episcopais - 1999-2017*, 1ª Edição (Bairro Palanca-Luanda: Angola Catholic University Press, 2018). 396.

e da paz: «a Igreja não pode nem deve ficar à margem na luta pela justiça. Todo o cristão, incluindo os pastores, são chamados a preocupar-se com a construção dum mundo melhor»⁴¹⁷.

A CEAST tem produzido Mensagens com conteúdos importantes sobre a democracia; as causas e efeitos da guerra à favor da paz e da reconciliação entre todos os angolanos⁴¹⁸.

Além de apoiar os esforços positivos da reconstrução social e da manutenção e consolidação da paz, a CEAST, tem defendido que se adotem políticas de diálogo inclusivo para a efectivação da reconciliação entre todos os angolanos⁴¹⁹.

Enquanto duraram os Acordos de Bicesse, até as primeiras eleições em Angola, a CEAST abordou quatro temas que muito contribuíram no sentido de se manter um clima de paz: a democracia; os meios de comunicação social; a educação eleitoral e os assuntos relativos aos passivos militares⁴²⁰.

Por ironia de destino, após a realização das eleições de 1992, até ao Protocolo de Lusaka, Angola viveu mais um caos da guerra. Desta feita, a CEAST dirigiu os seus discursos apontando para os seguintes aspectos: encorajar para a aceitação dos processos democráticos; aceitar a devastação causada pela guerra; considerar os factores subjacentes no novo formato concorde, e expandir os meios de comunicação em toda a extensão do país⁴²¹.

A CEAST no dia 11 de abril de 1997, escreveu, por ocasião da criação do GURN, uma mensagem intitulada: “*A Páscoa Angolana*”. Um documento no qual os Bispos expressam sentimentos de júbilo: «Aleluia, graças ao Senhor; ressuscitou a esperança com a extensão do GURN. Mas infelizmente, a alegria durou pouco»⁴²².

Já a 30 de julho de 1997 na sua LIV mensagem, a CEAST apelava: “apostemos na paz”; que não haja responsáveis que queiram impor ao povo, sacrifícios humanos para resolver os seus diferendos. Os bispos apelavam para que se cortasse, imediatamente, com tudo o que favorecesse um novo clima de guerra⁴²³.

No dia 22 de julho de 1998, na sua mensagem pastoral, apelando pela paz, a CEAST dizia:

⁴¹⁷ EG 183.

⁴¹⁸ Cf. Comerford, *O rosto pacífico de Angola*. 27.

⁴¹⁹ Cf. Comerford. 27-34.

⁴²⁰ Cf. Comerford. 35-40.

⁴²¹ Cf. Comerford. 35-40.

⁴²² Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), *A Igreja em Angola entre a guerra e a paz*. 371.

⁴²³ Cf. Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST). 371.

«o nosso apelo veemente vai para o governo, para o partido maioritário – MPLA, para a UNITA e para toda a classe política no sentido de fazerem um esforço maior, porque a paz é possível. O muito que se fez até agora é disso prova evidente. Há por isso que entrar numa dinâmica de diálogo. Para isso, cessem todos os ataques e ocupações de localidades, haja contenção e respeito pelos direitos da pessoa humana, por parte das forças policiais e outras, entre-se num verdadeiro diálogo, que tenha em conta os pontos de vista justos do outro grupo»⁴²⁴.

A paz é um “bem árduo” e tem de ser conquistada passo a passo. A paz nunca se alcança de uma vez para sempre, deve ser constantemente edificada⁴²⁵.

A 10 de setembro de 1998, os Bispos escreveram na sua Mensagem: “Angola, para onde vais”. Parecia ser uma mensagem de desespero e cansaço, mas pelo contrário, um insistente e repetido apelo humano de homens para homens em que diziam: “irmãos, ouvi-nos.” Os bispos citam mesmo que “os alvos da guerra eram os grupos étnicos”. Indignados, questionam-se: “Mas que vemos nós? A situação a agravar-se, tensões étnicas que preocupam sobremaneira. Não podemos escamotear que, ao menos aparentemente, o alvo preferencial das violências, mesmo policiais, tem sido gente de certas etnias. Dizem os prelados. E mais um pouco adiante rematam: “Senhores das armas, escutai-nos”. Porém, quem sempre sofre e morre é o povo⁴²⁶. Parece ironia!

Após a reunião da IMBISA de 1998, a CEAST publicou uma mensagem com o teor de apelo ao fim da guerra: «acabem com a guerra de uma vez para sempre, tenham pena do povo que é sempre verdadeira vítima da guerra, e não os dirigentes que a decretam»⁴²⁷.

A CEAST continuou a pressionar fortemente o governo e a UNITA, a olharem para o futuro, deixando o passado cruel, para «resolver os nossos problemas pelas armas do diálogo, e não pelo diálogo das armas»⁴²⁸.

Os Bispos da CEAST, na sua Mensagem Pastoral intitulada:

«o jubileu dos políticos”, diziam: “não podemos fechar o coração ao significado deste ano jubilar que nos intima à libertação, à reconciliação e à paz. Chegaremos à paz unicamente pelo caminho da reconciliação; chegaremos à reconciliação, unicamente

⁴²⁴ Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST). 371.

⁴²⁵ Cf. GS 78. Cf. Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), 384.

⁴²⁶ Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST). 384.

Cf. Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST). 386-388.

⁴²⁷ Neves, *Angola*. 352.

⁴²⁸ Neves. 350.

pelo da libertação do egocentrismo que, ao contrário do que pretende, nos isola dos outros e nos amesquinha perante o mundo»⁴²⁹.

No período correspondente ao do Protocolo de Lusaka à Guerra de 1998, o contributo eclesial a favor da paz foi nas seguintes áreas: a necessidade de uma acção concreta para se consolidar a paz; a democratização; a construção de uma cultura de paz; a redefinição do conflito e os meios de comunicação social⁴³⁰.

Os Bispos da CEAST nunca temeram nem tremeram nas situações calamitosas da vida, continuaram a apelar: A missão confiada por Cristo à sua Igreja vai essencialmente unida à promoção da paz. «Quando entrardes numa casa, saudai-a: paz a esta casa» (Mt 10, 12). E na solene despedida da última ceia disse Jesus: «Deixo-vos a minha paz, a minha paz vos dou, mas não como a dá o mundo» (Jo 12, 27). E depois de ressuscitar, apareceu diante dos seus Apóstolos dizendo enfaticamente: «A paz esteja convosco» (Jo 20, 19-21).

A Igreja local, sempre em comunhão com a Igreja universal, não deixou de estar em consonância com a voz do Papa, ao declarar perentoriamente: «A guerra só leva à tragédia e ao desespero, semeando vítimas inocentes e destruindo vidas e casas, famílias e povos. Repito, com urgência, aquilo que eu disse tantas vezes no passado: é preciso procurar todas as alternativas à guerra»⁴³¹. Na sua Mensagem para o Dia Mundial da Paz, no ano 2000, o Papa João Paulo II já chamava a atenção que a raiz das guerras é alimentada «pelo desejo de dominar e explorar os outros, por ideologias de poder ou utopias totalitárias, por nacionalismos insensatos ou antigos ódios tribais»⁴³².

A CEAST, por conseguinte, chamou muitas vezes atenção aos senhores das guerras, servindo-se dos apelos do Sumo Pontífice: «as guerras são frequentemente causas de outras guerras, porque alimentam ódios profundos, criam situações de injustiças e espezinham a dignidade e os direitos das pessoas... Com a guerra, quem perde é a humanidade»⁴³³. É evidente que, com a guerra em Angola, quem perde são os angolanos. Por conseguinte, é preferível, tal como dizia o Papa João XXIII: «Não vamos discutir quem tem razão, vamos unir-nos»⁴³⁴.

⁴²⁹ Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), *A Igreja Católica em Angola*. 30.

⁴³⁰ Comerford, *O rosto pacífico de Angola*. 48-58.

⁴³¹ Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), *A Igreja Católica em Angola*. 27.

⁴³² Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST). 27.

⁴³³ Papa João Paulo II, *Mensagem para o Dia Mundial da Paz*, 2000, 3. Cf. Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST). 27.

⁴³⁴ Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), 26-27.

Dois anos antes da assinatura do Memorando do Luena, a Igreja angolana, através da Mensagem Pastoral dos Bispos da CEAST, sem descurar as demais intervenções deste órgão, com o país em plena guerra, não perdeu esperança e promulgou o ano 2000: «ano da Reconciliação Nacional»⁴³⁵. Corajosos, os bispos foram mais longe e disseram:

«Este convite de reconciliação, ninguém deve recusar, nem os partidos políticos, que têm neste ano jubilar uma ocasião propícia para se libertarem de eventuais divisões internas e se tornarem partidos fortemente coesos, dum modo singular, a UNITA, cuja reunificação como partido, definitiva e exclusivamente político, seria para a nação uma esperança de paz»⁴³⁶.

A Igreja Católica contribuindo mais substancialmente com realização, em Luanda, a 18-21 de julho de 2000, o Congresso PRO PACE. Neste Congresso, sob a presidência do Cardeal Dom Alexandre do Nascimento, na altura Arcebispo de Luanda, Dom Aldo Cavalli, Núncio Apostólico, e Dom Zacarias Kamwenho, Presidente da CEAST, participaram, além dos Arcebispos e bispos de Angola, os Ministros da Educação, Administração do Território e do Trabalho, emprego e Segurança Social; Deputados; Embaixadores; representantes de 22 Igrejas (O Secretário-Geral do CICA, da AEA e da UIES); representantes de todas as Dioceses de Angola; ONGs; representantes do Seminário de Teologia; e distintos jornalistas⁴³⁷.

O Congresso apelou para o espírito Ecuménico: Deus é o principal protagonista da paz. A Igreja ore constantemente ao Deus da paz que nos dê a Sua paz, a paz que de Deus nos vem. «Considerando que às Igrejas cabe uma acção específica e insubstituível na verdadeira reconciliação dos corações e na paz entre os angolanos»⁴³⁸.

Este congresso considerou ainda a democracia como sendo hoje uma garantia de estabilidade política, económica e da paz.

O caminho passa pela Não-Violência: «Considerando que a agressividade transformada em violência moral, invadiu a cultura e a vida dos angolanos, a congresso apelou para que se promovam programas de Educação para a não-violência, nas famílias, nas escolas, nos ambientes de informação e noutros espaços da sociedade»⁴³⁹.

⁴³⁵ Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST). 26-27

⁴³⁶ Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST). 26.

⁴³⁷ Cf. Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST).30.

⁴³⁸ Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST). 32.

⁴³⁹ Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), 33.

O Congresso considerou, também, que o total respeito pelos direitos do homem constitui a única via para todos os cidadãos verem respeitados os seus direitos, inclusive o direito à segurança e à paz. Para tal, é necessário o diálogo permanente, em prol da reconciliação dos corações. Contudo, “vamos nos unir” para uma paz duradoira e uma Reconciliação Social e Nacional efectiva!⁴⁴⁰.

Os bispos da CEAST publicaram, entre 1974-2017, as mensagens pastorais saídas das Assembleias e reuniões da Conferência, com destaque as de apelo ao fim da guerra, como por exemplo: “Angola, para onde vais”; “Irmão porque nos matamos?”. “Dai-nos a paz!”. Mensagens que apelam, de acordo com o Papa João XXIII: «a paz na terra, anseio profundo de todos os seres humanos de todos os tempos, não se pode estabelecer nem consolidar, se não no pleno respeito da ordem estabelecida por Deus»⁴⁴¹.

Desde toda a sua existência em Angola, a CEAST nunca deixou de ser a voz dos sem voz nem vez. Nunca se despiu da sua capa de pastor que reúne as ovelhas num só rebanho, a paz, a unidade e a reconciliação entre todos.

Nestes últimos anos, os Bispos apelam: «Angola é ainda uma Nação a construir e um Estado por consolidar. Para a consolidação da paz e a concretização da Reconciliação necessitamos aproximarmo-nos uns dos outros para o diálogo»⁴⁴². Um diálogo que saiba escutar com os ouvidos do coração.

Na mensagem “Dai-nos a paz!”, a CEAST apela para a urgente necessidade de se calarem as armas, garantir a segurança das pessoas e seus bens e caminhar para uma reconciliação nacional. Os bispos chamam a atenção para o desolado panorama humanitário, dizendo mesmo que há condições para se melhorar. É preciso evitar o descalabro social e defender os direitos humanos. Fundamental será o papel dos conciliadores e a aposta no perdão, como bálsamo, para curar as feridas desta guerra⁴⁴³.

Na mensagem com o título: “Irmãos, porque nos matamos?”, encontramos o seguinte teor:

«Quer acreditem ou não, não podemos deixar de recordar aqui as terríveis contas que hão de prestar um dia a Deus, os supremos autores de tantos e tão hediondos crimes que esta terra está a perpetrar no meio do povo inocente. Senhores responsáveis da

⁴⁴⁰ Cf. Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST). 34.

⁴⁴¹ Papa João XXIII, «*Carta Encíclica: Pacem in Terris*» (Libreria Editrice Vaticana, Roma, 11 de abril de 1963), https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html, 1.

⁴⁴² CEAST, Mensagem Pastoral (Benguela a 7 de fevereiro de 2021).

⁴⁴³ Cf. Mensagem da CEAST, *Dai-nos a Paz!* (Luanda, 22 de fevereiro de 2002).

guerra, nós e os nossos fiéis continuamos a rezar por vós, para terdes a coragem da reconciliação, para serdes capazes de compreender que a vossa maior Vitória é a paz, de vós ansiosamente esperada pelo povo»⁴⁴⁴.

Na sua mensagem: “Angola, para onde vais?”, os Bispos da CEAST denunciam: «Vemos o povo a ser de novo esmagado pela crueldade das armas. Milhares de homens, mulheres e crianças já desalojados, esfomeados, esfarrapados, votados à mais indigna condição de um ser humano»⁴⁴⁵.

A seguir, os Bispos, na mensagem “Dai-nos a paz!”, apelam:

«Urge a necessidade de calar as armas, garantir a segurança das pessoas e seus bens e caminhar para uma reconciliação nacional. O panorama humanitário é desolador, mas há condições para melhorar. É preciso evitar o descalabro social e defender os direitos humanos. Fundamental será o papel dos conciliadores e aposta no perdão, como bálsamo para curar as feridas desta guerra»⁴⁴⁶.

⁴⁴⁴ Mensagem da CEAST, *Irmãos, porque nos matamos?* (Luanda, 15 de agosto de 1993).

⁴⁴⁵ Mensagem da CEAST, *Angola, para onde vais?* (Luanda, 27 de julho de 1998).

⁴⁴⁶ CEAST; *Dai-nos a Paz!* (Luanda, 22 de fevereiro de 2002).

CONCLUSÃO

A reconciliação em Angola deseja-se ser extensiva à todas as vítimas da história vivida em todos os períodos de conflitos em Angola. A Igreja angolana é uma Igreja de missão proveniente de países estrangeiros, que tendo se expandido pelo mundo fora, faz-se morada no íntimo de cada homem e mulher que ouviu, acreditou e aceitou Jesus e recebeu o Seu Baptismo.

Uma Igreja inserida entre homens entranhados nas suas culturas locais e do mundo, cada vez mais global e interactivo, em confronto tenaz e continuo com as culturas capitalistas das novas civilizações, as tradicionais e as modernas, frutos da globalização.

Uma era de novidades sem muito respeito nem objectivos de preservar, salvaguardar e, tão pouco promover a idiossincrasia axiológica de um povo. Vive-se a era das incertezas, desafios do emergir de um imperialismo ideológico, das novidades, que ameaçam destruir a identidade cultural e religiosa originárias.

Nada voltará a ser como antes. Mas tudo pode vir a ser melhor, como nunca foi. É um novo recomeço.

Como entender a missão da Igreja em reconciliar o homem com Deus, consigo mesmo e com os outros homens, particularmente em Angola, a partir dos apelos à paz, do calar das armas; a pacificação dos espíritos e a promoção da cultura da paz social.

A paz que reina em Angola é expressão da vontade de todos os filhos e filhas, que sofreram os horrores da guerra.

A Igreja, por via das suas orações, das mensagens dos seus pastores, cartas, recomendações e conselhos, influenciou significativamente para que os políticos e militares, envolvidos directamente na guerra, se sentassem à mesma mesa e dialogassem pelas condições de paz, unidade e reconciliação para Angola. Por isso, desde sempre, a história de Angola confundiu-se com a história da Igreja em missão em Angola.

A Igreja sempre esteve junta do povo, das entidades civis e governamentais em Angola. Tanto é assim que, não se pode falar dos acontecimentos históricos em Angola, sem se falar da participação e intervenção da Igreja. A Igreja tem clara influência nos grandes marcos paradigmáticos do progresso sociocultural angolano.

A missão da Igreja é a dedicação abnegada na tarefa da evangelização e formação do povo cristão; é caminhar juntos como Igreja peregrina; é celebrar unidos num movimento escatológico que prefigura o já e o ainda não, numa clara vivência de amor e fé num Deus uno e trino.

A missão é um caminhar juntos que se faz em conjunto, numa dinâmica de um movimento que nasce de um encontro pessoal com Jesus pelo Espírito Santo que tocam ao coração e o inunda de amor compassivo.

Porque a paz é antes de mais e acima de tudo, uma bênção de Deus. «Tudo isto vem de Deus, que nos reconciliou consigo por meio de Cristo e nos confiou o ministério da reconciliação». (Cf. II Cr 5,18). «A reconciliação é uma meta secreta, explicitamente advertida e profunda, da história de cada pessoa humana e da história de toda a humanidade»⁴⁴⁷. Pois, «a aspiração, a reconciliação sincera e consistente é, sem sombra de dúvida, um móbil fundamental da nossa sociedade, como reflexo de um irreprimível desejo de paz»⁴⁴⁸.

A paz e a reconciliação social exigem decência e esforço conjugados na criação de condições de aproximação, diálogo e consensos. A construção de uma sociedade não exclusivista, mas inclusiva; aberta; não impositiva, mas dialogante; não repressiva, e tolerante, depende de todos, se não da esmagadora maioria.

Para o bem-estar da pessoa humana, todo o esforço é pouco. É engajando-se, apoiados mutuamente entre todos, na promoção do diálogo, que confiamos de que a reconciliação social em Angola será possível.

⁴⁴⁷ Nuno Manuel Santos Almeida, *Busca de Sentido da Vida e Reconciliação Cristã* (Prior Velho, Lisboa: Paulinas, 2017), 72.

⁴⁴⁸ RP 3.

«As colunas da verdadeira paz são a justiça e aquela forma particular de amor, que é o perdão»⁴⁴⁹.

CAPÍTULO 6: OS PILARES DA RECONCILIAÇÃO

⁴⁴⁹ São João Paulo II, Mensagem para o dia Mundial da Paz de 2002.

INTRODUÇÃO

Não há verdadeira e fiável paz e reconciliação efectiva, se não vier de Deus que é o autor primeiro da paz e da reconciliação. O homem é o autor secundário e fundamental da paz actuando com a sua vontade e amor que Deus inculcou já antes no seu coração.

Neste sexto Capítulo: os pilares da reconciliação, destacaremos além de Deus e o homem que luta pela sua plena dignidade, liberdade e bem-estar, propomos a vontade; a aproximação, o diálogo nas suas múltiplas vertentes, a reintegração; o perdão; o amor ilimitado e incondicional como os elementos imprescindíveis para a efectivação da reconciliação social. Por isso, os pilares são as colunas da verdadeira paz; aquela forma particular de amor, que tudo crê, tudo aceita; tudo perdoa. Um amor que sabe dar e receber perdão.

6.1 Os pilares da reconciliação social

Denominamos “pilares da reconciliação social”, todos os elementos basilares que possibilitam o retorno à amizade, ou a reaproximação e pacificação, pois a harmonia, e coesão social, são os climas favoráveis à convivência e ao trabalho conjunto, que catapultam o desenvolvimento da Nação.

Destacamos os seguintes pilares ou pressupostos basilares para a reconciliação: Deus; homem; a vontade; a aproximação ou reaproximação; o diálogo: inter-religioso e ecuménico, entre as culturas; integrar ou reintegrar; o perdão; e o amor. Alguns destes elementos merecerão particular destaque e aprofundamento no próximo projecto académico a desenvolver.

6.1.1 Deus

Deus é o autor da reconciliação e Ele é amor cheio de misericórdia, que cobre as nossas misérias e limitações. (Cf. I Jo 4, 8). É Ele, e somente Ele, que reconcilia o homem, primeiro consigo mesmo, e também os homens entre si. A verdadeira reconciliação vem de Deus, desde que o homem de boa vontade a solicite por via da oração. Deus é o primeiro pilar da reconciliação, porque é Ele o sinal e a iniciativa primeira do amor que reside no coração do homem. É a fonte do amor que brota do coração humano e o torna capaz de amar e perdoar. Como podemos entender: «**Nós amamos porque Ele nos amou primeiro**. Se alguém diz que ama a Deus, mas odeia o próprio irmão, mente; pois, se não ama o irmão seu a quem vê» (I Jo 4, 19-20).

Deus é amor eterno e verdade absoluta⁴⁵⁰, que equivale à misericórdia e perdão conducentes ao amor, misericórdia e perdão entre os homens, pois no amor salvífico de Deus, encontra-se o reconhecimento e confissão da culpa, associados à certeza da misericórdia divina (Sl 51,3). O Senhor de Misericórdia (Sb 9,1) é reconhecido como Senhor “compassivo e misericordioso, que perdoa os pecados e, a seu tempo, salvará a humanidade inteira”. (Cf. Sir 2,11)⁴⁵¹.

O desígnio do Criador nos manda estender pela humanidade inteira, e entre todos os homens, esse perfume de amor e bondade «Não fostes vós que me escolhestes, fui Eu que vos escolhi e

⁴⁵⁰ Cf. Papa Bento XVI, *Caritas in veritate*, 9 de junho de 2009, 1. https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate.html.

⁴⁵¹ Cf. Susana de Sousa Vilas Boas, «Perdoar (in)condicionalmente : uma leitura bíblico-filosófica sobre o perdão» (2017), 12. <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/28008>.

destinei, para que vades e deis fruto e o vosso fruto permaneça» (Jo 15, 16-17). «É este o meu mandamento: que vos ameis uns aos outros como eu vos amei». (Jo 15, 12).

O Senhor já dizia antes: «Disse-vos essas coisas para que a minha alegria esteja em vós, e a vossa alegria seja completa». (Jo 15, 11). Como se nota com precisamente, a iniciativa de Deus em nos amar primeiro: «É este o meu mandamento, que vos ameis uns aos outros como Eu vos amei. Ninguém tem mais amor do que quem dá a vida pelos seus amigos» (Jo. 15, 12-13ss).

Por isso é que, para nós, a reconciliação começa em Deus, continua entre os homens e termina outra vez em Deus, que perdoa, apaga os pecados, elimina as cicatrizes nos homens e é o autor e guia da paz perpétua.

6.1.1.1 Deus conduz os homens à reconciliação

A reconciliação é um projecto, e por isso, caminho que se faz consolidando a paz e cimentando confiança mútua pelo diálogo e sinceridade na aceitação de si mesmo e do outro.

O perdão pode ser fundamental para a reconciliação, mas a reconciliação só é possível se o amor for colocado em prática como serviço ao outro. A este amor, chamamos integral. Tal como o Bom Samaritano. (Lc 10, 25-37). Qual é a medida ou até que ponto devo amar um desconhecido, alguém que me fez tanto mal, ou um inimigo?

O amor é sem limites, não existe medida no amar. Ama-se sempre: amor ilimitado, incondicional e integral. Elucidativo é o esclarecimento de Jesus sobre o perdão: Amar perdoando até setenta vezes sempre. (Cf. Mt 18, 21-35).

Desde que o mundo é mundo, a epidemia que mais vigora nele, a que em nenhum dia não aconteceu no planeta terra, é a guerra, fruto do fraco diálogo inter-humano, da intolerância política, religiosa, cultural e até social. «O amor é paciente, o amor é bondoso. Não inveja, não se vangloria, não se orgulha. Não maltrata, não procura seus interesses, não se ira facilmente, não guarda rancor. O amor não se alegra com a injustiça, mas se alegra com a verdade. Tudo sofre, tudo crê, tudo espera, tudo suporta». (I Cr 13, 4-7). «A medida do amor é amar sem medida»⁴⁵². (Santo Agostinho).

⁴⁵² Pensamento adaptado e atribuído a Santo Agostinho, citado por Severo, bispo de Milevo, em carta a Agostinho, Epistola 109, e por São Bernardo de Claraval, em *De Diligendo Deo*.

Este caminho do amor em acto, só é concretizável com a ajuda de Deus e a vontade propositada de cada ser humano. Tal como dizia o Papa João XXIII: «*In necessariis unitas, in dubiis libertas, in omnibus caritas*»⁴⁵³. É como os cônjuges ou os irmãos na mesma casa: brigam, mas passado o momento circunstancial, retomam o convívio fraterno.

Para este desiderato, tenha-se sempre em consideração que a vida humana é como uma orquestra, que toca bem se os diferentes instrumentos são concordes e seguem uma partitura partilhada. Uma harmonia em que todos estão e são indispensáveis porque úteis e, cada qual na sua especificidade, no seu tom (a liberdade que respeita a ordem).

A paz e a reconciliação são um e o mesmo caminho, que deve ser feito com amor e espírito em Deus, orando, pois, repetimos, «*a oração é a força da paz!*»⁴⁵⁴.

Amor incondicional significa amor pleno, completo, absoluto, que não impõe condições ou limites para se amar. O amor para ser verdadeiramente amor e capaz de re-unir desavindos e reconciliá-los, é o amor integral. Quem ama integralmente, ama incondicionalmente. O amor é dar sem esperar nada em troca. O amor está em primeiro lugar e age doado, antes de tudo, e cegamente. O amor incondicional é generoso, altruísta e infinito.

No entanto, o caminho da reconciliação é bifurcado: *ad intra* e *ad extra*, ainda que se ramifique por outros, em função da complexidade que o processo prospetivo da unidade nas relações humanas possa acarretar.

A perspectiva *ad intra*, antes a reconciliação consigo mesmo; a paz pessoal e interior. Tudo começa por mim e termina por mim; isto é, eu é que posso amar, posso perdoar, posso viver em paz com o outro. Então, sugiro diálogo, procuro acordos, por via negocial. Tal como entre as Religiões ou Igrejas, para o diálogo entre elas e o ecumenismo, basearam-se nos princípios teológicos de “identidade”, “alteridade” e sinceridade⁴⁵⁵. A reconciliação começa por dentro e dá-se ao exterior onde se expande e se consolida.

A perspectiva *ad extra*, fundamenta-se em reconhecer a urgência axiomática que são os valores

⁴⁵³ Tradução: se pudermos manter nas coisas necessárias a Unidade, nas coisas não necessárias a Liberdade, e em ambos, a caridade. Cf. Papa João XXIII, Carta Encíclica: *Ad Petri Cathedram* (29 de junho de 1959), 49. Frase muitas vezes atribuída a St. Agostinho, mas que parece ser usada pela primeira vez em 1617 pelo Arcebispo de Split (Spalato), Marco António de Dominis no seu anti-Papal: “*De Republica Ecclesiastica*”. Pelo que, preferimos usar a citação adaptada pelo Papa João XXIII.

⁴⁵⁴ Papa Francisco, na oração do Angelus em Roma, 24 de outubro de 2022.

⁴⁵⁵ Cf. Marcelo Figueroa, *As diversidades reconciliadas*. 49.

que unem as pessoas, os Estados, as religiões nos seus preceitos e objectivos comuns. No caso particular das religiões, convergem todas na pretensão de levar os homens ao conhecimento de Deus e à salvação⁴⁵⁶.

6.1.2 O homem

O homem, pela sua dignidade natural, imagem e semelhança de Deus, criado e dotado por Deus de uma capacidade racional, inteligência e amor, é também, infelizmente, o responsável e o fomentador dos conflitos que dilaceram a humanidade.

Todos os homens almejam viver em paz. Em paz consigo mesmos, com a natureza, com os outros e com Deus.

Pela experiência o homem compreende que a paz nasce da vontade e iniciativa de aproximar-se, abrir-se ao diálogo ao outro com o qual constitui família e preenche a sociedade.

Onde houver conflitos, incompreensões, maus entendidos ou rancor, o segredo é o perdão. Perdoar sempre é um mandato divino: «não vos digo perdoai até sete vezes, mas até setenta vezes sete; ou seja, perdoai-vos sempre». (Cf. Mt 18, 21-22). Pois, a única condição para o perdão, é amar por amar, isto é, amar incondicionalmente. Um amor desinteressado que ama tudo como Deus ama absolutamente.

A chave para a unidade nacional é o coração humano enquanto fonte e residência do amor. Este coração é o centro da humanização do homem que se bifurca num plano subjectivo e num plano objectivo.

No plano subjectivo ou singular: a chave para a paz é o homem. Ele abre-se antes para si, e para o outro, e se disponibiliza para a sociedade. A paz, é vivida como experiência da vontade pessoal de tranquilidade consigo mesmo e com os demais.

No plano objectivo: é a partir do coração humano que saem, acima de tudo, sentimentos sociais e socializadores. Todo e qualquer ser vivo necessita de paz e segurança. Quanto mais a pessoa humana que não é uma ilha; ela necessita de paz e da estabilidade social, para a sua própria realização e satisfação. É da natureza humana que nasce a capacidade de distinguir o bem e o mal. O doce e o amargo. É da sua capacidade e liberdade que o ser humano escolhe ou opta entre o bem e o mal; o fazer certo, perfeito ou estragar.

⁴⁵⁶ Cf. Marcelo Figueroa. 50.

Nenhum homem se faz sozinho; tal como as sociedades, organizam-se no conjunto, em comunhão de sinergias e no emprego do saber e poder. É a unidade na diversidade.

O tem no coração o lugar de paz e capacidade de socializar-se. Este lugar de paz (o coração), é o *locus*, o novo *ágora*, espaço da auto-realização e da realização do outro. Tal como bem definiu o Barnabé Tubi: «A história é o melhor lugar onde se dá a maior compreensão das grandezas e das fraquezas dos homens»⁴⁵⁷.

Vivemos uma época marcada por contendas ideológicas e o amoralismo tende a normalizar o mal e a guerra. Muitos sentem prazer e se alegram pela dor e sofrimento dos outros. Um tempo em que a contradição axiológica favorece irracionalidade do caos. A condição humana, ainda mais condicionada pela ameaça e iminência de guerras e atrocidades de vária índole.

Preservar a paz é abdicar das honras do heroísmo em detrimento da digna honestidade que é a máxima sinceridade nas relações inter-humanas. Para que haja paz entre os homens, é necessário que os níveis de sensatez e de heroísmo, sejam um tanto quanto equiparáveis. O orgulho, a dor e o espírito de vingança, deem lugar à vontade pessoal e à bondade pela honra e dignidade da vida humana.

Nem oito nem oitenta. Apelamos a que, nem o sentimento pela própria honra, nem o sentimento de derrota, deveriam aprisionar o homem em si mesmo. Quando a sensatez e o heroísmo se desequilibram no homem, eclodem os conflitos. É o que chamamos “barril de pólvora”.

A guerra é um acto de homem contra outro homem; é uma disputa funesta. A guerra transforma o homem em animal feroz: «*homo homini lupus*» (Plauto 254-184 a.c)⁴⁵⁸. A guerra não come capim; ela vitima pessoas e, todos quanto se envolvem em conflitos bélicos correm também o risco de se destruírem.

6.1.3 A vontade de paz

É vontade de todo o homem viver em paz. E tal como é possível alcançar a paz, é também possível o entendimento, entre os homens, para a cessação de conflitos e hostilidades.

Um acordo de paz negociada, não é derrota para ninguém nem vitória para uma das partes. Um acordo é um acordo; expressão final de duas vontades.

⁴⁵⁷ Barnabé Lelo Tubi, *As missões centenárias da Diocese de Cabinda 1873-1973* (Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1997). 26.

⁴⁵⁸ O homem é lobo do outro homem. (Tradução nossa).

É sabido que “o homem é a medida de todas as coisas” e, por conseguinte, capaz de superar-se até atingir a Deus, na eternidade. O homem é até capaz de Deus! Ninguém é vencido se não por ele mesmo. Basta o querer, que é poder.

Os bispos da CEAST, citando o Papa J. Paulo II, escrevem: «ninguém se iluda de que a simples ausência de guerra, apesar de tão desejada, seja sinónimo de paz duradoura»⁴⁵⁹. No mesmo documento, os bispos da CEAST apelam: «enquanto o angolano não entrar no coração dos angolanos, nunca a paz entrará verdadeiramente em Angola. Não basta mandar calar as armas; é preciso deixar falar as pessoas. Que estas se comuniquem na sinceridade e se amem na verdade»⁴⁶⁰.

O homem é um barro sagrado; um ser temporário no mundo presente e infinito, enquanto peregrino, feito por Deus, para Deus. O homem marcha em busca de um destino, destino de unidade e de paz perpétua. Um movimento de busca conjunta e em sociedade.

Tal como diz o salmista:

«Deus fala de paz ao seu povo e aos seus fiéis. A Sua salvação está perto dos que o temem e a sua glória habitará na vossa terra. Encontraram-se a misericórdia e a fidelidade, abraçaram-se a paz e a justiça. A fidelidade vai germinar da terra e a justiça descerá do céu. O Senhor dará ainda o que é bom e a sua terra produzirá os seus frutos. A justiça caminhará à sua frente e a paz seguirá os seus passos». (Sal 84 (85), 9-14).

As causas e as consequências dos conflitos entre irmãos e a intervenção amorosa do poder de Deus sobre os homens, são casos para se dizer: «onde abundou o pecado superabundou a graça». (Cf. Rom 5, 20). O bem é difícil, mas alcança-se pela vontade e dedicação, com a ajuda de Deus.

O mesmo Deus que perdoa o pecador arrependido é o mesmo Deus que santifica, o pagão convertido, e sacraliza o profano. O homem de bem procura o bem e aplica-se usando a inteligência, a força e a fé, que Deus lhe concedeu, na luta pela paz e segurança de si e conquistando a reconciliação com os outros. A segurança e a integridade das pessoas geram progresso social.

⁴⁵⁹ Papa João Paulo II, Mensagem para o Dia Mundial da Paz, ano 2000, 13. Cf. Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), *A Igreja Católica em Angola*, 29.

⁴⁶⁰ Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), 29.

6.1.4 Aproximação ou reaproximação

A reconciliação é um processo de reaproximação. É reunificar pessoas ou coisas destinadas a estarem juntas. «Foi apontado que [...] a reconciliação denota a reaproximação de coisas que antes estavam unidas, mas que se separam; é um retorno ou restauração do status quo antes, seja real ou imaginário»⁴⁶¹.

O que intitulamos por “aproximação” ou “reaproximação”, é um modo implícito, no nosso entendimento, estado da arte: “inclusão” na qual o homem se integra ou é integrado no meio social, com a dignidade devida de ser humano, um outro eu, isto é, alguém entre os outros que é parceiro e companheiro. A unidade que defendemos, é a da edificação de um país inclusivo, onde cada pessoa é alguém necessário, respeitado e útil. Por isso, entendemos nós, a aproximação é ir ao encontro do outro, encurtar ou eliminar a distância, e sentir-se o próximo; isto é, aquele que está ao meu lado, alguém com o qual posso contar.

A aproximação é uma forma de construir pontes conducentes ao diálogo inter-pessoal. Aproximar-se do outro, hora desavindos, é uma atitude corajosa e sumamente humana que permite, olhos nos olhos, falar, ouvir e entender as razões e as motivações do interlocutor (o outro), até se chegar a um possível consenso e, simultaneamente, ao fim da sessão de hostilidades.

A reaproximação é o mais concreto reencontro e reunificação entre os indivíduos ou grupos e, consequentemente, a sua ressocialização. Uma reconciliação, no fundo, que se vai formalizando.

Diz o Papa Francisco na Encíclica *Fratelli Tutti*: “aproximação, expressar-se, ouvir-se, olhar-se, conhecer-se, esforçar-se por entender-se, procurar pontos de contacto: tudo isto se resume no verbo “dialogar”⁴⁶².

A aproximação enquanto expressão de duas vontades ou iniciativas atinentes ao encontro, ao diálogo e à eliminação de distância entre os homens, é uma abertura ao conhecimento da verdade, um convergir e esclarecer situações, muitas vezes divergentes.

No contexto das relações-públicas, a aproximação ou reaproximação, é o reviver, viver de novo, em conexão de vínculo renovado entre amigos, colegas, famílias, grupos e povos em geral. O

⁴⁶¹ José Fernando de Matos, «O processo de paz em Angola como ponto de viragem para a reconciliação nacional». 12.

⁴⁶² Cf. Papa Francisco, *Carta Encíclica sobre a fraternidade e a amizade social: Fratelli tutti* (Prior Velho, Lisboa: Paulinas, 2020), 198.

homem é um ser relacional; ou seja, um animal que se relaciona com os outros. A capacidade de se relacionar com os demais seres, no meio social, é a característica própria do ser humano.

Tendo em conta que partir para o diálogo é uma atitude de aproximação impulsionada pela vontade e coragem de se relacionar e sanar qualquer imbróglio. Uma atitude que exige dos interlocutores abertura e franqueza, respeitantes à dignidade do próprio ser humano. Tal como diz o Romano Pontífice: «os heróis do futuro serão aqueles que souberem quebrar esta lógica morbosa e, ultrapassando as convergências pessoais, decidam sustentar respeitosamente uma palavra densa de verdade»⁴⁶³. Deseja mesmo exclamando: «Queira Deus que estes heróis se estejam a gerar, silenciosamente, no coração da nossa sociedade»⁴⁶⁴.

É depois de darmos o passo em direcção ao outro que garantimos as condições de audibilidade, visualização e todas as percepções e compreensões que permitam a fluidez dialogal (o caminho conjunto de busca da verdade e do entendimento). Assim o diálogo acontece sem ruídos, sem desconfianças nem complexos.

6.1.5 O diálogo

A partir do vocábulo grego: *διάλογος*, do latino *dialōgus*, que em português “diálogo”, significa conversação entre duas ou mais pessoas, que manifestam as suas ideias ou afectos; discussão de ideias contrárias e também o dar a conhecer ou facilitar a comunicação. Neste sentido, o diálogo é também uma troca de impressões, pontos de vista concordantes ou discordantes⁴⁶⁵. Pois, tal como considera o Papa Francisco: «o diálogo é o oxigénio da paz»⁴⁶⁶

Hoje é possível o diálogo por vídeo conferência, por correspondência escrita (mensagens: bate-papo, cartas, emails, gestos ou sinais mímicos). o diálogo é um caminho que se faz em busca do conhecimento e de entendimento, através das palavras orais ou escritas e também com a utilização dos meios de comunicação, segundo as condições, as circunstâncias do meio e do ambiente local.

Aterrando para a psicanálise, o terapeuta vai conhecendo seu paciente através de perguntas e, portanto, ambos dialogam com um propósito: a cura do paciente. A troca de ideias entre dois amigos, o debate político e a confissão no caso estritamente católico, são caminhos conjuntos ou

⁴⁶³ FT 202.

⁴⁶⁴ FT.

⁴⁶⁵ Cf. M. Antunes, «Diálogo», em *Enciclopédia Luso-brasileira de Cultura* (Lisboa: Verbo, 1995). 1258

⁴⁶⁶ Papa Francisco, audiência geral, 09/11/2022. Disponível in: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2022-11/papa-francisco-audiencia-geral-viagem-bahrein-paz-encontro.html>.

maneiras humanas de re-admissão, reintegração e reconciliação. Embora «alguns tentem fugir da realidade, refugiando-se em mundos privados, outros se enfrentam com violência destrutiva, mas entre a indiferença egoística e o protesto violento, há uma opção sempre possível: o diálogo»⁴⁶⁷.

Em diferentes contextos, o diálogo torna-se numa busca por algo: um acordo ou pacto entre os interlocutores, um consolo espiritual para o sofredor, um novo projeto ou um caminho de sabedoria.

A reconciliação tem como ponto de partida, e de chegada, o diálogo entre Deus e o homem e dos homens entre si, precedido da vontade e da maturidade, da livre iniciativa por se libertar, e dando lugar e devido respeito ao outro.

O diálogo é uma das chaves fundamentais para a reconciliação, se não mesmo a primeira e a principal, pois conduz à aproximação, ao consenso e à compreensão sobre os reais e verdadeiros motivos da desavença, ou inimizade.

A prática do diálogo leva ao perdão entre os homens, a todos os níveis: religioso, político, militar, empresarial e não só.

Tal como diz a célebre expressão citada pela professora catedrática da faculdade de letras da Universidade de Lisboa, Maria Luísa Ribeiro Ferreira: «(...) procurei escrupulosamente não rir, não chorar nem detestar as acções humanas»⁴⁶⁸.

Dialogar é também calar ou apenas observar. Com os olhos também se fala, se conversa e se comunica.

O diálogo acontece entre as gerações, no contexto do povo em geral, e até porque “somos todos povos” diz o Papa Francisco, a capacidade de dar e receber, permanecendo abertos à verdade⁴⁶⁹.

A seguir, o Santo Padre exorta dizendo:

«A reconciliação não se limita ao desígnio que Deus tem de reconduzir a Si, em Cristo, a humanidade alienada e pecadora, através do perdão dos pecados e por meio do amor. É também a restauração das relações entre as pessoas mediante a

⁴⁶⁷ FT 199.

⁴⁶⁸ Cf. Maria Luísa Ribeiro Ferreira, «Filosofia e História, Perdoar, Compreender, Esquecer: algumas reflexões a partir de um livro e de um filme», em *Brotéria*, 2019, (275-285), 275.

⁴⁶⁹ Cf. Papa Francisco, *Fratelli tutti*. 199.

harmonização das diferenças e a supressão dos obstáculos ao seu relacionamento, através da experiência do amor de Deus»⁴⁷⁰.

De acordo com o Papa Bento XVI:

«a reconciliação deve ser efectiva e acompanhada por um acto corajoso e honesto: a busca dos responsáveis destes conflitos, daqueles que financiaram os crimes e se dedicam a todo o tipo de tráfico, e a determinação das suas responsabilidades. As vítimas têm direito à verdade e à justiça. É importante, no presente e para o futuro, purificar a memória, a fim de construir uma sociedade melhor. A reconciliação é algo que está inserido dentro do conceito de “reconstrução” pós-conflito, uma vez que esta não constitui algo apenas ligado a estruturas físicas: é a reconstrução de seres humanos, da estrutura social, da cultura, do ambiente e de uma cultura de paz e respeito que conduza a uma coexistência pacífica»⁴⁷¹.

Portanto, não há reconciliação sem que haja antes, durante e continuamente diálogo.

«O diálogo há de ser praticado antes de mais, no seio da Igreja família, a todos os níveis: entre os Bispos, as Conferências Episcopais ou as Assembleias da Hierarquia e a Sé Apostólica entre as igrejas de todas as nações de todo o continente e dos outros continentes, e, em cada Igreja particular, entre Bispos e Presbíteros, as pessoas consagradas, os agentes pastorais e os fiéis leigos; bem como assim entre os diferentes ritos, no seio da própria Igreja»⁴⁷².

Todo o cristão é chamado a ser e a dar testemunho de amor pela convivência: «E na sua função de fomentar a unidade e a caridade entre os homens e até entre os povos, considera primeiramente tudo aquilo que os homens têm de comum e os leva à convivência»⁴⁷³

O dialogar não é apenas falar com ou trocar impressões de palavras, é também uma forma de aproximação, observar, sorrir, compadecer-se, trocar olhares, calar e escutar. Nisto, a proximidade, sorriso e o silêncio são poderosas ferramentas que ajudam a resolver alguns problemas, acima de tudo o silêncio, que ajuda a evitar muitos problemas.

⁴⁷⁰ Papa Bento XVI, «Exortação Apostólica Pós-Sinodal sobre a Igreja na África ao serviço da reconciliação, da justiça e da paz: *Africae munus*» (Libreria Editrice Vaticana, Roma, 19 de novembro de 2011), https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/apost_exhortations/documents/hf_ben-xvi_exh_20111119_africae-munus.html. 20.

⁴⁷¹ AM 21.

⁴⁷² EA 65.

⁴⁷³ Concílio Ecuménico Vaticano II, «Decreto sobre a Igreja e as religiões não-cristãs: *Nostra Aetate*» (A. O - Braga, 1992), 1.

Diz o Papa Francisco: «muitas vezes confunde-se o diálogo com algo muito diferente: uma troca febril de opiniões nas redes sociais, muitas vezes conduzida por uma informação mediática nem sempre fiável. Não passam de monólogos que avançam em paralelo, talvez, impondo-se à tentação dos outros pelo seu tom alto e agressivo. Mas os monólogos não empenham a ninguém, a ponto de os seus conteúdos aparecerem, frequentemente, como oportunistas e contraditórios»⁴⁷⁴.

Normalmente acontece com as pessoas gravemente atingidas pelas circunstâncias catastróficas, pela fragilidade emocional, a avidez pela obtenção de informações, socorro ou qualquer esclarecimento sobre o assunto. Exemplo: no desaparecimento físico de um familiar directo, cada informador dá a sua versão, deturpadamente, e outros intoxicam ainda mais o auditório, com ruidosas e irresponsáveis informações não comprovadas.

Com efeito, «não podemos aceitar um mundo digital projectado para explorar as nossas fraquezas e projectar o pior das pessoas»⁴⁷⁵.

As comunicações e as informações de reprodutores livres, guiados pelas emoções ou febre do momento na luta pela fama, leva muitos deles a divulgarem falsas e não comprovadas informações. A comunicação e a informação requerem fiabilidade, responsabilidade e compromisso com a verdade e o receptor (utilizador destinatário: leitor, ouvinte, telespectador), pois há uma ética e uma deontologia profissional a se respeitar.

De acordo com a visão do Santo Padre, «o diálogo social, autêntico, pressupõe a capacidade de respeitar o ponto de vista do outro, aceitando como possível que contenha convicções ou interesses legítimos. A partir da própria identidade, o outro tem algo para dar, e é desejável que aprofunde e exponha a sua posição, para que o debate público seja ainda mais completo»⁴⁷⁶.

Porém, o diálogo com o outro e com os outros, requer coerência em relação ao que se pensa e aos factos reais.

«A falta de diálogo supõe que ninguém, nos diferentes sectores, está preocupado com o bem comum, mas [apenas] em obter as vantagens que o poder lhe proporciona ou, na melhor das hipóteses, em impor o seu próprio modo de pensar»⁴⁷⁷. Pois, tal como na *Exortação Apostólica Querida Amazônia*, o Santo Padre escrevera: «num verdadeiro

⁴⁷⁴ FT 200.

⁴⁷⁵ Conferência dos Bispos Católicos da Austrália: Departamento para a justiça social, Novembro de 2019, 5.

⁴⁷⁶ FT 203.

⁴⁷⁷ FT 202.

espírito de diálogo, nutre-se a capacidade de entender o sentido daquilo que o outro diz e faz, embora não se possa assumi-lo como uma convicção própria. Deste modo, torna-se possível ser sincero, sem dissimular o que acreditamos, nem deixar de dialogar, procurar pontos de contacto e, sobretudo, trabalhar e lutar juntos»⁴⁷⁸.

Em sua mensagem alusiva ao 48º aniversário das Comunicações Sociais, em 2014, o Papa Francisco diz:

«os mass media podem ajudar a sentirmo-nos mais próximos uns dos outros; a fazer-nos perceber um renovado sentido de unidade da família humana, que impele à solidariedade e a um compromisso sério para uma vida mais digna. (...) Podem ajudar-nos nisso, especificamente nos nossos dias em que as redes de comunicação humana atingem progressos sem precedentes. Particularmente a Internet pode oferecer maiores possibilidades de encontro e de solidariedade entre todos; isto é, é uma coisa boa, é um dom de Deus»⁴⁷⁹.

6.1.5.1 O diálogo aproxima ao outro

Ancorados no reconhecimento do valor e respeito à vida a partir do outro, atemo-nos ao diálogo de proximidade ao outro (o meu próximo) que dá sentido ao eu, aquele que me completa e me dá a conhecer, no mundo, o rosto de Deus e *imago Dei* ao mesmo tempo, a síntese mais simples e concreta do mistério de Deus humanado e que contemplo num como eu (o alter ego).

Ninguém chega a lugar algum sem antes ter partido; ou seja, tomar a decisão da acção de dar um paço e sair: sair para... Desde que a pessoa se apercebe que é dialogando que os homens se entendem, descobre a necessidade de incrementar, nas suas relações, o diálogo.

O processo para a efetivação da reconciliação é caminho que se abre, entre vontades, por liberdade e paz social, numa aceitação sincera do outro, do diferente, tal como a mim, com imparcialidade, tolerância, respeito e amor.

A reconciliação passa a ser, *ipso facto e de iure*, o Eu e Tu (M. Buber) que se compreende apenas no “Entre Nós” (Emmanuel Lévinas) no qual se constitui num verdadeiro humanismo a partir da

⁴⁷⁸ Papa Francisco, *Exortação Apostólica Pós Sinodal: Querida Amazónia* (Prior Velho, Lisboa: Paulinas, 2020). 108.

⁴⁷⁹ Papa Francisco, Mensagem para o 48º Dia Mundial das Comunicações Sociais (24 de janeiro de 2014, AAS 106), 113.

convivência social. O Eu e Tu firmam-se na relação que é reciprocidade entre Eu e o Outro⁴⁸⁰, pois a alteridade, como o modo de reconhecermos o outro, é no eu uma pessoa e cultura existentes, singulares e subjetivas, que pensam, agem e entendem o mundo de suas próprias maneiras e me dão sentido de existir e ser, no mundo, como um elemento também.

O diálogo humaniza ainda mais os seres humanos, enquanto chave de relação inter-humana e determina proximidade.

O diálogo e o pensamento da alteridade, como dizem Martin Buber e Emmanuel Lévinas, em muito contribuírem nas necessidades, expectativas e objetivos das sociedades em interagir umas com as outras e entre os homens, primordialmente. O diálogo, pela sua efectivação em si mesmo, insere, une, permite reencontro, identificação existencial e religação entre os seres humanos entre si, e com o além, e a despeito das suas diferenças cisórias, promove o respeito mútuo, tolerância, convivência pacífica, entre outros valores cosmopolitas e democráticos⁴⁸¹.

Dialogar franco e aberto, com o objectivo de manter viva e saudável a relação com o encontro e juntos conviverem, é virtude e valor; um dom de apreço e sensibilidade incalculável, inculcado por Deus no ser humano. É dialogando que eu valorizo e me entendo com o outro, sem desprimor de mim nem preconceito. Pelo diálogo, respeito o outro como interlocutor indispensável. O outro é um valor ético que me completa e realiza enquanto pessoa e ser de relações.

O diálogo é a expressão do amor ao próximo, que é a beleza da diversidade em harmonia fraterna. O diálogo como porta aberta e ponte de passagem, estabiliza a paz e torna eficiente a concretização da reconciliação social.

Em Angola, o diálogo deve ser a porta-estandarte para a construção social e um pacto social entre as diversas forças vivas: sociedade civil, tradicional e religiosa organizada e legal; a pluralidade política, económica, cultural e militar.

A paz deve ser fruto de diálogo apurado e de desdobrimento que exclui sincretismos, tabús e segredos de chico-espertos que possam minar o futuro. Porisso, em Angola, urge um pacto de

⁴⁸⁰ Cf. Eliseu Raphael Venturi e Caroline Feliz Sarraf Ferri, Revista Jurídica Luso, «*O Pensamento da Alteridade: Do “Eu e Tu” (Martin Buber) ao “Entre Nós” (Emmanuel Lévinas). Pressupostos de Humanismo, Cidadania e Inclusão Social*». 13 acedido 18 de janeiro de 2023, <https://blook.pt/PTt>.

⁴⁸¹ Cf. Eliseu Raphael Venturi e Caroline Feliz Sarraf Ferri, e Revista Jurídica Luso, 24.

convivência democrática ou pacto social, posto que, «**Angola tem de melhorar porque já não pode piorar**»⁴⁸².

Toda a boa prática, acção benfazeja, deve ser um critério ético moralmente gizado enquanto agir humano. Esse agir benfazejo do homem pelo homem gera paz porque feito por e com amor⁴⁸³. Abeirar-se do outro, viver livre, respeitado, e em segurança, são as metas basilares da convivência em sociedade.

A esperança de cada mulher, homem, jovem e criança de Angola, depende muito do grau e nível de responsabilidade política do estado e do empenho de cada cidadão. Côncios de que tudo parte da pessoa, o bem-estar; desenvolvimento científico e tecnológico, a transformação da natureza e o comportamento climático, tudo depende da qualidade e intencionalidade do empenho humano. É a pessoa que idealiza, projecta e implementa acções, cria problemas e procura resolvê-los utilizando meios e mecanismos também por ele mesmo inventados.

6.1.5.2 O diálogo inter-religioso

A religião, todas as religiões, são chamadas a ser factores de paz e unidade no mundo; sinais e chaves para a pacificação da humanidade.

Por diálogo inter-religioso, entende-se a pluralidade da fé composta pelas históricas do mundo cristãs: Católica Romana, Anglicana, Luterana, Reformada, Ortodoxa, Judaica, Protestantes e as ortodoxas autocéfalas e novas igrejas pentecostais; mais as outras grandes religiões: o Islão, o Hinduísmo, o Budismo⁴⁸⁴.

A paz foi sempre, na Igreja, um tema privilegiado e recorrente, sobretudo, nas cem últimas décadas, a começar no Magistério do Papa João XXIII, com a *Pacem in Terris*. A *Pacem in Terris*, Encíclica dedicada à paz de todos os povos, na verdade, justiça, caridade e liberdade, de 11 de abril de 1963.

O próprio Concílio Vaticano II, que começou com o Papa João XXIII e terminou com o Papa Paulo VI a 8 de dezembro de 1965, produziu várias matérias em relação à paz, com destaque na

⁴⁸² Cf. Fernando Pacheco, «*Conversa na mulemba: Angola tem de melhorar porque já não pode piorar*», 21 de fevereiro de 2022, ADRA edição, <https://www.adra-angola.org/artigos/conversa-na-mulemba-angola-tem-de-melhorar-porque-ja-nao-pode-piorar>. Cf. Novo Jornal, aos 22 de janeiro de 2022.

⁴⁸³ Cf. A parábola do bom samaritano (Cf. Lc. 10, 25-37), revela-nos o respeito na diferença e a manifestação do amor de Deus residente no coração do homem e que lhe torna capaz de olhar para o outro, o diferente de si, o inimigo circunstancial, mas ser humano, limitado, débil e necessitado como eu. O alter ego.

⁴⁸⁴ Cf. Fernando da Luz Soares, «O diálogo ecuménico enquanto diálogo com o “outro”», *Comunicação & Cultura*, n.º 11 (2011): 65-77, 72.

Gaudium et spes, nos números: 77 - 90 e o pós-vaticano II, com o Papa Francisco que nunca deixa de exortar para a importância e necessidade de paz.

No período pós Concílio Vaticano II, com a criação dos Conselhos, Pontifício de Justiça e Paz; o Conselho Mundial para o Diálogo entre as Igrejas e a Comissão Ecuménica Inter-Eclesial. Ao Papa Francisco, pela sua intransigência contra a guerra, só lhe falta publicar uma “Carta Encíclica exortando pela paz no mundo”!

O Concílio Vaticano II, no Decreto, *Unitatis Redintegratio*, diz: «Pelos erros cometidos contra a unidade, pedimos perdão a Deus e aos irmãos separados, assim como também perdoamos àqueles que nos ofenderam»⁴⁸⁵. Além de pedir perdão pelos erros cometidos contra a unidade, o Concílio assinala outros episódios negativos do passado, nos quais os cristãos tiveram responsabilidade⁴⁸⁶; deplora certas atitudes de espírito que não faltaram mesmo entre os cristãos, que puderam fazer pensar numa oposição entre ciência e fé⁴⁸⁷.

De acordo com os padres conciliares, «na génese do ateísmo, os cristãos podem ter tido uma certa responsabilidade, na medida em que com a sua negligência antes esconderam, do que revelaram o autêntico rosto de Deus e da religião»⁴⁸⁸. Além disso, o Concílio também deplora as perseguições e manifestações anti-semitismo, levadas a cabo, seja em que tempo for e porque for⁴⁸⁹.

Importa referirmos que: «a paz não se reduz à ausência de guerra, fruto do equilíbrio sempre precário das forças. A paz constrói-se, dia a dia, na busca de uma ordem querida por Deus, que traz consigo uma justiça mais perfeita entre homens»⁴⁹⁰.

O Papa Paulo VI, propôs que se consagrasse “o primeiro dia de cada ano civil à reflexão e oração pela paz”. E, convidou a todos, “os verdadeiros amigos/as da paz”, a unirem-se para reflectir sobre este bem almejado por todos os homens⁴⁹¹.

Na sua Mensagem para o primeiro Dia Mundial da Paz, em 1968, o Papa Paulo VI dizia: «É preciso falar sempre de paz. É preciso ensinar o mundo a amar a paz, a construí-la e a defendê-la

⁴⁸⁵ Concílio Ecuménico Vaticano II, «Decreto sobre o ecumenismo: *Unitatis Redintegratio*» (A. O - Braga, 1987), 7.

⁴⁸⁶ Cf. Comissão Teológica Internacional, *Memória e Reconciliação*, 1.

⁴⁸⁷ Cf. GS 36.

⁴⁸⁸ GS 19.

⁴⁸⁹ Cf. NA 4.

⁴⁹⁰ Papa Paulo VI, «Carta Encíclica sobre o desenvolvimento dos povos: *Populorum Progressio*» (Editora Paulinas; 14ª edição, 1998). 78

⁴⁹¹ Cf. Manuela Silva, «O factor religioso e a paz mundial II», em *Religiões: Identidade e Violência XXIII Semana de Estudos Teológicos 4-6 de Fevereiro de 2003* (Lisboa: Alcalá, Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, 2003), 21–36.

(...), é preciso despertar, nos homens e mulheres do nosso tempo e das gerações vindouras, o sentido e o amor da paz, fundada na verdade, na justiça, na liberdade e no amor»⁴⁹².

As guerras, hoje, representam a derrota da política e a rendição da inteligência dos homens quando, não podendo dialogar, recorrem à força bruta. Com o refúgio às guerras, os homens de hoje dão crédito à acusação que do ser humano se faz, de que é incapaz de não pecar, ou permanecer imune de qualquer erro, durante muito tempo. Quem, diante das dificuldades, recorre à brutalidade nefasta e fatal, é incapaz de tratar, com naturalidade, o que naturalmente é difícil: “a força bruta é a defesa dos mais fracos”⁴⁹³. Os homens devem aprender a dialogar mais.

Fazem sangrar em qualquer coração sensível e humano, todas as políticas promotoras e financiadoras de guerras. Já dizia Paulo Finuras no seu artigo: “Por que razão fazemos a Guerra?”. «A guerra é a continuidade da política por outros meios, o que significa que a política se pratica com e sem sangue. Quando envolve sangue, significa guerra»⁴⁹⁴. E o Papa Francisco, afirmou: «os homens não se devem acostumar às guerras. As guerras são um mal que pode e se deve evitar: elas destroem, escravizam inocentes e [matam até os próprios actores e senhores das guerras]. As guerras são movidas pelo espírito insensato de ensaiar e vender armas»⁴⁹⁵.

As guerras destroem países inteiros; matam vidas humanas, até de inocentes, tudo por culpa e responsabilidade, simplesmente, do orgulho e ganância de quem não consegue dialogar com o seu semelhante; alguém incapaz de ouvir o apelo do seu coração (ímpeto de amor); homem simples, de existência breve, incapaz de fazer ou devolver a sua própria vida nem a do outro.

O homem não se pode fazer a si próprio e tão pouco apagar a vida de outra pessoa. Ademais, “toda a guerra representa uma derrota para todos”⁴⁹⁶, diz o Papa Francisco.

Nota-se claramente que “cada dia de guerra piora a situação para todos”, e o Papa Francisco apela aos decisores políticos: “deixem os interesses pessoais de parte; sejam antepostas iniciativas políticas e ações, ao serviço da fraternidade humana. Não levem a humanidade à ruína, por favor!”⁴⁹⁷.

⁴⁹² Papa Paulo VI, Mensagem para o primeiro Dia Mundial da Paz, 1968.

⁴⁹³ Cf. Angelus 12 de dezembro de 2021, Roma.

⁴⁹⁴ Paulo Finuras, «Por que razão fazemos a Guerra?», 1 de junho de 2022, <https://pt.linkedin.com/pulse/porque-%C3%A9-que-fazemos-guerra-paulo-finuras->.

⁴⁹⁵ Papa Francisco, Ubi et Orbi, Roma, 16 de junho de 2022.

⁴⁹⁶ Cf. Papa Francisco, Angelus, 27 de março de 2022, Roma.

⁴⁹⁷ Cf. Papa Francisco, Audiência Geral de 6 de abril de 2022, Roma.

Cf. <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2022-08/papa-francisco-apelos-paz-ucrania-guerra-logica-armas.html>.

O Cardeal Etchegaray, Presidente do Conselho Pontifício para a justiça e paz, rasgou elogios ao Papa Paulo VI, por ter sido o pioneiro da jornada de oração pela paz. Teve a “ousadia de revestir-se do manto universal da humanidade”⁴⁹⁸:

«a sua proposta não se apresenta como exclusivamente religiosa e Católica, mas quereria encontrar a adesão de todos os verdadeiros amigos da paz, como se se tratasse de uma iniciativa que lhe é própria; deveria exprimir-se em formas livres, conforme ao carácter particular de cada um (...). A Igreja Católica, num espírito de serviço e de exemplo, quer simplesmente lançar a ideia»⁴⁹⁹.

Encontramos, nesta perspectiva de pensamento, a base e a justificação que suporta e sustenta o caminho ao qual nos propomos trilhar e alcançar: uma pedagogia da paz e reconciliação entre os homens amantes da paz. Uma paz que se consegue pelo diálogo, pelo respeito e pelo sincero amor ao próximo na convivência. Uma convivência entre todos, sem excepção, cristãos, não cristãos, crentes e não crentes, ou seja, reconciliação social ou universal.

Ainda na XXIII Semana de Estudos Teológicos, realizada pela UCP-Lisboa em 2003, Jacques Dupuis, com o tema: “o diálogo Inter-Religioso numa sociedade pluralista”, escreveu: «No presente contexto do pluralismo religioso, o diálogo inter-religioso tornou-se de primordial importância para a vida do mundo»⁵⁰⁰.

Para que haja um verdadeiro e frutífero diálogo inter-religioso, Dupuis chama a atenção dos cristãos para que tenham uma «avaliação positiva das outras tradições religiosas»⁵⁰¹. Na actual situação em que o mundo se encontra, o diálogo é um imperativo, deve ser imposto. «O mundo parece incapaz de manter a paz entre os povos: por outro lado, as religiões, que deveriam ser um elemento conducente à paz universal, foram muitas vezes utilizadas, ao longo da história, para promover conflitos e guerras entre os povos»⁵⁰².

De acordo com Dupuis, citando Hans Küng: «não pode haver paz entre as nações sem paz entre as religiões. Não pode haver diálogo entre as religiões sem um fundamento teológico»⁵⁰³.

⁴⁹⁸ Cf. Silva, «Religiões». 31.

⁴⁹⁹ Silva. 31.

⁵⁰⁰ Jacques Dupuis, «O diálogo inter-religioso numa sociedade pluralista», em *Religiões: identidade e violência: XXIII Semana de estudos teológicos, 4-6 fevereiro de 2003* (Lisboa: Livraria Alcala, 2003), 321–38. 323.

⁵⁰¹ Dupuis.

⁵⁰² Dupuis.

⁵⁰³ Dupuis. 323.

Que novas atitudes precisamos demonstrar, como cristãos na sociedade, para influenciarmos os não cristãos, a sociedade em geral, a fazermos uma avaliação positiva da opção de fé, de vida ou religiosa de cada um? Como termos uma participação mais activa e audível no contexto inter-religioso para influenciarmos na construção da paz? Que avaliação teológica mais eficiente devemos propor às outras tradições religiosas para a dinâmica da paz no mundo?

O Papa João Paulo II foi exímio e incansável na missão do diálogo inter-religioso. Na *Redemptoris Missio*, orienta a Igreja para dialogar com os irmãos das outras Religiões:

«O diálogo inter-religioso faz parte da missão evangelizadora da Igreja. Entendido como método e meio para um conhecimento e enriquecimento recíproco, ele não está em contraposição com a missão ad gentes; pelo contrário, tem laços especiais com ela, e constitui uma sua expressão. Na verdade, a missão tem por destinatários os homens que não conhecem Cristo e o seu Evangelho, e pertencem, na sua grande maioria, a outras religiões. Deus atrai a Si todos os povos, em Cristo, desejando comunicar-lhes a plenitude da sua revelação e do seu amor; Ele não deixa de Se tornar presente de tantos modos, quer aos indivíduos quer aos povos, através das suas riquezas espirituais, das quais a principal e essencial expressão são as religiões, mesmo se contêm também “lacunas, insuficiências e erros”»⁵⁰⁴.

Na sua Carta Apostólica, *Novo Millenio Ineunte*, o Papa João Paulo II, exorta sobre o grande desafio do diálogo inter-religioso:

«Na situação de um pluralismo cultural e religioso mais acentuado, como se prevê na sociedade do novo milénio, o diálogo inter-religioso é igualmente importante para criar uma segura premissa de paz e afastar o espectro funesto das guerras de religião, que já cobriram de sangue muitos períodos da história da humanidade. O nome do único Deus deve tornar-se cada vez mais aquilo que é: o nome da paz, um imperativo de paz»⁵⁰⁵.

Mais adiante, na Carta Apostólica, *Tertio Millenio Adveniente*, que anunciava o novo milénio (1994), o Sumo Pontífice, o Papa João Paulo II, foi mais profundo, orientando toda a Igreja uma atitude penitencial, pelos pecados dos cristãos ao longo dos séculos, relativamente aos membros das outras religiões, dizendo: «Um capítulo doloroso, sobre o qual os filhos da Igreja não podem

⁵⁰⁴ RM 55.

⁵⁰⁵ João Paulo II, Carta Encíclica (*Fides et Ratio* 14/09/1998), nº 103. Cf. Dupuis, «O diálogo inter-religioso numa sociedade pluralista».

deixar de se voltar em espírito de penitência, consiste na aquiescência manifesta, especialmente durante alguns séculos, de métodos de intolerância e até de violência ao serviço da verdade»⁵⁰⁶.

Realizou-se a cerimónia de pedido público de perdão às vítimas em Roma, na qual, o então Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, o Cardeal Joseph Ratzinger, na Basílica de São Pedro, em março de 2000, durante a cerimónia, havia dito: «também os homens da Igreja, em nome da fé e da moral, recorreram por vezes a métodos não evangélicos sob pretexto da defesa da verdade»⁵⁰⁷.

Para o diálogo inter-religioso, Dupuis, além de aconselhar os cristãos a fazerem uma avaliação positiva às outras tradições religiosas, aconselha também o cuidado na utilização de certa linguagem e atitudes, que ainda podem intoxicar o ambiente religioso. O autor apelou para a necessidade da purificação da linguagem e do pensamento teológico, dizendo: «atitudes frequentemente hostis, mantidas no passado em relação a membros de outras tradições religiosas, avaliações tradicionalmente negativas e derogatórias do seu património cultural e religioso, que atravessam séculos. A pretensão de ser a “única verdadeira religião” tal como foi expressa de modo ideológico no axioma: “*extra ecclesiam nulla salus*” (fora da Igreja não há salvação), a Igreja era considerada a “Arca de Noé”»⁵⁰⁸.

No entender de Dupuis, a terminologia teológica mesmo «hoje em uso entre muitos pregadores e teólogos, conserva ainda traços de expressões a respeito dos “outros” que são claramente pejorativas: “pagãos”, infieis” e “não-crentes”. “Infieis” a quem ou a quê, pode-se perguntar»⁵⁰⁹.

Segundo o argumento de Jacques Dupuis, «o próprio termo de não-crentes deveria ser considerado ofensivo. Que pensaríamos nós se os “outros” nos considerassem e chamassem “não-hindus” ou “não-budistas”? As pessoas devem ser chamadas na base da auto-compreensão que têm de si mesmas, não da avaliação estranha preconceituosa»⁵¹⁰.

⁵⁰⁶ Papa João Paulo II, «Carta Apostólica: Tertio Millennio Adveniente» (Libreria Editrice Vaticana, Roma, 10 de novembro de 1994), 36.

https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_letters/1994/documents/hf_jp-ii_apl_19941110_tertio-millennio-adveniente.html.

⁵⁰⁷ Dupuis, «*O diálogo inter-religioso numa sociedade pluralista*». 324.

⁵⁰⁸ Cf. Dupuis. 325.

⁵⁰⁹ Dupuis.

⁵¹⁰ Dupuis.

Para o pluralismo religioso, Dupuis, propõe o que ele mesmo chama de “salto qualitativo”: pluri-étnico, pluricultural, verdadeiras relações mútuas, positivas e abertas, através do diálogo e da colaboração entre os povos⁵¹¹.

Teologicamente, as relações da Igreja com as outras tradições religiosas, encontram acolhimento na Declaração *Nostra Aetate*: «todos os povos formam (...) uma só comunidade; têm uma só origem, pois Deus fez habitar toda a raça humana à face da terra; têm também um único fim último, Deus, cuja salvação se estende a todos»⁵¹².

A Exortação Apostólica de Paulo VI, *Evangelii Nuntiandi* de 1975, resume o trabalho do Sínodo dos Bispos, sobre a evangelização no mundo moderno, no qual se lê, «o Espírito Santo é que torna a Igreja apta para cumprir a sua missão evangelizadora»⁵¹³.

Diz João Paulo II, «a firme crença dos adeptos das outras religiões é também ela um efeito do Espírito de verdade que actua para lá dos limites visíveis do corpo místico»⁵¹⁴. Pelo que, remata o santo Padre, «as diferenças são um elemento menos importante em relação à unidade, que, ao contrário, é radical, fundamental e determinante»⁵¹⁵.

O mistério da unidade trinitária, é o triplo fundamento teológico do diálogo inter-religioso, que se baseia na origem comum e no único destino do género humano em Deus, na salvação universal em Jesus Cristo, e na presença activa do Espírito Santo em todos os homens⁵¹⁶.

A razão fundamental do empenho da Igreja no diálogo, «não é simplesmente de natureza antropológica; é também teológica»⁵¹⁷. Pois, «neste diálogo de salvação, os cristãos e os outros são todos chamados a colaborar com o Espírito do Senhor ressuscitado, Espírito que está universalmente presente e actuante»⁵¹⁸.

⁵¹¹ Cf. Dupuis.

⁵¹² NA 1. Cf. Dupuis.

⁵¹³ Paulo VI, *Exortação apostólica: Evangelii nuntiandi* (1975), (Braga: A. O- Braga, 1976)., n° 75.

⁵¹⁴ Papa João Paulo II, «Carta Encíclica: Redemptor Hominis» (Libreria Editrice Vaticana, Roma, 4 de março de 1979), https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_04031979_redemptor-hominis.html, n° 6.

⁵¹⁵ RH 3. Cf. Comissão Pontifícia “*Iustitia et Pax*”, Assis. Jornada Mundial de oração pela paz (27 de outubro de 1986), 25 – 26.

⁵¹⁶ Cf. Francis Card. Arinze e Jozef Card. Tomko, «Pontifício Conselho para o diálogo inter-religioso, Congregação para a Evangelização dos Povos: Diálogo e Anúncio», 19 de maio de 1991, https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_19051991_dialogue-and-proclamatio_po.html, 28.

⁵¹⁷ Arinze e Jozef Card. Tomko, 38.

⁵¹⁸ Arinze e Jozef Card. Tomko, 40.

A partir deste ensaio para a unidade, apresentamos uma proposta socicultural reintegradora e resocializadora, como oportunidade de retorno ao convívio pacífico, numa cultura em que o conceito ancestral de vida foi sempre de “vida em família alargada.

É também digna de realce, a actuação e o papel da Organização Internacional Católica “Pax Christi”, que tem vindo a desenvolver trabalhos de mediação de conflitos e de educação para a paz, em vários países do mundo. Aquando da invasão norte americana no Afeganistão, a *Pax Christi* havia lançado um apelo de abrangência mundial dizendo: «a guerra cria mais violência e sofrimento e não fará parar as actividades terroristas»⁵¹⁹.

Para a consecução da paz, defendia o Papa João Paulo II, a promoção de um encontro de reflexão e oração ao nível ecuménico entre chefes das diferentes confissões religiosas em Assis, em 1986. Porque “a paz é um dom do Alto”, a oração pela paz deve mobilizar todos os crentes de todas as religiões⁵²⁰.

Precisamos sentir a repugnância das consequências devastadoras das guerras, como sendo expressões do maligno, que somente implantam ódio, divisões, rancor, discórdias de toda índole, porque a sua alegria é o mal. A paz é benfazeja e é expressão do amor implantado por Deus no coração do homem e, por isso, os seus frutos são a unidade, a solidariedade, o respeito, a justiça e o bem-estar de todos, que é a paz social dos reconciliados.

A paz é um bem cujo valor é indiscutível, inquestionável e indispensável, pretendido por todos os homens e mulheres de bem, pois é o garante de uma vida condigna.

Na XXIII Semana de Estudos Teológicos, realizada pela UCP-Lisboa em 2003, coincidentemente meses depois da última assinatura do Memorando de Luena, Manuela Silva apresentou “O factor Religioso e a Paz Mundial – II”, na qual dizia, embora referindo-se ao caso europeu, especificamente: «De facto, na nossa cultura e na nossa sociedade, a paz apresenta-se como um valor inquestionável, uma “necessidade vital”, tanto para aqueles que passaram (como para os que passam) pela terrível experiência de situações bélicas»⁵²¹.

⁵¹⁹ Silva, «Religiões», 32.

⁵²⁰ Cf. Silva, 33.

⁵²¹ Silva, 25.

Sobre a paz, como um imperativo e necessidade, dizia Manuela que «se a paz é um imperativo categórico a que a generalidade das pessoas aspira, isso não se traduz, necessariamente, em coerência de atitudes e comportamentos, na vida quotidiana de cada um/a»⁵²².

A paz não é apenas a ausência de guerra declarada entre um e outro estado. A paz é o bem-estar, livre circulação e convivência pacífica entre as pessoas, animais e a natureza; é respeito pela vida e pela alteridade; é projecto de cooperação e construção de algo em comum que atravessa todos os sectores da vida humana⁵²³. A paz é um bem transversal que tanto políticos, militares e o povo civil em geral, necessitam porque dela depende o seu bem-estar sociopsicológico e espiritual. Ou seja, a vida depende da paz.

Já que “a guerra nasce no coração do homem”, o nosso apelo é que se trabalhe o interior intelectual da razão e do coração do ser humano, de modo a saber controlar as próprias motivações e emoções, extinguindo de si os sentimentos que podem induzir ao cometimento. Evite-se sermos cúmplices da violência e sobretudo da “cultura da guerra, da indiferença” e do terrorismo, ao invés de promovermos a justiça e a paz⁵²⁴.

6. 1.5 3. O diálogo ecuménico

O diálogo ecuménico é uma alternativa de reencontro, unidade e diálogo entre as Igrejas Cristãs. O maior objetivo, além da oração em conjunto, é promover a unidade da fé entre igrejas e religiões que professam o nome de Jesus Cristo.

Embora haja dificuldades, as Igrejas procuram não o que as separa doutrinalmente, mas o que as une profundamente.

Fernando da Luz, em seu artigo: “o diálogo ecuménico enquanto diálogo com o «outro»”, atesta que em Edimburgo, no ano 1910, o Movimento Ecuménico iniciou com o apelo à unidade, como instrumento facilitador da acção evangelística entre os povos que importava conquistar para o grémio cristão, em Lausanne 1927 ganhou dimensão, com a introdução do diálogo teológico entre as Igrejas⁵²⁵.

«Compreenderam que a unidade não era apenas um assunto das suas Sociedades Missionárias, centradas na definição de práticas comuns de cariz moral, baseadas em

⁵²² Silva, 25.

⁵²³ Cf. *PP* 76. Cf. Silva, 25.

⁵²⁴ Cf. Papa Francisco, *Contra a Guerra*, 39-40.

⁵²⁵ Soares, «O diálogo ecuménico enquanto diálogo com o “outro”», 67.

simples vontade e força humanas. Exigia muito mais, o questionamento dos corpos de doutrina e a reformulação dos seus esquemas de reflexão teológica. Assim, à unidade, entendida como condição para se fazer a missão, juntou-se o diálogo como necessidade de escuta do «outro» na busca da unidade»⁵²⁶.

Nisto, as Igrejas Cristãs, vêem-se unidas pela fé em Jesus Cristo, como Senhor do universo e Senhor da Igreja. (Cf. Ef 1, 22-23). Tal como Max Thurian denominou por «unidade cósmica em Deus», que segundo Fernando da Luz, «uma unidade que ultrapassa as divisões confessionais e não se pode destruir. É uma unidade invisível, da dimensão da fé, e, portanto, um ponto de partida que fundamenta a esperança ecuménica como caminhada para a sua concretização: a unidade visível»⁵²⁷. O que na perspectiva de Karl Barth, citado por Navarro, «a não-concretização dessa unidade leva a que a cristandade, enquanto estiver formada por Igrejas diferentes que se opõem entre si, nega na prática o que confessa teologicamente: a unidade e a singularidade de Deus, de Jesus Cristo, do Espírito Santo»⁵²⁸.

A reconciliação acontece quando o diálogo é conduzido pelos interlocutores com o objectivo comum de descortinar a verdade pela verdade e não a escamoteia.

«Unidos a Cristo no seu testemunho em África, os católicos são convidados a desenvolver um diálogo ecuménico com todos os irmãos batizados das outras confissões cristãs, a fim de que se realize a unidade pela qual Cristo rezou, de maneira que o seu serviço às populações do continente, torne o Evangelho mais credível aos olhos daqueles que procuram a Deus»⁵²⁹.

Dialogar é uma atitude de amor de Deus para com os homens, dos homens para com Deus e dos homens entre si: «A evangelização prossegue o diálogo de Deus com a humanidade e atinge o seu ápice na pessoa de Jesus Cristo. Uma atitude de diálogo, é o modo de ser do cristão dentro da comunidade, com os outros crentes e com os homens e mulheres de boa vontade»⁵³⁰.

O diálogo pressupõe a unidade: «Em relação à religião, o diálogo aparece como um convite que foi lançado, em nome da unidade da Igreja, tão desejada por Jesus, e para tornar o Evangelho

⁵²⁶ Soares., 67.

⁵²⁷ Soares.

⁵²⁸ Juan Bosch Navarro, *Para Compreender o Ecumenismo* (Vila Nova de Gaia: Editorial Perpétuo Socorro, 2002).

⁵²⁹ EA 65.

⁵³⁰ José Kambuta, *Os atuais desafios da Igreja em África: uma leitura e análise dos 20 anos da Ecclesia in Africa* (Lisboa: Universidade Católica Editora, 2018). 120.

mais credível a todos aqueles que procuram a Deus de coração sincero, para estabelecer a unidade entre todos os crentes de todas as confissões religiosas»⁵³¹.

Um país cresce quando dialogam de modo construtivo as suas riquezas culturais: «A cultura popular, cultura universitária, a cultura juvenil, a cultura artística e a cultura tecnológica, a cultura económica e a cultura da família, e a cultura dos meios de comunicação»⁵³². O diálogo é em si uma cultura no homem enquanto veículo ou instrumento e meio, de encontro e interação, da natureza relacional própria dos seres humanos.

6.1.5.4 O diálogo entre povos e culturas

Se, por um lado, a missão da graça do Espírito Santo dignou-se em facilitar o diálogo a todos, presentes no cenáculo da sua própria língua, entendemos também que a língua é um meio de paz de unidade e de coesão social: a língua é o próprio povo, a nação.

Como o diz o livro dos Actos dos Apóstolos:

«E todos foram cheios do Espírito Santo, e começaram a falar noutras línguas, conforme o Espírito Santo lhes concedia que falassem.

E em Jerusalém estavam habitando judeus, homens religiosos, de todas as nações que estão debaixo do céu.

E, quando aquele som ocorreu, ajuntou-se uma multidão, que estava confusa, porque cada um os ouvia falar na sua própria língua.

E todos pasmavam e se maravilhavam, dizendo uns aos outros: Pois quê! não são galileus todos esses homens que estão falando?

Como, pois, os ouvimos, cada um, na nossa própria língua em que somos nascidos?

Partos e medos, elamitas e os que habitam na Mesopotâmia, Judeia, Capadócia, Ponto e Asia, e Frígia e Panfília, Egito e partes da Líbia, junto a Cirene, e forasteiros romanos, tanto judeus como prosélitos, Cretenses e árabes, todos nós temos ouvido, em nossas próprias línguas, falar das grandezas de Deus» (Act. 2, 4 -11).

A Igreja é uma comunidade de pessoas em comunhão institucional e espiritual, regida e regulada por uma estrutura subordinada ao Deus Supremo; legalmente acreditada pelos órgãos competentes, como organismo filantrópico, sem fins lucrativos e ao serviço do bem-comum.

⁵³¹ Kambuta. 120.

⁵³² FT 199.

A Igreja é vista como um trampolim para os das classes média-baixa e pobres. O indiferente, o ateu, o neutro ou sem religião e o agnóstico ou areligiosos, quase todos hoje vêm a pertença, a frequência activa e assídua na Igreja como questão de interesse para pobres, alucinados.

Em boa hora, reatarmos o caminho indicado pelo Sínodo sobre a Igreja em África de 1994, cujo tema foi: A Igreja em África e a sua missão evangelizadora, rumo ao ano 2000: «Vós sereis minhas testemunhas». (Act 1, 8)⁵³³. A Igreja reunida através dos seus Pastores, num ambiente de espiritualmente de oração e reflexão profundas,

«momento de graça histórico, em que o Senhor visitou o seu povo que está em África. Com efeito, este continente vive hoje aquilo que se pode definir como um sinal dos tempos, um momento próprio, um dia de salvação para África. Parece chegada a hora de África, uma hora favorável, que insistentemente convida os mensageiros de Cristo a fazerem-se ao largo e lançar as redes para a pesca»⁵³⁴.

A Igreja, pelo seu carisma e missão, nunca abandonou o seu povo em Angola. Ela sempre acolheu, ajudou, esperançou com o pão da palavra e o pão do trigo (alimento espiritual e material), nos momentos de alegria e de tristeza. Foi sempre conselheira, exortou, apelou, anunciou e denunciou a justiça e as injustiças. Foi sempre sinal sacramental de paz, de diálogo, de perdão, de unidade e de reconciliação para todos os homens, mulheres, jovens, adolescentes e crianças em Angola.

Enfim, a Igreja foi, é e será sempre, em Angola e em qualquer ponto do mundo em que esteja, uma influência para a paz e a concórdia entre os homens. A Igreja é, no mundo, a guardiã da moral e a mestra dos valores humanos e actualizadora dos novos paradigmas de sociabilidade. Por outras palavras:

«Só o caminho de integração entre os povos permite futuro de paz. A Igreja está convicta de que o desenvolvimento integral é a via do bem que a família humana é chamada a percorrer. Desenvolvimento integral é integrar no desenvolvimento a economia, finanças, trabalho, cultura, vida familiar, religião. É como uma orquestra que toca bem se os seus diversos instrumentos estiverem bem afinados e se seguem uma pauta partilhada entre todos»⁵³⁵.

⁵³³ EA 8.

⁵³⁴ EA 6.

⁵³⁵ Pe Adilson José Colombi, «Desenvolvimento, o novo nome da paz», *O Município* (blog), 20 de abril de 2017, <https://omunicipio.com.br/desenvolvimento-o-novo-nome-da-paz/>. Cf. Cf. Luther e Isaque Gomes Correa, «“Curar

Um dos sinais e exemplo de vida é a comemoração entre as Igrejas Católica e Metodista Luterana, desde a Reforma e a cisão no século XVI. Uma efeméride que marca os 500 anos desde a reforma protestante, séc. XVI.

O sinal exemplar que marca o ponto de compreensão e de aceitação da história, foi dado quando no ano de 2017 se comemorou o primeiro centenário da Reforma, numa perspectiva ecumênica. Por outro, a mesma comemoração marcará o 50º aniversário do diálogo luterano-católico.

Vivências concretas que sinalizam uma verdadeira reconciliação, são os encontros dialogantes: “Ao longo desses anos, como parte do movimento ecumênico, a oração conjunta, o culto conjunto e o serviço conjunto às suas comunidades, enriqueceram católicos e luteranos”⁵³⁶. É de enaltecer o exemplo de algumas Igrejas, na luta pela paz entre elas e entre todas as sociedades e nações.

O caso concreto das Igrejas Luteranas e Católica que, desde a reforma no séc. XVI, se desentenderam e separaram, juntas, vivem no mundo as mesmas dificuldades e «desafios políticos, sociais e econômicos (...). Luteranos e católicos têm sido capazes de reinterpretar as suas tradições teológicas e práticas, reconhecendo as influências que tiveram uns sobre os outros»⁵³⁷. Desta feita, comemoraram juntas, no ano 2017, a efeméride que marca meio séc. de desunião em busca da reconciliação pelo diálogo.

Uma das chaves para a reconciliação inter-eclesial é reconhecer, além da oração persistente, a vontade firme de paz, numa nova abordagem e disposições conjugadas. Tal como expressam no seu relatório:

«Não é adequado continuar repetindo antigos relatos da Reforma, (...). A lembrança histórica sempre seleciona, de entre uma grande abundância de momentos históricos, e insere os elementos selecionados num todo com sentido. Por esses relatos do passado terem sido na sua maior parte de oposição, não raras as vezes intensificaram o conflito entre as confissões e, por vezes, levaram a uma hostilidade aberta»⁵³⁸.

as Memórias”. Cerimônia de Penitência e Reconciliação ecumênica», 14 de março de 2017, <https://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/565709-curar-as-memorias-cerimonia>.

⁵³⁶ Comissão Bilateral de Diálogo Católico-Luterano, «Do Conflito à Comunhão: Comemoração conjunta Católica-Luterana da Reforma em 2017. Relatório da Comissão Luterana – Católico-Romana para a unidade» (Sinodal CNBB, 2015), 7.

⁵³⁷ Comissão Bilateral de Diálogo Católico-Luterano, «Do Conflito à Comunhão», 7.

⁵³⁸ Comissão Bilateral de Diálogo Católico-Luterano., 8.

Pois, a reconciliação das memórias, é a chave para a reconstrução de uma sociedade harmoniosa. A solidariedade é um dever humano que a qualquer pessoa humana, que se preze, suscita uma busca e sentimento de justiça e compaixão e, por conseguinte, de partilha. A Igreja, enquanto depositária moral dos valores sublimes e da graça santificante e salvífica de Deus, é pregadora da verdade evangélica e, por conseguinte, da reconstrução espiritual do edifício humano, a partir da convivência social dos homens e das culturas.

6.1.6 Integrar e/ou reintegrar

A iniciativa de integrar ou reintegrar o outro aceitando-o, readmitindo estar, viver ou trabalhar juntos é integrar. E reintegrar, é tornar a integrar ou integrar novamente alguém que antes já esteve no nosso convívio. A esta iniciativa, exige-se coragem, vontade e a atitude de aceitar conviver, unindo-se aos demais.

Neste período, com o advento da paz em Angola, há necessidade de se reintegrarem os diferentes povos, por via de políticas praticáveis de integração social e porque a reconciliação é feita por todos e por cada um, o contributo social torna-se um dever de justiça social, em que todos servem para a vida em sociedade.

Ninguém está excluído de contribuir para o bem de todos, família e sociedade tradicional, religião e autoridades civis. Participar na efectivação da reconciliação é, ao mesmo tempo, um direito e um dever e, o governo, em conjunto com as forças de justiça e segurança do Estado, são os principais chamados a não se ausentarem desta tarefa de subsidiariedade.

Tal como temos vindo a defender para uma antropossociologia intergeracional e inclusiva, pois uma sociedade humana é um ambiente multi-individual e, por isso, uma mundividência multicultural, plurilinguística e multirracial. Estar juntos não é tratar por igual o diferente, pelo contrário, é contribuir pela justiça restaurativa e comutativa. Trata-se de integrar a dimensão individual e comunitária do homem na cultura, dado que somos filhos de uma cultura, a cultura africana, neste caso concreto, e cidadãos do mundo.

A prepotência e o egocentrismo estão a transformar em ilhas as sociedades, as culturas e, conseqüentemente, os indivíduos. A relação inter-humana torna fraterna a sociedade, pois não é possível ser-se feliz sozinho, nem constituir uma sociedade individualmente.

Obviamente, no caso vertente de Angola, dada a abrangência da história (versões) e a sua complexidade, conveio-nos delimitar, com objectividade e alcance, no tempo e no espaço, o

contexto da herança histórica, e das memórias, como sinais vivos e vítimas humanas dos actos das pessoas.

A reconciliação acontece através do diálogo franco, justo e transversal entre as memórias que reconhecem de comum percepção, que por consequência das vicissitudes humanas, o passado os colocara separados e que, para um digno prolongamento da humanidade, da vida e da sociedade, o entendimento inter-humano é fundamental.

Não basta a paz das armas caladas, alcançada por acordos rubricados. Pois, temos plena consciência de que a paz, depois da guerra, é um primeiro passo para a almejada reconciliação nacional. Porém, para a real efectivação da reconciliação, há que se dar provas de inclusão social; de respeito e responsabilidade pessoal, pelo outro e pelo bem-comum. Côncios de que o desenvolvimento do país não é fruto do acaso, um país ergue-se e desenvolve-se com a união e esforço de cada cidadão: “a união faz a força”. Porém, «o desenvolvimento é o novo nome da paz»⁵³⁹, como bem diz o Papa Paulo VI. A paz social se alcança pelo nível de responsabilidade e empenho de todas as forças vivas e culturais de bem.

O empenho e a responsabilidade de cada um, pelo bem maior, o bem-comum, fazer o uso da razão e a boa-fé de abdicar o mal e a violência; não pagar o mal com o mal, tal como diz o Papa Bento XVI:

«Em concreto: a fé, a razão e a paz autêntica, [...] precisam de estar juntas numa harmonia que é o Logos feito visível no logos da palavra e da acção. Uma harmonia íntegra e integral que se vive e se dá a viver através dela mesma, em vez de ser imposta impiedosamente por pressões psicológicas e/ou bélicas...»⁵⁴⁰.

O homem, em sua plena e real consciência, é capaz de cessar hostilidades e abraçar a paz pelo diálogo. Ouve a voz da consciência, de que o coração é a fonte e no qual reside o amor.

Obviamente, o passado é o que aconteceu e a verdade é a que do passado se diz tal como aconteceu. Mas ninguém vive no passado nem se aconselha viver dele margurado. Haja coragem de pedir e dar perdão!

⁵³⁹ PP 76.

⁵⁴⁰ Papa Bento XVI, «*Viagem Apostólica a München, Altötting e Regensburg: Encontro com os representantes do mundo das ciências na Aula Magna da Universidade de Regensburg*» (Libreria Editrice Vaticana, Roma, 12 de setembro de 2006),

https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2006/september/documents/hf_ben-xvi_spe_20060912_university-regensburg.html.

6.1.7 O perdão

«Pedir perdão não é um simples pedido de desculpa»⁵⁴¹. A reconciliação é uma predisposição de duas vontades para se reatar a segurança e a confiança mútuas. É o retorno à amizade entre as pessoas desavindas.

Não é fácil pedir e conceder perdão, tal como «não é fácil receber o perdão de Deus: não porque ele não no-lo queira conceder, mas porque fechamos a porta do nosso perdão ao outro»⁵⁴².

Contudo, são «poucos os momentos em que se pede perdão»⁵⁴³, remata o Sumo Pontífice. Isso remete-nos à pessoal contrição, a partir do exame de consciência e do conseqüente arrependimento sincero dos próprios pecados.

A reconciliação nasce do perdão à medida que a disponibilidade para o perdão é da bondade do coração. «Perdoar-nos uns aos outros, faz parte da natureza de estarmos numa relação»⁵⁴⁴.

O amor/gracia, ternura e perdão, traduzem os termos hebraicos: *hesed*, *rachum* e *slikhá*. Estes termos, evocam o amor salvífico de Deus e, especificamente, o caráter único de dom absoluto de Deus que supera a limitação natural e limitada da pessoa humana⁵⁴⁵. Assim, podemos perceber a graça de Deus como sendo sinónima de misericórdia, de fidelidade, de amor e justiça, que se compadece na relação com a humanidade, para além da abundância do pecado⁵⁴⁶.

Um coração que sabe amar sem medida, à medida do coração de Jesus. Para o efeito, o caminho é conhecer, acatar e viver segundo as boas práticas e normas da sociabilidade.

A Comissão Teológica Internacional, logo na sua parte introdutória sobre a reconciliação das Memórias, diz: «a consciência de que a exigência de reconhecer as culpas próprias tem razão de ser para todos os povos e para todas as religiões, faz-nos desejar que as reflexões propostas ajudem todos a avançar pelo caminho da verdade, do diálogo fraterno e da reconciliação»⁵⁴⁷.

⁵⁴¹ Papa Francisco, Extratos da homilia proferida na Capela de Santa Marta a 10 de março de 2015.

⁵⁴² Papa Francisco, extrato da homilia proferida na Capela de Santa Marta a 10 de março de 2015.

⁵⁴³ Papa Francisco, extrato da homilia proferida na Capela de Santa Marta a 10 de março de 2015.

⁵⁴⁴ Desmond Tutu, *O Caminho para uma reconciliação consigo e com os outros* (Lisboa: Presença, 2014), 200.

⁵⁴⁵ Cf. Vilas Boas, «Perdoar (in)condicionalmente», 11.

⁵⁴⁶ Jacques Guillet, *Vocabulário de teologia bíblica: «Gracia»* (Barcelona: Herder: ed. Xavier Léon-Dufour, 1985), 323. 323

⁵⁴⁷ Cf. Comissão Teológica Internacional, «Memória e Reconciliação: a Igreja e as culpas do passado» (Vaticano, Roma, 2000),

https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_con_cfaith_doc_20000307_memory-reconc-itc_po.html. Na Introdução.

Dada a frescura das cicatrizes em Angola, existe ainda em muitos homens e mulheres a fúria e a reserva das mágoas do passado-recente. Um passado ainda não suficientemente ultrapassado, por assim dizer, nunca esquecido, associado à dor e ao desejo de que justiça seja feita.

Perdoar esquecendo, é um modelo copiado das narrativas bíblicas de como Deus perdoa, tal como se pode ler segundo o profeta Isaías: «Eu, porém, é que apagava as tuas faltas, por mim, não me lembrava dos teus pecados». (Is 43, 25).

Jesus quando ensina a oração do “Pai Nosso” aos discípulos, perentoriamente diz: «Perdoai as nossas ofensas, assim como nós perdoamos a quem nos ofende». (Mt 6, 9-13). Porém, o perdão de Deus, exige de nós perdão uns aos outros.

Tal como pedir perdão não é um simples pedido de desculpa, mas estar ciente do erro, do pecado ou de qualquer mal cometido, a reconciliação e o perdão pressupõem a admissão de que foram cometidos crimes por parte de todos os grupos e movimentos envolvidos na história de libertação e pacificação de Angola. E, é chegado o momento de juntos e entre todos trabalhar para a identificação e reparação dos erros cometidos. Pois, a reconciliação e o perdão implicam a busca da verdade, por mais dolorosa que ela possa ser, sem receios nem preconceitos.

O perdão de Deus é sinal do Seu amor ao homem e desafia o homem a imitá-lo. O amor que leva ao perdão é um imperativo para a convivência social inter-humana; é uma porta que devemos manter aberta para o outro ou os demais e juntos colaboremos na ressocialização da humanidade.

A reconciliação inter-humana é uma contínua humanização que chega a ser uma re-humanização e uma ressocialização constante e quotidiana. Só assim, Deus, que sempre perdoa e está permanentemente disposto a perdoar, concederá ao homem o Seu perdão que cura e salva. “Deus perdoa sempre” mas requer também que o homem perdoe o outro, o irmão, o próximo. O sentimento do coração é o prolongamento do amor e da misericórdia de Deus. misericordioso que impele o homem a amar como Deus ama.

A Sagrada Escritura esclarece sobre o imperativo de perdoar e perdoar sempre. Ou seja, a capacidade de receber e conceder perdão é a prática, na vida concreta, da oração que Jesus ensinou: «Pai, perdoa as nossas ofensas, assim como nós também perdoamos aos que nos têm ofendido». (Cf. Mt 6, 9-13; Lc 11, 2-4).

O ressentimento, ira e o rancor, são sentimentos que minam o sossego interpessoal, obstaculizam a realização do homem e não ajudam a construir a paz social. (Cf. Ecl 27, 33-28, 1-2). A vingança é devastadora, gera guerra. Por isso, tudo o que é evitável, deve-se evitar, optando sempre por práticas de bem.

O mal não se paga com o mal, o perdão e a compaixão são atitudes nobres de pessoas nobres. A sabedoria do homem é perdoar e poder recomeçar.

Da equação, perdão mais paz resulta a reconciliação. Do bem-estar normal, a paz e o sentimento de coração livre e limpo, ajustam o clima da unidade e harmonizam a convivência social. Ou seja, «o perdão é, na verdade, o gesto benevolente pelo qual permitimos que a outra pessoa se levante e o faça com dignidade, para começar tudo de novo»⁵⁴⁸. O perdão é um gesto de amor. Quem perdoa ama e por amar é santificado.

A reconciliação não é uma miragem ou um imaginário irrealizável, realiza-se na e com a experiência da vida, vivência prática familiar, em sociedade e unidade grupal. Em casos de conflitos ou perdas, ainda que irreparáveis, o perdão é a via que conduz à reposição da paz e do convívio pacífico, onde se alicerça a verdadeira reconciliação.

Ora vejamos um pequeno conto: Um dia, dois amigos passeavam pelo deserto, e a dado momento, bastante cansados, desentenderam-se, e um agrediu o outro.

O ofendido, sem nada dizer, pegou o seu cajado e escreveu na areia: “hoje o meu melhor amigo derrubou-me ao chão”.

Os dois amigos prosseguiram o passeio até chegarem a um oásis. Lá, decidiram dar uns mergulhos, mas a dado momento, o que tinha sido derrubado, ia-se afogando na água. O outro nadou até ele e trouxe-o até à margem, são e salvo.

Em consequência deste gesto, o amigo resgatado, escreveu numa pedra: “hoje o meu melhor amigo salvou a minha vida”.

Em seguida, o amigo que havia agredido o outro derrubando-o ao chão, perguntou ao que era o ofendido: “porque é que quando foste agredido escreveste o teu sentimento na areia, e agora que foste salvo escreves na pedra?”

O outro amigo, o que era a vítima, sorrindo, disse: «quando um grande amigo nos ofende, devemos registar esse dano na areia, para que o vento do esquecimento e do perdão se encarregue de apagá-lo. Mas quando um amigo nos faz algo grandioso,

⁵⁴⁸ Tutu, *O Caminho para uma reconciliação consigo e com os outros*, 31.

devemos registar esse momento na pedra da memória e do coração, onde nenhum vento do mundo pode apagá-lo»⁵⁴⁹.

Obviamente, é perdendo que se vive reconciliado pois, do perdão, nasce a reconciliação.

Qual é a medida do meu perdão? A medida do perdão é o amor sem medida⁵⁵⁰. Di-lo o clássico bíblico: «Perdoar setenta vezes sete?». (Cf. Mt 18, 21-35).

O sentido e o significado da multiplicação, setenta vezes sete, é a ilimitação de vezes de perdoar. Perdoar além de ser acção de amar, é um exercitar a experiência da verdade e ternura de Deus, Pai, que a todos os filhos perdoa, independentemente do tamanho, volume, peso e medida do erro cometido⁵⁵¹. É necessário saber amar como Deus ama a todos e a tudo o que é amável.

6.1.7.1 Perdoar amando, reconcilia

A reconciliação é uma actitude que parte do coração. É o coração a fonte do amor de onde brotam as iniciativas benfazejas e amorosas do homem. «O Deus que te criou sem ti não te salvará sem nós»⁵⁵².

O amor, que é sinónimo do coração, reconcilia enquanto atitude prática e acção humana, que parte do íntimo e da bondade do homem; é o amor de Deus em concretização. Um amor que nos desafia a ultrapassar as diferenças entre nós. Somos desafiados a libertar-nos dos próprios egos e facadas do passado, para vermos o hoje como renovação e comunhão, ou abraço à cruz libertadora, ou seja, a comunhão com Cristo; a identificação com Cristo. (Cf. Fl 3, 8-14). Somos convidados a assumir, na nossa relação com os irmãos, uma perspectiva de imitação ou de seguimento da misericórdia de Deus.

Na nossa condição de pessoas humanas, mulheres, homens, jovens, adolescentes, idosos e ou crianças, somos sim capazes de amar, cultivar e desenvolver amor. Mas, o nosso amor humano é frágil, precisa da força do amor fiel de Jesus. Um amor resiliente porque profundamente enraizado e consciente pela primazia ao princípio criador geracional. É com este amor,

⁵⁴⁹ Cf. Lenda popular, árabe, adaptada por nós.

⁵⁵⁰ Papa Francisco, «Carta Apostólica por ocasião do 150º aniversário da declaração de São José como Padroeiro da Igreja Universal: *Patris corde*», Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana, 12 de 2020, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_letters/documents/papa-francesco-lettera-ap_20201208_patris-corde.html, 2.

⁵⁵¹ Papa Francisco, 2.

⁵⁵² Santo Agostinho citado por: Dom Júlio César Souza de Jesus, «*O Deus que te criou sem ti, não te salvará sem ti*», *Associação Evangelizar é Preciso* (blog), 23 de outubro de 2018. <https://www.padrereginaldomanzotti.org.br/o-deus-que-te-criou-sem-ti-nao-te-salvara-sem-ti-santo-agostinho/>.

abençoado e santificado, que santificaremos novas relações inter-humanas, verdadeiramente reconciliadas. É com a ajuda divina e espiritual que poderemos construir a nação sobre a rocha da paz social e inclusiva. (Cf. Mt 7, 24).

Os ajustes de contas, os castigos, as desforras, as perseguições e as intolerâncias nunca resolverão o problema do mal do passado. Só o amor, a justiça feita, na lógica do bem, e a misericórdia, geram a paz.

A lógica do evangelho desconstrói a tessitura da maldade, que se alastra, e dilacera a humanidade, quando o individualismo, o orgulho e o egoísmo, na pessoa humana, e constrói, quando vivida, um novo homem.

Nenhum ser humano, por mais justo que se considere, tem o direito de condenar o outro. A verdade é que no momento em que Jesus diz aos escribas e fariseus: “Quem dentre vós não tiver pecado, atire a primeira pedra”, ninguém se atreveu a fazer mal à mulher; (Cf. Jo 8, 7) pelo contrário, cada um foi se retirando e, todos, a começar pelos mais velhos! (Cf. Jo 8, 9). Dai, a verdade de que não há ninguém sem pecado. (Cf. Ecl 7, 20; Sl 14, 2). Como temos a coragem de chamarmos a Deus por Pai, se não temos a coragem de chamarmos ao próximo por irmão?

Jesus está disposto a oferecer o seu perdão a todos os que pedem perdão com sinceridade, tal como concedeu à mulher adúltera. Ora vejamos: «Eu também não te condeno». (Cf. Jo 8, 11). É o desejo de Jesus, Sua iniciativa, dirigida em primeiro lugar a uma determinada mulher, extensivamente, para os escribas e fariseus, e igualmente a nós, cristãos de hoje. Pois, a misericórdia de Deus, o Seu perdão gratuito, não se limita apenas a uma pobre pessoa desviada, mas à humanidade inteira, aos homens de boa vontade.

Tenhamos bem conscientes de que a abundância e prontidão do perdão de Jesus não pretendem negar a gravidade do pecado. A Sua misericórdia não desvaloriza a iniquidade do pecado nem o castigo que as nossas faltas merecem. Deus pune o pecado e não o homem pecador, que se compadece. O exemplo é o da mulher adúltera. Ela, mesmo diante do seu triste momento e situação de pecado, obteve de Jesus a liberação. Sempre que o arrependimento seja sincero e o acompanhe o propósito de não pecar mais, o perdão será absoluto. O passado é apagado e o futuro só depende do presente e das disposições do momento. E, da parte de Jesus, a solução é: «Também eu não te condeno. Vai e de agora em diante não tornes a pecar». (Cf. Jo 8, 11).

Já nos perguntamos porque é que Deus perdoa a todos os que a ele pedem perdão? Os nossos pecados merecem de Jesus perdão? Acontece que o preço do perdão, daquela mulher, tal como o de todos nós pecadores, é maior do que os nossos pecados merecem. O amor de Jesus por nós é semelhante ao do Pai, que é maior do que todos os nossos pecados juntos. É espantoso o veredicto final de Jesus, a sentença que faz ao pecado, e a liberdade à mulher pecadora! É como diz St. Agostinho: no final, “a miséria e a misericórdia” estão juntas.

Para todos os efeitos, a memória serve para enaltecer a bondade de Deus, que perdoa todos os nossos pecados, sem de nós exigir nada, se não apenas o sincero arrependimento e a capacidade de perdoar o outro, assim como Ele nos perdoa.

6.1.7.2 Amar ilimitada e incondicionalmente

Deus chamou-nos à existência para fazer de nós um campo de acção do seu Amor misericordioso; e mais ainda: quer ver-nos todos na felicidade suprema do Céu, para que o Sangue de Cristo, não tivesse sido derramado em vão.

O Senhor quer ainda experimentar em nós uma expansão da sua magnificência exterior. O Amor aumenta quando se dá, quando se partilha: A alegria partilhada é alegria redobrada. A felicidade está mais em dar do que em receber». (Act 20, 35b).

Deus, pelo Seu amor sem limites e incondicional (amor integral e total), tão misericordioso que forçou-O a ir até ao limite extremo de enviar à humanidade o Seu Filho Unigénito, e Este deu-nos tudo o que podia dar sem limites, até a Si próprio: imolou-se e libertou a humanidade inteira do jugo da lei.

É sobre a liberdade que pende a salvação do homem. A liberdade é um dom dado por Deus a todos os homens, sem excepção. Por isso, todos os homens são chamados a respeitar a liberdade, dom gratuito e benevolente de Deus. Diz o Papa Francisco: «Enquanto responsáveis [de uma Nação, instituição ou grupo] religiosos, somos chamados, portanto, a desmascarar a violência que se disfarça de suposta sacralidade, apoiando-se na absolutização dos egoísmos em vez de se apoiar na autêntica abertura ao absoluto»⁵⁵³.

A defesa da dignidade da pessoa humana, o respeito e o valor da vida são o cerne da exortação

⁵⁵³ Marcelo Figueroa, *As diversidades reconciliadas*, 50.

do Papa Francisco. Para que haja paz, o amor e o perdão, são imprescindíveis. O Papa apela que se elimine o rancor, o ódio e as injustiças camufladas na hipocrisia.

«Temos a obrigação de denunciar as violações da dignidade humana e dos direitos humanos, de trazer à luz as tentativas de justificar qualquer forma de ódio em nome da religião [da cultura ou da lei] e de condená-los como falsificação idolátrica de Deus: o seu nome é Santo, Ele é Deus de paz, Deus Salam. Por isso, só a paz é santa e nenhuma violência pode ser perpetuada em nome de Deus, pois, profanaria o Seu Nome»⁵⁵⁴.

A religião, o Estado civil ou qualquer entidade responsável, deve ser personalidade jurídica de bem, que paute pela ética, nas suas actuações. São entes vocacionados para a promoção da paz e do bem-estar entre os cidadãos.

«A religião, porem, não é certamente apenas chamada a desmascarar o mal; encerra em si a vocação para promover a paz, hoje, provavelmente, mais do que nunca. [...] Hoje, são necessários construtores de paz, não de armas; hoje, são necessários construtores de paz, não de provocadores de conflitos; são necessários bombeiros e não incendiários; pregadores da reconciliação e não leiloeiros de destruições»⁵⁵⁵.

No Egipto, o Papa Francisco, fez questão de reposicionar a base originária da fé, dizendo:

«As religiões, filhas de Abraão, devem sair novamente unidas para atravessar o Mar Vermelho das suas visões parciais e individuais, ansiando por abraçar, com o olhar, as estrelas infinitas, de uma descendência, que nos faça ver a aurora de uma civilização da paz e do encontro. Uma religião em saída, filha de um Deus que continua a abrir portas e a separar águas, para que tudo isso seja não só possível, mas imprescindível»⁵⁵⁶.

Em 2005, a Igreja, no Magistério do Papa Bento XVI, realizou uma assembleia com o tema:

«A Igreja em África ao serviço da reconciliação, da justiça e da paz. Vós sois o sal da terra, vós sois a luz do mundo (Mt 5, 13-14)». À qual se aprofundou mais a questão da reconciliação, justiça e paz para a África. Servindo-se do “*instrumentum*

⁵⁵⁴ Marcelo Figueroa.

⁵⁵⁵ Marcelo Figueroa. 50.

⁵⁵⁶ Marcelo Figueroa, 50-51.

laboris”, a Assembleia voltou a confirmar que Jesus Cristo é a fonte da reconciliação de Deus com a humanidade e com cada pessoa. Ele é o agente da reconciliação dos homens entre si»⁵⁵⁷.

A abordagem sobre a reconciliação no contexto africano, pressupõe apelar pela justiça e pela paz, devido às guerras e aos sistemas organizativos e governamentais instalados. É um desafio, em África, a instauração da liberdade e democracia, que restaurem a harmonia social.

Para a reconciliação social, a Assembleia dos Bispos apelou, ainda, a todos os cidadãos e governos africanos a reconhecerem os valores da fraternidade e promoverem todo o tipo de iniciativas que contribuam para a reconciliação e a consolidem, de forma estável e permanente, em todos os níveis da sociedade.

No que concerne à dimensão sociocultural da reconciliação, a Assembleia aponta alguns meios de comunicação (rádio, imprensa escrita, televisão) que difundiram informações, e imagens, que incitaram as populações à violência e ao ódio, causando sérios danos aos valores que cimentavam o tecido familiar e social: o respeito pelos anciãos, as mulheres como mães e protetoras da vida⁵⁵⁸.

Ainda no *Instrumentum Laboris*, a Assembleia dos Bispos, para África reconciliada, propõe o empenho na relação com a Religião Tradicional Africana e no diálogo com o Islão. O diálogo com as outras religiões, especialmente com o Islão e as religiões tradicionais africanas, deve ser parte integrante da promoção do Evangelho e ação pastoral da Igreja, em nome da reconciliação e da paz⁵⁵⁹.

Na Exortação Apostólica *Africae Munus*, recomenda o aprofundamento da vivência cristã como vocação; convida a viver a reconciliação entre as pessoas e as comunidades; e a promoção a paz e a justiça. O Papa Bento XVI, orienta ainda para que as opções pastorais dos Padres sinodais sejam direccionadas à nova evangelização do continente africano, em vista à transmissão da fé cristã, buscar e utilizar os meios necessários que permitam levar o testemunho de Cristo, dos valores evangélicos à sociedade e à cultura.

⁵⁵⁷ Secretaria Geral do Sínodo dos Bispos, ed., «Sínodo dos Bispos, II Assembleia para a África, A Igreja em África ao serviço da reconciliação, da justiça e da paz: “*Instrumentum laboris*”», 2009, n.º 42. https://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20090319_instrlabor-africa_po.html. 42.

⁵⁵⁸ Cf. Secretaria Geral do Sínodo dos Bispos, 52. 52.

⁵⁵⁹ Cf. Secretaria Geral do Sínodo dos Bispos, 93, 94, 95; 101, 102.

«O Sínodo permitiu discernir os pontos fulcrais da missão para uma África que aspira pela reconciliação, a justiça e a paz. Compete às Igrejas particulares traduzir estes pontos em ardorosos propósitos e diretrizes concretas de acção; com efeito, é nas Igrejas locais que se podem estabelecer as linhas programáticas concretas»⁵⁶⁰.

6.1.7.3 Perdoar é o amor que assume o perdoado

Para que haja paz e reconciliação, é imperioso abdicar do orgulho de querer ganhar, ou obter sentimento de vitória sobre o outro, ao invés de perdoar. Porque a sensação com que se fica é de que quem perdoa perde e a vitória é do prevaricador perdoado.

Perante a profundidade das feridas provocadas, e de um sofrimento que impregna todas as dimensões do ser humano, perdoar imediatamente, parece ser uma impossibilidade, num horizonte distante. Mas para tudo há um tempo⁵⁶¹. Perdoar é assumir, tal como reconciliar é conviver na diferença: «o que não foi assumido, não foi curado»⁵⁶².

Trata-se da possibilidade de os homens se perdoarem uns aos outros. Perdoar é possível, e é uma forma de praticar o amor, tal como o Senhor nos mandou: «amai-vos uns aos outros» (Cf. Jo 13, 34; 15, 12-17). Perdoar é a alegria de dar, e receber, do irmão, a oportunidade, voto de confiança, acolhimento, reinserção ou reintegração e revalorização social do outro.

Quem assume o acto de ter perdoado, não se sinta derrotado pelo facto de não ter de volta o que perdeu ou a honra da sua dignidade. Pelo contrário, ganha a paz e a liberdade, por ele conquistada, de coração e vontade. O perdoado também ganha o seu retorno à convivência familiar e social.

O perdão pressupõe pecado e sentimento de culpa. O perdão confronta corajosamente a ofensa do pecador e olha o pecado nos olhos. «A memória e a narrativa do passado, são condições essenciais para que possa haver perdão»⁵⁶³.

O reconhecimento da culpa é facilitado pelo conhecimento da realidade. Tanto para quem

⁵⁶⁰ AM 14.

⁵⁶¹ Cf. Sónia Monteiro, «Será este o tempo do perdão? Uma análise do dinamismo do perdão no contexto dos abusos sexuais na Igreja», em *Uma anatomia do poder eclesial* (Lisboa: Universidade Católica Editora, 2022), 172.

⁵⁶² Gregório de Nanziano, Epistola 101, 32 : SC 208, 50. Citado por Sónia Monteiro, *Uma anatomia do poder eclesial*, 172.

⁵⁶³ Sónia Monteiro, Monteiro, «uma anatomia do poder eclesial», 172-173.

perdoa como para quem é perdoado, a realidade onde, quando, como e porquê as coisas aconteceram e para quê, a finalidade de se abrir à verdade, são pressupostos indispensáveis para que o perdão seja um facto. Caminho esse que «estabelece nexos casuais»⁵⁶⁴ entre o mal praticado e o agente causado.

No passado, não se permanece, nele se passa. Quem permanece no passado está condenado a repetir, no presente, os mesmos erros do passado, porque nele adormeceu e estagnou. O passado é útil, enquanto referência, para se evitarem os mesmos erros, no presente, e projectar o futuro. É deste modo que o homem evolui durante o tempo, desenvolve acções, e com o conhecimento e a experiência, vai transformando o meio e construindo a história.

Neste ensaio pedagógico, de manutenção da paz e ressocialização intercultural dos povos, a reconciliação social, a verdade ou o levar ao conhecimento da história, são a via apontada para Angola, enquanto caminha para a concórdia entre os cidadãos e a harmonização das instituições. Quem quer reconciliação, deve abrir-se para a inclusão, sem excluir a memória, porque o saber é tudo aquilo que resta, depois de tudo ter acontecido, e o que se esqueceu.

Importa referir que a relação entre a memória e o perdão não é de causalidade, ou seja, de “causa-efeito”, o indispensável é a verdade e a vontade sincera, tanto da parte de quem perdoa quanto da do perdoado, no confronto entre as realidades passadas (história-memória) e a presentes (convívio actual). As nuvens da procura, o desconhecimento e a expectativa, que criam ansiedade e inundam de nervos, quem perdeu algo ou alguém, ficam aclaradas pela confissão sincera, em prol da reposição da verdade⁵⁶⁵.

O perdão, enquanto possibilidade factível, não advém apenas do confronto entre a memória histórica e o presente, realiza-se simultaneamente com a vontade de um futuro melhor.

A condição da reconciliação entre todos os angolanos passa pela aceitação de que as memórias são todos, porque todos são vítimas das agruras históricas. O passado recente angolano não poupou ninguém, absolutamente.

«Nesta tensão entre o peso da história e o horizonte de um novo começo, entre as consequências do pecado e a perspectiva de uma nova vida, que se tece e germina a

⁵⁶⁴ Monteiro, 173.

⁵⁶⁵ Cf. Monteiro, 173.

possibilidade do perdão. A libertação dos grilhões do pecado, a integração da história e o advento de um novo começo, devem ser lidos à luz da criação e da sua acção contínua na história, que não pode ser precipitada, antecipada ou dividida»⁵⁶⁶.

A história, enquanto registo é, por assim dizer, a memória por excelência, de que não podemos abdicar, porque a memória é inerente ao homem. «Se abdicássemos da memória, perdoar confundir-se-ia com um acto de magia, cuja pretensão seria apagar o passado, agindo como se nada tivesse existido»⁵⁶⁷. No nosso entender, o perdão é um acto da verdade do homem inerente ao seu bom senso e sensibilidade que expressa amor e humanismo.

Para perdoar, «não se trata de simplesmente dar tempo ao tempo»⁵⁶⁸. Quanto maior for a mágoa, maior é a capacidade requerida de perdoar. Por outro lado, para perdoar não se espera apenas que se curem as feridas e se apaguem as cicatrizes, «perdoar exige apenas a paciência da espera»⁵⁶⁹. O perdão apenas requer a participação humana, posto que «não existe uma relação directa entre cronologia e axiologia (...) a conversão não depende da circunstância cronológica»⁵⁷⁰.

O tempo é capaz de influenciar na facilitação da integração do passado, enquanto facto memorado, mas não é condição suficiente para inviabilizar ou viabilizar o perdão. Tal como diz Sónia: «não é o decorrer do tempo, ou o conhecimento, ou mesmo eventuais suposições, mas apenas a verdade que pode conduzir à liberdade»⁵⁷¹.

A reconciliação faz-se no presente, com e a partir do passado, para se garantir um futuro harmonioso e socializado. A ideia de que a conversão se faz olhando apenas para o futuro, é fruto de uma concepção moderna e meramente evolucionista; mas não se faz apenas uma ideologia do tempo, sob pena de se suspender a ética e negligenciar as circunstâncias⁵⁷².

De acordo com as questões levantadas por Johannes Baptist Metz:

«Será pugnante actitude revolucionária de expectativa iminente que ameaça a nossa vida política? Ou não será muito mais uma resignação evolucionista relaxada,

⁵⁶⁶ Monteiro.

⁵⁶⁷ Monteiro.

⁵⁶⁸ Monteiro, 173.

⁵⁶⁹ Monteiro, 173.

⁵⁷⁰ Monteiro.

⁵⁷¹ Monteiro.

⁵⁷² Cf. Monteiro, 174..

sobrecarregada pela experiência de um tempo vazio, e de certa forma temporal? Esta é uma resignação que há muito penetrou as bases espirituais da nossa vida social (...). Pois, quando a história é paralisada pela pressão anónima de um tempo evolucionista ilimitado, o que realmente se segue, é que a política se converte em administração (...)»⁵⁷³.

Há que se ter também em boa linha de nota a concepção judaico-cristã do tempo, que imagina o mundo dentro de um horizonte limitado e interligado, no qual, a memória e a narrativa, são categorias indispensáveis para o próprio entendimento do e da história⁵⁷⁴.

A reconciliação provém do reconhecimento da culpa, a vontade sincera de cura ou perdão por parte da pessoa ferida ou ofendida, que readmite a outra, o ofensor. No âmbito católico, são: o exame de consciência, sincero arrependimento, propósito firme para não tornar a pecar, sincera contrição dos pecados, a confissão dos pecados, a penitência e a absolvição.

O perdão pode induzir o indivíduo a um novo começo, ou recomeço, da sua vida, marcada pela dor, mas revitalizada pelo novo alento da graça do acolhimento e readmissão ao convívio social.

O perdão deve distanciar-se de quaisquer pretensões que conduza a um novo mal ou novo sofrimento, causado por algum desentendimento por um caso já resolvido antes. «O perdão não representa um plano terapêutico ou a prescrição de uma solução»⁵⁷⁵.

As acções ou actos de desculpabilização têm como limite o desculpável. Pois, o perdão incondicional é a capacidade empreendida e que vai além do entendimento e explicação humana e, por isso, dom de amor. Tal é o ideal da reconciliação que é, restabelecer e restaurar laços e relacionamentos de amizade inter-humanos.

Por isso, perdoar é, para todo e qualquer homem, um acto livre, de amor e incondicional, que para Sónia, quem assume a realidade não é obrigado a perdoar necessariamente como condição, mas que o facto de assumir, cria condições para que o perdão aconteça⁵⁷⁶. O perdão não é um

⁵⁷³ Johannes Baptist Metz, *A Passion for God: the Mystical Political Dimension of Cristianity*, Tram. J. Matthew (James Matthew) Ashley (New York: Paulist Press, 1998). 77-78. Cf. Monteiro, «uma anatomia do poder eclesiástico», 175.

⁵⁷⁴ Cf. Monteiro, 175.

⁵⁷⁵ Monteiro, 178.

⁵⁷⁶ Cf. Monteiro.

direito nem um dever. O perdão excede os ditames da lei e da justiça, enquanto orgânicas de deveres implicativos de ordem legislativa⁵⁷⁷. «O perdão abre a possibilidade de uma vida nova, atravessada pela graça. Todavia, essa vida nova carrega em si as marcas do sofrimento (cicatrizes). Por isso, o passado não fica meramente no passado, que o corpo recorda e as feridas não desaparecem simplesmente»⁵⁷⁸.

Note-se que, «se alguém disser: “Eu amo a Deus”, mas odiar a seu irmão, é mentiroso, pois quem não ama a seu irmão ao qual vê, como pode amar a Deus, que não vê?». (I Jo 4, 20). Este texto, porém, não exclui de modo algum o amor de Deus como algo impossível; pelo contrário, [...] tal amor é explicitamente requerido. Nela se destaca o nexó indivisível entre o amor a Deus e o amor ao próximo: um exige tão estreitamente o outro que a afirmação do amor a Deus se torna uma mentira, se o homem se fechar ao próximo ou, inclusive, o odiar. O [...] amor ao próximo é uma estrada para encontrar Deus, e o fechar os olhos diante do próximo torna-nos cegos, também, diante de Deus⁵⁷⁹.

Quem conhece e acredita no amor de Deus para as pessoas por Ele criadas, à Sua imagem e semelhança, diante de determinadas situações desafiantes da vida, e da fé, sobretudo, feche os olhos ao próximo, torna-se também cego diante de Deus.

Diante das situações em que a pessoa é chamada a perdoar, lembre-se que o perdão tem uma dimensão supra-humana e, por isso, se constitui ligado aos mistérios da encarnação, e redenção, operados por Cristo em benefício da humanidade Divina. E nisto, humanamente falando, o perdão está “mais próximo da impossibilidade, do que do que é devido” por lei sobrenatural ou divina⁵⁸⁰.

O ser humano, perante alguma perda, ofensa, lesão, dor ou desaparecimento físico de alguém que lhe é próximo, sente tanto sofrimento que, além do tempo, não tem outra forma de se consolar e sensibilizar, do que concedendo o perdão.

O perdão parte do coração limpo e não magoado ou repartido entre a paz e a dor. E quando é assim, o perdão só deve ser negociado a partir da justiça. Tal como diz Paul Ricoeur: «a justiça

⁵⁷⁷ Cf. Monteiro, 179.

⁵⁷⁸ Monteiro, 178.

⁵⁷⁹ Cf. Papa Bento XVI, «*Carta Encíclica sobre o amor cristão: Deus caritas est*» (Libreria Editrice Vaticana, Roma, 25 de dezembro de 2005), https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20051225_deus-caritas-est.html.16.

⁵⁸⁰ Cf. Monteiro, «*uma anatomia do poder eclesiástico*», 179.

funciona numa lógica de circularidade, mas o perdão implica um movimento vertical, que pressupõe uma assimetria entre quem perdoa e quem é perdoado; entre a altura do perdão e a baixeza da falta»⁵⁸¹. Pois, humanamente falando, «nunca será suficiente o que se faça para pedir perdão»⁵⁸².

⁵⁸¹ Paul Ricoeur, *A Memória, A História, O Esquecimento*, 479.

⁵⁸² Papa Francisco, Carta dirigida ao povo de Deus, Santa Sé (Roma), 20 de agosto de 2018.

CONCLUSÃO

Quem pretende viver bem, constrói a paz e a segurança convivendo, não necessariamente na uniformidade ou na conformidade, mas na compreensão e sincera vontade pela unidade e coesão social. Isto é expressão inequívoca de amor ao país.

Amar o país significa ter plena consciência de que viver é caminhar juntos “no mesmo barco” e as crises devem ser ultrapassadas também juntos, unidos e coesos⁵⁸³.

Diz Tolentino de Mendonça, «amamos pela força e pela fragilidade»⁵⁸⁴. E, citando Simone Weil, diz: «quando é o reconhecimento da fragilidade a inflamar o nosso amor, a chama deste é muito mais pura»⁵⁸⁵. O amor ao país exige que se coloque em prática a compaixão; ou seja, sentir a dor do outro, colocar-se na pele do outro que sofre.

Eu e o outro, juntos, construímos a paz e desenvolvemos o país. É assim que, juntos, formamos uma sociedade e cultura da paz, que evolua para a paz social. Entendemos nós que, é pela harmonização social, que juntos somos mais fortes, porque “a união faz a força”; “unidos, somos mais capazes” e, “entre todos, tudo é mais fácil de fazermos”. Acenamos pelo diapasão sócio-agregador, alicerçado num ambiente de convivência fraterna, na qual, “a paz social” é o motor e o acelerador do desenvolvimento. «O desenvolvimento é o novo nome da paz»⁵⁸⁶, pois é com a paz que se alcançam os desideratos mais nobres.

⁵⁸³ Cf. José Tolentino Mendonça, *O que é amar um país: o poder da esperança* (Lisboa: Quetzal, 2020), 14.

⁵⁸⁴ Mendonça, 17.

⁵⁸⁵ Mendonça.

⁵⁸⁶ Cf. GS 42.

«As colunas da verdadeira paz são a justiça e aquela forma particular de amor, que é o perdão»⁵⁸⁷.

CAPÍTULO 7: OS SINAIS DE CONSOLIDAÇÃO DA PAZ EM ANGOLA

⁵⁸⁷ João Paulo II, Mensagem para o dia Mundial da Paz de 2002.

INTRODUÇÃO

Angola viveu durante muitos anos uma guerra fratricida que assolou grande parte da população, causou graves problemas sociais e familiares deixando muitas sequelas na vida dos angolanos. Daí a necessidade se assumir com responsabilidade e seriedade, o compromisso dos Acordos de paz, uma vez que todos os outros acordos assinados anteriormente fracassaram e castigaram o país todo; atrasou o desenvolvimento em todos os sentidos; condenou e hipotecou o futuro de muitas famílias e matou milhares de vidas.

Tendo-se tomado consciência de que a paz é um bem inalienável, vamos procurar por em evidência os sinais que proporcionam a estabilidade da paz e possam catapultar o país à reconciliação social.

7.1 O sonho de uma Angola reconciliada

A reconciliação não é uma ideologia e, por conseguinte, não é uma utopia. É uma possibilidade e sonho de cada homem que luta pela liberdade e bem-estar, seu e da sociedade. A reconciliação é um facto factível.

O “sonho por uma Angola reconciliada”, é o título de um texto testemunho do então Bispo Dom Benedito Roberto, da Diocese do Sumbe, em Angola, posteriormente Arcebispo de Malanje, a nossa origem. Por ser o protagonista da aposta na continuação da nossa formação, convém-nos partilhar o seu sonho que afinal é o nosso. De seguida, transcrevemos na íntegra, o texto que realmente é uma fotografia e radiografia que descreve a situação, motivo da nossa reflexão, sobre a ingente necessidade de reconciliação em Angola. O texto espelha, claramente, as causas da decadente situação, no pós-independência, as consequências e os sérios riscos que os desentendimentos políticos, ideológicos, culturais e religiosos têm levado Angola ao desastre.

«o trabalho da Igreja sempre foi marcado pela preocupação com as pessoas. Houve um empenho de fazer com que a formação do angolano fosse integral, sobretudo através do trabalho levado a cabo nas Missões. Foi nesse tempo que eu notei como a Igreja sofria com o sentimento quase frustrado do povo angolano, de se querer tornar independente, dono da sua própria terra. O povo sentia uma enorme dificuldade de exprimir esta aspiração e a maioria dos padres estava com o povo.

A formação que se dava nas Escolas das Missões preparava os angolanos para se conhecerem melhor a si próprios e aprender a dirigir os destinos da terra, num contexto de independência.

Angola Independente

Vivi o 25 de Abril de 74 em Malanje, mas a celebração da festa da independência teve lugar no Huambo. A independência, que é um acontecimento muito importante na vida de um povo, foi vivida com uma natural euforia. 25 anos depois, partilho da frustração generalizada do povo, no sentido em aquilo que o povo esperava, não é o que se realizou. Mas tal não tira o valor da independência.

A nossa independência deu-se num contexto de entusiasmo marxista de um sector importante dos que tomaram o poder. A Igreja foi acusada de obscurantista que não ajudava a concretizar os objectivos propostos pelo marxismo. Mas, mesmo com o marxismo mais radical, a Igreja continuou a ser fiel a si própria e a viver com as

populações. Não aceitou pôr-se à margem e, pouco tempo depois, foi reconhecida e o seu trabalho tolerado, mesmo pelos mais radicais. Ela foi e é respeitada em Angola.

O país está como todos sabem. A situação é intolerável. Não se conseguiu, até hoje, encontrar caminhos de reconciliação e paz que acabem com a dilaceração das populações. Muita gente parece já não ter perspectivas de futuro. Não vemos como a guerra vai acabar, sem os angolanos terem a coragem de se esquecerem do passado e, acima de tudo, no interesse da pátria. A nível eclesial, mais do que nunca, a Igreja está hoje forte e querida por quantos acreditam ainda que a paz é possível. As propostas da Igreja correspondem às expectativas das populações, no que diz respeito à paz que seria, sem dúvida alguma, a maior prenda do Jubileu.

O Movimento Pro-Pace, e outros que emergiram da Sociedade civil, estão a mentalizar governantes e povo para a urgência da paz. O Movimento Pro-Pace está a canalizar esforços de muitos angolanos, que procuram os verdadeiros caminhos para uma autêntica paz em Angola.

Comunicações sociais e direitos humanos

São muitos os esforços em favor da paz e dos direitos humanos. A Rádio Ecclesia, o Jornal 'Apostolado' e o Centro Cultural Mosaiko, são corajosos nas propostas que apresentam e nas posições que tomam.

A Rádio Ecclesia está a ser vítima das condições económicas difíceis em que se vive em Angola. Gostaríamos de a fazer ouvir em todo espaço nacional. Seria um óptimo meio para educar o povo para a paz. Luanda, onde se escuta a Rádio Ecclesia, tem muita sorte. Mas o nosso sonho é estendê-la a todo o país. Quanto ao Jornal, as dificuldades maiores são as de distribuição e poder de compra por parte das pessoas.

Há que dar os parabéns aos dominicanos, que incentivam muito a formação e intervenção na delicada área dos direitos humanos. A Comissão Episcopal 'Justiça e Paz' também está muito activa. E não são os únicos, graças a Deus. É um terreno perigoso, mas vital para que se abram caminhos de justiça e paz. A nível governamental, nem sempre é bem compreendida esta maneira de agir, mas a preparação do povo, para estas questões de justiça e paz, é inquestionável. Estou convencido de que um país só estará verdadeiramente em paz e só será democrático, quando respeitar os direitos humanos.

Sonho com uma Angola reconciliada, que vai conseguir ultrapassar as sensibilidades políticas e compreender que a paz vale mais que este ou aquele partido. A nível eclesial, sonho com uma Angola com sacerdotes à altura das exigências pastorais. Serão muitos e frutos de uma preparação intensa, profunda e séria, nos planos académicos, pastoral, moral e espiritual. Vamos ter uma Igreja muito forte»⁵⁸⁸.

Por: Dom Benedito Roberto (1946-2020).

7.2 Pedido de perdão e entrega dos restos mortais

Desde 2002 à presente data, houve uma mudança de paradigma em Angola. No Memorando de paz assinado no Luena, produziu-se o ponto de viragem, que aponta novos caminhos para a reconciliação entre todos os angolanos.

Até ao presente momento, são volvidos já 21 anos de paz ininterrupta, e de manifestações de vontade de não retorno à guerra, por parte dos políticos, militares, sociedade civil e da população em geral.

O partido que governa tem estado a dar sinais de abertura à reconciliação entre os angolanos. Alguns dos clarividentes e louváveis sinais de reconciliação são a entrega dos restos mortais de alguns angolanos, vítimas do genocídio de 27 de Maio e, nos conflitos armados entre o MPLA e a UNITA, os da parte da UNITA, e das certidões de óbito dos falecidos, aos familiares, para a realização do óbito, o digno sepultamento dos seus entes queridos, a realização do luto e a comba, segundo os usos, hábitos e costumes da cultura dos familiares.

Os partidos na oposição têm vindo a colaborar com o governo no sentido de dirimirem os passivos dos acordos rubricados e juntos pugnam pelo cumprimento dos compromissos assumidos aquando das assinaturas dos acordos de paz.

A Assembleia Nacional da República de Angola aprovou a 27 de abril de 2020, a proposta de Lei do Regime Especial de Justificação de Óbitos Ocorridos em Consequência dos Conflitos Políticos.

Com base na notícia veiculada no jornal de Angola: «o chefe de Estado referiu que o processo de reconciliação, iniciado a 4 de abril de 2002, amplamente aplaudido e encorajado, deve ser

⁵⁸⁸ Tony Neves, Angola: a Igreja Católica pela paz (Lisboa: Rei dos Livros, 2001), 37-38. Cf. Acção Missionária, março 2000, 12.

contínuo e com o compromisso de todos, em renová-lo constantemente, para que se fortaleça e se consolide»⁵⁸⁹.

Diz o jornal de Angola, foi nesse quadro que o chefe de estado criou, por despacho presidencial de 16 de maio de 2019, a Comissão para a Reconciliação em Memória das Vítimas dos Conflitos Políticos desde a nossa Independência Nacional e que tem vindo a trabalhar num ambiente de harmonia com os representantes dos partidos políticos com assento parlamentar, com membros de Organizações da Sociedade Civil e familiares das vítimas.

A proposta, na melhor das intenções possíveis, visa efectivar o processo da reconciliação entre os angolanos, pondo em marcha promessas antigas, acelerar e simplificar o registo de óbito e emissão de certidões de óbito, respeitantes às vítimas dos conflitos políticos ocorridos em Angola, dispensando o recurso à via judicial.

De realçar o período e os condicionalismos que o país atravessou ao longo dos últimos 50 anos, desde que o país começou a ver sacrificados os seus melhores filhos, que sonhavam e lutavam por amor à Mãe Pátria. Segundo o jornal de Angola:

«O processo de emissão das certidões de óbito das pessoas falecidas em consequência dos conflitos políticos ocorridos no país, no período entre 11 de Novembro de 1975 e 4 de Abril de 2002, já está em curso, refere uma nota do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, enviada ontem à redação do Jornal de Angola. De acordo com o comunicado, para obter o documento, os familiares das vítimas ou outros interessados, devem dirigir-se à conservatória do registo civil, lojas de registos, Delegação Municipal de Registo Civil ou Administração Municipal ou Comunal da sua área de residência.

No local, devem apresentar um requerimento, contendo a identificação do requerente (nome completo, estado civil, filiação, naturalidade, residência, número do Bilhete de Identidade e contacto telefónico) a identificação do falecido, informações possíveis sobre as circunstâncias da morte (data e local) e se deixou herdeiros e bens»⁵⁹⁰.

Dadas as circunstâncias e o clima em que o país esteve mergulhado, o modo como tudo aconteceu, o Presidente da República reconheceu: «é de se esperar que não se consigam localizar

⁵⁸⁹ Jornal de Angola, «*Sincero Arrependimento*»: Presidente pede desculpas públicas e perdão pelas vítimas dos conflitos», N^o 16366, 27 de maio de 2021, Edições Novembro/Ano 45., <https://www.jornaldeangola.ao.>, 2.

⁵⁹⁰ Jornal de Angola, «*Familiares devem dirigir-se às Conservatórias*»: Certidões de óbito para vítimas de conflitos já estão a ser emitidas», N^o 16361, 22 de maio de 2021, Edições Novembro/Ano 45 edição., 2.

e identificar os restos mortais de todas as vítimas, mas tudo faremos para que o maior número possível de famílias atingidas possam realizar um funeral condigno dos seus ente-queridos, pedindo, desde já, a compreensão de todos aqueles casos em que não for possível atingir este objectivo»⁵⁹¹.

Apesar de as mortes terem ocorrido em tempos, períodos, lugares e momentos diferentes na história do país, o estado angolano, começou, no espírito da reconciliação e unidade, por decretar⁵⁹²:

- a) “o dia da paz e unidade nacional” como data de feriado nacional;
- b) entregou os corpos de Jonas Malheiro Savimbi, falecido no dia 22 de fevereiro de 2002 nas matas do Luvo, região de Lukusse, província do Moxico e o do seu sobrinho o General Arlindo Chenda Pena “Ben Ben” falecido a 19/10/1998 em Johannesburg, África do Sul;
- c) criou uma comissão *ad hoc*;
- d) começaram a ser emitidas as «certidões de óbito das pessoas falecidas em consequência dos conflitos políticos ocorridos no país, no período entre 11 de Novembro de 1975 e 4 de Abril de 2002»⁵⁹³;
- é) e no dia 27 de maio de 2021, decorridos sensivelmente 46 anos, desde a proclamação da independência nacional, o Presidente da República de Angola, João Manuel Gonçalves Lourenço, proferiu um pedido público de desculpa aos familiares das vítimas dos conflitos ocorridos desde 1975 até 2002, dizendo:

«Não é hora de nos apontarmos o dedo, procurando os culpados; importa que cada um assuma as suas responsabilidades na parte que lhe cabe. É assim que, imbuídos deste espírito, viemos, junto das vítimas dos conflitos e dos angolanos no geral, pedir humildemente, em nome do Estado angolano, as nossas desculpas públicas e o perdão, pelo grande mal que foram as execuções sumárias naquela altura e naquelas circunstâncias»⁵⁹⁴.

O Presidente da república de Angola, João Lourenço, disse mesmo que o pedido de desculpas não se resume apenas em palavras: «reflecte o nosso sincero arrependimento e vontade de pôr fim à

⁵⁹¹ Xavier António, Jornal de Angola, «Presidente pede desculpas públicas e perdão pelas vítimas dos conflitos», 2.

⁵⁹² Jornal de Angola, «Certidões de óbito para vítimas de conflitos já estão a ser emitidas», 2.

⁵⁹³ Jornal de Angola, «Presidente pede desculpas públicas e perdão pelas vítimas dos conflitos», 2.

⁵⁹⁴ Jornal de Angola, 2.

angústia que ao longo destes anos as famílias carregam consigo, por falta de informação sobre o destino dado aos seus entes-queridos»⁵⁹⁵.

Segundo notícias tornadas públicas a 15 de Novembro de 2021 pelos órgãos oficiais da comunicação social angolanos, o governo entregou os restos mortais de Adolosi Paulo Alicerces Mango, então secretário-geral da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e de Salupeto Pena, representante do partido UNITA na Comissão Conjunta Político-Militar, numa cerimónia conduzida pela Comissão para a Implementação do Plano de Reconciliação das Vítimas de Conflitos (CIVICOP)⁵⁹⁶, dirigida pelo Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos de Angola, Francisco Queiroz. Nesta mesma senda, e até à data de hoje, já quase se está a estender por mais algumas províncias do país, além de Luanda, a prática de entrega de certidões de óbitos aos familiares das vítimas dos conflitos armados, a partir de 1975 até abril de 2002, que tenham solicitado a referida certidão.

De realçar a vontade expressa pela reconciliação, um sentimento de atitude de coração cicatrizado, na intervenção exemplar do tio de Salupeto Pena, Esteves Pena, que disse: «É doloroso, mas para a reconciliação, nós estamos dispostos que isso seja um exemplo para todos os angolanos, a reconciliação é necessária»⁵⁹⁷.

No dia 13 de junho de 2022 foi a enterrar João Jacob Caetano (Monstro Imortal), o primeiro citado na obra: “Purga em Angola” como um dos heróis vivos do 27 de Maio em Angola.

Depois de ter abandonado a UPA, Monstro Imortal, juntou-se ao MPLA em Leopoldville em 1961 e foi dos primeiros militantes enviados a um dos países do Leste (Checoslováquia), onde fez formação militar. Em 1966 foi chamado a Brazzaville e destinado como Comandante do *Esquadrão Cienfuegos*, que deve atingir a 1ª Região Político-Militar do MPLA às portas de Luanda passando pelo território do Congo-Leopoldville. Depois de ter chegado às margens do Rio Kwanza, torna-se comandante e coordenador da Comissão Directiva, restituindo-lhe vitalidade⁵⁹⁸.

Vimos unir-nos ao vasto leque de construtores de pontes, que já existe, contribuindo também, com o nosso querer e experiência de vida, na pacificação dos espíritos e na reconciliação social

⁵⁹⁵ Jornal de Angola, 2.

⁵⁹⁶ Cf. Jornal de Angola, 2.

⁵⁹⁷ Jornal de Angola, 2.

⁵⁹⁸ Cf. Jean-Michel Mabeko Tali, *Dissidências e Poder de Estado: o MPLA perante si próprio*, I vols. (Luanda: Nzila, 2001), 191. Cf. Arquivos da PIDE, Processo PI 2704, João Jacob Caetano, vol.2, fls. 533 ss.

entre os angolanos. Tal desiderato, só é alcançável com o conhecimento e aplicação da verdade dos factos históricos, dos processos, objectivos, interesses e meios utilizados ao longo das anteriores épocas, pois a reconciliação é amor, que não escamoteia a verdade pela verdade.

7.3 Para um novo paradigma de reconciliação social em Angola

Um novo paradigma é a novidade que a luta pacífica, por um país de todos, e para todos, onde haja o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais da pessoa humana sejam observados entre todos e por todos; defendidos por lei e fiscalizados por um órgão ad hoc atinente a construção e manutenção da cultura de paz e reconciliação social. Um país sem repressões políticas, culturais, linguísticas e religiosas. Um inclusivo, onde a intolerância seja proibida e punível. Um país sem prisões arbitrárias e selectivas. Um país sem assassinatos esporádicos sem esclarecimento nenhum. Um país que pela paz e reconciliação social aplique a justiça de restaurativa, reparativa, reconstrutiva e reintegrativa de todas as vítimas.

7.3.1. Propostas para uma reconciliação social para Angola

Para que Angola seja um país que serve ao seu próprio povo, assegure o exercício pleno da cidadania; respeite os direitos humanos; preserve a identidade e a cultura nacionais. A reconciliação social implica coesão entre todos os cidadãos.

A paz e a reconciliação entre todos na sociedade, são valores inalienáveis e imprescindíveis para a manutenção da paz.

Angola é por si mesma um país multiétnico; multiracial; multilinguístico; multirreligioso; multicultural e, por conseguinte, um conjunto de nações. Porém, a reconciliação exige um pacto político e social que concilie a sociedade e o Estado; ou seja, o governo e o povo.

O nacionalismo tendeu sempre à divisão; pouco ou nada uniu os povos, culturalmente falando. Os movimentos de libertação nacional enveredaram as suas ideologias na tribalização partidária e resultou em exclusões linguísticas entre os do Sul e os do Norte.

A Reconciliação Nacional, por si só, antes da implementação da democracia participativa (mais virada à unidade nacional e ao amplo projecto de sociedade) e a economia de mercado, é capaz

de criar ainda mais assimetrias regionais e sociais. A democracia é um dos principais instrumentos, para uma verdadeira reconciliação.

A reconciliação social é reunir ou tornar a unir todos, sem excepção. É o ideal da vida humana, vida em sociedade: viver e trabalhar juntos na diversidade de saberes e experiências. É a prática da paz social que alavanca o desenvolvimento, como diz o Papa Paulo VI: «o desenvolvimento é o novo nome da paz»⁵⁹⁹.

Para a efectivação da reconciliação social em Angola, o novo paradigma de construção de sociedade ou reconstrução social basea-se num pacto de sociedade, fundado no diálogo para a unidade de todos, sem excepção de raça; cor; língua; religião; idade; identidade; origem ou cultura.

Para a construção da Paz e Reconciliação Social em Angola, propomos:

- a) uma luta pacífica pela liberdade, soberania, respeito, responsabilidade; e a despartidarização dos órgãos de Estado para o bem-estar e desenvolvimento de todos;
- b) Que se institua um sistema de governação inclusivo através de um Pacto de Regime ou Contrato Social (partilha de poder entre as forças políticas e a sociedade civil);
- c) Que se opere, por via da consulta pública e parlamentar, uma reformar profunda da Constituição da República; da Lei Eleitoral e a CNE seja dirigida por um responsável neutro, partidariamente;
- d) Que se realizem, periodicamente, não apenas as eleições gerais, mas também as autarquias em toda extensão do território angolano;
- e) Que haja separação, autonomia e independência dos poderes dos Órgãos de Soberania do Estado e a despartidarização das Instituições do Estado;
- f) Que se priorize a reconciliação social como um processo experiencial, protegido por leis que exijam: tolerância, respeito, liberdade, igualdade, fraternidade, equidade, honestidade e a probidade pública de cada angolano;
- g) Que o sistema de ensino e aprendizagem seja profunda e positivamente reformado. Haja uniformização da verdade histórica, sem tabus nem preconceitos partidários, culturais e religiosos. Que se implemente no sistema de ensino e aprendizagem uma

⁵⁹⁹ PP 76.

disciplina de Educação para a paz, que seja: amor à pátria ou valores culturais e cidadania;

- h) Sejam confiadas as tarefas do desarmamento das mentes, a correção das cicatrizes e mágoas internas e a desconstrução das memórias negativas, à Educação, às Igrejas e à Ordem Interna;
- i) Há necessidade de se criar leis que velem, com seriedade, pelo direito e a legitimidade da paz. Um organismo que zele pelo diálogo reconciliador, ao nível de um Ministério, autónomo e apartidário;
- j) Que se doptem medidas exequíveis, para eliminar ou reduzir ao máximo as assimetrias regionais e conflitos étnicos e tradicionais entre as tribos;
- k) Que sejam reconhecidos de igual modo, “heróis nacionais”, todos os líderes dos Movimentos de luta pela Independência Nacional de Angola;
- l) Que sejam incluídos mais jovens em todos os órgãos e instâncias de soberania e profissionais, junto dos mais velhos, para contribuírem nas tarefas da governação e desenvolvimento do país. Os jovens são os principais actores das revoluções e indispensáveis para a reconstrução e recuperação dos valores morais, culturais e sociais em esquecimento nas sociedades. Definam-se modelos de promoção e aproveitamento das capacidades da juventude⁶⁰⁰;
- m) Ter-se consciência de que “um reino dividido é fácil ser derrubado e acaba em ruínas”. Angola é de todos os angolanos e dos que a amam, e não de um só grupo partidário ou étnico-linguístico.

7.4 Angola nos trilhos de uma paz promissora

O processo de reconciliação nacional em Angola, dum modo geral, começou em 2002 com o fim da guerra civil. Neste mesmo mês, o governo de Angola criou a Comissão para a Implementação do Plano de Reconciliação, em Memória das Vítimas de Conflitos Políticos.

⁶⁰⁰ Cf. Simpson, «The missing peace: independent progress study on youth and peace and security», United Nations Population Fund, 2015, <https://www.unfpa.org/resources/missing-peace-independent-progress-study-youth-and-peace-and-security>.

O governo angolano criou uma comissão para implementação do plano de reconciliação, com o objectivo de estabelecer as bases para a consolidação da paz e da reconciliação, unir os angolanos e afastar os fantasmas que ainda ensombram o passado recente de Angola.

No nosso entender, a reconciliação é um processo que também é um caminho, deve ser consolidado todos os dias e entre todos, com actos e práticas atinentes à inclusão e não à exclusão. A reconciliação começa no momento em que participamos juntos, cónscios do nosso passado, mas vencidos pela vontade de viver em paz.

«A reconciliação e perdão pressupõem a admissão de que foram cometidos crimes e a identificação dos seus responsáveis. Para que a iniciativa da reconciliação seja um facto exequível, não se pode omitir a busca da verdade; a identificação dos responsáveis pelos crimes; o efectivo pedido de perdão é indispensável para que haja a concessão de perdão»⁶⁰¹.

De facto, para que haja perdão, temos de saber a quem se perdoa. Tem de se saber previamente quem incorreu em crimes e de que forma, quem teve a autoria material e moral. Só assim poderá haver reconciliação. Quem o diz não sou apenas eu, não somos apenas nós; a União Africana, de que Angola é membro, aprovou um documento, denominado “*Política de Justiça Transicional*”, no qual refere que os mecanismos da justiça tradicional africana podem assumir as seguintes características⁶⁰²:

- Reconhecimento da responsabilidade e o sofrimento das vítimas;
- Demonstração de arrependimento;
- Pedidos de perdão;
- Pagamento de reparação ou compensação (justiça reconstitutiva, reparativa ou restaurativa?);
- Reconciliação.

Muitos defendem que a reconciliação e o perdão pressupõem a admissão de que foram cometidos crimes e, por conseguinte, a identificação dos seus presumíveis responsáveis. A reconciliação e o

⁶⁰¹ Cf. João Vasconcelos, «Resgatar a Memória do 27 de maio de 1977 em Angola», Esquerda, 26 de maio de 2017, <https://www.esquerda.net/opiniao/resgatar-memoria-do-27-de-maio-de-1977-em-angola/48893>. Acedido a 11/06/2021

⁶⁰² Cf. Vasconcelos.

perdão implicam a busca da verdade, por mais dolorosa que seja, sem receios, seja feita por ambas as partes.

Na sua leitura, João Vasconcelos, censura o Plano de Reconciliação anunciado pelo governo de Angola, por apenas estar no último ponto dos cinco supratranscritos, a palavra: “reconciliação”. Segundo João, esse plano, omite, completamente, o reconhecimento da responsabilidade que pressupõe a identificação dos responsáveis; a demonstração de arrependimento por estes; o pedido de perdão às vítimas e seus familiares e as compensações (que, aliás, não foram formuladas)⁶⁰³.

No debate sobre a reconciliação nacional em Angola com o tema: “o processo de paz em Angola como ponto de viragem para a reconciliação nacional”, que teve lugar na “Oficina do Conhecimento”, em que foram prelectores: Luís Domingos (jornalista e participante na guerra com o programa “Nação Coragem”); o General Marchal Ndachala (pela UNITA) e o Dr. Mário Pinto de Andrade, pelo MPLA. Convidados como testemunhas/memórias directas de grande parte da situação de guerra fratricida angolana, dissertaram um por um.

No entender de Luís Domingos, há «gestos encorajadores de reconciliação nacional que apontam para a paz, a tolerância, o respeito, a justiça, o diálogo, a unidade e a inclusão. Esses elementos são caminhos imprescindíveis e condição *sine qua non* para a efetivação da Reconciliação Nacional em Angola»⁶⁰⁴.

A reconciliação nacional, pressuposto fundamental para a construção de um país, tem vindo a ser ensaiada pelos angolanos desde há algum tempo, através da manifestação da vontade de não escalada de guerra nos momentos em que a paz tem estado ameaçada.

E neste prisma da reconciliação, a CEAST tem vindo a exercer um papel preponderante, desde os primeiros sinais da luta pela independência de Angola e, com maior frequência, nos últimos anos, desde que a paz é uma realidade. A título de exemplo, todos os anos, desde 1996, a Igreja Católica, em Angola, passou a celebrar, nos 4º domingos da Quaresma, o Dia Nacional da

⁶⁰³ Vasconcelos.

⁶⁰⁴ *O Processo de Paz em Angola como Ponto de Viragem para Reconciliação Nacional*, 2019, <https://www.youtube.com/watch?v=vzBYRzRHYJM>.

Reconciliação. A partir de 2019, a Comissão Episcopal de Justiça e Paz da CEAST tem organizado Jornadas da Reconciliação Nacional e da Paz⁶⁰⁵.

O debate sobre a reconciliação e a consolidação da paz afigura-se oportuno e imperativo. É necessário que se amplie e se uniformize o conceito de reconciliação nacional fazendo dele o esteio das políticas públicas adotadas pelo governo. A reconciliação nacional deve estar na agenda e compromisso da governação.

Reconciliar é restabelecer relações saudáveis e estáveis entre os homens que se reunificam e é indispensável para a liberdade, dignidade e segurança do cidadão. Ela é, por si mesma, garantia de igualdade, respeito, justiça e estabilidade social de todos os homens.

É urgente, pois, proceder-se a legitimação dos órgãos do poder e a reorganização institucional do país, para que a administração pública se caracterize pela credibilidade e empenho na resolução dos problemas do povo. Uma nação marcada pela pobreza, dificilmente se reconcilia.

É dever do Estado erradicar a miséria que afronta a dignidade nacional, devolver esperança à juventude abandonada, cuidar da geração da terceira idade e das crianças que hoje sobrevivem do lixo, atender os nossos veteranos das várias guerras e integrar o campo na economia nacional. Reconciliação nacional não é palavra morta. É sim um conceito dinâmico, que engloba as vertentes política, administrativa, económica, social e cultural. É um conceito que requer coragem para alterar paradigmas e visão para projectar horizontes mais distantes.

Marchal Ndachala, questionado a respeito dos passivos dos acordos de Lusaka, propôs: Se usamos atributos e elogios para o presidente José Eduardo dos Santos, como o “arquiteto da paz”, todos os que lutaram por Angola seriam também chamados por: os “cabouqueiros da paz”. Se não, esses atributos deveriam antes, e sobretudo, dar lugar ao respeito e à honra da dignidade das vítimas dos conflitos armados. Assim, saberia bem e aliviaria de que maneira as dores de todos os lesados, nós, as memórias vivas das guerras fratricidas. Para tal, Ndachala sugeriu que se erguesse um “monumento à reconciliação”. Dizia Ndachala, em tom de brincadeira: “No dia em que for inaugurado esse monumento e se a sociedade angolana vier a concordar, deveremos todos

⁶⁰⁵ Cf. Anastácio Sasembele, «Igreja em Angola celebra Dia Nacional da Reconciliação com apelos à tolerância», 1 de abril de 2022, <https://www.vaticannews.va/pt/africa/news/2022-04/igreja-em-angola-celebra-dia-nacional-da-reconciliacao-com-apelo.html>.

pedir perdão; um perdão geral por todos os males que aconteceram, simbolizando assim o abrir de um novo capítulo da nossa história”⁶⁰⁶.

Oswaldo Mboco, professor universitário também presente no debate, apelou para que o processo saísse dos meandros políticos e se estendesse ao nível de toda sociedade angolana. Para Oswaldo, assim, estaríamos a sarar as feridas e a caminhar para uma paz que deve ser consolidada todos os dias. O processo de reconciliação nacional deve ser fruto da participação de todos os angolanos.

A paz que já dura 20 anos em Angola, é uma oportunidade sem igual para juntos cultivarmos a paz e a concórdia entre todos os angolanos. Os tempos de complicações, desentendimentos, desconfianças e violações de acordos rubricados, quase ficou no esquecimento e ultrapassado com o tempo, o que de visível ficou é apenas o atraso do bem-estar das populações e o subdesenvolvimento do país.

Valorizar a Reconciliação como reunificação ou nova união entre irmãos, filhos da mesma Nação que, por divergência de pensamentos, escolhas e vontades, dividiram-se, guerrearam-se, feriram-se, mutilaram-se, distanciaram-se e, inclusivamente, mataram-se.

Pelo que, este ensaio é mais um contributo, entre muitos, no sentido socio-obrigatório para o perdão mútuo entre irmãos, que pelas circunstâncias da vida, calharam pertencer a uma região, a uma família, a um grupo ético ou estrato social diferente, viveram desavindos, em desentendimento, em conflito ou em rivalidades.

Um país reconciliado, é um lugar agregador, integrador social, não exclusivista, mas que inclui e valoriza cada e todas as pessoas humanas.

Luís Domingos apelou: “A nossa paz ainda é frágil, o nosso processo de reconciliação nacional também é frágil. Precisamos conversar mais, precisamos aproximar as nossas diferenças. Temos de resolver isso o mais depressa possível”, disse o jornalista que afirma ter visto “feridos, militares, e a serem abandonados, sem assistência médica”, durante a guerra.

Os prelectores, solicitados para um pedido de desculpas à nação (aos angolanos), a começar por Mário Pinto de Andrade, disse: “o MPLA tem orgulho da sua história, mas não tem orgulho dos seus erros, nem pode ter”. Segundo Andrade, o partido no poder tem uma “palavra de ordem: corrigir o que está mal e melhorar o que está bem”.

⁶⁰⁶ Cf. *O Processo de Paz em Angola como Ponto de Viragem para Reconciliação Nacional*.

Para Mário Pinto de Andrade, o Ruanda seria um bom exemplo a seguir para a consolidação da paz angolana, uma vez que se conseguiu erguer após o genocídio de 1994, no qual extremistas hútus levaram a cabo um massacre contra tutsis e hútus moderados, que deixou cerca de 800 mil mortos: «o Ruanda, hoje, é um exemplo de estabilidade política, económica e social do continente africano e tem ganhado vários prémios. O Ruanda é um exemplo para o mundo, exemplo de reconciliação, democracia e crescimento económico»⁶⁰⁷, considerou Andrade.

Por sua vez, Marchal Ndachala, dirigente da UNITA acusa Luanda de fugir ao diálogo e defende debates fora da Assembleia Nacional. E disse: «No Ruanda dialogou-se muito, em Luanda dialoga-se pouco. Significa dizer o seguinte: queremos levar todo o nosso diálogo para o Parlamento. Eu entendo que os consensos devem ser feitos fora do Parlamento»⁶⁰⁸.

Questões que não se calam no âmbito do movimento do estado da questão, são as da existência da verdadeira paz num mundo de desigualdades e assimetrias humanas e regionais: Como conviver com quem te fez mal? Poderá haver paz duradoura, num mundo predominantemente injusto (justiça deficitária)? Poderá reinar paz genuína, onde não se reconhece a verdade sublime de que os homens são todos iguais e, por isso, irmãos uns dos outros por natureza e dignidade, porque criados à imagem e semelhança de Deus?

A reconciliação das memórias angolanas é para nós um assunto e uma necessidade abrangente e profundamente humanizadora, que corresponde tanto à dimensão sublime (espiritual), Igreja, quanto à social ou civil (o comum dos homens em sociedade), às forças e poderes tradicionais civis e militares.

Neste momento, a nossa estimativa é o contexto geral angolano todo e, por conseguinte, mais abrangente, estendendo-nos ao âmbito da vida social, cultural, económica, política e da ética social das organizações humanas; tanto para cristãos como não cristãos: ateus, agnósticos, indiferentes, e praticantes da fé. A reconciliação das memórias, que somos todos nós os angolanos, pelas circunstâncias histórias e por inerência das vicissitudes da fragilidade e limitações da natureza humana, vivemos ainda como «lobos» entre homens.

Nesta primeira fase do trabalho, fundamentalmente, focamo-nos na Reconciliação como reunificação ou nova união entre irmãos desavindos, filhos da mesma Nação. Ou seja, apontamos

⁶⁰⁷ *O Processo de Paz em Angola como Ponto de Viragem para Reconciliação Nacional.*

⁶⁰⁸ *O Processo de Paz em Angola como Ponto de Viragem para Reconciliação Nacional.*

para um sentido mais lato do aspecto social de perdão mútuo e fraternal. Num próximo é que certamente apresentaremos uma abordagem exclusivamente sacramental da reconciliação.

No caso vertente, a reconciliação das memórias angolanas, visamos os homens e mulheres, irmãos uns dos outros, que por diferentes circunstâncias da vida, calharam pertencer a uma região, a uma família, a um movimento ou organização política, a um grupo ético ou estrato social diferente, viveram desavindos, em desentendimento, em conflito ou em rivalidade. Agora em paz, impõe-se-lhes o diálogo para a reunificação.

Angola, a partir das suas tradições culturais e multiétnicas, a colonização, a descolonização e consequências da descolonização, as guerras frias, as assimetrias regionais, as discrepâncias sociopolíticas e o fosso entre muito ricos e extremamente paupérrimos, assassinatos massivos e injustificados de pessoas e desterro de cidadãos ao exílio, são o foco da nossa proposta com vista à reunificação, para uma nova Angola socialmente unida.

Como lidar com quem te fez mal? Perdoar sempre; o princípio da não-violência e a institucionalização de um organismo neutro, a nível ministerial, para a efetiva reconciliação nacional. Vimos, com estas propostas, contribuir para que se evite a prática de crimes sistemáticos, nocivos e mirabolantes, entre filhos da mesma Pátria.

A Reconciliação é um processo exequível e caminho obrigatório e urgente para a paz social. Um caminho que se faz caminhando com a responsabilidade individual e sacrificial, entre as vítimas e os protagonistas, directa ou indirectamente. A sadia convivência é a meta por se alcançar.

Olhando para o *modus vivendi* e *operandi* humano, ampliamos o nosso entendimento, dando o enfoque à sensibilidade pela beleza da vida, no que tange à necessidade de se dignificar e reconfigurarem as atitudes do homem pelo homem, sobretudo no que diz respeito à gestão de conflitos, impondo-se a paz e, por conseguinte, a Reconciliação efectiva e social, como é o nosso apanágio.

Acima de tudo, há que se saber de onde o ser humano vem, como está e para onde vai. O primeiro e basilar pontapé de partida para a reconciliação social é amar: amar a Deus, amar ao próximo como a ti mesmo.

Uma alerta feita por Ntoni-a-Nzinga:

«As armas estão caladas, mas a paz é frágil. A reconciliação nacional não é apenas fazer um discurso, dizer que a partir de agora estamos bem. Não. É preciso chegar a um certo entendimento comum. Por exemplo, o Presidente pediu perdão por aquilo que aconteceu, mas não há explicação porque é que aconteceu. Essa é a parte que até aqui não foi bem tratada e a qualquer momento, uma fricção toma uma forma de violência e alguém pode lembrar-se desses momentos. A reconciliação não se faz apenas ao dizer “reconheço” ou “perdão”, mas tem de se fazer um certo trabalho para que as partes no conflito entendam o que fizemos mal e, a partir de agora, entendermos o que é que se deve evitar»⁶⁰⁹.

Não somos pessimistas, mas realistas e, acima de tudo, sonhadores por concretizações humanas, porque acreditamos no homem. Tal já o dizia Joseph Kizerbo: “onde há homem há ideias, projectos e realizações”. Temos plena certeza de que todos temos projectos para os filhos, netos e, para o país em geral. Que haja uma paz duradoura em Angola, o nosso ideal é que reparemos as coisas (até os problemas), não deixemos problemas de tamanha gravidade para gerações futuras. Portanto, é necessário irmos preparando o futuro para as próximas gerações com realismo, coragem e verdade. O contrário é adiar os problemas.

É tempo para se implementar melhor organização governativa, adoptar um plano ou sistema de governação que se adequa às culturas locais e aos valores modernos mundiais da contemporaneidade.

⁶⁰⁹ Daniel Ntoni-a-Nzinga, que foi presidente do Comité Inter-Eclesial para a Paz em Angola de 2000 a 2008. O mesmo também participou no processo de paz pós-Apartheid na África do Sul que implementou a Comissão de Verdade e Reconciliação.

CONCLUSÃO

Depois de mais de quase meio século desencontrados em termos política e socialmente falando, procuramos caminhos em conjunto para se reunir as famílias. Identificamos nos pronunciamentos dos Orgaos de Tutela, os governantes e partidos na oposição, sinais clarividentes de opção pela paz e ao não-retorno à guerra. Mas falar é uma coisa e fazer é outra.

Evidentemente, o dilema de como lidar com quem te/me vez mal prevalece, a pesar dos sinais expressos ao longo da nossa abordagem, sobreudo neste capítulo sétimo.

Passaram-se 46 anos desde que se proclamou a Independência de Angola. E 21 anos desde que o Memorando do Luena foi assinado. A nossa fé diz que é possível constituir um país unindo um conjunto de nações, desde que a tolerância, o respeito e as leis sejam os valores elementares e fundantes em defesa dos interesses de todos os cidadãos.

Aprendemos no Evangelho, “perdoar sempre”. Além disso, primamos pelo princípio da não-violência, e a institucionalização de um organismo neutro, a nível ministerial, para a reconciliação nacional efetiva, são algumas das nossas propostas que visam evitar a prática sistemática de crimes fratricidas.

O próprio Presidente da República, João Manuel Gonçalves Lourenço, pediu perdão e desculpas públicas às vítimas, em nome do Estado, e ordenou a localização e devolução dos restos mortais às famílias, mais a Certidão de óbito de cada falecido.

A paz quando dura e se estabiliza, permite o desenvolvimento integral das pessoas e do país em geral. E, a paz duradoura e estável, é a ideal para todos os continentes e países do planeta terra. Por isso, apelamos à clareza e à seriedade governativa (o papel do governo na manutenção e estabilidade da paz); à sociedade e os diferentes órgãos do estado no processo de reconciliação social pretendida.

«Bem-aventurados os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia». (Cf. Mt 5, 3-12).

**CAPÍTULO 8: MODELOS PARA A RECONCILIAÇÃO SOCIAL EM ANGOLA
POSSÍVEIS VIAS DE SOLUÇÃO**

INTRODUÇÃO

Todos os seres vivos almejam viver em paz. O ser humano, embora capaz de tomar iniciativas e protagonizar a guerra, luta incansavelmente pela paz e o seu bem-estar.

Neste capítulo: Modelos para a reconciliação social, procuraremos, com base no ideal da paz perpétua, identificar à nível dos países da Região Subsariana da África, onde se encontra Angola, referências com provas dadas de reconciliação para se compor um modelo de reconciliação apropriado para Angola.

Os modelos de reconciliação seleccionados são: o da África do Sul: “Verdade e Reconciliação”; o de Moçambique: “Reconciliação sem Justiça”; o modelo de Ruanda: “Justiça e Reconciliação”; e o de Serra Leoa: Reconciliação que nasce da combinação entre o Tribunal Internacional e a Comissão de Verdade.

8.1 A paz

À medida que o tempo passa, são muitos mais países que entram em guerra. O mundo vive variadíssimas situações e climas com alternância de períodos de: paz e guerra; terremotos; ciclones; crises pandémicas; secas; problemas religiosos e culturais de vária ordem. África é dos continentes mais afetado por muitos dos fenómenos supracitados. Sobretudo as guerras continuam, cada vez mais, a aumentar de país para país e com intensidade gravíssima.

Já dizia o pensador, Ayn Rand: «o homem é a única espécie viva que pode agir como seu próprio destruidor». Ou seja, homem cria os meios para autorrealizar-se e autodestruir-se.

Segundo Mário Pinto, citando fontes militares, o mundo, desde a sua criação, sempre viveu: “guerra-paz, guerra-paz (...)”. Logo, como ponto inicial com que norteou a sua reflexão, ditou a seguinte frase: «É na mente dos homens que nascem as guerras, mas é também na mente dos homens que se faz a paz». E, citando o Tenente-General Dr. Miguel Gomes, que falava na Universidade Lusíadas de Luanda, Mário Pinto deu a entender que a história universal registou até aqui centenas e centenas de guerras no mundo: “só a título de exemplo, no séc. XV houve 100 guerras no mundo. No séc. XVI houve 180 guerras no mundo. No séc. XVII houve 500 guerras no mundo. No séc. XVIII houve 370 guerras no mundo. No séc. XIX houve 120 guerras no mundo. No séc. XX houve 3.080 guerras no mundo”. É preocupante a exponencial multiplicação ou excesso de guerras que cada vez mais vão acontecendo. É de sublinhar e tomarmos nota da subida dos números no séc. XX.

Será que o mundo está, cada vez mais, a desentender-se? A que se devem tantas guerras, num mundo globalizado e cada vez mais evoluído tecnologicamente?

Segundo o professor Mário Pinto de Andrade, “as guerras sempre estiveram no centro da evolução científica e tecnológica do mundo; tal como também a paz sempre está na base do desenvolvimento da humanidade”⁶¹⁰.

O conceito de paz tem evoluído ao longo da história da humanidade. Paz não é mais a simples ausência da guerra ou a condição resultante do equilíbrio do poder entre as superpotências bélicas. Hoje, deve-se olhar e reflectir, também, no fim da violência estrutural e no que tange à predisposição para a guerra.

⁶¹⁰ Cf. *O Processo de Paz em Angola como Ponto de Viragem para Reconciliação Nacional*. Acessado a 17/06/2019.

«A palavra paz, usualmente, significa a ausência da guerra. Os termos guerra e paz seriam, nesse caso, opostos, antônimos. São, portanto, situações extremas. E estão, de facto, situadas em pólos opostos. Mas entre uma e outra existem situações e estágios intermediários»⁶¹¹.

A paz é uma expressão polissémica. De entre as várias formas de paz, cingimo-nos apenas numa abordagem atinente à paz pós conflitos. Porém, neste prisma, justifica-se o ponto de vista de Jorge Vieira da Silva, que define a paz a partir de conceitos relevantes nas Ciências Políticas, oferecendo uma base teórica para quem se predispor a estudar o tema paz.

A paz negativa é a mera ausência da guerra, o que não elimina a predisposição para ela ou a violência estrutural da sociedade. A paz positiva, é a que implica ajuda mútua, educação e interdependência dos povos. A paz positiva vem a ser, não somente uma forma de prevenção contra a guerra, mas a construção de uma sociedade melhor, na qual mais pessoas comungam do espaço social⁶¹².

Os homens, em todo o mundo, vivem cada vez mais ameaçados por guerras do que em paz. As disputas de interesses vêm tomando cada vez proporções mais alarmantes a nível das sociedades políticas, económicas, religiosas e familiares. Parece que os homens se estão a acostumar a viver entre períodos de: paz e guerra, guerra e paz.

Hoje, os estudos sobre paz e guerras permitem divisar de antemão, se haverá paz, unidade e livre circulação de pessoas e bens, ou não. Paulo Finuras, destaca as origens próximas das guerras:

1) a busca de ganhos territoriais ou a competição por recursos; 2) a procura de ganhos e/ou vantagens económicas; 3) causas religiosas; 4) nacionalismos; 5) vinganças; 6) revoluções; 7) conflitos civis internos e externos; 8) e guerras defensivas na forma preventiva e de libertação⁶¹³. Esta gama de motivos, originários das guerras, deixa-nos previamente avisados para a precaução e conservação da paz, cujo alicerce e colunas são a reconciliação.

Ao abordarmos a necessidade urgente e fundamental da reconciliação social das memórias angolanas, afloramos como uma gota no oceano das necessidades de paz e reconciliação em inúmeros países do planeta terra. Pois, Angola é apenas um caso, entre vários, que pelo mundo se multiplicam dia após dia.

⁶¹¹ Jorge Vieira Da Silva, «A verdadeira paz: desafio do Estado democrático», *São Paulo em Perspectiva* 16, n.º 2 (junho de 2002): 36–43, <https://doi.org/10.1590/S0102-88392002000200005>, 1.

⁶¹² Cf. Silva, 2.

⁶¹³ Cf. Finuras, «Por que razão fazemos a Guerra?»

Muitos cidadãos angolanos sentem-se permanentemente ameaçados e desenvolveram mecanismos psicológicos de defesa, para enfrentar o medo e o receio. “Estas respostas são reforçadas por valores culturais e educacionais, que não estimulam a expressão da aflição ou da dor”⁶¹⁴.

Porque não nos devemos acostumar com às guerras, propomo-nos ser, todos e cada um, um agente promotor de paz. As guerras, em toda a humanidade, foram sempre os principais motivos de instabilidade, atraso de desenvolvimento social e de divisões familiares e sociais. Os valores morais são terceirizados ou subalternizados pela “ética” da digladição e das leis do mais forte. Não se pode animalizar, como vida selvagem, a vida humana. Há países e Estados facilmente derrubáveis pelas potências económicas e militares.

A Organização das Nações Unidas (ONU), foi criada após a II guerra mundial, para assegurar a paz no mundo. Por muitas evidências, muitos críticos, à nível global, questionam-se muitas vezes, se a ONU será capaz de garantir a Paz no mundo, por via apenas da força da Lei, visto que cada vez mais, as leis têm menos força e peso que o dinheiro e as armas!

Nota-se que a complexidade dos sistemas políticos hodiernos, pouco a pouco, vai abeirando o mundo aos horrendos conflitos bélicos. E, o pior é que, onde há guerra, os valores morais são sempre relativizados ou invertidos. A guerra nunca é, e nunca será, uma expressão de valores primordiais para a humanidade. A paz sim!

Os interesses políticos e económicos de certos países e grupos (potências mundiais), têm sido os motivos de guerras, sobretudo nos países pobres, mas potencialmente ricos nos seus subsolos. São notáveis as fricções político-militares entre países e grupos potencialmente organizados, como se de um medir de forças se tratasse. Mas, ainda assim, estamos convictos de que cada caso é um caso e a complexidade das origens das guerras a nível do Mundial, apenas nos leva a que se trate caso a caso.

A paz e o bem-estar são o ideal humano. Os homens, desde os primórdios, procuraram sempre viver em paz e em segurança. A paz é um ideal universal.

As guerras, nos países africanos, vêm também se multiplicando. África, e Angola em particular, tem sido vítima de si mesma e de forças alheias a si (causas internas e externas dos conflitos

⁶¹⁴ José Fernando de Matos, «*O processo de paz em Angola como ponto de viragem para a reconciliação nacional*», 32.

armados). Somos, por esses e outros factores culturais e religiosos, a abordar com interesse pacifista, o que pode levar à extinção todo um país promissor.

Não se pode olhar, sereno e de ânimo leve, o perigo que representa para o mundo inteiro, a desleal competição política, económica e militar, que desemboca na sofisticação das armas e, a cada vez maior tendência de uso de bombas nucleares e tóxicas, em pleno séc. XXI! O que os poderosos pretendem, da vida no planeta?

O desiderato deste trabalho é a luta pela paz, o fortalecimento da democracia e a efectivação da reconciliação social. Por isso, traçamos um caminho pedagógico conducente à paz, à unidade e à reconciliação social denominado por perspectiva socio-reconciliadora.

A paz e a reconciliação são um Dom de Deus. Sem Deus, a paz dos homens é sempre efémera. Por isso, recorremos a Deus com súplicas de orações porque «a oração é a força da paz»⁶¹⁵.

Desta feita, depreende-se que, do binómio guerra paz pode-se evoluir para, no mínimo, três estágios distintos: a guerra, a paz negativa e a paz positiva; e assim se pode identificar: a guerra declarada e em curso, a chamada guerra fria, a preparação para a guerra ou para a eventualidade da guerra, a guerrilha, o terrorismo, a violência estrutural, a não-cooperação da paz negativa e, finalmente, a paz verdadeira ou, utilizando-se o termo de Galtung, a paz positiva⁶¹⁶.

Por outro lado, Jorge Vieira, citando a definição de Clausewitz, diz: a “guerra é um acto de violência com que se pretende obrigar o nosso oponente a obedecer à nossa vontade”. Porém, a guerra, “não é um acto isolado” e, segundo Jorge Vieira, é o “ápice de um confronto, ou seja, a mera continuação, por outros meios, da política. A guerra é a expressão do desejo político de impor uma vontade, quando a própria política é ineficiente”⁶¹⁷.

Depois da IIª Guerra Mundial (1939-1945), surgiu uma nova área de estudos, designada Estudos da Paz (*Peace Studies and Peace Research*)⁶¹⁸, que permitiu aprofundar a sua compreensão. Abandonou-se a concessão da paz como ausência de guerra (visão negativa e restrita), para abranger a criação de interações positivas e harmoniosas (visão positiva e abrangente).

⁶¹⁵ Papa Francisco, na oração do Angelus em Roma, 24 de outubro de 2022, às 10:47, abertura do encontro internacional de oração pela paz das religiões do mundo.

Cf. <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2022-10/papa-francisco-angelus-etiofia-ucrania-oracao-paz.html>.

⁶¹⁶ Cf. Silva, «A verdadeira paz», 2.

⁶¹⁷ Cf. Silva, 4.

⁶¹⁸ José Fernando de Matos, «O processo de paz em Angola como ponto de viragem para a reconciliação nacional», 33.

A partir da década de 1990, após o final da guerra fria (1945-1991), passa-se a falar da necessidade de construir uma cultura de paz⁶¹⁹. A partir desta Declaração, a paz não é apenas a ausência de conflitos, mas também requer um processo positivo, dinâmico e participativo em que se promova o diálogo e se solucionem os conflitos, num espírito de entendimento e cooperação mútuos.

Falar de paz negativa como ausência de violência, segundo Henrique M. Vicente, “impõe esclarecer as formas e causas de violência”. Ou seja, é possível distinguir três formas de violência: “direta, indireta ou estrutural e cultural”⁶²⁰.

A paz positiva implica ajuda mútua, educação e bem-estar entre os povos. A paz positiva vem a ser, não somente uma forma de prevenção contra a guerra, mas a construção de uma sociedade melhor, na qual mais pessoas comungam do espaço social⁶²¹.

Pois, tal como Galtung dá a saber, a paz positiva pressupõe a ausência total de guerras e a cooperação entre povos e nações. Refere-se à presença de relações justas e de não exploração, bem como ao bem-estar humano e à relação pacífica com a natureza. A paz positiva é a melhor forma de evitar quaisquer expressões de violência e existem diferentes métodos para assegurar a paz positiva entre as sociedades, tais como: a paz positiva direta; paz positiva estrutural e paz positiva cultural⁶²².

Já o Memorando do Luena foi um pacto de cessar-fogo, nascido de vários encontros realizados na província do Moxico, entre as forças militares do Governo e da UNITA, na sequência da morte, em combate, a 22 de fevereiro de 2002, de Jonas Savimbi. O pré-acordo de cessar-fogo foi assinado a 18 de março, em Cassamba, pelo general Sachipengo Nunda, das FAA, e pelo chefe de Estado-Maior das FALA, general Abreu Muengo Ucuachitembo “Kamorteiro”, que veio a falecer por motivos de doença a 28 de novembro de 2002⁶²³.

A partir do ano 2002, o governo angolano revelou-se aberto ao pluripartidarismo, à reconstrução e ao desenvolvimento e modernização das infraestruturas sociais, embora tímida e lentamente vai reformulando e reformando o sistema e as leis, inclusive a sua ideologia partidária

⁶¹⁹ Cf. Declaração das Nações Unidas sobre uma Cultura de Paz e Não-violência de 13 de setembro, 1999. Cf. José Fernando de Matos, 33-34.

⁶²⁰ Cf. Henrique Manuel Testa Vicente, *Cidadania e Desenvolvimento Social: Manual do Aluno - 12.º ano de escolaridade* (Timor – Leste: Timor, 2014), 88.

⁶²¹ Cf. Matos, «o processo de paz em Angola como ponto de viragem para a reconciliação nacional», 34.

⁶²² Cf. José Fernando de Matos, 34.

⁶²³ Cf. José Fernando de Matos, 37-38.

(monopartidária e comunista) está a inclinar-se para o social. Fez uma revisão e uma adaptação atípica à Constituição em 2010 e em 2022, na qual Angola é um país democrático e laico, um governo todo dependente do Presidente da República (opacidade na separação de poderes). Os ministros são auxiliares do titular do poder executivo; para não dizer da tendência de partidarização dos Órgãos e Instituições do Estado. Angola está na fase que denominamos por terceira república.

A primeira república: nasce a partir da Independência em 1975 (República Popular de Angola). A segunda república nasce ao quando da implementação dos Primeiros Acordos de Paz (Bicesse) que resultaram também na realização das primeiras eleições gerais em Angola, e a constituição do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN) em 1992. Nisto, caiu o “P” e o país passou a chamar-se: República de Angola. A terceira república, nasce com aprovação da Nova Constituição, em 2010, que pôs fim ao GURN, e ainda vigente na República de Angola.

Reconciliar não é tarefa simples, é um exercício de pacificação que é ao mesmo tempo alimentar a paz como cultura.

Angola viveu um passado de guerras civis atrozes e de extrema violência, coletiva e generalizada, que lesou profundamente os Direitos Humanos das populações.

Passado este que dividiu famílias inteiras tanto pelo tráfico de escravos como pelos conflitos fratricídios que mergulharam o país, durante várias décadas, em repugnantes banhos de sangue.

Como reunir ou tornar a unir pessoas que se digladiaram e se mataram uns aos outros? É o que no fundo se questiona, quando o mal é visto apenas no outro; como conviver com quem te fez mal?

Pois o que se pretende é reaproximar as pessoas por via do diálogo, do consenso do reconhecimento mútuo e do perdão interpessoal e da franca manifestação da vontade de paz e reconciliação social: A «reconciliação refere-se ao relacionamento, indicando uma situação pós-conflito, desacordo, ou a superação dos mesmos. Em síntese, é frequente o uso do termo para se referir a um sem número de estratégias centrais para a construção da paz»⁶²⁴.

De um modo geral, relança-se um processo de reaproximação e reunificação de pessoas ou coisas, destinadas a estarem juntas.

⁶²⁴ José Fernando de Matos, 43.

O que significa a reconciliação num contexto de construção da paz, numa fase pós conflito?
Quais caminhos a seguir para o alcance efectivo da reconciliação?

E olhando para o disposto na Carta Magna da República de Angola: alínea (d) “promover o bem-estar, a solidariedade social e a elevação da qualidade de vida do povo angolano, designadamente dos grupos populacionais mais desfavorecidos”; (h) “promover a igualdade de direitos e de oportunidades entre os angolanos, sem preconceitos de origem, raça, filiação partidária, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”⁶²⁵. Entendemos que a reconciliação é um acto de vontade, que se realiza em prol da reunificação e unidade das partes separadas por litígio ou divididas.

Contudo, a falta de vontade política, moral e coragem psicológica de transparência e sinceridade para uma paz efetiva, pode impossibilitar o desenvolvimento do processo da efectiva paz social e, concomitantemente, da reconciliação social.

Angola é, segundo a sua Carta Magna, “um país laico, democrático e de direito”⁶²⁶. A democracia é uma forma de governar com e para os cidadãos. É na democracia que se proporciona maior e eficaz liberdade entre as pessoas em sociedade. A ausência de uma verdadeira democratização no país, põe em risco a consolidação da paz e periga a liberdade, incapacita a partilha do diálogo, impossibilita a competição política, a separação dos poderes e a implementação da justiça social. Em países não democráticos, a tendência é a permanência do governo no poder; a captura do estado; a institucionalização da corrupção; o abuso do poder; fazer refém o país como propriedade privada; a não separação de poderes; tendência de controlo absoluto da sociedade pela partidarização das instituições; e a agudizam-se os actos de intolerância política⁶²⁷.

A porta de saída é o amor à pátria. A paz é o meio caminho andado tal como alcançada e se requer sem retorno em Angola. Podemos classificar ou tipificar este bem-estar (paz), pelas suas características ou origem: paz espiritual ou paz de espírito; paz negativa; paz positiva, e a ideia da paz perpétua.

8.1.1 A paz interior ou paz de espírito

A paz interior ou paz de espírito é a tranquilidade interior, do coração, psicológica e mental. Os tormentos desassossegantes provocados pelas múltiplas formas e tipos de violência, já

⁶²⁵ Lei Constitucional da República de Angola de 2010, Art. 21.

⁶²⁶ Lei Constitucional da República de Angola de 2010, Art. 2 e 10.

⁶²⁷ Cf. Matos, «*O processo de paz em Angola como ponto de viragem para a reconciliação nacional*», 38.

desenvolvidos anteriormente, tiram a paz de espírito à pessoa e a qualquer ser vivo.

Em termos psicanalíticos comportamentais, a paz de espírito é o estado interior em que o equilíbrio mental da pessoa está de acordo com o entendimento universal. A pessoa humana, por natureza, possui ferramentas para lidar com as adversidades, por meio do controlo da mente em situações de tensão, ansiedade, equilíbrio e adaptação.

Na cultura religiosa, a paz é alcançada por via da meditação, orações, reflexão e até yoga. Isso porque as divindades possuem um equilíbrio natural que as difere dos demais seres. É bem mais que um estado de júbilo: trata-se de plenitude.

Assim, paz de espírito é a busca de tranquilidade espiritual, estar em paz consigo mesmo, com os outros, com a natureza e com Deus. Estar em paz é algo relativo e inconstante, que devemos buscar todos os dias através do estado mental do equilíbrio.

O estado de paz interior garante serenidade, mas não significa ignorar os problemas, pelo contrário, é saber lidar com tudo, controladamente. O homem está plenamente consciente dos seus problemas, mas não se deve deixar abalar, a ponto de ser incapaz de os dominar ou dominar-se. Os problemas podem levar o homem abaixo. Assim, o homem poderá ser inferior aos problemas e incapaz de os dirimir.

A paz de espírito é um remédio libertador na pessoa humana. Por ela, a pessoa transcende e livra-se das falsas expectativas e dos anseios desmedidos de vitórias, ganhos, desforra e prosperidade utópica

A paz interior, ou espiritual, permite ao ser humano restabelecer o fluxo interno. Ou seja, ordenar nossa energia interna nos momentos desafiadores da vida.

Com a paz de espírito, o ser humano atinge um estado pleno de entender-se a si mesmo e ao seu redor: quem é, por que é, donde vem e para onde vai; os porquês e os para quês, inclusive avalia as suas acções do ponto de vista axiológico e das consequências. A paz de espírito bonifica o astral; a reflexão; o desenvolvimento intelectual, moral e religioso na pessoa humana. Estabiliza animicamente todo e qualquer ser vivo. Em termos globais, grosso modo, é a paz social na sua real expressividade e experiência.

O ser humano, para atingir a paz de espírito, deve abandonar-se ao bem comum, eliminar em si

o egocentrismo e o rancor. A ideia de si sobre o que perdeu, deve dar lugar a uma nova visão sobre a vida e o verdadeiro papel a desempenhar; ser útil, interveniente e interagir com o mundo externo a mim.

A paz interior ou paz de espírito repele as pessoas negativas. Pois, a paz de si mesmo é o melhor momento e estar na vida com os outros; requer um estado de alta elevação mental e desprendimento, para ser alcançada.

8.1.2 A paz negativa

A Segundo Henrique Vicente, a paz negativa começou por ser entendida como ausência de guerras ou conflitos entre Estados ou no seu interior. Esta terá sido uma das primeiras e mais difundidas definições de paz, divulgada no século XVII, pelo holandês Hugo Grócio, antigo teórico do Direito Natural, no seu trabalho, *De Jure Belli ac Pacis* (Sobre a lei de Guerra e Paz)⁶²⁸. Definição esta que mais tarde, Johan Galtung, sociólogo e matemático norueguês, viria a classificá-la como “paz negativa”. Porque a paz negativa, como apenas a ausência de violência, carece que se esclareça, de modo imperativo, as formas e causas de violência. Ou seja, é possível distinguir três formas de violência: direta, indireta ou estrutural e cultural⁶²⁹.

A paz negativa é, hodiernamente, todo e qualquer acordo negocial, rubricado com nuvens em alguns pontos nevrálgicos do processo, ou omissos nos autos, por desatenção, imposição, chantagens ou falsidade entre ou numa das partes implicadas. Mesmo em casos de guerra, o cessar-fogo enquanto ordem unilateral ou imposição contra a vontade franca e manifestamente expressa por ambos contendores, é um simples repouso das armas e recobrar de forças beligerantes, o que Kant chamará de “simples armistício”, nós denominamos por paz armistícia ou negativa.

A paz negativa é um calar das armas momentâneo e barril de pólvora em fermentação que, a qualquer momento, a explosão de guerra pode acontecer. À paz negativa Kant chama por “simples armistício”, isto é, um “adiamento das hostilidades”; um simples acordo formal de se parar de lutar, mas que não é necessariamente o fim da guerra; não é propriamente a paz. A paz perpétua significa o “fim definitivo das hostilidades”⁶³⁰.

⁶²⁸ Cf. Vicente, *Cidadania e Desenvolvimento Social*, 27.

⁶²⁹ Cf. Vicente, 27-29.

⁶³⁰ Cf. Immanuel Kant, *A paz perpétua e outros opúsculos*, trad. Artur Morão, Lda. (Coimbra: Edições 70, 2022), 130.

A paz negativa é aquela imposta pela força das armas ou insuficientemente negociada, ou mal aconselhada pelos actores morais. Uma paz alcançada por via da apologia de “fazer a guerra para alcançar a paz”, é a todos os títulos sempre efêmera. Como tal, também negativa e pouco durável, é a paz do sacrifício de vidas que clamam nos corações dos familiares que, tarde ou cedo, hão de rebelar-se em ajuste de contas. A paz negativa é um perigo, como um barril de pólvora.

De acordo com Kant, “as causas existentes para uma guerra futura, embora muitas vezes desconhecidas na sua profundidade, “destroem-se no seu conjunto, pelo tratado de paz”, mediante “escrutínios” penetrantes dos arquivos (a restrição de velhas pretensões a que nenhuma das partes faz menção no momento das negociações)⁶³¹.

8.1.3 A paz positiva

De acordo com Jorge Silva, “a paz positiva” implica ajuda mútua, educação e interdependência dos povos. Jorge Silva entende mesmo “a paz positiva”, como não apenas uma forma de prevenção contra a guerra, mas como a construção de uma sociedade melhor, na qual mais pessoas usufruam do espaço social⁶³².

A paz positiva pressupõe a ausência total de guerras e a cooperação entre povos e nações. Ela tem que ver com a existência de relações justas e de não exploração, bem como bem-estar humano e relação pacífica com a natureza.

De acordo com Jorge Silva, «a paz positiva é a melhor forma de evitar quaisquer expressões de violência e existem diferentes métodos para assegurar a paz positiva entre as sociedades, atrás de paz positiva direta; paz positiva estrutural e paz positiva cultural»⁶³³.

8.1.4 O ideal de “paz perpétua”

A paz perpétua é o sossego e bem-estar ideal preconizada por todos os homens. Viver bem e em segurança sempre e sem interrupção de nenhum dia ou futura, em qualquer sociedade ou país onde o indivíduo se encontre consigo mesmo e com os outros. É a paz para sempre, que o mundo inteiro, todos os seres vivos, almejam.

Para esta paz, Kant apresenta uma obra intitulada “A paz perpétua” contendo duas secções, três

⁶³¹ Cf. Kant.

⁶³² Cf. Silva, «A verdadeira paz», 39.

⁶³³ Cf. Silva, 39-40.

artigos e dois suplementos como propostas que viabilizam a efectivação de um projecto global estável de paz.

Apresenta o conceito universal da paz perpétua como sossego, bem-estar e tranquilidade. Para Kant, a paz perpétua é possível desde a paz seja obtida por via da negociação aberta e honesta. «Não deve considerar-se válido nenhum tratado de paz que se tenha feito com a reserva secreta de elementos para uma guerra futura»⁶³⁴. Ou seja, nenhum tratado secreto de paz será considerado válido se houver matéria reservada tacitamente para uma guerra futura.

Kant propõe ainda que para uma paz segura e perpétua, o Estado, enquanto personalidade jurídica colectiva, entidade de bem, é autónomo e incorruptível. «Nenhum estado independente (grande ou pequeno) poderá ser adquirido por outro mediante herança, troca, compra ou doação»⁶³⁵.

A história das conquistas das colónias, dos modelos de Estados, como é o caso das monarquias, regista factos de sucessão de poderes e governos por vias de vitórias em combates, casamentos, aquisições, hipoteca e imposições.

Um Estado não é uma propriedade privada de alguém ou de uma família, nem de uma instituição ou entidade singular, o Estado é um conjunto de instituições (entidade colectiva): povo, bens materiais e imateriais e território, estruturas administrativas sociais, militares, económicas, civis e políticas com uma entidade temporária, sobre o qual mais ninguém, a não ser ele próprio, tem de mandar e dispor⁶³⁶.

A proposta kantiana é que “os exércitos permanentes (*miles perpetuus*) devem, com o tempo, desaparecer totalmente”, porque ameaçam incessantemente os outros Estados com a guerra, em virtude da sua prontidão para aparecerem sempre preparados para ela. Os Estados estimulam-se reciprocamente a ultrapassar-se na qualidade dos mobilizados, [uma competição imoral, de formas] que não conhecem nenhum limite. Os Estados oprimem e ofuscam a paz, secundando o seu valor pelo avultado custo dos materiais bélicos cada vez mais sofisticados em meio à desleal competição de forças e poder. Os Estados e outras grandes organizações e organismos, são eles próprios a causa de guerras ofensivas. Os Estados e os seus sequazes, recorrem à guerra

⁶³⁴ Kant, *A paz perpétua e outros opúsculos*, 130.

⁶³⁵ Kant, 131.

⁶³⁶ Cf. Kant.

como pretexto para se libertarem, enquanto põem a soldo vidas humanas como máquinas instrumentalizadas para a morte (carne para canhões). É impossível haver uma harmonia entre as armas e homem, sob pena de se por o direito da humanidade à custa da vontade dum Estado belicista⁶³⁷.

A saída para a paz perpétua é de os Estados proibirem-se de “emitir dívidas públicas”, em termos de política externa. Segundo Kant, o sistema de crédito, como instrumento de oposição das potências entre si, enquanto sistema que cresce desmesuradamente e se constitui num poder financeiro que exige no momento as dívidas garantidas. Isto se constitui num poderoso tesouro para a guerra que supera os tesouros de todos os outros Estados em conjunto, e que só pode esgotar-se pela iminente queda dos impostos⁶³⁸.

De acordo com Kant, «nenhum Estado deve imiscuir-se pela força na Constituição e no governo de outro Estado»⁶³⁹. Tal medida, relança bem os princípios da autonomia e da legitimidade de cada Estado. Propõe Kant, no caso em que um Estado se divide por discórdias internas e cada qual represente para si um Estado particular com a pretensão de ser o todo; se um terceiro Estado presta, então, a ajuda a uma das partes não poderia considerar-se ingerência na Constituição de outro Estado⁶⁴⁰.

Kant já propõe implicitamente a “terceira via”: «Nenhum Estado, em plena guerra com outro, deve permitir-se o direito de tornar impossível futuramente a paz. Nem mesmo um Estado, em prélio contra outro, use assassinos (*percussores*), envenenadores (*venefici*), rutura da capitulação e instigação à traição (*perduellio*)»⁶⁴¹.

O momento e estado de guerra, chama a atenção e impele o ser racional e sensitivo para a autodefesa ou paz; isto é, à abertura e confiança no diálogo para a negociação das condições de paz. Caso contrário, torna-se um “extermínio”.

Diz Kant: «a guerra é certamente apenas o meio necessário e lamentável, no Estado da natureza (em que não existe nenhum tribunal que possa julgar, com a força do Direito), para afirmar pela força o seu direito. Na guerra, nenhuma das partes se pode

⁶³⁷ Cf. Kant, 131-132.

⁶³⁸ Cf. Kant, 133.

⁶³⁹ Kant.

⁶⁴⁰ Cf. Kant.

⁶⁴¹ Kant, 134.

declarar “inimigo/injusto” (porque isso pressupõe já uma sentença judicial)»⁶⁴².

Em guerra, nenhum contendor se considera inferior em relação ao outro, tal como entre Estados não se relacionam entre um superior e um inferior⁶⁴³.

Atenção, com Kant (1724-1804) estamos a ler uma obra de 1795! Não será que esse foi o pensamento ideológico pioneiro que veio a dar origem em 1945 à Organização das Nações Unidas (ONU)?

A instituição de um Estado de paz é um dever. Não se confia totalmente num simples cessar-fogo ou calar das armas. De acordo com a ideia de Kant, a omissão das hostilidades não é ainda a garantia de paz e se um vizinho não proporciona segurança a outro (o que só se considera em caso de Estado legal), cada um pode considerar como inimigo a quem lhe exige tal segurança⁶⁴⁴.

A Constituição civil de cada Estado, deve ser “republicana”, pois, garante a “liberdade” dos membros de uma sociedade, a independência de todos os cidadãos e a igualdade dos mesmos perante a lei⁶⁴⁵.

Para Kant, «o direito das gentes deve fundar-se numa federação de Estados livres. E o direito cosmopolita deve limitar-se às condições da hospitalidade universal»⁶⁴⁶.

Embora não é nosso objectivo propor modelo algum de estado para Angola, mas um Estado autónomo, independente e com instituições sólidas, garante sempre maior confiança a participação comum dos seus cidadãos na vida do país.

A paz perpétua, idealizada por Kant, é modéstia à parte, garantida pela solidez e a honestidade das instituições representadas pelas partes que rubricam os acordos. As “acções práticas” inclusivas as do Estado, ente de bem, geram entre os cidadãos relações pacíficas, sempre que feitas com sinceridade e espírito para serem perpétuas⁶⁴⁷.

A coesão nacional e o respeito pelos direitos, liberdades e garantias da pessoa humana, quando

⁶⁴² Kant, 134.

⁶⁴³ Cf. Kant.

⁶⁴⁴ Cf. Kant, 137.

⁶⁴⁵ Cf. Kant, 137-138.

⁶⁴⁶ Kant, 143-148.

⁶⁴⁷ Cf. Kant, 151.

a legislação magna dum Estado, rigorosamente zelada por ele, a paz perpétua não fica longe de ser um facto.

É na paz social, em que assenta o bem-estar do homem e os programas de governação de qualquer Estado que se preze, que se refletem a ideia do desenvolvimento social do país, do seu povo e a cooperação com os outros países e povos.

8.2 Modelos africanos de reconciliação?

A África não caminha isolada do mundo na prossecução da paz e reconciliação em cada um dos seus países. Reconhecemos, ainda assim, ser um dos continentes do mundo mais assolado por guerras, pobreza, fome, epidemias e subdesenvolvimento. Alguns dos países africanos têm dado provas de trabalho sério em prol da reconciliação entre os seus povos.

Após a existência de um conflito violento, com consequências sociais desastrosas, as sociedades vêem-se confrontadas com a necessidade de promover a paz e a reconciliação, numa dedicação, conjugada, de vontade para a consolidação da unidade e da concórdia na sociedade. Os homens de boa vontade sabem ouvir a voz interior, a voz do coração, e examinar com a própria razão os mecanismos que os conduzem ao bem-estar e à paz.

Viver bem consigo próprio e com os outros, só é possível em clima de paz, a paz em sociedade. Por isso, faz parte do percurso, em prol da efectivação da reconciliação, passar pelo alcance da paz, de que a sua consolidação é a Reconciliação Social.

Cingir-nos-emos em alguns dos processos ocorridos na África Subsariana, pela proximidade geográfica e cultural, para desenharmos a nossa proposta de reconciliação social. Olhamos para os modelos de reconciliação sul africano, no pós-apartheid; Moçambique, Ruanda e Serra Leoa.

8.2.1 O exemplo sul-africano: “Verdade e Reconciliação”

Entre os anos de 1948 – 1994, a África do Sul viveu um longo período de Apartheid, regime de segregação racial imposto pelo Partido Nacional, de extrema-direita.

A África do Sul conheceu várias guerras tribais, exclusão inter-tribal e violência. Já nos séculos XVII e XVIII, colonos africânderes e britânicos realizaram caça sistemática e eliminação dos povos nômadas indígenas; no início do século XIX, o evento Mfecane, conflito entre chefias de língua bantu em Natal, resultou em milhares de mortos e deslocamentos forçados, quando

decorria um processo de formação e dissolução do Estado, inspirado em Zulu. Durante a guerra anglo-bôer (1899-1902), as forças britânicas levaram mulheres e crianças bôeres para campos de concentração, onde mais de 20.000 morreram⁶⁴⁸.

Após a queda do apartheid, em 1994, o Estado Sul Africano criou condições políticas para que se levasse a cabo um processo de Reconciliação, a fim de se descobrir o máximo possível, da verdade sobre as violações passadas dos direitos humanos, promovendo a unidade e a reconciliação nacional. E para que houvesse maior credibilidade, seriedade, respeito e responsabilidade no processo, o governo sul-africano responsabilizou-se pela implementação e institucionalização da Comissão da Verdade e reconciliação (TRC).⁶⁴⁹ O referido TRC foi liderado pelo Arcebispo Anglicano Desmond Tutu durante os dez anos que a Comissão durou. Desmond Tutu, de feliz memória, faleceu recentemente a 26 de dezembro de 2021, aos 90 anos de idade.

8.2.1.1 As atribuições da Comissão da Verdade e Reconciliação

O Tribunal da Verdade e Reconciliação (TRC), instituído na África do Sul, era diferente dos Tribunais convencionais de justiça, pois, quem nele confessasse os seus crimes, não era julgado condenado em termos penais.

O Tribunal da Verdade e Reconciliação autónomo, responsável e coberto pela lei. Recebia e ouvia publicamente os familiares das vítimas; ouvia as confissões dos actos de violência cometidos por quem quer que fosse, inclusive aos militantes contrários ao regime do Apartheid. Tanto foi assim que o TRC dirimiu, pacificamente, as violações dos direitos humanos através das audições à nível nacional e internacional; reparação às vítimas; reintegração dos combatentes e os demais que cometeram de crimes de guerra e os confessaram⁶⁵⁰. Durante os dez anos que durou o processo, muitas questões puderam ser esclarecidas e foi uma verdadeira forma de cura de feridas interiores, pacificação de espíritos e restauração humana. O método de confissão da verdade, na África do Sul, possibilitou também um amplo processo de reconciliação social entre os grupos étnicos⁶⁵¹.

⁶⁴⁸ Cf. Samuel Cyuma, *Contexto do País: Atitude Formativa. Em Unidade e Reconciliação em Ruanda: Lições da África do Sul*, (1517 Mídia, 2019) 25–32. <https://doi.org/10.2307/j.ctv1ddcpqj.8>.

⁶⁴⁹ TRC: Truth and Reconciliation Commission (Comissão da Verdade e Reconciliação).

⁶⁵⁰ Cf. Samuel Cyuma, *Comissão da Verdade e Reconciliação: Descobertas da Documentação e Entrevistas de Campo. Em Unidade e Reconciliação em Ruanda: Lições da África do Sul*, (1517 Mídia, 2019), 33–40. <https://doi.org/10.2307/j.ctv1ddcpqj.9>.

⁶⁵¹ Cf. Mário Rodriguez Cobos, «A Verdade e a Reconciliação». Acedido a 1/06/2021, 17:35.

As pessoas contavam as suas histórias de vida (percurso) e depois o infrator reconhecia e expunha a verdade dos factos e como procedeu e, por último, com a ajuda da Comissão, buscava-se a expressão do perdão e, conseqüentemente, a reconciliação entre o ferido ou vítima e o ofensor ou agressor. Feito isto, oferecia-se amnistia sobre certas condições específicas⁶⁵².

Segundo estudos realizados por Brandon Hamber & Hugo van der Merwe, no seu artigo: “*What is this thing called Reconciliation?*”, há cinco formas ideológicas pelas quais as pessoas, na África do Sul, definiram a reconciliação, ainda que conscientes ou não⁶⁵³:

A primeira: uma de dissolução de identidades que se tinham tornado incompatíveis (no caso da África do Sul, identidades raciais criadas num determinado contexto político). Para Brandon Hamber & Hugo van der Merwe a “ideologia não racial da reconciliação” é a que define, essencialmente, a reconciliação como a dissolução das identidades raciais decorrentes das políticas do passado. Dentro desse modelo, as pessoas com atitudes racistas, são vistas como as principais culpadas pelas divisões e conflitos do passado. Elas são instadas a reconhecer o seu passado, para que possam tomar parte numa nova sociedade. Essa ideologia defende uma visão de uma nova sociedade “*arco-íris*” e converte as pessoas por meio da confissão e do reconhecimento, dentro de um ambiente social harmoniosamente integrado, por instrução do TRC⁶⁵⁴.

A segunda: baseada no entendimento inter-comunitário (apostar na comunicação e no estabelecimento de pontes entre comunidades com diferentes culturas, ideologias e histórias). Segundo Hamber & Hugo van der Merwe, a compreensão da reconciliação é uma ideologia baseada em uma compreensão intercomunitária. Este modelo vê as divisões do passado como consequência fundamental do facto de que a África do Sul é composta de comunidades

⁶⁵² Samuel Cyuma, «*Comissão da Verdade e Reconciliação: Descobertas da Documentação e Entrevistas de Campo. Em Unidade e Reconciliação em Ruanda: Lições da África do Sul*».

⁶⁵³ Cf. Brandon Hamber & Hugo van der Merwe, «*What is this thing called Reconciliation?*», *Professor Brandon Hamber Blog* (blog), 28 de março de 1998, <https://brandonhamber.blogspot.com/1998/03/what-is-this-thing-called-reconciliation.html>.

⁶⁵⁴ Cf. The first of these is what can be termed the non-racial ideology of reconciliation. The non-racial ideology essentially defines reconciliation as dissolving the racial identities arising from the policies of the past. Within this model people with racist attitudes (particularly whites) are seen to largely carry the blame for past divisions and conflicts. They are urged to acknowledge their past so that they can become part of a new society. This ideology implores the TRC to advocate a vision of a new "rainbow" society and to convert people through confession and acknowledgement into non-racial citizens within a harmoniously integrated social setting. Cf. Brandon Hamber & Hugo van der Merwe. Cf. Patrícia Magalhães Ferreira, «*Justiça e Reconciliação Pós-Conflito em África*», *Openedition journals: Cadernos de Estudos Africanos*, 2005, <https://journals.openedition.org/cea/1370>, p. 11.

separadas, com culturas e histórias diferentes. O processo de reconciliação visa superar às divisões do passado⁶⁵⁵.

A terceira: assente na ideologia religiosa (colocando a ênfase na confissão, na honestidade e no perdão entre inimigos). No entender de Hamber & Hugo van der Merwe, a ideologia religiosa da reconciliação, é forte porque se baseia nos ensinamentos de várias Igrejas que enfatizam a honestidade e o perdão. Esta posição, enfatiza a redescoberta de uma nova consciência dos indivíduos e da sociedade, através da reflexão moral, arrependimento, confissão e renascimento. Para Hamber, só despertando a consciência, é que podemos redescobrir a nossa humanidade comum⁶⁵⁶. Segundo Hamber, o Tribunal era visto como um órgão que pode confrontar as pessoas segundo a maldade dos seus actos e, desafiá-las arrependerem-se e não repetirem as atrocidades. Essa perspectiva pode confundir a ideia do perdão aos inimigos em relação à reconciliação⁶⁵⁷.

A quarta: abordagem dos direitos humanos (segundo a qual deve existir uma interacção social reguladora, através do Estado de direito e da prevenção de que certas violações de direitos voltem a verificar-se). Entende Hamber & Hugo van der Merwe, ideologia é a abordagem dos direitos humanos. Nessa perspectiva, a reconciliação é vista como um processo que só pode ser alcançado regulando a interação social por meio do estado de direito e evitando que certas formas de violação de direitos voltem a acontecer. Para promover a reconciliação por meio dessa ideologia, é preciso condenar o comportamento inadequado, independentemente de quem seja o responsável, e desencorajar as pessoas a repetir esses crimes por meio do estabelecimento de salvaguardas institucionais e sociais apropriadas. O papel do TRC era visto como um órgão que podia construir uma cultura de direitos humanos, ao trazer atrocidades à consciência pública. O TRC também era visto como um órgão que podia fortalecer os direitos humanos no país, fazendo recomendações sobre a prevenção de abusos futuros⁶⁵⁸.

⁶⁵⁵ Cf. The second understanding of reconciliation is an ideology based on an intercommunal understanding. This model sees the divisions of the past as fundamentally a consequence of the fact that South Africa is made up of separate communities with different cultures and histories. The process of reconciliation is then about bridging the divides of the past. Cf. Brandon Hamber & Hugo van der Merwe, «Professor Brandon Hamber Blog». Cf. Patrícia Magalhães Ferreira, «*Justiça e Reconciliação Pós-Conflito em África*», p. 11.

⁶⁵⁶ Cf. Brandon Hamber & Hugo van der Merwe, «Professor Brandon Hamber Blog».

⁶⁵⁷ Cf. A third notion is the strong religious ideology of reconciliation. This ideology is based on the teachings of various churches and places emphasis on honesty and forgiveness. This ideological position emphasises the re-discovering of a new conscience of individuals and society through moral reflection, repentance, confession and rebirth. Cf. Brandon Hamber & Hugo van der Merwe. Cf. Patrícia Magalhães Ferreira, «*Justiça e Reconciliação Pós-Conflito em África*», 12.

⁶⁵⁸ Cf. From this perspective, reconciliation is seen as a process which can only be achieved by regulating social interaction through the rule of law and preventing certain forms of violations of rights from happening again. To

E a quinta ideologia: encara a reconciliação como uma forma de construção da comunidade. A reconciliação a este nível, tal a entende, Hamber & Hugo van der Merwe, está geralmente preocupada com as relações individuais e não com valores amplos e abstratos de coexistência e tolerância política nacional. Essa ideologia veria os conflitos do passado como tendo quebrado a rede de relacionamentos interdependentes nas comunidades. A reconciliação, neste contexto, requer a eliminação da desconfiança entre as partes, anteriormente em conflito, e a reconstrução dos laços pessoais a nível local⁶⁵⁹.

Segundo Hamber, «as cinco ideologias podem e muitas vezes coexistem confortavelmente»⁶⁶⁰. Neste caso, reconhece-se que a tarefa de reconciliar ou reconciliar-se é bastante complexa, até para o próprio TRC. No entanto, de acordo com Hamber, espera-se por um consenso sobre uma definição mais clara, do que a usada nos últimos anos, e esta venha a servir para evitar conflitos sobre quem está ou não comprometido com a reconciliação⁶⁶¹.

«Desde então, a justiça se transforma: procura sempre em estabelecer os factos e em imputar a alguém, mas também em dar lugar e reconhecimento aos que foram vítimas dos factos. A justiça penal transformou-se ao mesmo tempo que uma nova justiça se desenvolveu, a justiça restauradora.

A justiça penal põe ao centro os factos do agressor para os medir com a lei e estabelecer pena. A justiça restauradora, por sua parte, põe ao centro a vida junto e, deste modo, reconhece a vítima como primeiro autor do processo que conduzirá em restaurar esta vida junto»⁶⁶².

promote reconciliation through this ideology one has to condemn inappropriate behaviour, irrespective of who is responsible, and discourage people from repeating these offences through setting up appropriate institutional and social safeguards. Cf. Brandon Hamber & Hugo van der Merwe, «Professor Brandon Hamber Blog». Cf. Patrícia Magalhães Ferreira, «*Justiça e Reconciliação Pós-Conflito em África*», Openedition journals: Cadernos de Estudos Africanos, 2005, <https://journals.openedition.org/cea/1370>, 12.

⁶⁵⁹ Cf. Understanding of reconciliation as a form of community building. Reconciliation at this level is generally concerned with individual relationships rather than with broad and abstract values of co-existence and national political tolerance. This ideology would see the conflicts of the past as having broken down the network of interdependent relationships in communities. Reconciliation in this context requires the clearing up of mistrust between previously conflicting parties and rebuilding personal bonds at the local level. Cf. Brandon Hamber & Hugo van der Merwe. Cf. Patrícia Magalhães Ferreira, «*Justiça e Reconciliação Pós-Conflito em África*», Openedition journals: Cadernos de Estudos Africanos, 2005, <https://journals.openedition.org/cea/1370>, 12.

⁶⁶⁰ These five ideologies of reconciliation can and often do co-exist quite comfortably. Brandon Hamber & Hugo van der Merwe. Cf. *What is this thing called Reconciliation?* Saturday, March 28, 1998 1º <https://brandonhamber.blogspot.com/1998/03/what-is-this-thing-called-reconciliation.html>

⁶⁶¹ Cf. Brandon Hamber & Hugo van der Merwe.

⁶⁶² «Dès lors, la justice se transforme: elle cherche toujours à établir les faits et à les imputer à quelqu'un, mais aussi à donner place et reconnaissance à ceux qui ont subi ces faits. La justice pénale s'est transformée en même temps qu'une nouvelle justice s'est développée, la justice restauratrice.

Digno de destaque é o estudo de Patrícia Ferreira que resume as cinco ideologias simplificadas por Hamber sobre as respostas dos sul-africanos, inqueridos sobre o que entendem por reconciliação. Pois é a compreensão de uma leitura objectiva e aplicada⁶⁶³:

- a) A dissolução de identidades que se tinham tornado incompatíveis (no caso da África do Sul, identidades raciais criadas num determinado contexto político);
- b) O entendimento inter-comunitário (apostar na comunicação e no estabelecimento de pontes entre comunidades com diferentes culturas, ideologias e histórias);
- c) Intervenção Religiosa (colocando a ênfase na confissão, na honestidade e no perdão entre inimigos);
- d) Denominada de abordagem dos direitos humanos (segundo a qual deve existir uma interação social reguladora, através do Estado de direito e da prevenção de que certas violações de direitos voltem a verificar-se);
- e) A reconciliação como uma forma de construção da comunidade.

No entendimento de Patrícia Ferreira, os métodos sul africanos são uma abordagem dos conflitos enquanto disruptores de uma rede de relações de interdependência anteriormente existentes nas comunidades, pelo que a reconciliação passaria por um processo de recuperação da confiança e de reconstrução de laços interpessoais e intergrupais, essencialmente ao nível local⁶⁶⁴.

A reconciliação contribui efectivamente para a restauração da ordem social, embora os estudos sobre esta questão ainda estejam pouco sistematizados. Apesar de alguns autores entenderem a reconciliação como um processo de acomodação entre pessoas, ou grupos, com perspectivas e interesses antagonistas. Há também quem preconize uma “*reconciliação pró-activa*”, isto é, que se insira na “*dinâmica das relações*”, tal como Lederach denomina: “*sistema de conflito*”, por forma a se criarem percepções e experiências novas, que sejam partilhadas entre os grupos em confronto. Para que aconteça uma “transformação do conflito”, a comunidade humana tende a adoptar “mecanismos de pacificação”, um processo dinâmico e «não-finito, em que os conflitos sociais não são nem fenómenos de curto-prazo, nem podem ser eliminados permanentemente,

La justice pénale met au centre les actes de l'agresseur pour les mesurer à l'aune de la loi et établir la peine. La justice restauratrice, quant à elle, met au centre la vie ensemble et, à cette aune, reconnaît la victime comme première actrice du processus qui conduira à restaurer cette vie ensemble». Cf.

Causse, «*Vers un renouvellement du sacrement de la réconciliation*», 34-35.

⁶⁶³ Cf. Patrícia Magalhães Ferreira, «*Justiça e Reconciliação Pós-Conflito em África*», p. 14. Acedido a 29/06/2021, 12:50.

⁶⁶⁴ Cf. Patrícia Magalhães Ferreira, 14.

mas antes devem ser alvo de uma transformação no sentido de melhorar a comunicação e compreensão mútua»⁶⁶⁵. É a promoção social de políticas da não-violência.

No entender de outros autores, a reconciliação representa um processo contínuo que está no centro das actividades de construção da paz. Uma ferramenta para a transformação das dinâmicas negativas do conflito em dinâmicas positivas de paz. Porém, um fim em si mesmo.

Objectivamente, podemos considerar a reconciliação realizável enquanto uma solução que saia do tripé: reconstrução; restauração; e reconstrução, num país pós-conflito.

A reconciliação é elemento essencial para estabilização e o progresso num país tão dilacerado como é o caso de Angola.

Para muitos críticos, a reconciliação nacional não é uma forma completa de promover a transformação ou resolução duradoura do conflito. Não constitui condição suficiente para a construção da paz. São as necessidades básicas humanas, tais como: a segurança, a própria identidade e a liberdade, que satisfazem e promovem a transformação e a resolução de qualquer conflito⁶⁶⁶.

Todos estes caminhos ou métodos, entendemos nós, são resultantes da vontade e sinceridade no diálogo tendente à transformação da situação de conflito para a paz e o próprio bem-estar. Ora vejamos:

- a) Se as necessidades estão a ser asseguradas por determinada instituição, esta recebe apoio, consolida-se e perpetua-se;
- b) a reconciliação nacional só pode completar-se se a ordem política e social for percebida pela generalidade da população como legítima.

Todas estas necessidades, devem estar no cerne, tanto teórico como prático, para a construção da paz. Há que se ter a coragem de aceitar e respeitar as reformas sociais em relação aos novos ventos. Desta feita, apontamos para o diálogo como ponto de partida para a transformação, que permitirá a institucionalização da paz, prolongada pelo processo de reconciliação social a longo-prazo⁶⁶⁷.

⁶⁶⁵ Patrícia Magalhães Ferreira, 14-16.

⁶⁶⁶ Cf. John Burton, *Resolving Deep-Rooted Conflict: A Handbook*, (Lanham London, University Press of, America, 1987) In: <https://journals.openedition.org/cea/1370>, 29/06/2021, 12:50.

⁶⁶⁷ Cf. Charles Lerche, «*Truth Commissions and National Reconciliation: some reflections on theory and practice*», in *Peace and Conflict Studies*», vol. 7, nº 1, 2000. (Blog). <http://www.gmu.edu/academic/pcs/LERCHE71PCS.html>.

De acordo com Patrícia M. Ferreira, para a efectiva resolução de conflitos, devem actuar vários níveis e actores: os líderes políticos e outros cargos de alta chefia, figuras com autoridade central na educação, saúde e as demais pessoas envolvidas nas comunidades locais⁶⁶⁸.

Comumente, os regimes pós-conflito, estão interessados, não só em sarar as feridas do passado, mas também, normalmente, em distanciarem-se dos seus predecessores ou da maior parte dos aspectos da fase anterior de conflito, aumentando a sua legitimidade e no apoio ao nível social, acontece realmente o mesmo. Nestas circunstâncias, alguns governos tentam promover a paz a todo o custo, descurando elementos estruturais importantes, que podem significar mais tarde o ressurgimento da violência⁶⁶⁹.

Para a eficiência da reconciliação, aconselham-se: a objectividade e a praticidade na formulação das normas acordadas, evitando assim ambiguidades⁶⁷⁰. Porém, o processo de reconciliação, enquanto exercício político, ao pretender encerrar o passado, pode salvar o Estado, mas não necessariamente “curar” a sociedade.

A reconciliação verdadeiramente social e nacional, prevenir-se-á a evitar o surgimento de novos fenómenos de violência: criminalidade e rebeliões, por conta das assimetrias sociais e das várias carências no seio das populações⁶⁷¹.

Há que destacar-se, nos processos de reconciliação, a importância das condições económicas e políticas, fazendo-as tomar parte na agenda para a governação; a agenda de transformação das relações Estado-sociedade, por forma a se melhorar a participação do cidadão na vida do país e a fiscalização das acções do governo⁶⁷².

Há também, de acordo com Hamber, vários estudiosos sobre a reconciliação, que direccionam o seu discurso à “justiça” para uma linguagem de terapia e cura, ou para o discurso “moral e

⁶⁶⁸ Cf. Patrícia Magalhães Ferreira, «*Justiça e Reconciliação Pós-Conflito em África*».

⁶⁶⁹ Cf. Patrícia Magalhães Ferreira

⁶⁷⁰ Cf. Charles Lerche, «*Peacebuilding through Reconciliation*», in *The International Journal of Peace Studies*, 1999. http://www.gmu.edu/academic/ijps/vol5_2/lerche.htm.

⁶⁷¹ Cf. Graeme Simpson, «*Reconstruction and Reconciliation: emerging from transition*», *Development in Practice*, vol. 7, n.º 4, pp. 475-478, 1997. <http://www.wits.ac.za/csvr>. Cf.

Graeme Simpson, 2000, *Rebuilding Fractured Societies: reconstruction, reconciliation and the changing nature of violence*, Centre for the Study of Violence and Reconciliation, South Africa, <http://www.csvr.org.za/papers/papundp.htm>.

⁶⁷² Cf. Donna Pankhurst, «*Issues of justice and reconciliation in complex political emergencies: Conceptualising reconciliation, justice and peace*», *Third World Quarterly* 20, n.º 1 (1 de fevereiro de 1999): 239-55, <https://doi.org/10.1080/01436599914027>.

religioso do perdão”, dando ênfase terapêuticos na psicologia individual, bem como nos princípios cristãos de relacionamento entre indivíduos⁶⁷³.

Para John Burton, há dois planos⁶⁷⁴ possíveis para a se conceder perdão e operar-se a reconciliação: o plano prático e o teórico. No plano prático, é consensual que a verdade conduz ao perdão, e conseqüentemente, a «cura da sociedade», que é a reconciliação. No plano teórico, a resolução de conflitos assenta nos valores da cultura local e nas abordagens tradicionais locais. Este recurso aos valores culturais é actualmente aplicado em casos de construção e reforço de paz em situações de pós-conflito⁶⁷⁵.

De facto, a tradição bantu, tem como bases a hospitalidade, a convivência, a solidariedade, ritos de iniciação e outras festas familiares, que facilitam as reuniões comunitárias e a resolução de conflitos.

8.2.2 O exemplo de Ruanda: Justiça e Reconciliação

No Ruanda, não há reconciliação sem justiça. O governo assumiu a responsabilidade de acusar e julgar a maior parte dos que participaram nos massacres do genocídio de 1994.

Há um debate teórico que reflete a existência de uma tensão entre a Reconciliação e a Justiça pós conflito. Tal debate sugere: há que se escolher, reconciliação ou justiça. Neste quesito, alguns advogam a importância primordial da reconciliação entre os antigos contendores, mesmo que isso implique a existência de amnistias, ou perdões sem punição, dos responsáveis por crimes de guerra ou atrocidades cometidas por regimes não-democráticos. Outros dão primazia à punição judicial dos culpados, para que seja possível uma paz duradoura: o factores de justiça transitória.

Brittany Fried, em 2017, fez estudos sobre a paz pós-genocídio de Ruanda, tendo como pontos focais, os reformados de guerra, para defender as comunidades mistas de hutus e tutsis; concluiu dizendo: «Até 1994, Ruanda poderia ser considerado o inferno na Terra»⁶⁷⁶. Segundo Patrícia

⁶⁷³ Cf. *Brandon Hamber & Hugo van der Merwe, «Professor Brandon Hamber Blog».*

⁶⁷⁴ Cf. John Wear Burton, *Violence Explained: The Sources of Conflict, Violence and Crime and Their Prevention* (Manchester University Press, 1997).

⁶⁷⁵ Cf. John Paul Lederach, *Building Peace: Sustainable Reconciliation in Divided Societies* (Washington, D.C: United States Institute of Peace Press, 1997)., 95-97.

⁶⁷⁶ Cf. Brittany Fried, «*Justice and Reconciliation in Post-Genocide Rwanda*», 2017, <https://berkeleycenter.georgetown.edu/posts/justice-and-reconciliation-in-post-genocide-rwanda>.

Ferreira, no regime ruandês de “Estado unitário”, há apenas um único povo; não há lugar a vozes distintas ou a disposições específicas para as comunidades (Hútus, Tútsis e os Twa)⁶⁷⁷.

Na década de 90, Ruanda tinha uma população pré-conflito de sete milhões. Após o genocídio de 100 dias, quase um milhão foram mortos e outros dois milhões fugiram do país com medo de represálias do novo governo. Ao mesmo tempo, os tutsis voltavam para o país sem encontrar comida, água, instituições ou infraestrutura⁶⁷⁸.

Segundo Brittany Fried, em 1996, as prisões de Ruanda transbordavam com mais de 80.000 presos em 1996. Mas não havia fundos suficientes para fornecer serviços básicos para os presos: grupos de vigilância internacional como a Amnistia Internacional denunciavam as condições de vida desumanas, onde saqueadores eram deixados para apodrecer ao lado de assassinos em massa. De 1994 a 2012, noventa e cinco mentores do genocídio foram julgados no Tribunal Penal Internacional para Ruanda. Nesse ritmo, levaria centenas de anos para que cada suposto perpetrador recebesse um julgamento justo. Portanto, em 2002, o governo lançou um sistema de justiça local: *Gacaca*⁶⁷⁹. Os líderes comunitários foram eleitos para actuarem como juízes, e os julgamentos foram realizados até 2012 em sistema comunitário. Nesta altura, aproximadamente 1,9 milhão de casos foram julgados pelo Gacaca, tendo se evitado que Ruanda se tornasse uma Nação carcerária. Porém, se os indivíduos condenados confessassem os seus crimes, sua sentença era perdoada pela metade⁶⁸⁰.

Análise feita por Brittany Fried, aponta que o Ruanda encontrava-se num contexto em que, o tecido social esteve quase que destruído por completo e poucas instituições reuniam as condições para o fazer. Percebe-se facilmente que, a Igreja não tenha podido assumir um papel de mediação como em Moçambique, ou de liderança da reconciliação, como na África do Sul, uma vez que apesar de o Ruanda ter uma das maiores percentagens de população católica à nível da África, cerca de 62% dos membros da igreja estiveram implicados no genocídio. Muitos padres incitaram à violência ou participaram activamente nos “esquadrões da morte”, seja por medo, seja por

⁶⁷⁷ Cf. Patrícia Magalhães Ferreira, «Justiça e Reconciliação Pós-Conflito em África». Cf. Danilo Ferreira da Fonseca, «Ruanda: a produção de um genocídio» (São Paulo-Brasil, Pontifícia Universidade de São Paulo, 2010), 69.

⁶⁷⁸ Cf. Fried, «*Justice and Reconciliation in Post-Genocide Rwanda*».

⁶⁷⁹ Gacaca: O tribunal do Ruanda. Era um sistema de justiça comunitária em Ruanda após o genocídio de 1994. O termo 'gacaca' pode ser traduzido como 'relva curta' referindo-se ao espaço público onde os anciãos do bairro costumavam se reunir para resolver problemas locais. Entenda-se gacaca, ou justiça no terreno, um tribunal destinado a resolver litígios locais.

⁶⁸⁰ Fried, «*Justice and Reconciliation in Post-Genocide Rwanda*».

estarem integrados na estrutura de poder que o genocídio pretendia defender, pelo que qualquer discurso, no sentido do perdão ou da reconciliação, à partida, seria desacreditado⁶⁸¹.

8.2.3 O exemplo de Moçambique: Reconciliação sem justiça

Moçambique, depois da guerra civil e da assinatura dos acordos de paz entre a FRELIMO e a RENAMO, em 1992, pôs em marcha um amplo processo de reconciliação assente nas famílias à nível das comunidades conduzido pelas autoridades tradicionais.

O acordo de paz moçambicano terá sacrificado a justiça em nome da necessidade de enterrar o passado e preservar uma paz inclusiva, através da concessão de uma amnistia geral⁶⁸². Este factor dita a importância dos mecanismos locais de restauração da confiança entre os povos, por via de dinâmicas sociais da própria tradição.

Moçambique constituiu um sistema *sui generis* de reconciliação «sem justiça». Com efeito, imediatamente após o conflito, a paz estendeu-se praticamente a todo o país e as questões de consolidação do cessar-fogo a curto-prazo processaram-se de forma relativamente fácil, tais como a entrega de armas por parte da população e a reintegração dos soldados e dos refugiados nas comunidades⁶⁸³.

Dado que o conflito moçambicano não derivou de rupturas profundas no plano social, como fraturas étnicas ou religiosas, divisões de difícil reparação, isto facilitou a integração de um processo natural de reconciliação no âmbito dos valores culturais da sociedade⁶⁸⁴. Neste caso, o processo de reconciliação decorreu ao nível da raiz, isto é, no seio das famílias, da comunidade, da aldeia e foi bem-sucedido!

Embora a justiça seja necessária, entendemos nós que, a justiça tem maior valor social quando dá lugar à unidade entre as pessoas para o bem social. Tal é a vertente das arbitragens e das resoluções extrajudiciais. Para além da justiça, prevalece o perdão concedido pela determinação de que a paz é a expressão máxima do valor da vida e da pessoa humana.

⁶⁸¹ Cf. Patrícia Magalhães Ferreira, «*Justiça e Reconciliação Pós-Conflito em África*».

⁶⁸² Obviamente, o perigo que o conceito de guerra e de vingança conotados com espíritos e forças negativas exteriores aos próprios indivíduos, pode contaminar toda uma comunidade. A violência é uma patologia que necessitava de cura, tal como as outras doenças.

⁶⁸³ Cf. A guerra civil moçambicana terminou em 1992 depois do Acordo Geral de Paz assinado em Roma a 4 de outubro de 1992, por Joaquim Chissano, Presidente de Moçambique, Afonso Dhlakama, Presidente da Renamo e por representantes dos mediadores, a Comunidade de Santo Egídio, da Itália.

⁶⁸⁴ Cf. Patrícia Magalhães Ferreira, «*Justiça e Reconciliação Pós-Conflito em África*», *Cadernos de Estudos Africanos*, n.º 7/8 (1 de junho de 2005): 9–29, <https://doi.org/10.4000/cea.1370>.

8.2.4 Exemplo de Serra Leoa: Reconciliação

A Serra Leoa, para o seu processo de reconciliação, fez combinação de instrumentos jurídicos legais com o objectivo de promover a reconciliação pós-conflito, tal como a Libéria, ainda numa fase embrionária.

A Serra Leoa, constituiu à maneira sul africana, uma Comissão da Verdade e da Reconciliação, blindada pelas leis e regras do Tribunal Internacional, após a assinatura dos acordos de Lomé (Togo), a 7 de julho de 1999, pelo então presidente Ahmad Tejan Kabbah e o líder da Frente Revolucionária Unida Foday Sankoh, que meteram fim ao conflito armado.

A Comissão para a reconciliação teve como programa de acção consubstanciado nas seguintes prioridades⁶⁸⁵:

- a) a reconstrução do tecido social,
- b) colocar o sistema judicial no centro das preocupações internacionais.
- c) A exigência de justiça e a franqueza das estruturas nacionais, levou à adopção de uma abordagem mista. E assim, estabeleceram, simultaneamente, um Tribunal Internacional Especial para julgar os crimes de guerra, cometidos por líderes políticos e militares, após 30 de novembro de 1996; e uma Comissão de Verdade e Reconciliação, destinada a constituir a plataforma para o relato de experiências traumáticas, por parte das vítimas, e para o perdão dos perpetradores que o procurarem.

Os objectivos principais da Comissão serraleoense, foram⁶⁸⁶: investigar as causas e natureza das violações dos direitos humanos desde 1991 até 1999; restaurar a dignidade das vítimas, com especial atenção aos crimes de abusos sexuais; velar pelo caso das crianças-soldados; e formular recomendações a serem implementadas por um Comité já previsto no Acordo de Paz.

8.3 Angola: Reconciliação Social?

A Angola, “Nação” pensada e projetada pelos nacionalistas, um país uno, soberano e indivisível. Que projecto de sociedade propor e implementar para e em Angola?

⁶⁸⁵ Cf. Ferreira.

⁶⁸⁶ Cf. Ferreira.

Há muito, e por muitos, ouviu-se dizer que para Angola, a estabilidade social passaria por um pedido de perdão geral. O que nos remeteria para o modelo sul-africano de perdão e reconciliação. Ainda assim, a reconciliação social não suprime nem omite o elemento perdão. Pelo que implica aceitar o outro, independentemente da diferença e dos erros da história, onde não há perdedor nem vencedor (perdoado e aquele que perdoa).

Muitos vaticinam de que a reconciliação em Angola só é alcançável por via de medidas governamentais adequadas. A unidade e a reconstrução, são dois amplos projetos que incidem antes na valorização da pessoa humana. A estabilidade e a consolidação da paz, devem ser antes um trabalho de todos para todos, e só assim se criarão as condições da reconstrução nacional. Trata-se de, antes valorizar o homem e adestrá-lo à responsabilidade de cada um pelo outro.

Recordamos que os conflitos angolanos foram sempre de todos contra todos: nenhuma das partes envolvidas, tanto na luta para a independência quanto na guerra fratricida, teriam a coragem de se demarcar de quaisquer erros e excessos. E no entanto, todos devem pedir e receber perdão de uns aos outros.

Para Angola, é aconselhável, por inerência da verdade dos factos, uma reconciliação social entre todos, pois todos são memórias porque tocados pelo passado.

De acordo com Paul Ricoeur, o perdão como sendo atitude excepcional e extraordinária: «o perdão não é e não deverá ser nem normal, nem normativo, nem normalizante. Ele deverá permanecer excepcional e extraordinário»⁶⁸⁷. E Derrida deixa ainda mais clara a ideia de que, o pedido de perdão, mesmo quando há recusa, inicia um caminho de reconciliação, dado que é o início do diálogo. Consequentemente, a porta para um possível entendimento está aberta⁶⁸⁸.

8.3.1 Porquê reconciliação social em Angola?

Responder à questão porquê da necessidade de uma reconciliação social em Angola, corresponde ao ideal do país sonhado e modernizado ao par da globalização e da sua integração no contexto das Nações hodiernas. A era dos nacionalismos já se deu, e deu os seus resultados: bons ou maus, são o que são e os que trouxeram o país ao actual momento. A Independência nacional é o maior ganho das conquistas nacionalistas. Hoje, as expectativas são da democratização, da garantia de segurança, justiça e liberdade para todos.

⁶⁸⁷ “Le pardon n'est, il ne devrait être ni normal, ni normatif, ni normalisant. Il devrait rester exceptionnel et extraordinaire”. Ricoeur, *A memória, a história, o esquecimento*, 607.

⁶⁸⁸ Cf. Derrida, *Foi et savoir*, 123.

Há quarenta e sete anos independente, Angola ainda não é o país sonhado, tão pouco corresponde aos ideais da geração jovem do momento.

O amor à pátria, levou a que muitos dos seus melhores filhos doassem as suas vidas por ela. São muitos os que depois de lutarem incondicionalmente pela mãe pátria, hoje questionam-se: é este o país que idealizámos e por ele lutámos? E os mais novos questionam: afinal que Angola se pretendia e que Angola se terá?

A Angola que existe hoje não satisfaz ainda os anseios dos próprios angolanos e não é a prometida pelos heróis da independência. A proposta da reconciliação social, é uma via que permite construir-se, em conjunto, uma nova Angola, tal como os antepassados, e os homens de hoje, sonharam e sonham.

Embora seja notório, e por isso preocupante, que o mundo tende para divisões e isolacionismos, tanto sociais como individuais, o fosso das assimetrias alarga-se cada vez mais: ricos e poderosos, cada vez mais potentes, e os pobres cada vez mais miseráveis e tratados desumanamente. Estamos perante uma nova ordem social e mundial? “As imigrações”⁶⁸⁹ serão a solução ou é o retorno ao nomadismo? Pode chamar-se, a essa nova onda, “cosmopolitismo”⁶⁹⁰.

Para nós, neste momento, a Reconciliação Nacional é ainda um processo e não é já um destino. Mas acreditamos que com a graça de Deus e o empenho pela boa vontade de todos, podemos lá chegar.

Para tal, Angola deve trabalhar árdua e seriamente na correcção das assimetrias regionais. Melhorar as políticas de afectação dos recursos públicos, criar incentivos para o retorno das populações ao campo, adaptar as estruturas administrativas do Estado, as exigências da descentralização e dos novos tempos.

O país precisa de adoptar a democracia e as regras da economia de mercado por opção, e não por conveniência. Para tanto, tem que se priorizar o diálogo, buscando soluções racionais que concorram para a mudança qualitativa e quantitativa do drama actual angolano o mais objectivamente possível.

⁶⁸⁹ Gilgerto Dupas, *Atores e poderes na nova ordem global: Assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação* (São Paulo-Brasil: UNESP, 2005), 68.

⁶⁹⁰ Dupas, 227.

Na construção da nova Angola importa que todos, todos mesmo, sejam encarados como participantes que, com acertos e erros, desejam fazer o que acharem ser o melhor para Angola.

Os gestos de pedido de perdão e entrega de certos restos mortais e de certificados aos familiares, nos últimos dias, indicam que é possível acelerar o processo de reconciliação envolvendo todos os filhos da pátria, inclusive os que já não se encontram no mundo dos vivos. Parece consensual a ideia de que todos os filhos e filhas de Angola, no passado e no presente, tentaram materializar o bem para o país.

Apelamos para um estudo aplicado de paz que relance a reconstrução social da nação angolana. Este estudo, pode efectivar-se diagnosticando os porquês do passado e quais as formas para se evitar as mesmas saídas no futuro; desafios e metas para uma Angola capaz de se inserir no contexto das nações. A edificação de uma Angola dialogante, inclusiva, mais responsável de si e da sua autodeterminação, rumo ao desenvolvimento, não nos podem escapar.

Um país inclusivo faz-se com o contributo de todos, para a materialização do sonho comum da liberdade, da tolerância, do respeito e da segurança dos cidadãos.

Por isso, propomos um caminho de convivência harmoniosa; uma união entre cidadãos, filhos do mesmo solo pátrio; ao mesmo tempo, em respeito e tolerância mútua, e sobretudo, por mais amor à vida e à pátria (o país), que denominamos “Reconciliação das Memórias Angolanas”.

A paz é a jóia que Angola deve assegurar para o seu desenvolvimento social; posto que, «o desenvolvimento social é o novo nome da paz»⁶⁹¹.

O desenvolvimento e o crescimento integrais do país, catapultam cada homem a abrir-se para a convivência com as outras pessoas e noutras realidades (mundividência). Pois, o desenvolvimento integral pressupõe o humanismo total, que por sua vez obriga a reconhecer e a levar a sério todas as dimensões do ser humano, incluindo a dimensão transcendente e sobrenatural. Com base neste pressuposto: «O homem pode organizar a terra sem Deus, mas sem Deus só a pode organizar contra o homem. Humanismo exclusivo (radical) e desumano»⁶⁹².

⁶⁹¹ PP 76.

⁶⁹² PP 42.

Importa referir, tal como Sónia Monteiro, no seu artigo, “será este o tempo do perdão?”, apela para: «enquanto não fizermos justiça às vítimas do passado, o nosso trabalho de prevenção não será totalmente credível»⁶⁹³.

Será digno de confiança e credibilidade se, realmente, a reconciliação entre a história e as memórias, não se limite apenas em conhecer o que aconteceu no passado recente, mas também se pela restauração da dignidade dos cidadãos; acompanhamento psico-espiritual para a pacificação dos espíritos.

A paz verdadeira, não é a imposta pelo simples calar das armas, a paz negativa ou armistícia; a paz verdadeira será sempre a actitude positiva do permanente diálogo e colaboração entre todos.

A realidade angolana, marcada pela história ainda fresca e viva, é um registo de marca indelével em muitas das memórias que são todas as vítimas da mesma história.

“Sonhar não é proibido”; a reconciliação social em Angola é possível, mesmo a pós, quase cinco séculos de colonização e quase meio século de guerra civil.

É pelo mesmo propósito que impele os Bispos da CEAST, por Angola: «por uma Nação a construir e um estado a consolidar”, no qual, o país esteja acima dos interesses partidários e a vida humana seja respeitada, defendida e promovida»⁶⁹⁴.

Em todo o cosmos, desde que o homem é homem, e o universo é o seu *habitat* natural, a pessoa humana, porque dotada de inteligência racional, é capaz de paz. A astúcia pelo uso e abuso de meios e recursos, nocivos e destruidores, têm não só, facilitado a realização dos seus anseios e necessidades, como também descambar em seu próprio prejuízo. Daí o nosso veemente apelo: “*ut, sed non abut*”.

Vimos contribuir através desta proposta de ensaio, com uma metodologia de consolidação da paz; a construção de uma cultura de convivência social e para a concretização da Reconciliação entre todos os angolanos.

Reconciliação é, para nós, tornar amigos os que por um tempo estavam de costas viradas. Consideramos, momento circunstancial, o que opõe irmãos, membros da mesma família e filhos da mesma pátria mãe. A reunificação e o retorno à familiaridade e à sociedade, são os objectivos

⁶⁹³ Monteiro, «uma anatomia do poder eclesiástico», 174.

⁶⁹⁴ Mensagem Pastoral da Assembleia de Pastoral dos Bispos da CEAST, (Benguela, Angola de 01- 07 de fevereiro de 2022).

a que nos propomos atingir; tal como diz o autor sagrado: «Procurai o amor e aspirai aos dons do Espírito». (Cf. I Cr 14, 1)⁶⁹⁵.

Enfim, a história de Angola é um misto de situações variadíssimas, que durante muitos anos marcaram todos os que no seu solo viveram.

8.3.2 A reconciliação social é manter a paz e a unidade na sociedade

Apontando ao nosso objectivo, a reconciliação social das memórias angolanas, caminho que se efectiva através da consolidação da paz; da implantação da cultura da paz, unidade e convivência que respeite a diferença, escolhas, propósitos, gostos, vontades, limitações individuais; que paute pela convivência harmoniosa, livre, e voluntária entre os homens.

A vida em sociedade corresponde à questão da nossa problemática: como conviver com quem te/me fez mal?

«Há mais alegria em dar do que em receber» (Act 20, 35). Viver com quem me fez mal, implica dar e receber perdão. Quem sou eu para não perdoar ou apenas esperar ser perdoado pelo outro?

A reconciliação efectua-se na e com a lógica do amor. Um coração limpo e humilde é bem-aventurado porque abre-se ao irmão, doa-se e sabe morrer pelo bem maior, o amor que ultrapassa tudo. Porém, a nossa proposta é um caminho pedagógico para a reconciliação social em Angola.

O Papa Francisco na Exortação Apostólica *Gaudete et Exultate*⁶⁹⁶, explicitando as bem-aventuranças, dá ênfase à misericórdia de Deus, sinónima do amor com que Deus ama tando o mundo e até entregou o Seu filho unigénito que morreu em resgate à humanidade perdida no pecado: A misericórdia tem dois aspetos: é dar, ajudar, servir os outros, mas também perdoar, compreender. Em S. Mateus resume-se: «o que quiserdes que vos façam os homens, fazei-o também a eles». (Mt 7, 12)⁶⁹⁷. Uma regra que se deve aplicar “a todos os casos”, sobretudo, quando alguém “se vê confrontado com situações que tornam o juízo moral menos seguro e a decisão difícil”⁶⁹⁸.

⁶⁹⁵ Cf. Mensagem Pastoral da Assembleia de Pastoral dos Bispos da CEAST, (Benguela, Angola de 01- 07 de fevereiro de 2022).

⁶⁹⁶ Papa Francisco, «Exortação Apostólica sobre a chamada à santidade no mundo atual: *Gaudete et Exultate*», 19 de março de 2018, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20180319_gaudete-et-exultate.html. 80.

⁶⁹⁷ «Catecismo da Igreja Católica» (Gráfica de Coimbra, 1993). 1789; cf. 1970.

⁶⁹⁸ Cf. Papa Francisco, «*Gaudete et Exultate*», nº 80. Cf. Catecismo da Igreja Católica, 1787.

A violência é um mal: «Felizes os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia». Tanto é assim que a misericórdia não dá lugar à tentação do mal violento. A violência é para os violentos. Infelizmente, a tentação da dor, da culpa pelo mal alheio ou do outro, leva ao ser humano à vingança, à desforra e à inimizade. Jesus contraria tais sentimentos e actitudes dizendo: «felizes os mansos e humildes de coração. «Jesus não diz “felizes os que planeiam vingança”»⁶⁹⁹, mas «sede misericordiosos como o vosso Pai é misericordioso. Não julgueis e não sereis julgados; não condeneis e não sereis condenados; perdoai e sereis perdoados. Dai e ser-vos-á dado». (Mt 6, 36-38)⁷⁰⁰. chama felizes aqueles que perdoam «setenta vezes sete». (Mt 18, 22)⁷⁰¹.

É necessário pensar que todos nós somos uma multidão de perdoados. Deus tem compaixão de todos nós. Aliás, se o Senhor tiver em conta as nossas ideias, atitudes e comportamentos, quem estará apto à salvação? Cf. Sl 129 (130).

Um veemente apelo às memórias angolanas: não é melhor, pela paz e pela unidade da sociedade e o bem-estar de todos, acolher perdoados, tal como Deus se compadece de nós?

Diz o Senhor: «não devias também ter piedade do teu companheiro como Eu tive de ti?». (Mt 18, 33)⁷⁰². Olhar e agir com misericórdia, é ser perfeito como Deus é perfeito. É identificar-se com Deus.

«Felizes os puros de coração, porque verão a Deus». (Mt 5, 8). O ser humano, feito por Deus e pertencente a Deus, como imagem e semelhança Sua, é chamado a amar. O amor não é letra oca, é sinal concreto; é acção benfazeja; é exercício de vida por... Por isso, amar é demonstração de coração simples, puro, e sem rancor. O coração que ama, não deixa entrar na sua vida algo que atente contra esse amor, para não o enfraqueça nem o coloque em risco⁷⁰³.

«É verdade que não há amor sem obras de amor, mas esta bem-aventurança lembra-nos que o Senhor espera uma dedicação ao irmão que brote do coração, pois «ainda que eu distribua todos os meus bens e entregue o meu corpo para ser queimado, se não tiver amor, de nada me vale» (I Cr 13, 3). Também vemos, no Evangelho de Mateus,

⁶⁹⁹ Papa Francisco. 82.

⁷⁰⁰ Papa Francisco. 81.

⁷⁰¹ Papa Francisco. 82.

⁷⁰² Papa Francisco. 82.

⁷⁰³ Cf. Papa Francisco. 83 e 86.

que é «o que provém do coração (...) que torna o homem impuro» (Mt 15, 18), porque de lá procedem os homicídios, os roubos, os falsos testemunhos (Cf. Mt 15, 19)»⁷⁰⁴.

Tal é o risco e o perigo de que se pode evitar em Angola, depois da calamitosa situação de longos anos de guerra. O homem pacífico é fonte de paz; constrói paz e amizade social. Àquele que cuida de semear a paz, será chamado filho de Deus (Cf. Mt 5, 9)⁷⁰⁵.

O caminho da reconciliação não deve ser entendido como sendo teórico ou utópico, é necessário, possível, exequível e urgente para todos os homens: «[...] Não se trata de palavras poéticas, porque o nosso caminho para a santidade é também uma luta constante»⁷⁰⁶. Tanto é assim que não «reconhecê-lo, é correr o risco de expor-se ao fracasso ou à mediocridade»⁷⁰⁷.

O caminho de reconciliação faz-se lutando com as «armas poderosas que o Senhor nos dá: a fé que se expressa na oração, a meditação da Palavra de Deus, a celebração da Missa, a adoração eucarística, a Reconciliação sacramental, as obras de caridade, a vida comunitária, o compromisso missionário»⁷⁰⁸.

Sobre o valor, importância e grandeza do perdão, destaca o Santo Padre: «O perdão é o sinal mais visível do amor do Pai, que Jesus quis revelar em toda a sua vida. Não há página do Evangelho que possa ser subtraída a este imperativo do amor que chega até ao perdão. Até nos últimos momentos da sua existência terrena, ao ser pregado na cruz, Jesus tem palavras de perdão: «Perdoa-lhes, Pai, porque não sabem o que fazem» (Lc 23, 34)⁷⁰⁹.

Que a palavra do perdão possa chegar a todos, sem excepção. Que ninguém fique na indiferença perante o desafio de dar ou receber perdão.

O Papa Francisco chama atenção aos violentos, corruptores e corruptos, enquanto males que desassossegam a paz e impossibilitam uma verdadeira e duradoura reconciliação social, dizendo:

«A violência usada para acumular dinheiro que transuda sangue não nos torna poderosos nem imortais. Para todos, mais cedo ou mais tarde, vem o juízo de Deus, do qual ninguém pode escapar. O alvitre serve também para as pessoas fadoras ou

⁷⁰⁴ Papa Francisco, 85.

⁷⁰⁵ Cf. Papa Francisco, 87 e 88.

⁷⁰⁶ Papa Francisco, 162.

⁷⁰⁷ Papa Francisco.

⁷⁰⁸ Papa Francisco, 62.

⁷⁰⁹ Papa Francisco, «Carta Apostólica Misericordia et misera», 2016, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_letters/documents/papa-francesco-lettera-ap_20161120_misericordia-et-misera.html, Nº 2.

cúmplices de corrupção. Esta praga putrefacta da sociedade é um pecado grave que brada aos céus, porque mina as próprias bases da vida pessoal e social. A corrupção impede de olhar para o futuro com esperança, porque, com a sua prepotência e avidez, destrói os projectos dos fracos e esmaga os mais pobres. É um mal que se esconde nos gestos diários para se estender depois aos escândalos públicos. A corrupção é uma contumácia no pecado, que pretende substituir Deus com a ilusão do dinheiro como forma de poder. É uma obra das trevas, alimentada pela suspeita e a intriga»⁷¹⁰.

Diz o Sumo Pontífice, citando Gregório Magno: «*Corruptio optimi péssima*. Ninguém se sinta imune desta tentação. Para a erradicar da vida pessoal e social são necessárias prudência, vigilância, lealdade, transparência, juntamente com a coragem da denúncia. Se não se combate abertamente, mais cedo ou mais tarde torna-nos cúmplices e destrói-nos a vida. Este é o momento favorável para mudar de vida»⁷¹¹. Este é o momento oportuno para que Angola não retorne ao passado de destruições e de mortes infames; é o «tempo de se deixar tocar o coração»!⁷¹².

Um dos grandes exemplos foi Nelson Mandela, um estadista pacifista. Depois de ter cumprido vinte e sete anos de prisão política pela luta contra a segregação racial, considerou que o ódio pode tornar-se a pior das prisões e contou o seguinte episódio:

«Quando eu saí levaria à liberdade, sabia que se não deixasse a minha amargura e o meu ódio para trás, ainda estaria na prisão»⁷¹³.

Pois, quem se deixa dominar pelo ódio, passa o tempo a imaginar como vingar-se, pensando que é a única maneira de defender a sua honra e dignidade e os seus direitos reduzindo a dor que pesava sobre si imposta por outrem⁷¹⁴. Engana-se!

O mal é sempre mal. A responsabilidade por todo e qualquer mal cometido recai sempre ao seu autor. O sentimento de ódio é um veneno tóxico; é como o fogo que ateadado, arde e tudo consome. Ou seja, o mal se propaga quando alimentado por outro mal.

Viver odiando e desejando vingar-se, a primeira vítima que sofre é a pessoa já atingida que se constitui numa segunda e repetida vítima.

⁷¹⁰ Papa Francisco, *Bula de proclamação do Jubileu Extraordinário da Misericórdia: Misericordiae Vultus*, 4ª edição (Prior Velho: Paulinas, 2015).

⁷¹¹ MV 2.

⁷¹² MV.

⁷¹³ António Estanqueiro, *Como lidar com as pessoas: princípios de comunicação interpessoal*, 25ª Edição (Lisboa: Presença, 2019).

⁷¹⁴ Estanqueiro.

A todos os níveis, perdoar é difícil, mas um dom e graça de amor que Deus concede à pessoa que perdoa. O perdão não é uma ingenuidade. Ele é a capacidade de admitir que na vida não se ganha tudo e também se luta para que não se perca tudo.

A vítima de um mal cometido pelo outro não ganha desferrando-se, também faz outra(as) vítimas. Por isso, a porta de saída para se resolver ou sarar a dor, não é a vingança. A vingança nunca deve ser a opção primeira para se cobrar o mal sofrido. “Não se paga o mal com o mal”. O mal com o mal, gera violência (guerra).

O consentimento, coloca a vítima na esfera mais adequada de se reagir positivamente à dor para se perdoar. E assim, quem perdoa não perde, pelo contrário, ganha um irmão.

A retaliação é uma forma de perpetuação do mal que se pode evitar. Já não é hora, momento nem tempo para a lei do talhão: «olho por olho, dente por dente». Diz Gandhi: «olho por olho, e o mundo acabará cego!»⁷¹⁵.

A vingança é um caminho sem saída. Ao praticá-la, pode-se ter uma momentânea sensação de alívio, mas não muda o passado, não restitui nem traz de volta; o pior é que transporta o ódio para o futuro.

A porta de saída contra o mal, o ódio e a vingança é o perdão, que nós entendemos como o amor em acção ou a prática de amar. Dizia Martin Luther King: «o ser humano deve desenvolver, para todos os seus conflitos, num método que rejeita vingança, a agressão e a retaliação»⁷¹⁶. Pois, o amor é a chave para o perdão, tal como se diz: quem ama tudo suporta, tudo perdoa. Para o Pai Seráfico: «Onde houver ódio, que eu leve o amor. Onde houver ofensa, que eu leve o perdão. Onde houver discórdia, que eu leve a união»; ou seja, onde houver guerra, que eu leve a paz! Se me faltar o amor não me serve de nada (Cf. I Cr. 13 ss.).

O perdão é uma atitude de sabedoria. O perdão consiste em renunciar ao ódio e à vingança pela raiva contra o agressor, ainda que este não reconheça o seu erro nem peça desculpa. O acto de perdoar é inerente à vontade pessoal e livre de quem é de paz e amor. O inverso também acontece: «ninguém é obrigado a perdoar a culpa ou ofensa. A porta do coração só abre por dentro»⁷¹⁷. Até porque no geral, é muito mais fácil vingar-se do que perdoar.

⁷¹⁵ Estanqueiro, 72.

⁷¹⁶ Estanqueiro, 73.

⁷¹⁷ Estanqueiro, 73.

o controle da liberdade distingue o ser humano dos outros animais. É a liberdade que se vive respeitando as leis e dinâmicas da vida que faz ceder e dar lugar ou primazia a responsabilidade e os deveres sem menosprezar os direitos pessoais: “a minha liberdade começa onde termina a liberdade do outro”.

Quem faz do rancor e da raiva a pólvora para carregar e despoletar contra quem lhe fez algum mal, faz outro mal a alguém por descontrolo emocional. Paga o mal com o mal. E, a violência gera violência!

O que importa alimentar a raiva para desferrar-se ou vingar-se de um agressor, se de igual modo a resposta violenta torna-nos também outros agressores e prolongadores de guerras?

A vítima de violência que se descuide da dor e do sentimento de perda, pode resvalar e tornar-se dum modo ou de outro um predador e agressor de outrem. De acordo com Nelson Mandela, citado por Estanqueiro: «A vingança é viver prisioneiro do ódio contra quem nos agrediu»⁷¹⁸.

Realmente, o domínio das emoções, dos nervos ajuda-nos a conter estragos maiores. «Quem se deixa dominar pelo ódio, passa o tempo a imaginar como vingar-se, pensando que desse modo, defenderá a dignidade e os seus direitos e dominará o peso do seu sofrimento. Engana-se!»⁷¹⁹.

A vingança por ódio é a disseminação de um conflito que mina e compromete até futuras gerações. O sentimento de ódio é como um veneno tóxico. Viver com ódio e desejo de vingança é ser duas vezes ou mais assolado pela dor e o sofrimento é maior⁷²⁰. Quem faz mal a alguém, faz-se antes mal a si próprio, psíquica, psicológica e mentalmente. O psíquico afecta o físico.

Há quem pense que o perdoar é ser ingénuo e falta de coragem ou força. A vingança é única resposta que se adequa como merecido ao agressor. Como que perdoar fosse perder. A vingança de ajuste de contas, ao modo da lei do talião: «olho por olho, dente por dente» Cf. Lv 24,19-20; Mt 5, 38-41.

A credibilidade à lei da vingança, depois de ter merecido a repreensão por parte de Cristo, posteriormente Gandhi rematou, como cita Estanqueiro: «olho por olho, o mundo acabará cego!»⁷²¹.

⁷¹⁸ Estanqueiro, 71.

⁷¹⁹ Estanqueiro.

⁷²⁰ Cf. Estanqueiro.

⁷²¹ Estanqueiro.

A vingança é um caminho sem saída. Pode dar a sensação de alívio momentâneo, mas não muda o passado nem traz nada de bom para o futuro. Quem quiser viver com o coração em paz, tem de evitar o ódio e aprender a perdoar⁷²².

A mediação é uma forma de resolver os conflitos de modo metódico e científico. Uma ciência hoje em expansão à medida do crescimento da humanidade e dos conflitos inerentes à situação da natureza frágil e limitada dos homens.

O ódio é a prisão ao passado. Impede reconciliar-se com a história, reconhecê-la e perdoar os erros do passado. O homem vive como uma memória eternamente vítima que se vai vitimizando constantemente e reclamar sempre por tudo e mais alguma coisa.

O ódio impede reconhecer-se a si mesmo, a própria culpa e os erros pessoais. A culpa é sempre dos outros; o outro é que erra; eu erro porque o outro é o culpado: passa culpas.

Pelo contrário, é o diálogo a chave que abre o coração para o outro e para a liberdade. O diálogo catapulta os desavindos ao futuro confiantes, sem medo, mais unidos.

⁷²² Estanqueiro.

CONCLUSÃO

A paz é fruto da vontade e da disposição de diálogo concertado. E a reconciliação é um factor consequente da paz.

Angola vive uma paz ainda armistícia, isto é, paz negativa; uma paz não robusta, pois, abana muitas vezes.

De acordo com a CEAST e a Declaração das Nações Unidas sobre uma Cultura de Paz e Não-violência de 13 de setembro, 1999, “a paz não é apenas a ausência de conflitos bélicos; não é só o calar das armas”; se é que as armas em Angola já se calaram mesmo na totalidade!

A paz verdadeira deve ser positiva; uma paz que inclui modificações profundas e consensuais do sistema de governação; uma paz que conta com a participação de todos ou da maioria dos cidadãos; uma paz que proporcione o diálogo social e inclusivo; uma paz em que quem governa é um mero gestor e prestador de contas da coisa pública.

A partir dos modelos de reconciliação seleccionados: da África do Sul: Verdade e Reconciliação; um Órgão neutro que conduz o processo que conduz à justiça restaurativa. O modelo moçambicano: “Reconciliação sem Justiça; a partir dos valores da cultura e da tradição, uma mediação de reconciliação leva as partes à reunificação por via do perdão. O modelo de Ruanda: “Justiça e Reconciliação”; que entende ser impossível a reconciliação sem justiça. E o modelo da Serra Leoa: “Reconciliação”; o qual nasce da combinação ensaiada entre as normas aplicadas no Tribunal Internacional e as da Comissão de Verdade.

Angola, depois de quinhentos anos de colonização (1482-1975), e tudo o que ela acarretou; depois de ter vivido um longo período de guerra fria, 41 anos, desde (1961-2002); grande parte da sua população vive traumatizada; muitas pessoas estão marcadas pela cultura de violência e morte.

A reconciliação social cruza, reúne e ressocializa: vítimas e vitimizadores. E ela urge porque, a pesar dos 21 anos de paz, desde a assinatura do Memorando do Luena, em Angola ainda vão se verificando sinais de crises, motivadas pelas feridas das guerras não bem saradas. Estas crises verificam-se na vida política, social, económica, cultural e religiosa. Por isso, propomos este caminho que conduz à unidade social, à construção da cultura de paz e à efectivação da reconciliação social.

CONCLUSÃO GERAL

Côncios de que o mundo está mergulhado na incerteza porque ameaçado por uma nova ordem mundial de temer: a multiplicação das guerras; a sofisticação das armas de combate e as ameaças nucleares; pelo que, apontamos o diálogo, como o caminho mais certo a seguir para se evitar retrocessos humanitários.

Assim sendo, traçamos um caminho metodológico, teológico-moral e ético-social baseado na história, para a manutenção da paz e a construção de uma cultura de sociabilidade inclusiva que denominamos por “reconciliação social”.

A partir da problemática: “como conviver com quem me/te fez mal?”.

Quem faz do rancor e da raiva a pólvora para carregar e despoletar contra quem lhe fez algum mal, faz outro mal a alguém por descontrolo emocional. Paga o mal com o mal. E, a violência gera violência!

O quê importa alimentar a raiva para desferrar-se ou vingar-se de um agressor, se de igual modo a resposta violenta torna-nos também outros agressores e prolongadores de guerras? A vingança por ódio é a disseminação de um conflito que mina e compromete até as futuras gerações. Entendemos que o sentimento de ódio é como um veneno tóxico. Viver com ódio e desejo de vingança é ser duas vezes ou mais assolado pela dor e o sofrimento é maior. Quem faz mal a alguém, faz-se antes mal a si próprio, psíquica, psicológica e mentalmente. O psíquico afecta o físico.

«Para tudo há um tempo»⁷²³. Perdoar é assumir, tal como reconciliar é conviver na diferença: «o que não foi assumido, não foi curado»⁷²⁴.

Depois de todas as peripécias que Angola viveu, entendemos nós que é hora de entre todos dialogar; repor os sonhos de um país soberano e agregador. A reconciliação é voltar à amizade; perdoar e ser perdoado (dar e receber perdão); é retornar à família; é eliminar rancores, sentimentos de ódio e de vingança; é ouvir e ser ouvido; é saber dialogar e, também saber calar, quando necessário e melhor; é conviver em sociedade, ainda que na diferença de pensamentos e

⁷²³ Cf. Sónia Monteiro, «Será este o tempo do perdão? Uma análise do dinamismo do perdão no contexto dos abusos sexuais na Igreja», em *Uma anatomia do poder eclesial* (Lisboa: Universidade Católica Editora, 2022), 172.

⁷²⁴ Gregório de Nanzianzo, Epistola 101, 32 : SC 208, 50. Citado por Sónia Monteiro, *Uma anatomia do poder eclesial*, 172.

opções, tom de pele, origem cultural, religião ou língua. A reconciliação social é convivência ressocializadora. Angola já não pode mais estragar!

«Angola tem de melhorar porque já não pode piorar». (Fernando Pacheco).

Por isso, o título da nossa Dissertação é, “Reconciliação Social das Memórias Angolanas: Perspectivas histórico-teológicas”.

Este caminho que é um processo, reconciliação social, está traçado por oito capítulos:

O primeiro capítulo, introdutório: “Conceptualização e situação histórica de Angola”, no qual, focamo-nos na tentativa de definição dos termos chaves que compõem a nossa Dissertação: Olhamos antes para a missão da Igreja enquanto farol de paz e humanização da pessoa; as memórias; a reconciliação e a violência e as formas de violência.

O segundo capítulo, “Situação histórico-social”, descrevemos uma etnografia sociolinguística e religiosa tradicional bantu. Uma idiossincrasia que facilita a efetivação do desiderato preconizado: a reconciliação social.

Angola viveu quase cinco séculos de colonização (1482-1975); mais de quarenta e um anos de guerra civil (1961-2002), sem contarmos as anteriores lutas pela descolonização (1948-1961). Tudo isto deixou sequelas e consequências preocupantes e comprometedoras para o futuro.

Até ao presente momento, a paz alcançada desde 2002, é ainda vivida com passivos, tanto da colonização, quanto das guerras fratricidas. Por isso, não basta a paz para se estar livres e à vontade; a reconciliação social é o edifício de ressocialização e inclusão social; isto quando Angola viver em paz e desenvolvimento social.

Tal como dizia Paulo VI: «O desenvolvimento é o novo nome da paz»⁷²⁵. A paz social é o desenvolvimento integral e abrangente: económico; social; da pessoa humana singular e colectiva em todas as dimensões; isto é, física, psíquica ou psicológica, social e espiritual.

O terceiro capítulo: “Situação histórico-política de Angola”. Descrevemos a “luta”, no sentido de busca insistente e resiliente pela liberdade, autonomia, autodeterminação e soberania. Pena é que a mesma luta não satisfaz, até ao presente, os desejos pelos quais os seus preponentes bateram-se. Uma luta que começou de modo artístico-político: declamações poéticas, evocações de cancioneros e músicas revolucionárias; ideias estampadas em folhetos, jornais, e livros,

⁷²⁵ Paulo VI, *Populorum Progressio* 76.

descambou na criação de Movimentos nacionalistas, pró-independência de Angola, que com facas, paus, catanas e armas de guerra combateram os colonos. Pouco depois, cada Movimento constituiu o seu exército militar, e por fim, não só lutaram contra os ocupadores estrangeiros, mas viraram-se uns contra os outros e combateram-se entre si próprios pela ânsia e ganância do poder.

Houve várias tentativas para se por fim aos conflitos armados. Depois da proclamação da independência de Angola, destacamos: a Cimeira de Mombança, janeiro de 1975; O Acordo de Alvor, janeiro de 1975; a Cimeira de Nakuru, junho de 1975; entre outras. Mas o que se espera de uma Independência sem descolonização, se não uma neocolonização? Independência confusa, reforço à dependência, angolanos escravizando angolanos: as grandes potências internacionais presentes com as unhas escondidas no subsolo.

É assim que nem a reconhecida Independência proclamada por Agostinho Neto em Luanda, a 11 de Nov. de 1975, evitou o fraccionismo de 1977-79, o 27 de Maio em Angola, que vitimou: Sita Vales; Moisés Marçal; José Jacinto da Silva Dias Van-Dunem; Fernanda Delfinha; Nandy (executada grávida); e Bernardo Alves Baptista “Nito Alves”, e muitos outros, uns desaparecidos, outros exilados⁷²⁶.

O quarto capítulo: “Processos e acordos de paz, desde Gbadolite, 1989, ao Memorando Luena, 2002”.

Depois do 27 de Maio em Angola, a guerra civil, entre a UNITA e o MPLA, instalou-se. Os países estrangeiros como os EUA, URSS, e República Sul Africana, só para citar estes, faziam o seu jogo apoiando uns e outros no teatro de guerra angolana, e a Sul, Mavinga, Ntumpo (Kuito Kwanaval), decorriam as investidas de penetração do exército sul africano em Angola. Facto este que forçou o MPLA e a UNITA sentarem-se à mesma mesa e assinarem o documento fruto de encontros separados conduzidos pelo então Presidente da RDC (Mobutu CCko). Mas, infelizmente, o Acordo de Gbadolite (1989), não teve efeitos por ter sido forçado, e pela falta de seriedade dos países observadores, tal como diz Jorge Valentim: «A falta de um documento escrito e assinado pelos digníssimos Chefes de Estado africanos e feito a conhecer publicamente

⁷²⁶ Cf. Mateus, Dalila Cabrita, e Alvaro Mateus, «Purga em Angola: o 27 de maio de 1977», 4th rev. ed. Alfragide, Portugal: Texto, 2010. E Pawson, Lara, «Em nome do povo: o massacre que Angola silenciou», Traduzido por Susana Sousa e Silva. Lisboa: Tinta da China, 2014.

à imprensa internacional abriu uma crise profunda de desconfiança entre as partes envolvidas no conflito em Angola»⁷²⁷.

De seguida, em 1991, as partes beligerantes regressaram a Portugal, Bicesse, sob a mediação de Aníbal Cavaco Silva, e superiormente observados pela representante das Nações Unidas, Margareth Anstee. Foi em Bicesse que José Eduardo dos Santos, do governo de Angola e Jonas Malheiro Savimbi, o líder fundador da UNITA, rubricaram os Acordos de Bicesse.

Bicesse marcou um ponto de viragem na história política angolana. Permitiu recobrar a esperança de vida dos angolanos; calou, momentaneamente, as armas; deu início ao multipartidarismo, ao pluralismo de ideias; a laicidade do estado, e a democracia à miúdo; o processo de aquartelamento e desmobilização de ambas forças militares e a constituição das forças armadas mistas (FAA). Nesta altura, chegou a Angola a Missão de Observadores da ONU, a UNAVEM, e realizaram-se as primeiras eleições em setembro de 1992 cujos resultados foram contestados e Angola retornou à guerra⁷²⁸.

A Declaração do Namibe, dezembro de 1992, foi assinada com a intenção de se salvaguardar a paz e permitir o retorno às negociações para encontrar uma solução política, e não militar, o que resultara na assinatura do que ficou conhecido como a Declaração de Namibe e que nunca foi implementada, mas que não passou de um mero teatro.

Dois anos depois, o MPLA e a UNITA foram à Lusaka, Zambia, e a 20 de novembro de 1994 assinaram mais um acordo de Paz, sob os auspícios do Presidente zambiano Frederic Tchiluba. O mediador foi o Representante Especial da ONU, Alioune Blondin Beye que substituiu Margareth Anstee.

O Acordo de Lusaka, permitiu: Restabelecimento do cessar-fogo; a Retirada, aquartelamento e desmilitarização de todas as forças militares da UNITA; a formação do novo exército angolano único e o GURN, com a integração de elementos da UNITA e a desmobilização do excedente dos dois exércitos; reafirmou o reatar do processo de reconciliação nacional; a conclusão do processo (pacote) eleitoral, e assegurar o normal funcionamento das instituições. Ainda assim, Angola retornou à guerra por intolerância política; frequentes violações aos acordos; problemas

⁷²⁷ Valentim, Jorge Alicerces, «Caminho para a Paz e Reconciliação Nacional: De Gbadolite a Bicesse (1989-1992)», Luanda, Edições Mayamba, 2010.

⁷²⁸ Valentim, Jorge, “*Caminho para a Paz e Reconciliação Nacional*”, 49-54.

logísticos e impreparação; falta de efectiva inclusão social; e desentendimentos políticos e militares.

O quinto capítulo: “Visão histórico-religiosa do contexto angolano”. Neste capítulo, destacamos sintética e sistematicamente, os apelos constantes dos Bispos da CEAST e os feitos pelos Papas dos últimos séculos.

A Igreja em Angola, colegialmente orientada pela CEAST, deu sempre e continua a dar grande contributo pela paz e implementação do processo da reconciliação de todos os angolanos.

A CEAST nunca se calou, e Tal como diz Tony Neves: «a voz da Igreja foi sempre acolhida com respeito, mesmo quando a ideologia marxista dominava ou mesmo quando era preciso falar de reconciliação entre partes apostadas na guerra». Tanto é assim que a história de Angola se confunde com a história da Igreja em Angola porque a Igreja sempre esteve associada à vida, às condições sociais e aos acontecimentos do dia a dia em toda a extensão do território angolano. Porém, a Igreja apoia sempre todos os esforços atinentes à reconstrução social e à manutenção e consolidação da paz.

O Papa Pio IX, a 29 de abril de 1848, aquando do conflito entre o Reino da Sardenha contra a Áustria, recuou e não interveio, por ter pensado em não guerrear contra um povo cristão, porque o Papa é “pai de todos os fiéis”⁷²⁹.

o Papa João XXIII que a 11 de abril de 1963 publicou a primeira Encíclica no mundo, dedicada a paz: *Pacem in Terris* e sublinhou a importância da Organização das Nações Unidas em relação ao seu poder e os meios que usa em prol da implementação, segurança e manutenção da paz no mundo e na defesa dos direitos humanos, do ambiente e da biodiversidade.

O Papa apela a que a ONU se adeque à dinâmica e evolução dos tempos e das circunstâncias, dizendo:

«fazemos votos, portanto, que a ONU, nas suas estruturas e nos seus meios, se adeque cada vez mais à vastidão e nobreza das suas tarefas e chegue o dia em que, os seres humanos individuais, encontrem nela uma tutela eficaz dos direitos que brotam diretamente da sua dignidade de pessoas; a que, por isso,

⁷²⁹ Papa Francisco.164.

são direitos universais, invioláveis, inalienáveis»⁷³⁰.

O Papa Paulo VI, perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, apelou dizendo: «Esperais de nós esta palavra, que não pode ser despida de gravidade e de solenidade: nunca mais uns contra outros, nunca mais, nunca»⁷³¹.

João Paulo II, durante o *Angelus*, a 16 de março de 2003, dizia: «Eu pertença à geração que se lembra bem da guerra (...). Por isso, tenho também o dever moral de recordar aos mais novos que não têm essa experiência. Tenho o dever de recordar e de dizer: nunca mais a guerra»⁷³².

Alem de várias outras intervenções dos Papas: Pio X e XII; Bento XV e XVI e João Paulo II, o Papa Francisco nunca deixou de apelar pela paz no mundo:

«A guerra não pode ser uma coisa inevitável: não devemos habituar-nos à guerra! Devemos, pelo contrário, converter a indignação de hoje no empenho de amanhã. Porque se sairmos desta situação como antes, seremos todos de alguma maneira culpados. Perante o perigo de autodestruição, a humanidade compreende que se chegou ao momento de abolir a guerra, de a eliminar da história do homem, antes que seja ela a eliminar o homem da história»⁷³³.

O sexto capítulo: “Os pilares da reconciliação”: São os elementos indispensáveis, porque fulcrais, para a efetivação da convivência harmoniosa entre os homens na sociedade. Deus; o homem; a aproximação ou reaproximação; o Diálogo (inter-religioso, ecuménico, e entre povos e culturas).

O sétimo capítulo: “Os sinais de consolidação da paz em Angola”. Destacamos os gestos de entrega dos restos mortais de Savimbi, e Arlindo Chena Pena (Ben Ben), à família e o seu funeral; a criação da CIVICOP entrega para o óbito e luto de algumas Certidões de óbito à familiares das vítimas dos conflitos armados e do 27 de Maio, o pedido de perdão pelas vítimas da guerra em Angola, feito a 27 de maio de 2021, pelo Presidente João Manuel Gonçalves Lourenço.

O oitavo capítulo: “Modelos para a reconciliação social em Angola”. Neste último capítulo, cingimo-nos em alguns dos processos ocorridos na África Subsariana, pela proximidade

⁷³⁰ Papa Francisco.

⁷³¹ Papa Francisco.

⁷³² Papa Francisco. 170.

⁷³³ Papa Francisco. 174.

geográfica e cultural, e deles desenhamos a nossa proposta de reconciliação social. Olhamos para os modelos de reconciliação sul africano, no pós-apartheid (Verdade e Reconciliação); Ruanda: Justiça e Reconciliação; Moçambique (Reconciliação sem justiça); e Serra Leoa (Reconciliação).

Tal como diz Galtung: «A paz positiva pressupõe a ausência total de guerras e a cooperação entre povos e nações. A paz positiva é a melhor forma de evitar quaisquer expressões de violência e existem diferentes métodos para assegurar a paz positiva entre as sociedades, tais como: a paz positiva direta; paz positiva estrutural e paz positiva cultural» percebemos que para Angola».

À luz do entendimento de Galtung, a paz positiva é verdadeira porque fundada sobre princípios jurídicos de respeito mutuo e de equidade; de relações justas e de não exploração; atinentes ao bem-estar humano e à relação pacífica com a natureza, colhemos o que há em comum nos quatro modelos de reconciliação: o valor cultural, a confissão da verdade o perdão e a justiça restaurativa como elementos fundantes na edificação da reconciliação com os tijolos e varões da paz positiva estrutural e cultural.

No nosso entender, o amor à vida, ao irmão, ao país, à natureza e à Deus, são os pontos aglutinadores que encaminham os desavindos à paz e à convivência social.

Ao questionarmo-nos sobre se que Angola pretenderam fazer os nossos os bravos heróis e combatentes, chegamos a compreender que a historia é uma lição a não ignorar; e olhando para o futuro, perspectivamos a Angola ideal, não repetir os erros do passado e a construção de uma sociedade Democrática, antes confundida pela autocracia.

A luta pelo poder e dinheiro; a tendência de se eternizar no poder; a partidarização das Instituições Públicas; a corrupção generalizada e endémica estão a dar lugar ao “salva-se quem poder”. Uma espécie da lei da selva, onde salva-se quem poder. Maquiavelismo: “o fim não justifica os meios”. É a luta pela sobrevivência por outro lado, porque fome disparou e o grito de oração é: “Dai-nos o pão nosso de cada dia”. E, onde há fome todos gritam, ninguém tem razão.

Para o desiderato a que nos propomos, apresentamos propostas concretas que sejam blindadas pelo primado da lei; o direito à vida e à dignidade da pessoa humana; o respeito pelo bem-comum a equidade e a honestidade públicas; a reconstrução social; e a promoção do diálogo social. Pois, privilegiamos os caminhos conducentes ao robustecimento da Paz e a efectivação da Reconciliação Social em Angola.

Ter-se consciência de que “um reino dividido é fácil ser derrubado e acaba em ruínas”. Angola é de todos os angolanos e dos que a amam, e não de um só grupo partidário ou étnico-linguístico.

Consideramos vital, urgente, necessário e de capital importância, a reconciliação social, traçamos um caminho de diálogo baseado na verdade e na vontade atinente à paz. O caminho de reconciliação, é um processo de amor e graça que Deus inculcou no coração de cada homem e, por isso, exequível e alcançável. Não é utopia!

Contudo, a reconciliação social é possível, porque tudo depende de Deus e do empenho do homem. O amanhã a Deus pertence, e o homem luta à todo custo, para ser o dominador e responsável da sua ascensão e domínio do mundo. Por isso, muito nos preocupa o *next day* ou o *the day after*. O amanhã, depois dos acontecimentos passados e presentes que as nossas gerações (passada e presente), não evitaram.

Que o Senhor faça de nós, instrumentos de Paz!

BIBLIOGRAFIA

FONTES CONCILIARES

Concílio Ecuménico Vaticano II, «Constituição dogmática sobre a Igreja: *Lumen Gentium*», A.O - Braga, 1992.

———, «Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo actual: *Gaudium et Spes*», A. O - Braga, 1992.

———, «Decreto sobre a Igreja e as religiões não-cristãs: *Nostra Aetate*», A. O - Braga, 1992.

———, «Decreto sobre o ecumenismo: *Unitatis Redintegratio*», A. O - Braga, 1987.

MAGISTÉRIO DOS PAPAS

Bento XVI, «Carta Encíclica: *Caritas in veritate*». AAS 101. 641-709. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2009.

-----, «Carta Encíclica sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade: *Caritas in veritate*», Libreria Editrice Vaticana, Roma, 9 de junho de 2009. https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate.html.

João Paulo II, «Exortação Apostólica Pós-Sinodal, sobre a Igreja em África: *Ecclesia in África*», Documentos Pontifícios 46. Braga: Editorial A.O, 1995.

———, *Exortação Apostólica Pós-Sinodal: «Reconciliatio et Paenitentia»*, 2ª ed. Documentos Pontifícios 39. Braga - Secretariado Geral do Episcopado: Editorial A. O, 1985.

———, «*Fides et Ratio*». Libreria Editrice Vaticana, 14 de setembro de 1998. Roma, Vaticano. https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_14091998_fides-et-ratio.html.

Papa Bento XVI, «Carta Apostólica, “Motu Proprio”: *Ubicumque et semper*». Libreria Editrice Vaticana, Roma, 09 de 2010. https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/apost_letters/documents/hf_ben-xvi_apl_20100921_ubicumque-et-semper.html.

———, «Carta Encíclica sobre o amor cristão: “*Deus caritas est*”». Libreria Editrice Vaticana, Roma, 25 de dezembro de 2005. https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20051225_deus-caritas-est.html.

———, «Exortação Apostólica Pós-Sinodal sobre a Igreja na África ao serviço da reconciliação, da justiça e da paz: *Africae munus*», Libreria Editrice Vaticana, Roma, 19 de novembro de 2011. https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/apost_exhortations/documents/hf_ben-xvi_exh_20111119_africae-munus.html.

———, «Viagem Apostólica a München, Altötting e Regensburg: *Encontro com os representantes do mundo das ciências na Aula Magna da Universidade de Regensburg*», Libreria Editrice Vaticana, Roma, 12 de setembro de 2006. https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2006/september/documents/hf_ben-xvi_spe_20060912_university-regensburg.html.

Papa Francisco, «Bula de proclamação do Jubileu Extraordinário da Misericórdia: *Misericordiae Vultus*», 4a edição. Prior Velho: Paulinas, 2015.

———, «Carta Apostólica por ocasião do 150o aniversário da declaração de São José como Padroeiro da Igreja Universal: *Patris corde*», Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana, 12 de 2020. https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_letters/documents/papa-francesco-lettera-ap_20201208_patris-corde.html.

———, «Carta Apostólica: *Misericordia et misera*», 2016. https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_letters/documents/papa-francesco-lettera-ap_20161120_misericordia-et-misera.html.

———, «Carta Encíclica sobre a fraternidade e a amizade social: *Fratelli tutti*», Prior Velho, Lisboa: Paulinas, 2020.

———, «Contra a Guerra: *A coragem de construir a paz*», Duarte Bárbara. Alfragide, Portugal: Dom Quixote, 2022.

———, «Exortação Apostólica Pós Sinodal: *Querida Amazônia*», Prior Velho, Lisboa: Paulinas, 2020.

———, «Exortação Apostólica sobre a chamada à santidade no mundo atual: *Gaudete et Exsultate*», 19 de março de 2018. https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20180319_gaudete-et-exsultate.html.

———, «Exortação Apostólica sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual: *Evangelii Gaudium*», Paulinas, 2013.

Papa João Paulo II, «Carta Apostólica: *Tertio Millennio Adveniente*», Libreria Editrice Vaticana, Roma, 10 de novembro de 1994. https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_letters/1994/documents/hf_jp-ii_apl_19941110_tertio-millennio-adveniente.html.

———, «Carta Encíclica: *Redemptor Hominis*». Libreria Editrice Vaticana, Roma, 4 de março de 1979. https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_04031979_redemptor-hominis.html.

-----, «Carta Encíclica sobre a Missão de Cristo Redentor: *Redemptoris Missio*», 14 de setembro de 1978. https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_07121990_redemptoris-missio.html.

Papa João Paulo II, Mensagem para o dia Mundial da Paz de 2002.

Papa João XXIII, «Carta Encíclica: *Pacem in Terris*», Libreria Editrice Vaticana, Roma, 11 de abril de 1963. https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html.

Papa Francisco, audiência geral, 09/11/2022. Disponível in: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2022-11/papa-francisco-audiencia-geral-viagem-bahrein-paz-encontro.html>.

Papa Francisco, Angelus 12 de dezembro de 2021, Roma.

Papa Francisco, Ubi et Orbi, Roma, 16 de junho de 2022.

Papa Francisco, Audiência Geral de 6 de abril de 2022, Roma. Cf. <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2022-08/papa-francisco-apelos-paz-ucrania-guerra-logica-armas.html>.

Papa Francisco, homilia proferida na Capela de Santa Marta a 10 de março de 2015.

Papa Paulo VI, «Carta Encíclica sobre o desenvolvimento dos povos: *Populorum Progressio*», Editora Paulinas; 14a edição, 1998.

———, «Exortação Apostólica sobre a evangelização no mundo contemporâneo: “*Evangelii Nuntiandi*”», 8 de dezembro de 1975, Braga: Editorial A. O, 1976.

MAGISTÉRIO EPISCOPAL

Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), «*A Igreja em Angola entre a guerra e a paz: documentos episcopais 1974-1998*», Luanda: CEAST, Secretariado de Pastoral, 1998.

Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), «*A Igreja Católica em Angola e a sua Missão Profética Documentos Episcopais - 1999-2017*», 1ª Edição, Bairro Palanca-Luanda, Angola Catholic University Press, 2018.

Mensagem da CEAST, “*Irmãos, porque nos matamos?*”, (Luanda, 15 de agosto de 1993).

Mensagem da CEAST, “*Angola, para onde vais?*”, (Luanda, 27 de julho de 1998).

CEAST; “*Dai-nos a Paz!*”, (Luanda, 22 de fevereiro de 2002).

Mensagem Pastoral da Assembleia de Pastoral dos Bispos da CEAST, realizada em Benguela - Angola de 01- 07 de fevereiro de 2022.

Conferência dos Bispos Católicos da Austrália: Departamento para a justiça social, Novembro de 2019.

OUTRAS FONTES MAGISTERIAIS

«Catecismo da Igreja Católica», Gráfica de Coimbra, 1993.

Bíblia Sagrada, Difusora Bíblica, Lisboa / Fátima, 3ª ed, 2001.

Comissão Bilateral de Diálogo Católico-Luterano, «Do Conflito à Comunhão: *Comemoração conjunta Católica-Luterana da Reforma em 2017. Relatório da Comissão Luterana – Católico-Romana para a unidade*», Sinodal CNBB, 2015.

Comissão Teológica Internacional, «*Memória e Reconciliação: a Igreja e as culpas do passado*», Vaticano, Roma, 2000.

https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_con_cfaith_doc_20000307_memory-reconc-itc_po.html.

Arinze, Francis Card., e Jozef Card. Tomko, «Pontifício Conselho para o diálogo inter-religioso, Congregação para a Evangelização dos Povos: *Diálogo e Anúncio*», 19 de maio de 1991. https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_19051991_dialogue-and-proclamatio_po.html.

Pontifício Conselho da Cultura, «*Via Pulchritudinis: O Caminho Da Beleza*», Loyola, 2006. Roma, Vaticano.

Secretaria Geral do Sínodo dos Bispos, ed. «Sínodo dos Bispos, II Assembleia para a África, A Igreja em África ao serviço da reconciliação, da justiça e da paz: *Instrumentum laboris*». Libreria Editrice Vaticana, 2009. https://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20090319_instrlabor-africa_po.html.

FONTES DA TEOLOGIA

Tomas de Aquino, Santo, «*Suma Theologica*», III, 26, 2, 1ª. Ed. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1964.

Bonaventura, «*Opera Omnia*», Sent. III, 19, 2 q 2, Roma: Quaracchi, 1887.

Pedro Lombardo, «*sententiae*», t. II (lib. III et IV). Roma: Quaracchi, 1961.

Gregório de Nazianzo, «*Epistola*», 101, 32 in GALLAY, P., ed., Saint Grégoire de Nazianze, Lettres, vol. 1, Les Belles Lettres, Paris, 1964.

Santo Agostinho citado por: Dom Júlio César Souza de Jesus, «*O Deus que te criou sem ti, não te salvará sem ti*», Associação Evangelizar é Preciso (blog), 23 de outubro de 2018. <https://www.padrereginaldomanzotti.org.br/o-deus-que-te-criou-sem-ti-nao-te-salvara-sem-ti-santo-agostinho/>.

FONTES HISTORIOGRÁFICAS SOBRE ÁFRICA, ANGOLA E O MUNDO

Afonso, Aniceto, Carlos Matos Gomes, e Maria Inácia Rezola, «*O fim do império colonial em África: independência de Angola. Memórias da Revolução, 1975*», <https://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acontecimento/o-fim-do-imperio-colonial-em-africa-independencia-de-angola/>.

Altuna, Raul Ruiz de Asúa, «*Cultura tradicional Bantu*», 2ª edição, Luanda: Paulinas, 2014.

Alves, Carlos Alberto de Jesus, «*Política Externa Angolana em Tempo de Guerra e Paz: Colonialismo e Pós-Colonialismo*», Universidade de Coimbra, 2013.

Alves, Nito, «*Memórias da Longa Resistência Popular [poemas]*», Lisboa: África Editora, 1976.

———, «*MPLA - A revolução tardia 13 Teses em minha defesa*», Elivulu, 2021.

Andrade, Mário Pinto de «*História do MPLA, 2º vol. 1967-1976*», Luanda: Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA, 2008.

António, João do Amaral, «*A Batalha do Kuito Kuanavale e a sua Implicação no Processo da Pacificação da África Austral (1975 A 1989)*», Quântica Editora, 2018.

Baur, John, «*2000 Anos de cristianismo em África: uma história da igreja africana*», Lisboa, Paulinas, 2002.

Cahen, Michel, «*Breve História da Angola Moderna [séculos XIX-XXI], de David Birmingham*». *Análise Social*, 24 de janeiro de 2021, 532–39. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2018227.18>.

Actores políticos angolanos, «*A Origem Dos Movimentos de Libertação de Angola*». Acedido 28 de janeiro de 2023. <https://1library.org/article/a-origem-dos-movimentos-de-liberta%C3%A7%C3%A3o-de-angola.q2ekoxeq>.

«Centro de Documentação 25 de Abril | Universidade de Coimbra». Acedido 27 de janeiro de 2023. <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=th5>.

João Vasconcelos, «*Resgatar a Memória do 27 de maio de 1977 em Angola*», Acedido 19 de janeiro de 2023. <https://www.esquerda.net/opiniao/resgatar-memoria-do-27-de-maio-de-1977-em-angola/48893>.

Comerford, Michael G., «*O rosto pacífico de Angola: biografia de um processo da paz (1991-2002)*», Luanda: Michael G. Comerford, 2005.

Guus, Meijer, e Birmingham David, «*O passado e o presente de Angola*», Luanda: ACCORD 15, 2004.

José Fernando de Matos, «*O processo de paz em Angola como ponto de viragem para a reconciliação nacional: caminhos e perspectivas*», *Dados de África(s)* 1, n.º 1 (2020): 30–49. <https://revistas.uneb.br/index.php/dadosdeafricas/article/view/9877>.

Justino, Joffre, «*Van Dunem, um dirigente do MPLA assassinado em 1977*», 29 de agosto de 2019. <https://estrategizando.pt/2019/08/29/um-extrato-adaptado-e-sintetizado-de-um-texto-saido-no-club-k-net-assinado-pela-mae-e-irmas-sobre-ze-van-dunem-um-dirigente-do-mpla-assassinado-a-27-de-maio-de-1977-acusado-de-nitista/>.

Kamabaya, Moisés, «*Os heróis da Baixa de Cassanje*», Luanda: Edições Nzila, 2007.

Kambuta, José, «*Os atuais desafios da Igreja em África: uma leitura e análise dos 20 anos da Ecclesia in Africa*», Lisboa: Universidade Católica Editora, 2018.

Lecoff, Georges, «*Angola: Independência Envenenada*», Traduzido por Maria da Luz Feu, Miguel de Araújo. Lisboa: Flecha, 1977.

López, José Luis Cortés, «*História contemporânea de África: de Nkrumah a Mandela (Desde 1940 até aos nossos dias)*», Madrid: Editorial Mundo Negro, 1995.

Manuel Simas Santos e Manuel Leal-Henriques, «*Código Penal Angolano Anotado: Art. 236º ao 389º*», 4a Edição. Vol. Vol. 4. Lisboa: Rei dos Livros, 2019.

Marques, Alexandra, «*Os Segredos da Descolonização de Angola: Toda a verdade sobre o maior tabú da presença portuguesa em África*», Alfragide: Publicações D. Quixote, 2013.

Mateus, Dalila Cabrita, «*A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*», Inquérito história 11. Lisboa - Portugal: Editorial Inquérito, 1999.

Mateus, Dalila Cabrita, e Alvaro Mateus, «*Purga em Angola: o 27 de maio de 1977*», 4th rev. ed. Alfragide, Portugal: Texto, 2010.

Matumona, Muanamosi, «*A reconstrução de África na era da modernidade: ensaio de uma epistemologia e pedagogia da filosofia africana*», Uíje: SEDIPU, 2004.

———, «*Teologia africana da reconstrução como novo paradigma epistemológico: contributo lusófono num mundo em mutação*», Universidade Católica Portuguesa de Lisboa, 2006.

Mbah, Jean Martial Arsene, «*As rivalidades políticas: entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), 1961-1975*», Luanda: Mayamba Editora, 2010.

Milhazes, José, «*Samora Machel. Atentado ou acidente? Páginas desconhecidas das relações sovieta-moçambicanas*», Lisboa: Alêtheia, 1996.

Missionários do Espírito Santo, «*Não podemos civilizar os indígenas de África sem os cristianizar*», Boletim da Diocese de Angola e Congo, 1940. Biblioteca dos Padres espiritanos, R. Santo Amaro-Lisboa. Tipografia da Missão Católica, Luanda, 1940.

Mourisca, Francisco da Mata, «*Angola: escândalo da paz*», Edições SEDIPU. Uíge: gráfica Luz, 2001.

Neto, Agostinho, «*O mais importante é resolver os problemas do povo*», Edição do Departamento de Orientação Revolucionária. Luanda: Secretaria Nacional para a Divulgação e Propaganda, 1979.

———, «*Obra Poética Completa (Trilogia)*»: Sagrada Esperança, Renúncia Impossível e Amanhecer, Luanda: Fundação António Agostinho Neto, 2006.

Neves, Tony, «*Angola: a Igreja Católica pela paz*», Lisboa: Rei dos Livros, 2001.

———, «*Angola: justiça e paz nas intervenções da Igreja Católica 1989-2002*», Lisboa: Textos Editores, 2012.

Oliver, Roland, e J. D. Fage, «*Breve História de África*», Praça Luís de Camões, Lisboa: Sá da Costa Editora, 1980.

Pawson, Lara, «*Em nome do povo: o massacre que Angola silenciou*», Traduzido por Susana Sousa e Silva. Lisboa: Tinta da China, 2014.

Peixoto, Carolina Barros Tavares, «*Limites do Ultramar Português, Possibilidades para Angola: O Debate Político em Torno do Problema Colonial (1951-1975)*», Universidade Federal Fluminense, 2009.

Pimenta, Fernando Tavares, «*Angola, os brancos e a independência*», Porto: Afrontamento, 2008.

Pinto, Alberto Oliveira, «*História de Angola: da pré-história ao início do século XXI*», 1ª Edição, Lisboa: Mercado de Letras, 2015.

Queiroz, Artur, «*27 Maio 1977*», Luanda, QB Comunicação: Fundação Dr. António Agostinho Neto, 2017.

Rocha, Edmundo, «*Angola: contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano, período de 1950 a 1964 testemunho e estudo documental. Olhar a história*», Lisboa: Dinalivro, 2009.

Savimbi, Jonas, «*Angola: A resistência em busca de uma nova nação*», Lisboa: Edição da agência portuguesa de revistas, 1979.

Tali, Jean-Michel Mabeko, «*Dissidências e Poder de Estado: o MPLA perante si próprio*», Vol. I, Luanda: Nzila, 2001.

Tubi, Barnabé Lelo, «*As missões centenárias da Diocese de Cabinda 1873-1973*», Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 1997.

Tutu, Desmond, «*O Caminho para uma reconciliação consigo e com os outros*», Lisboa, Presença, 2014.

Valentim, Jorge Alicerces, «*Caminho para a Paz e Reconciliação Nacional: De Gbadolite a Bicesse (1989-1992)*», Luanda, Edições Mayamba, 2010.

Vasconcelos, João, «*Resgatar a Memória do 27 de maio de 1977 em Angola*». Esquerda, 26 de maio de 2017. <https://www.esquerda.net/opiniao/resgatar-memoria-do-27-de-maio-de-1977-em-angola/48893>.

W. Henderson, Lawrence, «*A Igreja em Angola*», 1ª Edição, Lisboa, Editora Além-Mar, 1990.

Wheeler, Douglas L., e René Pélissier, «*História de Angola*», 6ª edição, Lisboa, Tinta-da-China, 2016.

João, Jacob Caetano, «*Arquivos da PIDE: Processo PI 2704*», vol.2, fls. 533.

Samuel Cyuma, «*Contexto do País: Atitude Formativa. Em Unidade e Reconciliação em Ruanda: Lições da África do Sul*», (1517 Mídia, 2019) 25–32. <https://doi.org/10.2307/j.ctv1ddcpqj.8>.

Samuel Cyuma, «*Comissão da Verdade e Reconciliação: Descobertas da Documentação e Entrevistas de Campo. Em Unidade e Reconciliação em Ruanda: Lições da África do Sul*», (1517 Mídia, 2019), 33–40, Blog. <https://doi.org/10.2307/j.ctv1ddcpqj.9>.

John Burton, «*Resolving Deep-Rooted Conflict: A Handbook*», (Lanham London, University Press of, America, 1987), Blog. <https://journals.openedition.org/cea/1370>, 29/06/2021, 12:50.

Graeme Simpson, «*Reconstruction and Reconciliation: emerging from transition*», *Development in Practice*, vol. 7, n° 4, pp. 475-478, 1997. (Blog) <http://www.wits.ac.za/csvr>.

Graeme Simpson, «*Rebuilding Fractured Societies: reconstruction, reconciliation and the changing nature of violence*, *Centre for the Study of Violence and Reconciliation*», South Africa, 2000. (Blog). <http://www.csvr.org.za/papers/papundp.htm>.

Charles Lerche, «*Peacebuilding through Reconciliation*», in *The International Journal of Peace Studies*, 1999. (Blog) http://www.gmu.edu/academic/ijps/vol5_2/lerche.htm.

Charles Lerche, «*Truth Commissions and National Reconciliation: some reflections on theory and practice*, in *Peace and Conflict Studies*», vol. 7, n° 1, 2000. (Blog). <http://www.gmu.edu/academic/pcs/LERCHE71PCS.html>.

BIBLIOGRAFIA AUXILIAR

Monteiro, Sónia, «*Será este o tempo do perdão? Uma análise do dinamismo do perdão no contexto dos abusos sexuais na Igreja*», Em “*Uma anatomia do poder eclesial*”, Coord. João Eleutério, 169-189, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2022.

Almeida, Nuno Manuel Santos, «*Busca de Sentido da Vida e Reconciliação Cristã*», Prior Velho, Lisboa: Paulinas, 2017.

Chamberlain, W, e Julio Andrade Ferreira, «*Antropologia Teológica*», S. Paulo-Brasil: Editora Cristã Novo Século, 2003.

Dupas, Gilgerto, «*Atores e poderes na nova ordem global: Assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação*», São Paulo-Brasil: UNESP, 2005.

Dupuis, Jacques, «*O diálogo inter-religioso numa sociedade pluralista*», Em “*Religiões: identidade e violência*”, XXIII Semana de estudos teológicos, 4-6 fevereiro de 2003, 321–338. Lisboa: Livraria Alcalá, 2003.

Silva, Manuela, «*O factor religioso e a paz mundial - II*», Em “*Religiões: Identidade e Violência*”, XXIII Semana de Estudos Teológicos 4-6 de Fevereiro de 2003, 21–36. Lisboa: Alcalá, Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, 2003.

Estanqueiro, António, «*Como lidar com as pessoas: princípios de comunicação interpessoal*», 25ª Edição. Lisboa: Presença, 2019.

- Gleitman, Henry, Alan J. Fridlund, e Daniel Reisberg, «*Psicologia*», Editado por Danilo Silva. 10ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Serviço de Educação e Bolsas, 2011.
- Joachim Kügler, «*Riconciliazione (r.)*», Brescia: Ed. Queriniana, 2009.
- Kant, Immanuel, «*A paz perpétua e outros opúsculos*», Traduzido por Artur Morão. Lda. Coimbra: Edições 70, 2022.
- Lederach, John Paul, «*Building Peace: Sustainable Reconciliation in Divided Societies*», Washington, D.C: United States Institute of Peace Press, 1997.
- Marcelo Figueroa, «*As diversidades reconciliadas: Um protestante no jornal do Papa*», Prior Velho, Lisboa: Paulinas, 2022.
- Mário Rodriguez Cobos, «*A Verdade e a Reconciliação*», Pressenza, 3 de junho de 2012. <https://www.pressenza.com/pt-pt/2012/06/a-verdade-e-a-reconciliacao/>.
- Mendonça, José Tolentino, «*Elogio da sede*», Obras de José Tolentino Mendonça. Lisboa: Quetzal, 2018.
- , «*O que é amar um país: o poder da esperança*», Lisboa: Quetzal, 2020.
- Metz, Johannes Baptist, «*A Passion for God: the Mystical Political Dimension of Christianity, Tram. J. Matthew (James Matthew) Ashley*», New York: Paulist Press, 1998.
- Navarro, Juan Bosch, «*Para Compreender o Ecumenismo*», Vila Nova de Gaia: Editorial Perpétuo Socorro, 2002.
- Nunes, José, «*Teologia da Missão*», www.opf.pt, 18 de maio de 2020.
- Pannenberg, Wolfhart, «*Teología sistemática*», Vol. II. Madrid: Universidad Pontificia Comillas, 1992.
- Paul Ricoeur, «*A Memória, A História, O Esquecimento*», 7a. São Paulo-Brasil: Editora UNICAMP, 2018.
- Paulo Guenter Suess, «*A Teologia da Missão à luz da Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*», Instituto Humanitas Unisinos, Brasil, 2018.

Silva, Jorge Vieira da, «*A verdadeira paz: desafio do Estado democrático*», São Paulo em Perspectiva 16, n.º 2 (junho de 2002): 36–43. <https://doi.org/10.1590/S0102-88392002000200005>.

Silva, José Paulino Cunha, «*As resoluções das Nações Unidas sobre Angola*», Vol. 12 de colecção ensaio. Luanda: Editorial Nzila, 2002.

Suess, Paulo Guenter, «*Introdução à teologia da missão: convocar e enviar- servos e testemunhas do reino. Iniciação à teologia*», Petrópolis: Vozes, 2007.

Vicente, Henrique Manuel Testa, «*Cidadania e Desenvolvimento Social: Manual do 12º Ano de escolaridade*», Timor – Leste: Timor, 2014.

William, Zinsser, «*Como escrever bem: o clássico manual americano de escrita jornalística e de não ficção*», S. Paulo-Brasil, Fósforo, 2021.

Kissinger, Henry A, «*Diplomacia*», Lisboa: Gradiva, 1996.

TESES, MONOGRAFIAS E DISSERTAÇÕES

Azambuja, Márcio Passos de. «*Fonte, Fluxo e Foz: A filosofia africana em Mãe, Materno Mar de Boaventura Cardoso*». Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): instituto de letras, 2015.

Bizimenyera, Célestin. «*A reconciliação segundo II Cor 5,14-21: a iniciativa da bondade divina em favor da humanidade*», 2015. https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/17920?locale=pt_PT.

Feijó, Brunna Bozzi, «*Independência ou Revolução?: uma análise do processo de independência de Angola a partir da sua transformação de guerra anticolonial a microcosmo da Guerra Fria (1961-1975)*», Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/36933>.

Finda, Wladimir, «*A construção da Paz em Angola: Do Alvor à Luena - O Papel da Comunidade Internacional*», Universidade de Évora, 2011.

Pinto, João Nuno da Silva, «*A construção da política de segurança alimentar e nutricional em Angola*», Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008. <https://tede.ufrj.br/handle/tede/659>.

Sebastião, André Kizua Monteiro, «*A Dimensão Internacional do Conflito Armado de Gbadolite à Luena*», Universidade de Évora, 2015.

———, «*O processo de paz em Angola: a dimensão internacional do conflito armado de Gbadolite à Luena*», MasterThesis, Universidade de Évora, 2015. <https://www.rdpc.uevora.pt/handle/10174/13383>.

Silva, Agostinho Alexandre Joaquim da, «*Angola: Dinâmicas internas e externas na luta de libertação (1961-1975)*», Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2014. <https://docplayer.com.br/4498935-Angola-dinamicas-internas-e-externas-na-luta-de-libertacao-1961-1975.html>.

Silva, Agostinho, «*A Origem e Intervenção do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) na luta de Independência Nacional (1961-1975)*», MasterThesis, Academia Militar. Direção de Ensino, 2010. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/7264>.

Tati, Raul, «*Incidências da Guerra Fria Na Política Externa de Angola: 1975-1992*», Universidade Católica Portuguesa, 2018.

Vilas Boas, Susana de Sousa, «*Perdoar (in)condicionalmente: uma leitura bíblico-filosófica sobre o perdão*», 2017. <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/28008>.

Villalobos Filipe, J., «*Descolonização de Angola*». Centro de Documentação 25 de Abril | Universidade de Coimbra, 30 de abril de 2005. <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=th5>.

Oliveira, Sílvia de «*Olhar a pobreza em Angola: causas, consequências e estratégias para a sua erradicação*», Ciências Sociais Unisinos 48, n.o 1 (10 de abril de 2012): 29–40. <https://doi.org/10.4013/csu.2012.48.1.04>.

ENCICLOPÉDIAS E DICIONÁRIOS

Guillet, Jacques, «Vocabulário de teologia bíblica: “*Gracia*”». Barcelona: Herder: ed. Xavier Léon-Dufour, 1985.

H. Vorländer e Coenen, Lothar – Beyreuther, Erich Bietenhard, Hans, «*Reconciliación*», Em Diccionario teologico del Nuevo Testamento, Vol. IV: 41–43. Salamanca: Ediciones Sigueme, 1987.

J. E. Martins Terra, «*Reconciliação*», Em Enciclopédia Luso-brasileira de Cultura, Volume no 15:1883–86. Lisboa: Verbo, 1991.

S.A PRIBERAM, Priberam Informática, «*Reconciliação*», Dicionário Priberam. Acedido 20 de janeiro de 2023. <https://dicionario.priberam.org/reconciliação>.

REVISTAS, JORNAIS, BLOGS E ARTIGOS CIENTÍFICOS

Causse, Guilhem. «*Vers un renouvellement du sacrement de la réconciliation: Le pardon au prisme de la victime*». Christus: Vivre l'expérience spirituelle aujourd'hui, janeiro de 2023.

Soares, Fernando da Luz. «*O diálogo ecuménico enquanto diálogo com o “outro”*». Comunicação & Cultura, n.º 11, 65-77, 2011.

Araújo, Maria Paula Nascimento, e Myrian Sepúlveda dos Santos, «*História, memória e esquecimento: Implicações políticas*», Revista Crítica de Ciências Sociais, n.º 79 (1 de dezembro de 2007): 95–111. <https://doi.org/10.4000/rccs.728>.

Boas, Alex Villas, «*A dimensão social da evangelização na Evangelii Gaudium e o discernimento da caridade*», Revista de Cultura Teológica, JUL/DEZ - ANO XXII, n.o 84 (23 de dezembro de 2014): 13–25. <https://doi.org/10.19176/rct.v22i84.21636>.

Branco, Carina, «*O longo caminho para a reconciliação em Angola*», RFI, 5 de agosto de 2021. <https://www.rfi.fr/pt/programas/convidado/20210805-o-longo-caminho-para-a-reconcilia%C3%A7%C3%A3o-nacional-em-angola>.

Brandon Hamber & Hugo van der Merwe, «*What is this thing called Reconciliation?*», (Blog), 28 de março de 1998. <https://brandonhamber.blogspot.com/1998/03/what-is-this-thing-called-reconciliation.html>.

Burton, John Wear, «*Violence Explained: The Sources of Conflict, Violence and Crime and Their Prevention*», Manchester University Press, 1997.

Antunes, M, «*Diálogo*», Em Enciclopédia Luso-brasileira de Cultura, 6o:1258–60. Lisboa: Verbo, 1995.

Aragó J. M. Mitjans, «*Memória*», Em Enciclopédia Luso-brasileira de Cultura, 13 v:280–83. Lisboa: Verbo, 1991.

Colombi, Pe Adilson José. «*Desenvolvimento, o novo nome da paz*». O Município (blog), 20 de abril de 2017. <https://omunicipio.com.br/desenvolvimento-o-novo-nome-da-paz/>.

David Suelela. «*A Metáfora do Mar na poética de Agostinho Neto*». Cultura: 17 a 30 de Agosto de 2015, 17 de agosto de 2015, Jornal Angolano de Artes e Letras edição.

Dias, João Scognamiglio Clá, «*Beleza e Sublimidade Clave teológica da Nova Evangelização*», Lumen Veritatis - Revista tomista | Filosofia Teologia - Tomás de Aquino 3, n.º 10 (2010): 9–32. <https://lumenveritatis.org/ojs/index.php/lv/article/view/132>.

Dom Júlio César Souza de Jesus, «*O Deus que te criou sem ti, não te salvará sem ti*». Associação Evangelizar é Preciso (blog), 23 de outubro de 2018. <https://www.padrereginaldomanzotti.org.br/o-deus-que-te-criou-sem-ti-nao-te-salvara-sem-ti-santo-agostinho/>.

Eliseu Raphael Venturi e Caroline Feliz Sarraf Ferri, e Revista Jurídica Luso, «*O Pensamento da Alteridade: Do “Eu e Tu” (Martin Buber) ao “Entre Nós” (Emmanuel Lévinas). Pressupostos de Humanismo, Cidadania e Inclusão Social*», Acedido 18 de janeiro de 2023. <https://blook.pt/PTt>.

William Tonet, Redação F8, «*Réquiem pelo 4 de Abril*», Jornal Folha 8, 5 de abril de 2019. <https://jornalf8.net/2019/requiem-pelo-4-de-abril/>.

Ferreira, Maria Luísa Ribeiro, «*Filosofia e História, Perdoar, Compreender, Esquecer: algumas reflexões a partir de um livro e de um filme*», Brotéria, 2019.

Ferreira, Patrícia Magalhães, «*Justiça e Reconciliação Pós-Conflito em África*», Cadernos de Estudos Africanos, n.o 7/8 (1 de junho de 2005): 9–29. <https://doi.org/10.4000/cea.1370>.

Finuras, Paulo, «*Por que razão fazemos a Guerra?*», 1 de junho de 2022. <https://pt.linkedin.com/pulse/porque-%C3%A9-que-fazemos-guerra-paulo-finuras->.

Fonseca, Danilo Ferreira da, «*Ruanda: a produção de um genocídio*», Pontifícia Universidade de São Paulo, 2010.

Fried, Brittany, «*Justice and Reconciliation in Post-Genocide Rwanda*», 2017. <https://berkeleycenter.georgetown.edu/posts/justice-and-reconciliation-in-post-genocide-rwanda>.

Pankhurst, Donna, «*Issues of justice and reconciliation in complex political emergencies: Conceptualising reconciliation, justice and peace*», *Third World Quarterly* 20, n.o 1 (1 de fevereiro de 1999): 239–55. <https://doi.org/10.1080/01436599914027>.

Simpson, «*The missing peace: independent progress study on youth and peace and security*», United Nations Population Fund, 2015. <https://www.unfpa.org/resources/missing-peace-independent-progress-study-youth-and-peace-and-security>.

Guus Meijer, «*Da paz militar à justiça social? O processo de paz angolano*», Conciliation Resources. Londres: Conciliation Resources, 2004.

Jaime Pacheco, «*Conversa na mulemba*», 21 de fevereiro de 2022. ADRA. <https://www.adra-angola.org/artigos/conversa-na-mulemba-angola-tem-de-melhorar-porque-ja-nao-pode-piorar>.

Edna Dala, em *Jornal de Angola*, «*Familiares devem dirigir-se às Conservatórias: Certidões de óbito para vítimas de conflitos já estão a ser emitidas*», Nº 16361, 22 de maio de 2021, Edições Novembro/Ano 45 edição.

———. Xavier António: «*“Sincero Arrependimento”*: Presidente pede desculpas públicas e perdão pelas vítimas dos conflitos». No 16366, 27 de maio de 2021, Edições Novembro/Ano 45. edição. <https://www.jornaldeangola.ao>.

Joutard, Philippe, «*Reconciliar História e Memória?*», *Escritos*, Ano no 1, 2007, 223–236.

Manuel da Rocha Felício, «*Desenvolvimento, o verdadeiro nome da paz*», *Gestão e Desenvolvimento*, 13-14 (2005-2006), 3-7, 2019.

Maria Luísa Ribeiro Ferreira, «*Filosofia e História: Perdoar, Compreender, Esquecer*», *Brotéria, Cristianismo e Cultura*, 189 2/3, n.o Agost/Set 2019 (2019): 275–85.

Mboco, Osvaldo, «*Os caminhos para a Paz em Angola: de Bicesse (1992) a Luena (2002)*», *Correio da Kianda - Notícias de Angola (blog)*, 4 de abril de 2021. <https://correiokianda.info/os-caminhos-para-a-paz-em-angola-de-bicesse-1992-a-luena-2002/>.

Monteiro, António, «*Regresso a Bicesse: 25 anos dos Acordos de Bicesse*», sem data. https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri50/RI50_08AMonteiro.pdf.

Muhacha, Benney, «*Os Acordos de Bicesse*», *Sópra-Educação (blog)*, 19 de janeiro de 2021. <https://sopra-educacao.com/2021/01/19/os-acordos-de-bicesse/>.

Oficina do Conhecimento, «*O Processo de Paz em Angola como Ponto de Viragem para Reconciliação Nacional*», Luanda, 2019. <https://www.youtube.com/watch?v=vzBYRzRHYJM>.

Pacheco, Fernando, «*Conversa na mulemba: Angola tem de melhorar porque já não pode piorar*», 21 de fevereiro de 2022, ADRA edição. <https://www.adra-angola.org/artigos/conversa-na-mulemba-angola-tem-de-melhorar-porque-ja-nao-pode-piorar>.

Patrícia Magalhães Ferreira, «*Justiça e Reconciliação Pós-Conflito em África*», Openedition journals: Cadernos de Estudos Africanos, 2005. <https://journals.openedition.org/cea/1370>.

Paul Beauchamp, «*La bible et les formes du langage ou le texte du pardon (Daniel 9)*», in *Espirit*». in *Espirit*, agosto de 1988.

Congresso da Nação, «*Pensar Angola*», realizado em Luanda entre os dias 27 e 28 de Maio de 2022.

Rezende, Manuel Morgado, e Lívia de Tartari e Sacramento, «*Violências: Lembrando alguns conceitos*». Aletheia, 2006.

Rodrigues, Venâncio. «*Sindicatos duvidam de números sobre desemprego em Angola*», VOA, 11 de 2022. <https://www.voaportugues.com/a/sindicatos-duvidam-de-numeros-sobre-desemprego-em-angola/6839258.html>.

Sasembele, Anastácio, «*Igreja em Angola celebra Dia Nacional da Reconciliação com apelos à tolerância*», 1 de abril de 2022. <https://www.vaticannews.va/pt/africa/news/2022-04/igreja-em-angola-celebra-dia-nacional-da-reconciliacao-com-apelo.html>.

Nuno Medeiros Carrapatoso, *Liberdade*, 16 fev. 2020, 24:02. in: <https://observador.pt/opiniao/a-liberdade-2/>.

ANEXOS: MAPA, FOTOS E DOCUMENTOS

ANEXO 1: O MAPA GEOGRÁFICO DE ANGOLA, SEUS LIMITES E FRONTEIRAS



ANEXO 2: FOTO DO ACORDO DE BICESSE

Error!
found.

Reference

source

not



ANEXO 3: FOTO DO ACORDO DE LUSAKA



ANEXO 4: FOTO DO ACORDO DO LUENA



- AMB

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
COMPLEMENTAR AO PROTOCOLO DE LUSAKA
PARA A CESSAÇÃO DAS HOSTILIDADES
E RESOLUÇÃO DAS DEMAIS QUESTÕES MILITARES
PENDENTES NOS TERMOS DO PROTOCOLO DE LUSAKA

PREÂMBULO

A Delegação das Forças Armadas Angolanas, mandatada pelo Governo da República de Angola;

A Delegação das Forças Militares da UNITA, mandatada pela sua Comissão de Gestão;


Na presença da ONU, representada pelo Senhor Ibrahim Gambari, Sub-Secretário Geral da ONU e Conselheiro Especial para África, e dos Países Observadores do Processo de Paz em Angola;

Tendo em conta que o Protocolo de Lusaka, subscrito aos 20 de Novembro de 1994 pelo Governo e pela UNITA com a mediação da ONU e na presença dos Países Observadores do Processo de Paz em Angola, foi assumido como o instrumento jurídico-político para a resolução do conflito angolano, no sentido da obtenção da paz e reconciliação nacional, e não conheceu ainda a evolução positiva esperada para a sua conclusão definitiva.

Considerando que, a crescente e premente necessidade de se obter a paz e reconciliação nacional na República de Angola, expressa e sentida diariamente por todos os angolanos, se afigura imperativa e urgente, e exige primeiro que tudo a cessação do conflito armado entre a UNITA, enquanto estrutura político-militar, e o Governo, através da promoção de iniciativas apropriadas com criatividade e flexibilidade, para a conclusão definitiva do Protocolo de Lusaka;

Conscientes de que o termo do conflito interno conduz à paz e reconciliação nacional na República de Angola e constitui um desafio a que, de modo determinado, se comprometem a vencer e alcançar para benefício do povo angolano;

Nesta conformidade, em ordem a materializar os seus compromissos e obrigações no quadro do Protocolo de Lusaka, decidem adoptar o Memorando de Entendimento, nos seguintes termos:



CAPÍTULO I

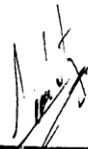
OBJECTO E PRINCÍPIOS DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

1 - OBJECTO

- 1.1. *Constitui objecto do Memorando de Entendimento o compromisso das Partes para, através da sua colaboração fraterna e activa, garantirem a obtenção e efectivação do cessar-fogo e resolução de todas as questões militares pendentes e, subsequentemente, a definitiva resolução do conflito armado, reiniciado posteriormente à execução total da tarefa de conclusão da formação das FAA nos termos do Protocolo de Lusaka.*
- 1.2. *Constitui objectivo do Memorando de Entendimento a colaboração entre as Partes, para a resolução dos factores militares negativos geradores de bloqueio ao Protocolo de Lusaka e, subsequentemente, a criação de condições para a sua conclusão definitiva.*

2 - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

- 2.1. *As Partes reafirmam o respeito pelo Estado de Direito e pelas instituições democráticas na República de Angola e, nesta conformidade, a observância da Lei Constitucional e demais legislação em vigor na República de Angola.*
- 2.2. *As Partes reiteram a aceitação inequívoca da validade dos instrumentos jurídico-políticos pertinentes, nomeadamente o Protocolo de Lusaka e as Resoluções do CS da ONU relativamente ao processo de paz Angolano.*
- 2.3. *As Partes reconhecem que o respeito pela democracia em todas esferas e níveis da vida nacional é essencial à paz e reconciliação nacional.*



CAPÍTULO II

AGENDA DE MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

I - GENERALIDADES

1.1. *Em ordem a materializar os seus compromissos e obrigações no quadro do Protocolo de Lusaka, as Partes aceitam como Agenda de Trabalhos para as Conversações Militares, a seguinte:*

I - Questões de Reconciliação Nacional

Único: Amnistia

II - Cessação das hostilidades e Questões Militares Pendentes nos Termos do Protocolo de Lusaka

- a) Cessar-Fogo*
- b) Desengajamento, Aquartelamento e Conclusão da Desmilitarização das Forças Militares da UNITA*
- c) Integração de Oficiais Gerais, Oficiais Superiores, Oficiais Capitães e Subalternos, Sargentos e Praças provenientes das Forças Militares da UNITA nas Forças Armadas Angolanas, de acordo com as vagas orgânicas existentes*
- d) Integração de Oficiais Gerais e Oficiais Superiores provenientes das Forças Militares da UNITA na Polícia Nacional, de acordo com as vagas orgânicas existentes*
- e) Desmobilização dos Efectivos Excedentários provenientes das Forças Militares da UNITA e extinção das Forças Militares da UNITA*
- f) Reinserção Sócio-Profissional do Pessoal Desmobilizado das ex-Forças Militares da UNITA na Vida Nacional*

III - Questões Institucionais

- a) Estrutura institucional de coordenação do Entendimento*
- b) Calendário de Aplicação do Entendimento*
- c) Assinatura do Entendimento*

- 1.2. *Em ordem a materializar os seus compromissos e obrigações no quadro do Protocolo de Lusaka, as Partes aceitam como Conclusões da Agenda das Conversações Militares as que nos pontos a seguir se descrevem:*

2 – QUESTÕES DE RECONCILIAÇÃO NACIONAL

Único: Amnistia

- 2.1. *O Governo garante, no interesse da paz e reconciliação nacional, a aprovação e publicação, pelos órgãos e instituições competentes do Estado da República de Angola de uma Lei de Amnistia de todos os crimes cometidos no âmbito do conflito armado entre as Forças Militares da UNITA e o Governo.*

3 - CESSAÇÃO DAS HOSTILIDADES E QUESTÕES MILITARES PENDENTES NOS TERMOS DO PROTOCOLO DE LUSAKA

A) CESSAR-FOGO

- 3.1. *As Partes reiteram, o seu engajamento para dar cumprimento escrupuloso dos seus compromissos e obrigações relativamente à tarefa do restabelecimento do cessar-fogo (no espírito do previsto no Anexo 3, do Ponto II.1 da Agenda de Trabalhos – Questões Militares I do Protocolo de Lusaka).*
- 3.2. *Neste sentido o Governo, através do Estado Maior General das FAA e as Forças Militares da UNITA, através do Alto Estado Maior Geral, emitem e cumprem uma declaração de reconhecimento do cessar-fogo com vista ao término do conflito armado, no sentido da obtenção da paz e reconciliação nacional.*
- 3.3. *A tarefa de restabelecimento do cessar-fogo compreende o seguinte:*
- a) *A cessação de acções militares total e definitiva em todo o território nacional e a não veiculação de propaganda hostil.*
 - b) *A não realização de movimentos de força no sentido do reforço ou ocupação de novas posições militares, bem como a não realização de actos de violência contra a população civil e de destruição de bens.*



c) *A informação regular sobre a situação de posicionamento das unidades e demais estruturas para-militares das Forças Militares da UNITA, em zonas ou áreas prováveis de tensão militar.*

d) *A garantia da protecção das pessoas e seus bens, dos recursos e bens públicos, bem como da livre circulação de pessoas e bens.*

B) *DESENGAJAMENTO, AQUARTELAMENTO E CONCLUSÃO DA DESMILITARIZAÇÃO DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA*

3.4. *As Partes reiteram o seu engajamento para dar cumprimento escrupuloso dos seus compromissos e obrigações relativamente à tarefa de aquartelamento e conclusão da desmilitarização das Forças Militares da UNITA (no espírito do previsto no Anexo 3 do Ponto II .1 da Agenda de Trabalhos – Questões Militares I do Protocolo de Lusaka).*

3.5. *Neste sentido, a Comissão Militar Mista, com o apoio do Estado Maior General das FAA, procede ao aquartelamento e desmilitarização de todas as unidades e estruturas para-militares das Forças Militares da UNITA, compreendendo o seguinte:*

a) *A informação, pelo Alto Estado Maior Geral das Forças Militares da UNITA, à Comissão Militar Mista, de todos os dados fidedignos e verificáveis relativos à composição combativa e numérica das unidades e estruturas para-militares das Forças Militares da UNITA, e sua localização.*

b) *O estabelecimento de mecanismos de monitorização do processo de desmilitarização das Forças Militares da UNITA.*

c) *A identificação das unidades militares e estruturas para-militares das Forças Militares da UNITA e o estabelecimento de áreas de aquartelamento para as mesmas.*

d) *A definição dos respectivos itinerários e meios de movimento e a realização do movimento das unidades militares e estruturas para-militares das Forças Militares da UNITA para as áreas de aquartelamento.*



- e) *O desengajamento dos locais de estacionamento e movimento das unidades militares e estruturas para-militares das Forças Militares da UNITA para as áreas de aquartelamento.*
 - f) *A recepção, alojamento e alimentação, bem como o registo do pessoal das unidades militares e estruturas para-militares das Forças Militares da UNITA nas áreas de aquartelamento.*
 - g) *A entrega e acto contínuo a recolha, armazenamento e posterior destruição de todo o armamento e equipamento das unidades militares e estruturas para-militares das Forças Militares da UNITA.*
- C) INTEGRAÇÃO DE OFICIAIS GERAIS, OFICIAIS SUPERIORES, OFICIAIS CAPITÃES E SUBALTERNOS, SARGENTOS E PRAÇAS, PROVENIENTES DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA NAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS**
- 3.6. *O Governo procede, no interesse da reconciliação nacional, através do Estado Maior General das FAA, à integração de Oficiais Gerais e Oficiais Superiores, Oficiais Capitães e Subalternos, Sargentos e Praças provenientes das Forças Militares da UNITA nas FAA, de acordo com as vagas orgânicas existentes.*
- 3.7. *Neste sentido, o processo de integração de Oficiais Gerais, Oficiais Superiores, Oficiais Capitães e Subalternos, Sargentos e Praças provenientes das Forças Militares da UNITA, compreende o seguinte:*
- a) *A incorporação nas FAA e o patenteamento de Oficiais Gerais, Oficiais Superiores, Oficiais Capitães e Subalternos, Sargentos e Praças provenientes das Forças Militares da UNITA, de acordo com as vagas orgânicas existentes.*
 - b) *A formação e a colocação em funções de Oficiais Gerais, Oficiais Superiores, Oficiais Capitães e Subalternos, Sargentos e Praças provenientes das Forças Militares da UNITA.*



D) INTEGRAÇÃO DE OFICIAIS GERAIS E OFICIAIS SUPERIORES PROVENIENTES DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA NA POLÍCIA NACIONAL

3.8. O Governo, no interesse da reconciliação nacional, através do Comando Geral da Polícia Nacional, procede à integração de alguns Oficiais Gerais e Oficiais Superiores provenientes das Forças Militares da UNITA na Polícia Nacional, de acordo com as vagas orgânicas existentes.

3.9. Neste sentido, o processo de integração de Oficiais Gerais e Oficiais Superiores provenientes das Forças Militares da UNITA na Polícia Nacional, compreende o seguinte:

- a) A incorporação na Polícia Nacional e o patenteamento de Oficiais Sub-Comissários e Oficiais Superiores provenientes das Forças Militares da UNITA, de acordo com as vagas orgânicas existentes.
- b) A formação e a colocação em função de Oficiais Sub-Comissários e Oficiais Superiores provenientes das Forças Militares da UNITA.

E) DESMOBILIZAÇÃO DOS EFECTIVOS DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA E EXTINÇÃO DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA

3.10. As Partes reiteram o seu engajamento para dar cumprimento escrupuloso dos seus compromissos e obrigações relativamente à tarefa de desmobilização dos efectivos excedentários provenientes das Forças Militares da UNITA e a extinção das Forças Militares da UNITA (no espírito do previsto no Anexo 4, Ponto II.1 da Agenda de Trabalhos - Questões Militares II do Protocolo de Lusaka).

3.11 Neste sentido, a Comissão Militar Mista, com o apoio da ONU, em conformidade com o mandato que for atribuído pelo Conselho de Segurança da ONU ou por outros órgãos do sistema da ONU, procede à desmobilização dos efectivos excedentários provenientes das Forças Militares da UNITA e a extinção das Forças Militares da UNITA, compreendendo o seguinte:

- a) A desmobilização individual do pessoal excedentário proveniente das Forças Militares da UNITA.
- b) A extinção formal e definitiva das Forças Militares da UNITA.

- c) *A colocação do pessoal desmobilizado das ex-Forças Militares da UNITA na dependência administrativa do Estado Maior General das FAA, através das Regiões Militares e dos Comandos Operacionais das FAA.*

F) REINserÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL DO PESSOAL DESMOBILIZADO DAS EX-FORÇAS MILITARES DA UNITA NA VIDA NACIONAL

- 3.12. *As Partes reiteram o seu engajamento para dar cumprimento escrupuloso dos seus compromissos e obrigações relativamente à tarefa de reintegração social dos desmobilizados (no espírito do previsto no Anexo 4, do Ponto II.1 da Agenda de trabalhos - Questões Militares II do Protocolo de Lusaka).*
- 3.13 *Neste sentido, o Governo, através do Estado Maior General das FAA e de organismos e serviços públicos competentes, com a participação da UNITA e com a ajuda da Comunidade Internacional, procede à reintegração dos desmobilizados na sociedade civil dentro de um programa de reinserção sócio-profissional.*
- 3.14 *A reinserção sócio-profissional do pessoal desmobilizado das ex-Forças Militares da UNITA compreende o seguinte:*
- a) *A protecção, alojamento e alimentação do pessoal das ex-Forças Militares da UNITA nos centros de formação.*
- b) *A formação profissional do pessoal das ex-Forças Militares da UNITA no sentido da sua habilitação para o mercado de trabalho nacional, mediante um programa de reintegração social especial e urgente.*

CAPÍTULO III

COORDENAÇÃO E APLICAÇÃO DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

I- COORDENAÇÃO DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

1.1. As estruturas institucionais de coordenação do Memorando de Entendimento são as seguintes:

a) Comissão Militar Mista

b) Grupo Técnico

1.2. A Comissão Militar Mista tem a composição, atribuições e regras de funcionamento seguintes:

a) Composição e Direcção:

a.1 Com assento na qualidade de membro executivo e presidente da Comissão Militar Mista:

- O representante militar do Governo

a.2 Com assento na qualidade de membro executivo da Comissão Militar Mista:

- O representante militar das Forças Militares da UNITA

a.3 Com assento na qualidade de membros observadores permanentes da Comissão Militar Mista:

- O representante militar da ONU, em conformidade com o mandato que for atribuído pelo Conselho de Segurança da ONU ou por outros órgãos do sistema da ONU

- O representante militar dos EUA

- O representante militar da Rússia

- O representante militar de Portugal

b) Atribuições

b.1 Assistir à Comissão Militar Mista no desempenho das suas atribuições.

b.2 Zelar pela aplicação de todas as disposições do Memorando de Entendimento.

b.3 Organizar reuniões 'ad-hoc' de peritos militares para estudar as causas de eventuais dificuldades que entrem a execução eficaz do Memorando de Entendimento ou outras questões consideradas de interesse pela Comissão Militar Mista.

b.4 Elaborar a calendarização detalhada assim como a precisão das actividades a realizar no âmbito da aplicação do Memorando de Entendimento.

c) Regras de funcionamento:

c.1 Reúne-se, ordinariamente, a fim de preparar as reuniões da Comissão Militar Mista, e extraordinariamente, para analisar as questões dimanadas pela Comissão Militar Mista ou sempre que para tal se revele necessário.

c.2 A nível regional, reúne-se diariamente, sendo dirigida por um perito militar das Forças Armadas Angolanas.

2 - CALENDÁRIO DE APLICAÇÃO DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

2.1 Para a concretização do Memorando de Entendimento, as Forças Armadas Angolanas e as Forças Militares da UNITA assumem o compromisso do seguinte Calendário de Aplicação:

- | | | |
|----|--|-------------|
| 1) | Entrada em vigor do Memorando de Entendimento | Dia D |
| | - Assinatura do Memorando | |
| | - Declaração do cessar-fogo bilateral | |
| | - Entrada em vigor do cessar-fogo | |
| 2) | Funcionamento da Comissão Militar Mista | À partir do |
| | - Promulgação da Lei de Amnistia | Dia D + 001 |
| | - Formalização e entrada em funções da Comissão Militar Mista e do Grupo Técnico | |



- 3) *Realização de todas as actividades consignadas na alínea a) do Ponto II, nomeadamente:* *Dia D + 001*
 - *Consolidação do restabelecimento do cessar-fogo*
- 4) *Realização de todas as actividades consignadas na alínea b) do Ponto II, nomeadamente:* *Dia D + 002*
 - *Desengajamento, Aquartelamento e conclusão da Desmilitarização das Forças Militares da UNITA*
 - *Aquartelamento, Desarmamento e Repatriamento das Forças Militares Estrangeiras em áreas do território nacional sob controlo das Forças Militares da UNITA*
- 5) *Realização de todas as actividades consignadas nas alíneas c e d) do Ponto II, nomeadamente:* *Dia D+ 048*
 - *Integração de Oficiais Gerais e de Oficiais Superiores, Oficiais Capitães e Subalternos, Sargentos e Praças provenientes das Forças Militares da UNITA nas FAA de acordo com as vagas existentes*
 - *Integração de Oficiais Gerais e de Oficiais Superiores provenientes das Forças Militares da UNITA na Polícia Nacional, de acordo com as vagas existentes*
- 6) *Realização de todas as actividades consignadas na alínea e) do Ponto II, nomeadamente:* *Dia D+079*
 - *Desmobilização dos Efectivos das Forças Militares da UNITA e extinção das Forças Militares da UNITA*
a D+080
- 7) *Realização de todas as actividades consignadas na alínea f) do Ponto II, nomeadamente:* *Dia D+081*
Reinserção sócio-profissional do pessoal desmobilizado das ex-Forças Militares da UNITA na vida Nacional
a D+262

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

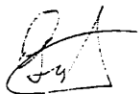
1 – ANEXOS DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

1.1 *Constituem Anexos do Memorando de Entendimento, os seguintes documentos:*

- Anexo 1 - Documento relativo ao Aquartelamento das Forças Militares da Unita*
- Anexo 1/A - Documento relativo ao Aquartelamento, Desarmamento e Repatriamento das Forças Militares Estrangeiras em áreas do território nacional sob controlo das Forças Militares da Unita*
- Anexo 2 - Documento relativo à integração de Oficiais Gerais, Oficiais Superiores, Oficiais Capitães e Subalternos, Sargentos e Praças provenientes das Forças Militares da Unita nas Forças Armadas Angolanas, de acordo com as vagas existentes*
- Anexo 3 - Documento relativo à integração de Oficiais Gerais e Oficiais Superiores, provenientes das Forças Militares da Unita na Polícia Nacional, de acordo com as vagas orgânicas existentes*
- Anexo 4 - Documento relativo à Reinserção Sócio-Profissional do pessoal desmobilizado das ex-Forças Militares da Unita na Vida Nacional*
- Anexo 5 - Documento relativo a considerações referentes às condições para a conclusão do Protocolo de Lusaka*
- Anexo 6 - Documento relativo a considerações referentes à Segurança Especial nos termos do Protocolo de Lusaka*

2 – INTERPRETAÇÃO

2.1 *Os diferendos de interpretação ou aplicação do Memorando de Entendimento são submetidos à Comissão Militar Mista para a solução, num espírito de amizade, tolerância e compreensão.*



3 – ENTRADA EM VIGOR DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

3.1 O Memorando de Entendimento entra em vigor imediatamente após a sua assinatura pelas Partes.

4 – ASSINATURAS DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

4.1 As Partes assinam o Memorando de Entendimento, vinculando-se ao mesmo, aceitando e comprometendo-se a executar, de boa-fé, de modo obrigatório e de forma integral, todas as suas disposições.

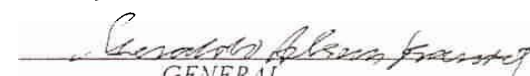
Luanda, República de Angola, aos 04 de Abril de 2002.

PELA DELEGAÇÃO
DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS


GENERAL DE EXERCÍCIO
ARMANDO DA CRUZ NETO

CHEFE DO ESTADO MAIOR GENERAL
DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

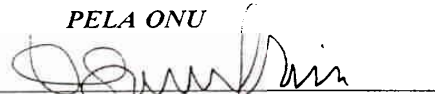
PELA DELEGAÇÃO
DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA


GENERAL
GERALDO ABREU MUENGO
UCUATCHITEMBO "KAMORTEIRO"

CHEFE DO ALTO ESTADO MAIOR GERAL
DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA

TESTEMUNHADO PELAS ENTIDADES A SEGUIR MENCIONADAS

PELA ONU


IBRAHIM GAMBARI

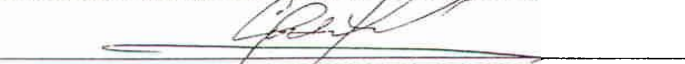
SUB-SECRETÁRIO GERAL DA ONU E CONSELHEIRO ESPECIAL PARA ÁFRICA

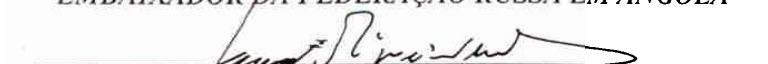
pele ONU e não é not reconhecido a nível do governo
Umaru S. Bah
Emmés

PELOS PAÍSES OBSERVADORES DO PROCESSO DE PAZ


CHRISTOPHER WILLIAN DELL

EMBAIXADOR DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA EM ANGOLA


ANDREEV SERGUEI VADIMOVICH
EMBAIXADOR DA FEDERAÇÃO RUSSA EM ANGOLA


FERNANDO MENDONÇA D'OLIVEIRA NEVES
EMBAIXADOR DA REPÚBLICA PORTUGUESA EM ANGOLA

ANEXO 1

AO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
COMPLEMENTAR AO PROTOCOLO DE LUSAKA
PARA A CESSAÇÃO DAS HOSTILIDADES
E RESOLUÇÃO DAS DEMAIS QUESTÕES MILITARES
PENDENTES NOS TERMOS DO PROTOCOLO DE LUSAKA

DOCUMENTO RELATIVO
AO AQUARTELAMENTO DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA

A Delegação das Forças Armadas Angolanas e a Delegação das Forças Militares da UNITA às Conversações Militares, relativamente ao Aquartelamento das Forças Militares da UNITA, acordam o seguinte:

1. *Generalidades sobre o Aquartelamento*

- (i) O aquartelamento das Forças Militares da UNITA deve ter as condições de vida necessárias a permanência dos militares num total de até 50.000, sendo cerca de 12 Generais e 47 Brigadeiros, cerca de 1.700 Oficiais Superiores, cerca de 17.350 Oficiais Capitães e Oficiais Subalternos, cerca de 3.150 Sargentos e cerca de 27.740 Praças, durante um determinado período de tempo que vai desde a recepção do pessoal até a sua integração nas FAA e Polícia Nacional e a reinserção sócio-profissional do pessoal desmobilizado.*
- (ii) As áreas de aquartelamento devem ter uma estrutura de funcionamento gerida superiormente, com capacidade de aquartelar até 1.600 efectivos e com segurança e fáceis acessos.*
- (iii) O aquartelamento das Forças Militares da UNITA implica, também, por um lado a instalação de 12 Generais e 47 Brigadeiros, nas cidades próximas as áreas de aquartelamento e, por outro lado, a organização e asseguramento dos locais de instalação das famílias dos militares, próximos das áreas de aquartelamento, num total de até 300.000 indivíduos, entre eles homens, mulheres e crianças.*
- (iv) O asseguramento e a assistência de emergência inicial das famílias dos militares das Forças Militares da UNITA, bem como a promoção da sua reintegração apoiada em pequenas actividades produtivas de bens e serviços isto é, projectos de geração rápida de rendimentos nos domínios*



da agricultura, do comércio rural e outros possíveis, a serem garantidos pelos órgãos e entidades competentes da Administração do Estado em estreita colaboração com o Estado Maior General das FAA e com a participação da ONU, em conformidade com o mandato que fôr atribuído pelo Conselho de Segurança da ONU ou outros órgãos do sistema da ONU.

2. Estrutura da Área de Aquartelamento

(i) A área de aquartelamento tem a seguinte estrutura:

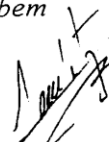
- Chefia da Área de Aquartelamento composta pelo Chefe, Chefe Adjunto, Oficial de Educação Cívica, Oficial de Pessoal, Oficial de Armamento, Oficial de Transmissões, de entre o pessoal a aquartelar, pelo Alto Estado Maior geral das Forças Militares da UNITA.
- Grupo de Apoio e Serviços composto pela guarda e guarnição, pelo posto de rádio, pelo posto médico, pela cozinha e refeitório e pela secção de transporte, designado de entre o pessoal a aquartelar, pelo Alto Estado Maior Geral das Forças Militares da UNITA.
- Até 16 Companhias de pessoal aquartelado, na composição de 100 efectivos cada uma.

(ii) O Chefe da área de aquartelamento, subordina-se ao Chefe da Equipa de Trabalho do Estado Maior General das FAA e é o responsável pelo funcionamento e disciplina da área de aquartelamento.

3. Gestão das Áreas de Aquartelamento

(i) A gestão das áreas de aquartelamento é realizada pelo Estado Maior General das FAA, através de uma equipa de trabalho chefiada por um general das FAA proveniente das Forças Militares da UNITA, com a cooperação da ONU, em conformidade com o mandato que fôr atribuído pelo Conselho de Segurança da ONU ou outros órgãos do sistema da ONU, que presta assistência técnica à organização e gestão, bem como apoio em meios materiais.

(ii) Os locais de instalação das famílias dos militares das Forças Militares da UNITA são assegurados materialmente e geridos administrativamente pelos órgãos competentes da Administração do Estado, em estreita colaboração com o Estado Maior General das FAA e, com a participação da ONU, em conformidade com o mandato que fôr atribuído pelo Conselho de Segurança da ONU ou outros órgãos do sistema da ONU, que presta a assistência a organização e gestão, bem como em meios materiais.



4. Localização das Áreas de Aquartelamento

(i) Para o pessoal das Forças Militares da UNITA do COpE Norte:

- Madimba, na comuna de Madimba, município de M'Banza Congo, província do Zaire;
- Vale do Loge, na comuna do Vale do Loge, município do Bembe, província do Uige;
- Wamba, na comuna do Wamba, município de Sanza Pombo, província do Uige;
- Fazenda Santa Cruz, comuna do Quibaxi, município de Quibaxi, província do Bengo;
- Comuna do Mussabo, município de Samba-Caju, província do Kwanza-Norte.

(ii) Para o pessoal das Forças Militares da UNITA do COpE Nordeste:

- Capaia, comuna de Capaia, município de Lucaia, província da Lunda Norte;
- Damba Penitenciária, na comuna de Catala, município de Caculama, província de Malange;
- Ganga Sol, comuna de Quissole, município de Malange, província de Malange.
- Chinege, comuna de Muriege, município de Muconda, província da Lunda Sul.
- N'Guimbi, comuna de Xá-Muteba, município de Xá-Muteba, província da Lunda Norte.

(iii) Para o pessoal das Forças Militares da UNITA do COpE Centro:

- Gando, na comuna de Cambandua, município do Kuito, província do Bié;
- Capeça, na comuna de Belo Horizonte, município do Cunhinga, província do Bié;
- Ponte do Rio Cacuchi, na comuna de Cachingues, município do Chitembo, província do Bié;
- Sachitembo, na comuna de Sambo, município de Tchikala Tchaloanga, província do Huambo;
- Lunge, na comuna do Lunge, município do Bailundo, província do Huambo;



- Menga, na comuna de Galanga, município de Londuimbale, província do Huambo;
- Chingongo, na comuna de Chingongo, município do Balombo, província de Benguela;
- Fazenda Caporolo, na comuna de Caporolo, município de Chongoroi, província de Benguela;
- Tchissamba, na comuna de Mussende, município de Mussende, província do Kuanza Sul.

(iv) Para o pessoal das Forças Militares da UNITA do COP E Leste:

- Chicala, na comuna de Cangumbe, município do Moxico, província do Moxico;
- Calapo, na comuna de Lucusse, município do Moxico, província do Moxico.

(v) Para o pessoal das Forças Militares da UNITA do ZMI do Cazombo:

- Calala, na comuna de Calunda, município do Alto Zambeze, província do Moxico.

(vi) Para o pessoal das Forças Militares da UNITA do COP Sul:

- Quilómetro 50, na comuna de Galangue, município do Chipindo, província da Huila;
- Kamumbo, comuna da Mupa, município do Cuvelai, província do Cunene.

(vii) Para o pessoal das Forças Militares da UNITA do COP Menongue:

- Soba Matias, comuna de Soba Matias, município do Menongue, província do Kuando Kubango.




(viii) Para o pessoal das Forças Militares da UNITA do COp Jamba:

- Tchimbunjango, comuna de Mavinga, município de Mavinga, província do Kuando Kubango.
- Capembe, na comuna de Mavinga, município de Mavinga, província do Kuando Kubango.


Luanda, República de Angola, aos 04 de Abril de 2002.

PELA DELEGAÇÃO
DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS


GENERAL DE EXERCÍTO
ARMANDO DA CRUZ NETO

CHEFE DO ESTADO MAIOR GENERAL
DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

PELA DELEGAÇÃO
DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA


GENERAL
GERALDO ABREU MUENGO
UCUATCHITEMBO "KAMORTEIRO"

CHEFE DO ALTO ESTADO MAIOR GERAL
DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA

ANEXO I/A

AO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
COMPLEMENTAR AO PROTOCOLO DE LUSAKA
PARA A CESSAÇÃO DAS HOSTILIDADES
E RESOLUÇÃO DAS DEMAIS QUESTÕES MILITARES
PENDENTES NOS TERMOS DO PROTOCOLO DE LUSAKA

DOCUMENTO RELATIVO
AO AQUARTELAMENTO, DESARMAMENTO E REPATRIAMENTO
DE FORÇAS MILITARES ESTRANGEIRAS EM ÁREAS DO
TERRITÓRIO NACIONAL SOB CONTROLE
DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA

A Delegação das Forças Armadas Angolanas e a Delegação das Forças Militares da UNITA às Conversações Militares, relativamente ao Aquartelamento, desarmamento e Repatriamento das Forças Militares Estrangeiras em áreas do território nacional sob controle das Forças Militares da UNITA, acordam o seguinte:

1.1. As Partes reconhecem a existência de Forças Militares Estrangeiras em áreas do território nacional sob controle das Forças Militares da UNITA, nomeadamente Unidades compostas por cidadãos congolezes da RDC e Unidades compostas por cidadãos do Ruanda de origem tutsi-banyamulengue e hutu, e a necessidade de proceder ao seu repatriamento urgente.


1.2 Neste sentido, o Estado Maior General das FAA, em estreita cooperação com o Alto Estado Maior Geral das Forças Militares da UNITA e com a participação da Comissão Militar Mista e apoio da ONU, em conformidade com o mandato que for atribuído pelo Conselho de Segurança da ONU ou outros órgãos do sistema da ONU, procede ao acantonamento e desarmamento das Forças Militares Estrangeiras em áreas do território nacional sob controle das Forças Militares da UNITA, compreendendo o seguinte:

- a) A informação, pelo Alto Estado maior Geral das Forças Militares da UNITA, ao Estado Maior General das FAA e à Comissão Militar Mista, de todos os dados fidedignos, e verificáveis, relativos a composição combativa e numérica e localização das unidades das Forças Militares Estrangeiras em áreas do território nacional sob controle das Forças Militares da UNITA.

- b) *A identificação das unidades das Forças Militares estrangeiras sob controle das Forças Militares da UNITA.*
- c) *O movimento do pessoal das Forças Militares Estrangeiras para as áreas de aquartelamento das Forças Militares da UNITA.*
- d) *A recepção, alojamento e alimentação, bem como o registo do pessoal das Forças Militares Estrangeiras nas áreas de aquartelamento.*
- e) *O desarmamento, recolha e armazenamento de todo o armamento e equipamento militar das Forças Militares Estrangeiras, nas áreas de aquartelamento.*
- f) *A entrega dos membros das Forças Militares Estrangeiras às competentes organizações internacionais, para efeitos de repatriamento, de acordo com as normas e convenções internacionais, para os seus países de origem, nomeadamente RDC e República do Ruanda.*

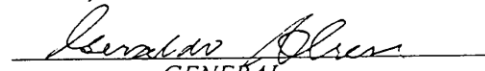
Luanda, República de Angola, aos 04 de Abril de 2002.

PELA DELEGAÇÃO
DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS


~~GENERAL DE EXERCÍCIO~~
ARMANDO DA CRUZ NETO

CHEFE DO ESTADO MAIOR GENERAL
DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

PELA DELEGAÇÃO
DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA


GENERAL
GERALDO ABREU MUENGO
UCUATCHITEMBO "KAMORTEIRO"

CHEFE DO ALTO ESTADO MAIOR GERAL
DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA

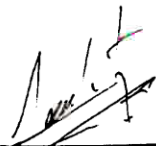
ANEXO 2

*AO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
COMPLEMENTAR AO PROTOCOLO DE LUSAKA
PARA A CESSAÇÃO DAS HOSTILIDADES
E RESOLUÇÃO DAS DEMAIS QUESTÕES MILITARES
PENDENTES NOS TERMOS DO PROTOCOLO DE LUSAKA*

*DOCUMENTO RELATIVO
À INTEGRAÇÃO DE OFICIAIS GERAIS, OFICIAIS SUPERIORES,
OFICIAIS CAPITÃES E SUBALTERNOS, SARGENTOS E PRAÇAS
PROVENIENTES DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA
NAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS DE ACORDO
COM AS VAGAS EXISTENTES*

A Delegação das Forças Armadas Angolanas e a Delegação das Forças Militares da UNITA às Conversações Militares, relativamente a integração de Oficiais Gerais, Oficiais Superiores, Oficiais Capitães e Oficiais Subalternos, Sargentos e Praças provenientes das Forças Militares da UNITA nas FAA de acordo com as vagas existentes, acordam o seguinte:

- 1. A integração dos efectivos provenientes das Forças Militares da UNITA com base no princípio da incorporação global e, acto contínuo, a incorporação de Oficiais Gerais, Oficiais Superiores, Oficiais Capitães e Oficiais Subalternos, Sargentos e Praças e a subsequente desmobilização e reinserção sócio-profissional dos demais efectivos.*
- 2. A designação de Oficiais Gerais, Oficiais Superiores, Oficiais Capitães e Oficiais Subalternos, Sargentos e Praças provenientes das Forças Militares da UNITA a integrar nas FAA é da responsabilidade do Alto Estado Maior Geral das Forças Militares da UNITA.*
- 3. A incorporação nas FAA e patenteamento dos Oficiais Gerais, Oficiais Superiores, Oficiais Capitães e Oficiais Subalternos, Sargentos e Praças, é da competência do Estado Maior General das FAA, em conformidade com o quadro de pessoal militar abaixo discriminado:*



QUADRO DE PESSOAL MILITAR

DESIGNAÇÃO	TOTAL
GENERAL	4
TTEGENERAL	8
BRIGADEIRO	18
CORONEL	40
TTECORONEL	60
MAJOR	100
CAPITÃO	150
TENENTE	200
SUBTENENTE	250
ASPIRANTE	300
SARGENTO MAIOR	20
SARGENTO AJUDANTE	30
1º SARGENTO	50
2º SARGENTO	200
CABO	500
SOLDADO	3077
TOTAL GERAL	5007

4. A incorporação nas FAA e patenteamento dos demais Oficiais Gerais, nomeadamente 6 Tenentes Gerais e 14 Brigadeiros e sua colocação na condição de Oficiais Gerais à disposição do Estado Maior General das FAA.

Luanda, República de Angola, aos 04 de Abril de 2002.

PELA DELEGAÇÃO
DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS



GENERAL DE EXERCÍCIO
ARMANDO DA CRUZ NETO

**CHEFE DO ESTADO MAIOR GENERAL
DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS**

PELA DELEGAÇÃO
DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA



GENERAL
GERALDO ABREU MUENGO
UCUATCHITEMBO "KAMORTEIRO"

**CHEFE DO ALTO ESTADO MAIOR GERAL
DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA**

ANEXO 3

*AO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
COMPLEMENTAR AO PROTOCOLO DE LUSAKA
PARA A CESSAÇÃO DAS HOSTILIDADES
E RESOLUÇÃO DAS DEMAIS QUESTÕES MILITARES
PENDENTES NOS TERMOS DO PROTOCOLO DE LUSAKA*

*DOCUMENTO RELATIVO
A INTEGRAÇÃO DE OFICIAIS GERAIS, OFICIAIS SUPERIORES,
PROVENIENTES DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA
NA POLÍCIA NACIONAL DE ACORDO
COM AS VAGAS ORGÂNICAS EXISTENTES*

A Delegação das Forças Armadas Angolanas e a Delegação das Forças Militares da UNITA às Conversações Militares, relativamente a integração de Oficiais Gerais e Oficiais Superiores provenientes das Forças Militares da UNITA na Polícia Nacional de acordo com as vagas orgânicas existentes, acordam o seguinte:

- 1. A designação de Oficiais Gerais e Oficiais Superiores provenientes das Forças Militares da UNITA a integrar na Polícia Nacional é da responsabilidade do Alto Estado Maior Geral das Forças Militares da UNITA.*
- 2. A incorporação na Polícia Nacional e patenteamento dos Oficiais Sub-comissários e Oficiais Superiores, é da competência do Comando Geral da Polícia Nacional, em conformidade com o quadro de pessoal da Polícia Nacional abaixo discriminado:*



QUADRO DE PESSOAL MILITAR

DESIGNAÇÃO	TOTAL
SUB-COMISSÁRIO	3
1º SUPERINTENDENTE	5
SUPERINTENDENTE	14
INTENDENTE	18
TOTAL GERAL	40


Luanda, República de Angola, aos 04 de Abril de 2002.

PELA DELEGAÇÃO
DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS


GENERAL DE EXERCÍCIO
ARMANDO DA CRUZ NETO

CHEFE DO ESTADO MAIOR GENERAL
DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

PELA DELEGAÇÃO
DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA


GENERAL
GERALDO ABREU MUENGO
UCUATCHITEMBO "KAMORTEIRO"

CHEFE DO ALTO ESTADO MAIOR GERAL
DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA

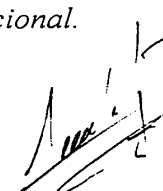
ANEXO 4

**AO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
COMPLEMENTAR AO PROTOCOLO DE LUSAKA
PARA A CESSAÇÃO DAS HOSTILIDADES
E RESOLUÇÃO DAS DEMAIS QUESTÕES MILITARES
PENDENTES NOS TERMOS DO PROTOCOLO DE LUSAKA**

**DOCUMENTO RELATIVO
A REINserÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL
DO PESSOAL DESMOBILIZADO DAS
EX-FORÇAS MILITARES DA UNITA NA VIDA NACIONAL**

A Delegação das Forças Armadas Angolanas e a Delegação das Forças Militares da UNITA às Conversações Militares, relativamente a reinserção sócio-profissional do pessoal desmobilizado das ex-Forças Militares da UNITA, acordam o seguinte:

- 1. A Reinserção Sócio-Profissional do Pessoal Desmobilizado das ex-Forças Militares da UNITA consiste na sua valorização cívica e promoção sócio-económica, por parte dos órgãos e entidades competentes do Estado em estreita cooperação com o Estado Maior General das FAA e com o apoio da ONU, em conformidade com o mandato que fôr atribuído pelo Conselho de Segurança da ONU ou outros órgãos do sistema da ONU, considerando para esse efeito a necessidade imperiosa de:*
 - (i) Garantir a assistência inicial do pessoal desmobilizado das ex-Forças Militares da UNITA.*
 - (ii) Garantir a formação geral e específica do pessoal desmobilizado das ex-Forças Militares da UNITA.*
 - (iii) Assegurar a sua reintegração apoiada na vida nacional.*
- 2. O processo de Reinserção Sócio-Profissional do Pessoal Desmobilizados das ex-Forças Militares da UNITA é realizado através das seguintes variantes:*
 - (i) A Reinserção Sócio-Profissional de desmobilizados das ex-Forças Militares da UNITA no quadro do Serviço de Reconstrução Nacional.*



- (ii) *A Reinserção Sócio-Profissional de Desmobilizados das ex-Forças Militares da UNITA no quadro do mercado de trabalho nacional, nomeadamente no sector público e no sector privado.*
- (iii) *A Reinserção Sócio-Profissional de Desmobilizados das ex-Forças Militares da UNITA no quadro do Programa de Reassentamento das Populações.*
3. *O universo do pessoal desmobilizado das ex-Forças Militares da UNITA a ser objecto de reinserção sócio-profissional é de até 45.000 indivíduos.*


Luanda, República de Angola, aos 04 de Abril de 2002.

PELA DELEGAÇÃO
DAS FORÇAS ARMADAS ANGLANAS


GENERAL DE EXERCITO
ARMANDO DA CRUZ NETO

CHEFE DO ESTADO MAIOR GENERAL
DAS FORÇAS ARMADAS ANGLANAS

PELA DELEGAÇÃO
DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA


GENERAL
GERALDO ABREU MUENGO
UCUATCHITEMBO "KAMORTEIRO"

CHEFE DO ALTO ESTADO MAIOR GERAL
DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA

ANEXO 5

**AO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
COMPLEMENTAR AO PROTOCOLO DE LUSAKA
PARA A CESSAÇÃO DAS HOSTILIDADES
E RESOLUÇÃO DAS DEMAIS QUESTÕES MILITARES
PENDENTES NOS TERMOS DO PROTOCOLO DE LUSAKA**

**DOCUMENTO RELATIVO
A CONSIDERAÇÕES À LEI E À ORDEM
ÀS CONDIÇÕES PARA A CONCLUSÃO DO PROTOCOLO DE LUSAKA**

Tendo em conta que as Forças Militares da UNITA estavam integradas numa organização político-militar e, atendendo que a extinção da componente militar desta organização conforma à mesma lei e à ordem na República de Angola;

Em conformidade com o espírito do disposto nos Pontos 6 e 8 da Declaração do Governo de 13/03/2002, bem como no número 1.1, do Ponto 1 do Capítulo II do presente Memorando, e atendendo que a sua assinatura e aplicação pelas Partes institui as condições para a conclusão da implementação do Protocolo de Lusaka.

As Partes consideram estarem criadas as condições que garantem a continuidade da participação da UNITA no processo de conclusão da implementação do Protocolo de Lusaka.

Assim, recomendam à UNITA a necessidade de estabelecer rapidamente os consensos internos necessários afim de, como parceiro do Governo, participar no processo de conclusão da implementação do Protocolo de Lusaka.


Luanda, República de Angola, aos 04 de Abril de 2002.

PELA DELEGAÇÃO
DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS


GENERAL DE EXERCITO
ARMANDO DA CRUZ NETO

**CHEFE DO ESTADO MAIOR GENERAL
DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS**

PELA DELEGAÇÃO
DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA


GENERAL
GERALDO ABREU MUENGO
UCUATCHITEMBO "KAMORTEIRO"

**CHEFE DO ALTO ESTADO MAIOR GERAL
DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA**

ANEXO 6

AO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
COMPLEMENTAR AO PROTOCOLO DE LUSAKA
PARA A CESSAÇÃO DAS HOSTILIDADES
E RESOLUÇÃO DAS DEMAIS QUESTÕES MILITARES
PENDENTES NOS TERMOS DO PROTOCOLO DE LUSAKA

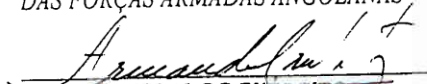
DOCUMENTO RELATIVO
A CONSIDERAÇÕES À LEI E À ORDEM À SEGURANÇA ESPECIAL
NOS TERMOS DO PROTOCOLO DE LUSAKA

Tendo em conta que o Anexo 5 institui a perspectiva da participação da UNITA, no processo de conclusão da implementação do Protocolo de Lusaka;

As Partes consideram válido e aplicável o disposto no Documento Relativo ao Regime Especial de Segurança Garantido aos Dirigentes da UNITA em Aplicação do Parágrafo 3 das Modalidades da Reconciliação Nacional do Protocolo de Lusaka.

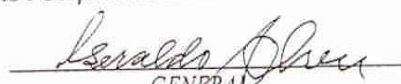
Luanda, República de Angola, aos 04 de Abril de 2002.

PELA DELEGAÇÃO
DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS


GENERAL DE EXERCITO
ARMANDO DA CRUZ NETO

CHEFE DO ESTADO MAIOR GENERAL
DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

PELA DELEGAÇÃO
DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA


GENERAL
GERALDO ABREU MUENGO
UCUATCHITEMBO "KAMORTEIRO"

CHEFE DO ALTO ESTADO MAIOR GERAL
DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA